



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS – CAMPUS MANAUS CENTRO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
PROGRAMA EM REDE NACIONAL

EDILSON GOMES ALVES

**INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA: A COMUNICAÇÃO EM LIBRAS ENTRE DISCENTES
OUVINTES E DISCENTES SURDOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO
IFAM/CMC**

Manaus 2024

EDILSON GOMES ALVES

**INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA: A COMUNICAÇÃO EM LIBRAS ENTRE DISCENTES
OUVINTES E DISCENTES SURDOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO
IFAM/CMC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo Campus Manaus Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Cirlande Cabral da Silva

Área de Concentração: Educação Profissional Tecnológica (EPT).

Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Manaus 2024

Biblioteca do IFAM – Campus Manaus Centro

A474i Alves, Edilson Gomes.

Inclusão de alunos surdos na educação profissional e tecnológica: a comunicação em libras entre discentes ouvintes e discentes surdos do ensino médio integrado do IFAM/CMC / Edilson Gomes Alves. – Manaus, 2024.

199 p. : il. color.

Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica). – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus Manaus Centro*, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Cirlande Cabral da Silva.

1. Tecnologia assistiva. 2. Libras. 3. Inclusão. 4. Educação especial. I. Silva, Cirlande Cabral da. (Orient.) II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. III. Título.

CDD 371

EDILSON GOMES ALVES

INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA: A COMUNICAÇÃO EM LIBRAS ENTRE DISCENTES OUVINTES E
DISCENTES SURDOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFAM/CMC

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, *Campus* Manaus Centro, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, sob orientação do Prof. Dr. Cirlande Cabral da Silva.

Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em 17 de outubro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 CIRLANDE CABRAL DA SILVA
Data: 21/10/2024 15:05:01-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Cirlande Cabral da Silva - Presidente/Orientador
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
ProfEPT-IFAM

Documento assinado digitalmente
 MARIA FRANCISCA MORAIS DE LIMA
Data: 22/10/2024 10:24:16-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Maria Francisca Moraes de Lima - Membro Interno
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
ProfEPT-IFAM

Documento assinado digitalmente
 MONICA DIAS DE ARAUJO
Data: 17/10/2024 13:54:15-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Monica Dias de Araújo - Membro Externo
Universidade do Estado do Amazonas - UEA

EDILSON GOMES ALVES

MANUAL DE COMUNICAÇÃO EM LIBRAS: OLHOS QUE VEEM
MÃOS QUE FALAM

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, *Campus* Manaus Centro, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, sob orientação do Prof. Dr. Cirlande Cabral da Silva.

Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 17 de outubro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 CIRLANDE CABRAL DA SILVA
Data: 23/10/2024 14:56:48-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Cirlande Cabral da Silva - Presidente/Orientador
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
ProfEPT-IFAM

Documento assinado digitalmente
 MARIA FRANCISCA MORAIS DE LIMA
Data: 17/10/2024 14:19:13-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Maria Francisca Moraes de Lima - Membro Interno
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
ProfEPT-IFAM

Documento assinado digitalmente
 MONICA DIAS DE ARAUJO
Data: 17/10/2024 13:52:06-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Monica Dias de Araújo - Membro Externo
Universidade do Estado do Amazonas - UEA

Dedicatória – Dedico este trabalho à minha família, amigos, discentes do IFAM Campus Manaus-Centro, à comunidade surda e a todos que, de alguma maneira, apoiaram esta jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me apoiado e me concedido saúde durante toda essa jornada.

Aos meus pais, Esmerinda Gomes Alves e Luiz Paulino Alves, agradeço por tudo que realizaram por mim, pelo apoio nos meus estudos e pela contribuição à formação do meu caráter e personalidade (in memoriam).

A minha irmã, Elizete Alves Maffioletti, pelo amor, incentivo e acolhimento.

À minha esposa, Miriam Santana, por me apoiar nos estudos e desejar minha realização profissional.

Aos meus colegas de mestrado, vocês foram fundamentais como incentivadores durante todo esse processo de formação. Agradeço pelo aprendizado e pelos momentos especiais que compartilhamos!

Aos servidores do IFAM campus Manaus-Centro, ao Diretor Edson Valente Chaves e a todos os colaboradores que se dedicam a promover uma educação de excelência.

A todos os docentes do PROFEPT pelo compartilhamento de saberes.

À coordenação do programa, Prof. Dr. José Cavalcante Lacerda Junior, e às responsáveis administrativas, Cristina Normando, Aleana e Alessandra, pela constante disponibilidade e atendimento sempre cordial e atencioso.

Ao intérprete de Libras, Jurandir Neto, que, além de ser meu colega de trabalho, dedicou-se incansavelmente a ajudar na condução da pesquisa, facilitando os diálogos com os discentes surdos.

Ao meu orientador, Prof^o. Dr^o. Cirlande Cabral, agradeço por sua paciência, incentivo e por compartilhar seu conhecimento. Sua ajuda tornou este processo mais leve e gratificante.

Aos sujeitos participantes da pesquisa, sem vocês, nada disso teria sido viável. Desejo que suas jornadas sejam repletas de luz!

Agradeço a todos!

RESUMO

A presente pesquisa de mestrado surgiu durante minha vivência como professor das licenciaturas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), Campus Manaus Centro (CMC), ao me deparar com a inclusão de alunos surdos no que diz respeito a comunicação que acontecia entre os discentes surdos com os discentes ouvintes na escola e ao compartilhar dúvidas e preocupações externadas por colegas pedagogas e também professores do ensino médio integrado. Assim, o objetivo da investigação foi de que forma acontece a comunicação em Libras entre os discentes ouvintes e os discentes surdos do ensino médio integrado do IFAM CMC? A pesquisa está delineada em três capítulos com os seguintes itens: capítulo 1. A educação especial e a inclusão das pessoas com deficiência e, esse capítulo possui 3 subseções com os temas; 2.1 - Fundamentos legais para a inclusão das pessoas com deficiência. 2.2 - Paradigmas para a inclusão das pessoas com deficiência e 2.3 - A inclusão dos alunos com deficiência em ambiente escolar. Capítulo 2. Educação específica para alunos surdos na educação profissional e tecnológica e dividido em 3 subseções com os temas. 3.1 - Fundamentos legais sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras; 3.2 - Aspectos comunicacionais da Libras e 3.3 - Mitos e curiosidades a respeito da Libras. Capítulo 3. O uso de tecnologia assistiva para surdos com a subseção 4.1- Aplicativos ou ferramentas para tradução e interpretação para facilitar a comunicação que se desdobra em 7 seções terciárias: 4.1.1 – Hand Talk; 4.1.2 – Primeira mão; 4.1.3 – Transcrição instantânea; 4.1.4 – AVA: valorizando a comunicação; 4.1.5 – V Libras; 4.1.6 – Central de Intermediação de Comunicação (CIC) e 4.1.7 – O ICOM. Para isso, escolhemos realizar um estudo de abordagem qualitativa por meio de uma pesquisa de estudo de caso a ser realizado no Instituto Federal do Amazonas Campus Manaus Centro (IFAM CMC) e o público a ser investigado serão os alunos surdos do ensino médio integrado seus professores, pedagogos e intérpretes de Libras. Os instrumentos de coleta de dados que utilizaremos serão às entrevistas, observação, questionário e diário de campo. Para a análise dos dados, recorreremos à ATD (Análise Textual Discursiva). O desdobramento desta pesquisa será o Produto Educacional - Manual de comunicação em Libras: olhos que veem, mãos que falam, cuja proposta será apresentar à comunidade escolar do sistema regular de ensino, um manual de Libras com as noções básicas e dicas de como se comunicar com alunos surdos, isto é, para facilitar a comunicação entre os discentes ouvintes, discentes surdos, professores dos alunos surdos e das pedagogas que mantêm o contato com todos. E ainda, ser usado como suporte para facilitar a inclusão escolar dos alunos surdos, pois, o P.E poderá ser utilizado nos mais variados setores da instituição, contribuindo com a acessibilidade comunicacional ao nível básico entre as pessoas do setor com o aluno surdo.

Palavras chave: educação especial, inclusão; comunicação; Libras; tecnologia assistiva

ABSTRACT

This master's research arose during my experience as a professor in the teacher training programs at the Federal Institute of Education, Science, and Technology of Amazonas (IFAM), Manaus Centro Campus (CMC), when I encountered the inclusion of deaf students regarding the communication that occurred between deaf students and hearing students at the school. This experience was further shaped by the doubts and concerns expressed by fellow educators and also by integrated high school teachers. Thus, the objective of this investigation was to understand how communication in Brazilian Sign Language (Libras) occurs between hearing students and deaf students in the integrated high school at IFAM CMC. The research is structured into three chapters with the following sections: Chapter 1. Special education and the inclusion of people with disabilities, which contains three subsections: 2.1 - Legal foundations for the inclusion of people with disabilities; 2.2 - Paradigms for the inclusion of people with disabilities; and 2.3 - The inclusion of students with disabilities in the school environment. Chapter 2. Specific education for deaf students in professional and technological education, divided into three subsections: 3.1 - Legal foundations concerning Brazilian Sign Language (Libras); 3.2 - Communicational aspects of Libras; and 3.3 - Myths and curiosities about Libras. Chapter 3. The use of assistive technology for the deaf, including subsection 4.1 - Applications or tools for translation and interpretation to facilitate communication, which unfolds into seven tertiary sections: 4.1.1 – Hand Talk; 4.1.2 – Primeira Mão; 4.1.3 – Instant transcription; 4.1.4 – AVA: valuing communication; 4.1.5 – V Libras; 4.1.6 – Communication Mediation Center (CIC); and 4.1.7 – The ICOM. To achieve this, we chose to conduct a qualitative study through a case study at the Federal Institute of Amazonas, Manaus Centro Campus (IFAM CMC). The target population for this investigation will be the deaf students of the integrated high school, their teachers, educators, and Libras interpreters. The data collection instruments we will use include interviews, observation, questionnaires, and field diaries. For data analysis, we will use Discursive Textual Analysis (ATD). The outcome of this research will be an Educational Product - a Manual of Communication in Libras: Eyes that see, hands that speak. The proposal is to present to the school community of the regular education system a Libras manual with basic notions and tips on how to communicate with deaf students, aiming to facilitate communication among hearing students, deaf students, teachers of deaf students, and educators who maintain contact with everyone. Additionally, it will serve as support to facilitate the school inclusion of deaf students, as the Educational Product can be utilized in various sectors of the institution, contributing to basic communicational accessibility between the personnel in the sector and the deaf student.

Keywords: special education, inclusion; communication; Libras; assistive technology

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O percurso hermenêutico da Análise Textual Discursiva	81
Figura 2 – Análise do texto para obtenção das Unidades de Significado	81
Figura 3 – Fragmento de uma transcrição de Entrevista e construção de US	83
Figura 4 – Representação de Excerto	83
Figura 5 – Fragmento de transcrição de um Diário de Campo e construção de US	84
Figura 6 – Fragmento de Diário de Campo 5	85
Figura 7 – Fragmento de Diário de Campo 4	86
Figura 8 – Representação com o modelo de Codificação	87
Figura 9 – Representação de modelo de Codificação das Entrevistas	92
Figura 10 – Pesquisador em uma Entrevista	92
Figura 11 – Processo da escrita	101
Figura 12 – Elementos da escrita para construção do Metatexto	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Modelo de Codificação	87
Quadro 2 – Codificação de Fragmentos	88
Quadro 3 – Fragmento com transcrição do Pinpoint	89
Quadro 4 – Fragmento com modelo de Codificação das Entrevistas	91
Quadro 5 – Fragmento das Unidades de Significados das Entrevistas	93
Quadro 6 – Fragmento da Unitarização geral e contextualização	94
Quadro 7 – Fragmento da Categorização Inicial	99
Quadro 8 – Processo de formação das Categorias	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA – American With Disabilities ACT

AEE – Atendimento Educacional Especializado

ASL – American Sign Language

ATD – Análise Textual Discursiva

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAPNE – Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais

CAS – Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento à Pessoa com Surdez

CAT - Comitê de Ajudas Técnicas

CIC – Central de Intermediação de Comunicação

CNE/CEB – Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica

CNE/CP Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno

CONSUP/IFAM – Conselho Superior do IFAM

DUA – Desenho Universal para a Aprendizagem

EPT – Ensino Profissional e Tecnológico

FENEIS – Federação Nacional e Integração dos Surdos

IBGE – Instituto Brasileiro de Estatística

IFAM CMC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas-Campus Manaus Centro

LAVID – Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

ME – Ministério da Economia

NAPNE – Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

NEE – Necessidades Educacionais Especiais

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PCDs – Pessoas com Deficiências

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PE – Produto Educacional
PIBIC – Programa Institucional de Iniciação Científica
PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PNE – Plano Nacional de Educação
PNEE – Política Nacional de Educação Especial
PROFEPT – Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica
REDE-IN – Rede Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas
SGD – Secretaria de Governo Digital
SUS – Sistema Único de Saúde
TGD – Transtornos Globais de Desenvolvimento
TICS – Tecnologias da Informação e Comunicação
TILSP – Tradutor Intérprete de Libras-Língua Portuguesa
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
US – Unidades de Significado

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	20
2.1 FUNDAMENTOS LEGAIS PARA A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	22
2.2 PARADIGMAS PARA A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	29
2.3 A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM AMBIENTE ESCOLAR... ..	36
3 EDUCAÇÃO ESPECÍFICA PARA ALUNOS SURDOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	42
3.1 FUNDAMENTOS LEGAIS SOBRE A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS	45
3.2 ASPECTOS COMUNICACIONAIS DA LIBRAS	53
3.3 MITOS E CURIOSIDADES A RESPEITO DA LIBRAS	59
4 O USO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA SURDOS	67
4.1 APLICATIVOS OU FERRAMENTAS PARA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO PARA FACILITAR A COMUNICAÇÃO	69
4.1.1 <i>Hand Talk</i>	70
4.1.2 Primeira Mão	71
4.1.3 Transcrição instantânea	71
4.1.4 AVA: valorizando a comunicação	71
4.1.5 V Libras	72
4.1.6 Central de Intermediação de Comunicação (CIC)	72
4.1.7 O ICOM	72
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	73
5.1 TIPO DE PESQUISA	74
5.2 LOCAL DE ESTUDO	75
5.3 SUJEITOS DA PESQUISA	76
5.4 INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS	77
5.5 INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS	78
5.5.1 Investigando as Unidades de Significado (US): compreendendo a ATD	80

5.5.2 Investigando as Unidades de Significado (US): analisando as entrevistas e diários de bordo com os sujeitos da pesquisa	82
5.5.2.1 Unitarizando os diários de campo	85
5.5.2.2 Unitarizando as entrevistas	89
5.5.2.3 A costura de fragmentos e a categorização na Análise Textual Discursiva	96
5.5.2.4 A Integração dos elementos analisados em direção ao metatexto	100
6 PRODUTO EDUCACIONAL	109
6.1 O USO DO MANUAL COMO FERRAMENTA PARA FACILITAR A INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS NO IFAM CMC	111
6.2 PRODUZINDO O MANUAL: A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DO PRODUTO EDUCACIONAL	111
6.3 AVALIAÇÃO DO MANUAL EM LIBRAS	115
7 O PRODUTO EDUCACIONAL	120
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
REFERÊNCIAS	164
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	177
APÊNDICE B – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)	182
APÊNDICE C – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS PEDAGOGOS(AS)	187
APÊNDICE D – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS PROFESSORES (AS)	188
APÊNDICE E – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS INTÉRPRETES	189
APÊNDICE F – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS DISCENTES SURDOS	190
APÊNDICE G – SÍNTESE DAS US OBTIDAS COM AS ENTREVISTAS E OS DIÁRIOS DE CAMPO	191
APÊNDICE H – QUESTÕES PARA VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	194
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	195

1 INTRODUÇÃO

Minha primeira experiência com a comunidade surda, por conseguinte com a Libras, foi em uma escola estadual de atendimento específico da SEDUC/AM. Naquela ocasião, fui aprovado no concurso para a secretaria de ensino do Estado do Amazonas. Fui lotado na Escola de Atendimento Específico Mayara Redman Abdel Aziz. Por coincidência, naquele momento estava prestes a acontecer um projeto, promovido pela parceria entre a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) e Ministério da Educação (MEC) e eu estava iniciando minha aproximação com a comunicação em Libras. Segundo Souza e Santos (2019) a Libras, reconhecida pela lei 10.436 de 2002 como a língua oficial de comunicação e expressão da comunidade surda, permitiu a interação entre surdos e ouvintes, o que contribuiu para o crescimento científico e técnico dos surdos.

Concomitante a isso, fui inscrito pela coordenação do Centro de Apoio ao Surdo (CAS) para participar do projeto citado, que contava com duas turmas de professores ouvintes, alguns oriundos de outros municípios do Estado do Amazonas, juntamente com professores de Manaus, e uma turma de surdos, oriundos das associações de surdos de Manaus e surdos instrutores de Libras. O projeto tinha como objetivo interiorizar a Libras em todo território nacional, com o devido apoio metodológico. Segundo Felipe e Monteiro (2006), esta pesquisa surgiu da necessidade de surdos, que ensinando sua língua de sinais sem preparo acadêmico e metodológico, perceberam a importância de uma sistematização de um material didático-pedagógico para o ensino de língua

Outro fator existente, era que havia um forte debate sobre a inclusão dos surdos nas escolas e os cursos de Libras eram raros. Nessa conjuntura, é importante destacar que o Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS) oferecia em suas dependências e nas escolas que solicitava, cursos básicos de Libras para os professores e administrativos, pois havia grande interesse da comunidade em conhecer a comunicação em Libras. Gimenez (2019) assevera que as relações sociais e a inclusão são fatores dependentes da comunicação, uma vez que tamanha é a importância da comunicação. Ainda, convém lembrar que as experiências e as inquietações relacionadas a educação de surdos não ficaram somente no âmbito da Secretaria Estadual de Ensino – SEDUC/AM. A discussão estava sendo também ampliada para a Secretaria Municipal de Educação do Amazonas. Nesse ínterim, em 2007 fui trabalhar no Complexo Municipal de Educação Especial André Vidal de

Araújo, da SEMED/AM lotado no grupo que tratava com a educação de surdos, cujo trabalho era formação de professores e assessoramento em escolas onde tinham surdos incluídos.

Naquela ocasião percebi muita resistência por parte de alguns profissionais das escolas em trabalhar com alunos surdos. Dessa maneira concordamos com Ribeiro e Gomes (2017) quando afirmam que há relutância para a inclusão em todos os setores da sociedade devido ao desconhecimento das pessoas e à difusão de conceitos pejorativos que se dão ao longo dos anos. Além disso, nos assessoramentos realizados nas escolas que havia surdos incluídos, percebíamos o quanto era difícil a sua escolarização devido a questão da comunicação em Libras, isto é, entre os docentes com os discentes e também entre os discentes surdos com os discentes ouvintes e essas informações eram relatadas em forma de relatório, por escrito e em reuniões com toda a equipe. O debate sobre a inclusão entre os profissionais da educação, é primordial em uma escola, com encontros constantes e a troca de experiências vividas no dia a dia junto aos alunos (Silva e Ferreira, 2017).

É preciso pontuar que a comunicação é utilizada por todas as sociedades como forma de estabelecer o entendimento entre as pessoas que nela vivem, e é através dela que interagimos e nos desenvolvemos em todos os sentidos. Logo, a comunicação é a ferramenta de acessibilidade de inclusão para os alunos surdos. A Libras é um idioma que faz parte das tradições dos surdos e sua estrutura permite diálogos reais e imaginários. A diferença está na percepção do mundo, vista pelos olhos e expressada em forma de linguagem pelas mãos, associadas a expressões faciais e corporal (Nunes e Bernardo, 2018).

Ainda convém lembrar que a escola é o primeiro ambiente da manifestação da diversidade, daí surge a necessidade de se repensar e defender a escolarização como princípio inclusivo que necessita de reconhecimento dos sujeitos não inclusos no processo. Segundo Ciríaco (2020, p. 01) “muito se tem falado e escrito sobre inclusão, que tem como princípio a inserção de pessoas com deficiência no âmbito social”. Consoante a Constituição Federal de 1988, no Art. 205, a Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ademais, todos os cidadãos têm o direito de estudar e principalmente o direito de se comunicar, porém no caso dos discentes surdos, existe a necessidade da comunicação em Libras, para que esse direito seja alcançado. Logo, quando se afirma que “a educação é direito de todos”, faz-se necessário compreender que a educação está baseada na aceitação das

diferenças e na valorização do indivíduo, independente dos fatores físicos e psíquicos. Nessa perspectiva é que se fala em inclusão, em que todos tenham os mesmos direitos e deveres, construindo um universo que favoreça o crescimento, valorizando as diferenças e o potencial de todos (Ciríaco, 2020). No entanto, Ferreira e Lima (2021) afirmam que a comunicação em Libras entre os profissionais da educação e os alunos surdos é outro paradigma para que ele seja realmente incluído na sala de aula. Porém, incentivar através de pesquisas e de projetos voltados para a comunicação em Libras, são as demandas propostas para incentivar a comunidade escolar para caminhar em direção ao fortalecimento do ensino e da aprendizagem dentro do ambiente acadêmico.

É necessário observar sobretudo que as pessoas com deficiência têm o amparo legal para desenvolverem todas as formas de comunicação, por conseguinte, seu desenvolvimento escolar que possibilitará sua autonomia e faz parte da educação promover o efetivo direito à cidadania para seus educandos, portanto faz-se necessário respeitar a LEI n.º 13.146 que em seu art. 1º afirma que é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e as liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e a cidadania” (Brasil, 2015).

É importante enfatizar que em 2002, foi criada a Lei 10.436 regulamentando a Língua Brasileira de Sinais (Brasil, 2002). Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil, Lei n.º 10.436, Lei de Libras (Brasil, 2002). Conforme a Lei criada para uma efetiva comunicação entre os ouvintes e os surdos, a forma de apropriada que irá mediar esta interação é a Libras. A Língua Brasileira de Sinais é o meio de comunicação natural da Comunidade Surda, desenvolvida a partir da língua de sinais francesa. Não existe um padrão linguístico universal, cada país tem sua própria composição, podendo mudar entre regiões de um mesmo país (Borges et al. 2018).

Não obstante, ao chegarmos à portaria de uma escola, solicitamos informações sobre a sala de aula ou qualquer outro setor da instituição. Do mesmo modo, o aluno surdo. Porém, sua forma de se comunicar é através da Libras e os agentes não têm o costume de usar essa comunicação, mas isso não se limita à entrada, vai além e atravessa os setores da instituição, culminando na classe. Logo, o fracasso escolar bate à porta do discente, pois, sem comunicação, qual será a probabilidade de ele ter êxito na vida acadêmica? Logicamente muito pouca. Por outro lado, para Silva, Maranhão e Nunes (2020), afirmam que a comunicação entre surdos e ouvintes nem sempre é mediante sinais, pois a Libras é utilizada

apenas pela comunidade surda ou pelos profissionais da área da surdez. Todavia, falar de pessoas surdas é algo que tem se tornado necessário já que estas ainda enfrentam as maiores dificuldades possíveis em relação as suas necessidades de comunicação formal em ambiente escolar onde necessita do uso e disseminação da Libras. A expansão da Libras em todos os locais, possibilita mais pessoas se comunicarem em diversos tipos de assuntos, inclusive naquele que diz respeito ao ensino/aprendizagem (Silva, Maranhão e Nunes, 2020).

Além disso, a comunicação é fator primordial no ambiente escolar para o desenvolvimento dos discentes e não se imagina o local de ensino que promova a inclusão dos alunos sem interação e, os discentes surdos precisam ter sua comunicação em uso contínuo nesse ambiente. Segundo Pereira (2022), a inclusão da língua de sinais na escola, potencializará o crescimento dos alunos surdos tal qual os alunos ouvintes crescem com sua comunicação padrão, a língua portuguesa. Da mesma forma, a educação é a base para a humanização dos estudantes, mas o processo de comunicação transmitido em ambiente escolar, fará a diferença para seu êxito. Sendo assim, não se pode imaginar a ausência deste fator, pois tudo que é apreendido será levado para a vida toda. Para acompanhar a transformação da sociedade, partimos da premissa que a educação transforma a vida das pessoas e os indivíduos surdos que estão presentes nas escolas regulares, neste sentido, tais alunos precisam da comunicação para crescimento educacional. Para Ferreira e Lima (2021) a escolarização dos alunos surdos tem que ser debatida amplamente, pois a implementação da Libras em classe, devido sua importância, é fundamental.

Trazendo a comunicação em Libras entre os discentes surdos e discentes ouvintes do ensino médio integrado para o Instituto Federal do Amazonas/CMC há um ponto de interrogação: como está sendo feita a comunicação entre os discentes? Segundo Cunha, Oliveira e Farias (2019) o fato de a aula ser ministrada somente em português dificulta o aprendizado do aluno surdo, pois a maioria se comunica através da Libras.

Sem dúvida a disseminação da Libras, ainda é um grande desafio para os alunos surdos, quanto para os alunos ouvintes. A partir do momento em que a escola aceita a língua de sinais como a primeira língua do surdo, este torna-se participante do processo de interação e socialização com a comunidade escolar. De acordo com Ferreira e Lima (2021), ao frequentar a classe comum, tem que considerar as características e o modo de ser do aluno surdo para que ele se sinta à vontade no ambiente.

Portanto, a Libras possui todos os requisitos de comunicação existente nos outros idiomas, porém, a diferença está na sua forma de percepção e reprodução, isto é, em vez de emitir sons, o usuário percebe o mundo pelos olhos e reproduz a comunicação com as mãos e,

além disso, pode haver as expressões no rosto e no corpo para dar ênfase a alguma sentença (Silva, Maranhão e Nunes, 2020).

Diante do exposto, lançamos o seguinte **problema científico** a ser investigado: de que forma acontece a inclusão em Libras entre os discentes ouvintes e os discentes surdos do ensino médio integrado do IFAM CMC? E ainda, para investigar o problema científico evidenciado traçamos o seguinte Objetivo Geral desta pesquisa:

OBJETIVO GERAL: Analisar de que maneira ocorre a comunicação em Libras entre alunos ouvintes e alunos surdos do ensino médio integrado do IFAM CMC. Para que possamos alcançar o objetivo geral proposta lançamos os seguintes objetivos específicos:

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Entender a linguagem utilizada no dia a dia entre os discentes ouvintes e os discentes surdos; verificar se a comunicação entre os discentes ouvintes e os discentes surdos ajuda no ensino aprendizagem dos discentes surdos; descrever as dificuldades de comunicação que os discentes surdos têm com os discentes ouvintes, professores e pedagogos; desenvolver um manual de comunicação em Libras que permita a interação entre os discentes ouvintes e discentes surdos, professores e pedagogos.

Nesta pesquisa lançamos as seguintes questões norteadoras: de que maneira podemos entender a linguagem utilizada no dia a dia entre os discentes ouvintes e os discentes surdos; de que forma a comunicação entre os discentes ouvintes e os discentes surdos ajuda no ensino aprendizagem dos discentes surdos? como podemos descrever as dificuldades de comunicação que os discentes surdos têm com os discentes ouvintes, professores e pedagogos? que medidas podemos tomar para desenvolver um manual de comunicação em Libras que permita a interação entre os discentes ouvintes e discentes surdos, professores e pedagogos?

2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Com o passar dos anos, a Educação Especial vem passando por grandes avanços no sistema de ensino e a cada dia busca incluir em ambiente escolar os alunos especiais, isto é, vem priorizando, através de lei, a permanência deste público. A Educação Especial é assegurada pela a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96): essa modalidade de educação escolar é oferecida especialmente na rede regular de ensino para os indivíduos que possuem necessidades próprias e diferentes dos demais alunos. A Educação Inclusiva está baseada no respeito e na valorização de cada educando envolvido no processo

de ensino-aprendizagem (Oliveira et al. 2022). Para Alcântara e Coelho (2019), quando se trata de inclusão o que temos que pensar é, na quebra de paradigmas e de conceitos equivocados culturalmente nas pessoas acerca do outro, logo, faz-se necessário que a sociedade não deixe de pensar em todos os casos relacionados a inclusão de pessoas na sociedade.

Vale destacar também que, o debate sobre a inclusão vem sendo discutido amplamente, tanto na sociedade quanto na escola. As organizações com o poder de propor e executar ações em prol da inclusão estão divulgando e defendendo a inclusão como direito de todas as pessoas com ou sem deficiência e estão baseadas na diversidade dos grandes espaços culturais onde as pessoas estão inseridas (Silva e Ferreira, 2018). Por outro lado, Faria e Camargo (2018) defendem que, não apenas por medidas legais para garantir o direito dos alunos a seu acesso à educação, pretende-se que, no surgimento de escolas inclusivas deve haver um novo entendimento na forma de construir o saber escolar e constituir novos conceitos e novas metodologias que potencializem o ensino e a aprendizagem dentro desse ambiente.

As pessoas com necessidades especiais estão em pé de igualdade social em relação aos outros atores sociais, neste sentido:

A teoria da igualdade formal e material focaliza a atenção ao sujeito na medida de suas diferenças. Como dito por Rui Barbosa (2004, p. 39), “a regra da igualdade não consiste senão em quinhonar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualam. [...] Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real” (Rodrigues, Nozu e Neto, 2019, p. 175)

Uma sociedade mais justa está relacionada com a aquisição da autonomia, isto é, onde as pessoas estão incluídas em um contexto favorável em que as oportunidades de crescimento surjam por meio de direitos sociais. Segundo Frohlich e Corcini (2018, p. 997). “A inclusão é uma condição necessária tanto para a diminuição das desigualdades quanto para a constituição de uma forma de vida mais democrática e participativa na contemporaneidade”. Pode-se dizer que ao pensar na participação de grupos minoritários nos debates sociais, estes produzem o avanço em direção a perspectivas melhores e democráticas (Frohlich e Corcini, 2018).

Em relação ao apoio a participação dos coletivos nos debates democráticos, conforme Silva e Ferreira (2017, p. 135):

Neste sentido, é válido ressaltar que até os dias atuais, tanto os sujeitos com deficiências, quanto as demais, devem ser apoiadas para o fim de abraçar a causa da igualdade para todos, ou seja, da inclusão, para lutar e ter sua voz ouvida e que efetivamente a inclusão exista e seja respeitada, sendo que as especificidades de cada pessoa devem ser levadas em consideração, onde possa ocorrer a possibilidade de pôr um fim de uma vez por todas aos atos segregativos extremamente perceptíveis e possíveis de se identificar cotidianamente.

Tendo em vista os aspectos mencionados, a construção da inclusão social para as pessoas com deficiência, depende que as leis sejam respeitadas. Outro fator importante é a criação de novas leis, porém, não basta estarem em sendo usadas de forma midiática, é necessário haver consciência de todos para seu êxito.

2.1 FUNDAMENTOS LEGAIS PARA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

De acordo com Souza e Santos (2021). Uma sociedade está pautada por regras que asseguram a manutenção efetiva das conquistas alcançadas, principalmente para as pessoas com deficiência, pois, as lutas são mais intensas e desgastantes. A educação especial está interligada com a inclusão das pessoas com deficiência no Brasil, pois, houve a necessidade que através de lei fossem prestigiados esses atores sociais. Conforme o art. 58 da Lei de diretrizes e bases da educação nacional, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996; “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de Educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.

A atenção às pessoas com deficiência surgiu, primeiramente, em âmbito internacional enfatizando a importância do direito a manter-se ¹e ter vida integra², como bem comum a todos e a serem livres e protegidos (ONU, 1948). E ainda, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990) no artigo 3, item 5, explica que as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo, passaria a propor as diretrizes de políticas públicas.

¹ Artigo 3. Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

² Artigo 25. 1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

As várias declarações expedidas pela ONU compilaram a determinação para que os Estados, efetivamente, oportunizassem a educação para as pessoas com deficiência em seus sistemas educacionais. (declaração de Salamanca, 1994). E ainda, a Declaração de Salamanca (1994) explica que houve o engajamento de todos os setores sociais dos países, enfatizado com a participação de seguimentos de pessoas com deficiência naquela conferência mundial. Em seu item 2, da Declaração de Salamanca (1994) sobre os direitos das pessoas com deficiência os delegados dos países acreditam e proclamam que:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Em 1999 houve a Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência - Convenção de Guatemala, e tinha como essência combater todo o tipo de preconceito em desfavor das pessoas com deficiência. É asseverado que todas as pessoas não serão discriminadas em hipótese nenhuma, pois, a equidade é um bem comum a todos (Guatemala, 1999).

Em seu artigo I, item 2, da discriminação contra as pessoas com deficiência, o documento explica que:

- a) o termo "discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência" significa toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais. b) não constitui discriminação a diferenciação ou preferência adotada pelo Estado Parte para promover a integração social ou o desenvolvimento pessoal dos portadores de deficiência, desde que a diferenciação ou preferência não limite em si mesma o direito à igualdade dessas pessoas e que elas não sejam obrigadas a aceitar tal diferenciação ou preferência. Nos casos em que a legislação interna preveja a declaração de interdição, quando for necessária e apropriada para o seu bem-estar, esta não constituirá discriminação.

Reafirmando o objetivo dessa convenção, segundo seu Artigo II “esta Convenção tem por objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade” (Guatemala, 1999, p 03). Corroborando com a importância dos direitos fundamentais, e ainda, o acesso igualitário a todos os espaços da vida é um pré-requisito para os direitos humanos universais e liberdades fundamentais das pessoas. O esforço rumo a uma sociedade inclusiva para todos é a essência do desenvolvimento social sustentável (Montreal, 1996, p. 01)

E aqui no Brasil, os primeiros atendimentos às pessoas com deficiência teve início na época do Império, no século XIX:

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro (Brasil, 2010, p. 11).

Em 1961, o tratamento dado às pessoas com deficiência era de “excepcionais” e seu atendimento escolar estava embasado nas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, isto é, impreterivelmente apontado o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema educacional (Brasil, 2010).

A Constituição Federal de 1988 deixa bem clara a intenção de erradicar todo o tipo de discriminação, logo, viabilizar o bem de todos³, sem nenhuma barreira discriminatória (art.3º, inciso IV). No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e, garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208), (Brasil, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20.12.1996, estabelece, em seu Art. 2º, que A Educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

³ Artigo – 205. A educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases LDB nº 9.394/96 instituiu os princípios que regulam a educação nacional. Conforme a Constituição Federal de 1988, no qual, a educação é prevista como um direito fundamental (art. 6º), a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 é resultado da luta dos movimentos sociais vivenciados no país no período da redemocratização (Brasil, 1996).

E ainda, é importante que a família compreenda que a comunicação a participação em todos os sentidos é fator primordial para o equilíbrio e harmonia do contexto familiar e o alicerce para o desenvolvimento global do indivíduo” (MEC, 2004, p. 01). A escola que inclui as pessoas mediando sua educação, conforme sua especificidade, necessitava de diretrizes mais homogeneizadas que os contemplasse, porém, com o Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, apresenta propostas que englobam uma série de ações de combate à desigualdade relacionada a inclusão da diversidade humana. Neste sentido:

”O grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. Ao estabelecer objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, aponta um déficit referente à oferta de matrículas para alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular, à formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado (Brasil, 2001)

Visando o melhor atendimento às diversidades, por conseguinte, as pessoas com necessidades educacionais especiais, a Resolução CNE/CP nº 1/2002 em seu art. 1º, enfatiza que a formação docente da educação básica deverá ser em nível superior de graduação plena. Cada estabelecimento de ensino deverá ficar responsável em elaborar todos os mecanismos legais para essa formação (Brasil, 2002). Em relação a organização curricular das instituições o art. 2º dessa resolução recomenda que ações além das dispostas nos artigos 12 e 13 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Neste sentido, são recomendadas outras diretrizes peculiares à formação de professores:

I - O ensino visando à aprendizagem do aluno; II - o acolhimento e o trato da diversidade; III - o exercício de atividades de enriquecimento cultural; IV - o aprimoramento em práticas investigativas; V - a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares; VI - o uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores; VII - o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe. (Brasil, 2002, P. 01)

Especificando a educação de surdos e sua inclusão, a Lei de nº 10.436, de 24 de abril de 2002, a Lei de Libras dava ênfase a essa comunicação como a língua oficial da comunidade surda, logo, ao mesmo patamar de qualquer língua utilizada sendo difundida e apoiada por todos seguimentos da sociedade. E ainda, as instituições tanto públicas, quanto às instituições privadas deverão garantir o atendimento adequado para as pessoas surdas, isto é, oferecer a mediação em seu atendimento através da Libras. O ensino da Libras, conforme o art. 4 dessa lei, será oferecido em todas esferas públicas de educação do Brasil nos cursos formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, pois, a Língua Brasileira de Sinais – Libras faz parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, desta legislatura. (Brasil, 2002).

A lei de Libras veio de encontro aos anseios da comunidade surda em defesa de sua cultura linguística, porém, sua regulamentação só veio através do decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, conforme o art. 1º “Este Decreto regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18⁴ da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000” (Brasil, 2005). Em seu capítulo II, o decreto estabelece a inclusão da Libras como disciplina curricular com as seguintes disposições:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. § 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério. § 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto. (Brasil, 2005)

Em 2011 o decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, em seu artigo 1º enfatiza que é dever do estado cuidar do atendimento das pessoas com deficiência, e ainda, corrobora com os documentos anteriores e acrescentou mais diretrizes para que haja desenvolvimento social das pessoas com deficiência, logo, sob aspecto nenhum deverá haver a exclusão de alunos do sistema regular de ensino em todas as esferas (Brasil, 2011). Em relação à educação de

⁴ Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

surdos, este decreto no 2º parágrafo do artigo 1º, explica que “No caso dos estudantes surdos e com deficiência auditiva serão observadas as diretrizes e princípios dispostos no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005” (Brasil, 2011, p. 01). Além disso, a Lei no 13.146, de 06 de julho de 2015, que instituiu e promoveu o exercício dos direitos e liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, com o objetivo de promover a sua inclusão social e cidadania. De acordo com esta lei.

[...] considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015)

Além disso, no que diz respeito quem são essas pessoas com deficiência a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 em seu Art. 2º determina que: considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. De acordo com Chaiben (2019), esta lei é conhecida como o estatuto das pessoas com deficiência e torna obrigatória a inclusão total dessas pessoas. Esta lei garante e difunde a equidade e o amplo exercício da cidadania plena dos direitos, desse modo, visa sua inclusão na sociedade.

Vale destacar também, que a lei federal n.º 13. 409, de 28 de dezembro de 2016 possui como objetivo determinar a inclusão das pessoas com deficiência na lei de cotas, caracterizando um grande marco para inclusão para área educacional, isto é, se trata do acesso às instituições públicas de ensino superior. Neste sentido a lei n.º 13.409, de 28 de dezembro de 2016, altera a Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012 em seu artigo 3º com o seguinte texto:

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Uma sociedade que valoriza e oportuniza as pessoas menos favorecidas em seu acesso para o ensino, está deveras evoluindo na relação com o outro, mas também ela cresce em todos os aspectos, inclusive no econômico, pois, está colocando na sociedade profissionais com potencial de agregar sua contribuição efetiva de cidadão proativo. É de fundamental importância a participação em sentido macro da sociedade na sua formação escolar e universitária. Desse modo entende-se que o acesso à universidade que acontece atualmente é muito importante na vida de uma grande parcela de estudantes, isto é, na transição que visa o mercado de trabalho e o fortalecimento de novas perspectivas de interação na sociedade (Chaiben, 2019).

Vale destacar também que o decreto n.º 10.502, de 30 de setembro de 2020 apresenta em seu artigo primeiro o texto que trata da proposta a ser implementado para inclusão das pessoas com deficiência. Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará programas e ações com vistas à garantia dos direitos à educação e ao atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Em seu art. 2º destacamos os itens I, IV e IX desse decreto por conta dos conceitos atribuídos em relação às propostas macros do decreto:

I - educação especial - modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação; IV - política educacional inclusiva - conjunto de medidas planejadas e implementadas com vistas a orientar as práticas necessárias para desenvolver, facilitar o desenvolvimento, supervisionar a efetividade e reorientar, sempre que necessário, as estratégias, os procedimentos, as ações, os recursos e os serviços que promovem a inclusão social, intelectual, profissional, política e os demais aspectos da vida humana, da cidadania e da cultura, o que envolve não apenas as demandas do educando, mas, igualmente, suas potencialidades, suas habilidades e seus talentos, e resulta em benefício para a sociedade como um todo; XI - planos de desenvolvimento individual e escolar - instrumentos de planejamento e de organização de ações, cuja elaboração, acompanhamento e avaliação envolvam a escola, a família, os profissionais do serviço de atendimento educacional especializado, e que possam contar com outros profissionais que atendam educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

No entanto, a Rede Brasileira de Inclusão da pessoa com Deficiência (Rede-In) composta por 20 entidades da sociedade civil, contesta o decreto e acredita que ele regride com os avanços conquistados ao longo dos anos. A "nova" política educacional é um

retrocesso na educação, uma vez que revive um problema que já foi ultrapassado, que segregava os estudantes em classes e escolas especiais, além de ser inconstitucional. A inclusão é a única direção para uma educação de excelência, que garante igualdade na aprendizagem e inclui estudantes com deficiência sem discriminação (REDE-IN, 2020).

Em virtude do que foi mencionado, os marcos legais que norteiam a inclusão das pessoas com deficiência estão em diversos documentos ao longo dos tempos, porém, é preciso que sejam implementados com a participação de toda a sociedade porque não adianta trabalhos isolados neste sentido, senão cada lei, decreto, resolução ou afins que estão aí ou que surgirem, serão apenas para constar e a inclusão das pessoas com deficiência não avançará em seu benefício, apesar dos direitos adquiridos.

2.2 PARADIGMAS PARA A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

As diretrizes que regulam as leis em uma sociedade têm os paradigmas que surgem em seus respectivos locais de vigência, logo, não é diferente e nem menos abrangente, mas acontece no sistema de ensino, pois, a inclusão é um tema muito delicado que faz parte de muitos debates, porém, necessários. A inclusão tem como objetivo, dentre vários, subsidiar condições favoráveis para o desenvolvimento humano, contudo, a inclusão para as pessoas com deficiência se desenvolve, de modo geral, por meio de leis, decretos e resoluções que apoiam e implementam regras para quebrar os paradigmas que atrasam a inclusão, por outro lado, a conscientização atitudinal da sociedade, em relação a diversidade, é primordial:

Para que a inclusão aconteça de fato, e as políticas públicas se concretizem, é necessário lançar um novo olhar frente às deficiências, é preciso que haja uma mudança de mentalidade e do comportamento de toda sociedade em relação à diversidade e da escola também. Assim, é crucial que o professor tenha conhecimento de que os alunos não aprendem de maneiras iguais, nem por meio do mesmo conteúdo, estratégias e recursos, nem tão pouco devem se organizar em função de um aluno padrão e sim a partir da diversidade existente no âmbito escolar (Cerqueira e Maia, 2018, p.103).

Ainda convém lembrar que a inclusão das pessoas com deficiência depende de políticas educacionais que atendam as demandas de acessibilidade ⁵que este grupo social

⁵ Acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

necessita, porém, a acessibilidade atitudinal ⁶ também é fator de extrema importância para o êxito de tais políticas. Segundo, Cerqueira e Maia (2018). Pelo fato de o Brasil ser uma sociedade democrática, tem se discutido o aprimoramento de um currículo na educação inclusiva que atenda às necessidades educacionais das pessoas com deficiência.

Neste sentido, Carvalho e Araújo (2018, pag. 01) afirmam que:

Quando há políticas educacionais numa perspectiva de trazer melhorias na inclusão de pessoas com deficiência, há toda uma quebra de paradigmas voltados para uma democratização cada vez maior no âmbito escolar e criam-se possibilidades para uma nova forma de aprendizagem, abrem-se portas para um mundo melhor e uma convivência diferente e saudável. De nada adianta manter um discurso político de aceitação a toda forma de diversidade, seja ela sexual, racial, étnica, religiosa e de pessoas com deficiência, se não há um cuidado e planejamento para a permanência, frequência, aprendizagem e acessibilidade a todos os sujeitos que compõem a escola.

Outra preocupação constante é a forma do currículo escolar, geralmente padronizado para todos os estudantes. No entanto, eles não são comparados com o currículo dos alunos com deficiências e contemplados com as devidas adequações. A educação na escola, formalmente falando, tem um currículo pré-definido para socializar a ciência e a cultura, ou seja, tudo o que é produzido pela sociedade. Todavia, a compreensão da educação em seu aspecto macro, também é necessário para o desenvolvimento humano de todos (Rodrigues, Nozu e Neto, 2019). Para Silva e Carvalho (2017), se não houver o planejamento curricular da equipe docente e da multiprofissional ocasionará a exclusão dos alunos deficientes, assim como, a não utilização dos recursos pedagógicos os isolará dos demais alunos. E ainda, reforçando a ausência ou a forma inadequada do planejamento pedagógico:

[...] os problemas de aprendizagem podem surgir devido a causas pedagógicas, ou seja, a própria escola pode criar e produzir problemas de aprendizagem para as crianças. A escola cria esses problemas através de inadequação metodológica, precária qualificação do corpo docente, currículo inadequado, falhas no processo de avaliação, salas numerosas. (Souza e Silva, 2017, p. 63)

Além disso, ainda relacionada ao currículo, Rodrigues (2019) afirma que, grande parcela dos estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE), por ter limitações,

⁶ Refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras. Fonte: UNOESC Atendimento ao Aluno > Acessibilidade.

não atingiram resultados positivos, do ponto de vista escolar, e muitas vezes professores são questionados pelo fato do aluno estar em ambiente de aula, pois, o que se pensa é que esse aluno, vai ser excluído à medida que não corresponda positivamente com um a determinada atividade devido ao fato de não conseguir fazê-la.

Inicialmente, vislumbrasse para que haja avanços em direção a inclusão das pessoas com deficiência, ações precisam ser tomadas, pois, não adianta fazer campanhas midiáticas para sensibilizar o outro se não existe respeito as legislações vigentes. Segundo, Silva e Ferreira (2017), a conscientização da comunidade escolar sobre direitos e deveres propostos pelas ações inclusivas das leis vigentes é fator primordial para atingir a adequação ideal de inclusão e ter o olhar que incluem e preza pela igualdade de todos. Segundo Carvalho e Araújo (2018), com o olhar mais atento em relação ao contexto social, dá para perceber que o processo de inclusão está caminhando a passos lentos, visto que políticas para educação juntamente como às políticas públicas para o país são bastantes complicadas, pois a distribuição de renda é aquém do salutar, portanto, o sonho da escola inclusiva continua sendo um sonho. Por outro lado, Souza (2021) lembra que, ao analisarmos o que houve no passado da humanidade no que diz respeito as relações sociais com a pessoa com deficiência, podemos compreender até que ponto elas estão inseridas no momento. Segundo Guimarães (2021, p. 277) “a inclusão rompe com os paradigmas e padrões que gera exclusões e indiferenças dentro da própria escola, questiona perfis moldados e identidades hierarquizadas”.

Outra situação se apresenta maquiada de inclusão e exclui o aluno no ambiente de ensino é a integração e este modelo apresenta o apenas inserido na sala, por conseguinte, não participa das atividades em igualdade de condições com os outros alunos, isto é, tem que se adaptar à escola e às condições pedagógicas pertinentes para seu desenvolvimento não são contempladas. Segundo Ziesmann e Guilherme (2020), observou-se que a integração de alunos na escola que era defendida, não contemplava os anseios de acesso, permanência e êxito de modo satisfatório, muito pelo contrário, deixava diversas lacunas em seu aprendizado. Em relação a permanência e êxito do aluno, a escola inclusiva é o modelo que pretende contemplar tais anseios, neste sentido, Alcântara e Coelho (2019) afirmam que:

Quando falamos em escola inclusiva, falamos em um novo modelo de escola, que aceita e convive com a diversidade de alunos e está preparada para isso. A aceitação da proposta de inclusão reflete o pensamento atual em se acreditar no potencial dos alunos com deficiência.

Percebe-se que são muitos pontos a ser debatido e executado da melhor forma, pois, trabalhar junto aos alunos com deficiências não é uma tarefa das mais fáceis é necessário a união de toda a comunidade escolar juntamente com o poder público em um só objetivo, a inclusão de forma satisfatória dos alunos. Para Santos (2021, p. 69)), partir das Políticas Públicas vigentes, a inclusão de crianças com deficiências dentro da Educação Infantil tornou-se importante não só para o processo de socialização e inclusão, mas também pensando nas aprendizagens dos mesmos. Mais aprimoramento para aumentar o atendimento, respeito, acesso e a permanência dos alunos na escola, isto é, desenvolver oportunidades de aprendizagem (Santos, 2021). Além disso, no que lhe concerne, os profissionais da educação, que atuam junto as pessoas com deficiência, buscam oferecer o seu melhor para o crescimento desse público, embora muitas vezes sem recursos ou apoio. Para Silva e Carvalho (2017) “o fazer inclusão está além das formalidades e subsídios materiais, faz-se necessário conhecer como é o cotidiano do aluno e em que condições ele acessa a sala de aula”.

Porém, de acordo com Campos (2019), lidar com uma situação nova mostra o despreparo do professor em relação aos conhecimentos anteriores sobre inclusão, uma vez que o professor não tem formação inicial e continuada específica para a área que requer o conhecimento sobre o aluno com deficiência, ou seja, é preciso aprender a prática mais adequada de atendimento. Roseno (2020), corroborando com a afirmação anterior, explica que a falta de preparação do professor vem desde sua formação inicial e esse é um dos motivos para as atividades que ele planeja deixar muito a desejar em relação à aprendizagem do aluno, e ainda, da mesma forma, ele não consegue ter formação continuada na área específica para atender seu aluno com deficiência

Por outro lado, o conceito que o professor traz consigo sobre os estudantes, principalmente sobre os deficientes, estimulará todo o processo pedagógico, por conseguinte, o crescimento de todos. Assim, fala-se muito sobre o preparo dos professores para atender os alunos com necessidades educacionais específicas, porém, um fator a ser observado é o emocional do profissional, isto é, para receber esse público ele precisa conhecer a especificidade que irá atender (Ribeiro e Gomes, 2017).

De modo geral, não se constata uma preocupação consistente em preparar emocionalmente os profissionais para o novo trabalho que deles se exige. Assim, muitas vezes, os aspectos emocionais do professor são relegados em detrimento dos fatores cognitivos, fazendo com que a formação docente se volte somente à compreensão intelectual dos termos e das situações de inclusão, porém deixando de considerar a importância das emoções do professor, tanto frente ao trabalho

realizado no processo inclusivo como em relação ao aluno com necessidades educacionais especiais (Faria e Camargo, 2018).

Verifica-se ainda que, pelo fato do professor ter baixo salário, ele não consegue dedicar-se em tempo integral juntos aos seus alunos porque tem acúmulo de empregos que, por conseguinte, o levam ao extremo do físico e do mental, porém, esse mesmo profissional tem a necessidade de se manter preparado, no entanto, ele afirma estar despreparado pelas dificuldades encontradas no dia a dia em relação ao tempo para se capacitar (Rodrigues, 2019). As ações de formação continuada oferecidas para capacitação dos professores são válidas, mas é difícil organizar um calendário que encaixe a grande parcela desses professores, além disso, existem fatores como a grande demanda de trabalho que eles exercem. Rosa (2020) afirma que, as mudanças somente ocorrem com muita vontade e a dedicação de todos, no entanto, o professor realiza muitas atividades na escola que trabalha e por muitas vezes, atua em mais de uma escola e isso toma todo o seu tempo e, se torna grande barreira para o professor participar, com êxito, das formações oferecidas.

Outra preocupação constante é que a escola somente cumpre um bom papel com o apoio da comunidade e da família, pois a escola necessita dessa parceria e, a partir daí, é possível tomar conhecimento de algumas situações que interferem no desenvolvimento escolar do aluno. Sendo assim, a escola faz ações para resolver o problema em questão. Garcia (2018) aponta, nesse aspecto, que, em muitas famílias com filhos deficientes, há a triste realidade do abandono pelo marido logo que essa criança especial nasce, ou, às vezes, por conta das dificuldades que podem surgir com o decorrer do tempo. Além disso, o preconceito, os temores e a não aceitação daquela situação, são outros fatores de impacto na vida em família e obviamente chega até a escola. Por outro lado, a escola possui um papel fundamental para dar vez e voz a essa parceria, isto é, ela forma, informa e inclui e quebra essa rotina pré-estabelecida há tempos. A união em torno de um bem comum, gera diversas possibilidades de promover práticas inclusivas, visto que, as trocas de experiências potencializam às ideias nesse sentido (Garcia, 2018).

Outrossim, segundo Rodrigues (2019), o atendimento em situação de inclusão para os alunos deficientes, não é um monólogo, ele é desenvolvido com a socialização e a prática de personagens externos, tais como (ONG, setor público, etc.) e outros que atuam em prol da inclusão escolar e fazem parte desta rede que apoia a inclusão das pessoas com deficiência, juntamente com os agentes internos (profissionais de educação, estudantes, comunidade escolar, etc.). Para Tamiozzo (2018), a missão que o professor dos alunos especiais está

comprometido é aquele que preza pela inovação e a organização novas práticas pedagógicas que proponham mudanças no espaço escolar que não consegue atender esses alunos, por conseguinte, viabilizar propostas diferenciadas a especificidade de cada aluno, isto é, garantir com essas ações sua inclusão é a dificuldade que vem se desenhando há tempos. Contudo, toda a comunidade escolar compactua do mesmo pensamento em que ações sejam criadas e desenvolvidas para o crescimento e a aprendizagem dos alunos além da escola.

Vale destacar também que, poderão ser apontadas possibilidades de reorganizar as ações que possam oferecer formações continuadas específicas para potencializar a atuação dos professores junto aos estudantes da educação especial, de forma que, atendam cada especificidade de cada um, logo, suprir as necessidades educacionais e superar as dificuldades que porventura surjam (Ziesmann e Guilherme, 2020). Por outro lado, se existe a dificuldade para a inclusão do aluno no ensino fundamental regular, imagina então no ensino superior regular e este ponto tem destaque, pois, se trata da sequência da vida escolar do aluno. Gonçalves (2021) afirma que, na ausência de investimento para a educação, prejudica aqueles alunos que querem seguir sua vida estudantil no ensino superior regular, percebe-se que há descaso dos governantes, por conseguinte, a falta de materiais e investimento na qualificação dos professores e na produção de material didático.

Pode-se afirmar que a acessibilidade digital é bastante relevante para o ensino e a aprendizagem de todos os estudantes, inclusive para os com deficiência. O mundo está em constante evolução com as novas propostas metodológicas adequadas em sua utilização a favor da inclusão, tais como: programas, aplicativos e softwares, entre outros. Segundo Chaibein (2019), a acessibilidade digital é um fator preponderante para a inclusão todas as pessoas, com ou sem deficiência, e existem leis que cobram as instituições sociais, que disponibilizem a acessibilidade digital para as pessoas com deficiência, tais como: sites comerciais, institucionais, governamentais; livros eletrônicos (livros eletrônicos); cursos a distância (EaD).

Outro fator existente é que apenas inserir em sala de aula uma pessoa com deficiência não elevará o seu desenvolvimento, pois isso acontece somente em um espaço adequado e com todas as condições para oferecer o atendimento certo. Segundo Silva (2020) as ações que visam a inclusão de pessoas com deficiência na educação e no trabalho, perante o que aconteceu na história, não são bastantes para suprir o desequilíbrio causado. Por exemplo, quando são colocadas pessoas cegas e com baixa visão no mesmo ponto de equilíbrio de pessoas não deficiente visual, não significa êxito escolar, universitário e no trabalho para os deficientes incluídos. A sua inserção nesses espaços físicos e simbólicos dominados pelos

ditos "normais" não caracteriza sua inclusão efetiva. Poderá acontecer que em atividades experimentais a deficiência do aluno prevaleça em detrimento ao seu aprendizado, pois o ambiente é de segregação ⁷sem instrumentos adequados e métodos de ensino com a perspectiva inclusiva, apenas atividades regulares (Silva, 2020).

Além disso, em relação aos métodos de ensino, Tamiozzo (2018), explica que: Houve modificações relacionadas à educação especial, mas foi necessário usar outras técnicas para efetivar outras formas de educação. A primeira foi observar, compreender a diversidade e o singular de cada um. A escola, para ser considerada moderna, oferece educação para todos, com acesso equitativo ao saber e ao conhecimento científico, mas as dificuldades para desenvolver o processo para absorver toda essa diversidade são evidentes, uma vez que a educação especial com qualidade precisa ser bem esmiuçada em suas especificidades. Para Campos (2019) a ideia que a inclusão escolar é assunto para discussão pública é verdadeira, sobretudo quando se percebe a literatura, neste sentido, crescendo a cada dia e aumentando as expectativas da sociedade para a inclusão social de pessoas com deficiência. No entanto, surgem obstáculos para a implementação das políticas públicas previstas em leis, porém, as atitudes conscientes e as adequações físicas, lamentavelmente, são obstáculos que precisam ser superados com a mais brevidade possível.

Levando-se em consideração esses aspectos apresentados, os paradigmas existentes para a inclusão das pessoas com deficiência são o grande desafio para toda a sociedade, pois, sem a união em prol dessa causa não haverá um entendimento para que essas pessoas cresçam, não apenas no ambiente escolar e sim para a vida social. A vida acadêmica prepara os indivíduos para se tornarem cidadãos autônomos e, essa autonomia só é adquirida em um ambiente que propicie as oportunidades necessárias. Segundo Godoy (2018) acreditamos que conhecer todos esses processos poderá nos ajudar a apreender e questionar os aspectos mais variados que diz respeito aos atores que fazem parte de todo o processo que permeia a inclusão social das pessoas com ou sem deficiência.

⁷ Segregação é o processo de dissociação mediante o qual indivíduos e grupos perdem o contato físico e social com outros indivíduos e grupos. Essa separação ou distanciamento social e físico é oriundo de fatores biológicos ou sociais, como raça, riqueza, educação, religião, profissão, nacionalidade, entre outros.

2.3 A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM AMBIENTE ESCOLAR

Muito se debate as dificuldades encontradas para a inclusão escolar das pessoas com deficiência e como ressalva sobre o quadro apresentado, existem muitas literaturas que tratam dessa temática e apontam suas causas, porém, para a mudar esse quadro, é preciso discutir às possibilidades e os pontos que poderão ser aproveitados. Logo, existe a necessidade de potencializar ações nesse âmbito. Nesta perspectiva mais ampla sobre a educação, a sua proposta é fugir das práticas adotadas para a inclusão escolar de pessoas com deficiência com a tendência de focar no aluno perfeito, ou seja, aquele que apresenta resultados significativos nas avaliações para posicionamento classificatório curricular e que as reflexões se distanciam do ensino e da aprendizagem, que favorecem a paridade e a dignidade (Alves, Pinheiro e Caetano, 2019).

Além disso, os questionamentos relacionados a inclusão escolar a cada dia estão em evidência nas falas e nas políticas da área de educação nos últimos anos e, para corresponder aos debates, é primordial que mais ações direcionadas a inclusão nas escolas do atendimento específico para as crianças com necessidades de aprendizagem e com deficiências. Ainda convém lembrar que a convivência com as diferenças nem sempre foi tema de debates mais amplo na sociedade, porém com o advento dos documentos que falam sobre a inclusão social, o tema passou a ser visto com outros olhos, isto é, com mais visibilidade, percebesse que muitos profissionais deixarem de ver os deficientes como problemas e passaram a vê los como pessoas com potencial para contribuir socialmente, isto é, basta ter as condições adequadas para seu desenvolvimento.

Neste sentido, Tamiozzo (2018, p. 30) explica:

Os profissionais da educação passaram a ser convocados a olhar a aprendizagem a partir dos ditames da educação inclusiva, que desafia a repensar o conceito de formação e aprendizagem a partir da possibilidade de conviver com a diferença e com o inesperado impostos pelas exigências específicas de cada aluno, seja este com ou sem deficiência. O professor, assim, passa a contribuir com a aprendizagem do aluno na medida em que considera que cada um aprende de forma única e singular.

Observando esse cenário, a inclusão tem como um de seus objetivos oportunizar a todos as condições de igualdade em todos os âmbitos sociais, não obstante, na educação é da mesma forma, com a missão de atender com excelência os alunos com deficiência. Segundo Stainback e Stainback (1999, p. 21 apud Ziesmann e Guilherme, 2020, p. 87), a educação inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos, independentemente de seu

talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural em escolas e salas de aula provedoras, em que as necessidades desses alunos sejam satisfeitas.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva do MEC, Portaria Ministerial nº555, de 2007, que nomeou o grupo de trabalho para atualizar a política de educação especial, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008, apresenta em seu item IV o objetivo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo: Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; Atendimento educacional especializado; Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; Participação da família e da comunidade; Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; Articulação Inter setorial na implementação das políticas públicas. (Brasil, 2008)

Sob o mesmo ponto de vista, conclui-se que a escola passa a ser imprescindível na educação inclusiva e consegue unir a educação, família e a sociedade compactuando os mesmos princípios. Isto é, aqueles que fundamentam o crescimento das pessoas, o qual é o respeito a diversidade, visto que, a escola é o espaço que prepara às pessoas com ou sem deficiência para interagir em todos os ambientes sociais. Pereira (2019) afirma que, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) houve mudanças propositivas em prol da inclusão das pessoas com deficiência no ambiente escolar, através da política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e da afirmação do Atendimento Educacional Especializado como prática de complemento ou suplemento educacional para alunos com deficiências. Para Caimi e Luz (2018) em relação à gestão ao nível macro, existe a necessidade de diálogos alinhados com as outras instituições, isto é, com secretaria de transporte, cultura, saúde, esportes e lazer, do modo que possibilite o atendimento em sua integralidade dos fatores imprescindíveis, oriundas da inclusão escolar.

Vale destacar também que a inclusão de pessoas com deficiência, em nenhum momento foi tratada como algo fácil de realizar e atualmente muito se discute ações para sua melhoria, todavia, tudo tem um ponto de partida que impulsiona sua concretização e a escola que atua com essa perspectiva inclusiva tem como princípio assumir este protagonismo.

Conforme Oliveira, Costa e Silva (2018), as dificuldades existem no que diz respeito a alcançar uma escola que oportunize a todos, principalmente para as pessoas com deficiência, e as ações que propõe a disseminação da importância em investir no outro e conscientizar o domínio político, administrativo e didático pedagógico precisam serem considerados. E ainda, a escola inclusiva precisa ser transformada em um novo ambiente a cada dia e, primar pelo desenvolvimento do potencial e da escolha de aprendizado de cada um de seus alunos

Por outro lado, a implementação das salas de recursos através da resolução nº 04, de 2 de outubro de 2009, que trata das Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), na educação básica surge com a proposta de avanços na direção da inclusão escolar. Neste sentido, Pereira (2019, p. 159) afirma que, “os professores do AEE são fundamentais para a inclusão escolar, mas é importante que suas vozes sejam ouvidas para valorizar suas funções pedagógicas e fortalecer a educação em busca da transformação social”.

Além disso, algumas alternativas relacionadas a mudanças para o atendimento de alunos especiais foram surgindo pela necessidade de uma evolução sistematicamente inclusiva nas escolas que demandavam de ensino regular. Segundo Silva (2021) a forma ou o local para o atendimento das pessoas com deficiência necessitam de aperfeiçoamento em seu modal de atendimento e da prestação dos serviços aos alunos com necessidades educacionais e, as salas de recursos multifuncionais surgem como alternativa. Conforme a Resolução CNE/CEB n. 4/2009 (Brasil, 2009), o Atendimento Educacional Especializado foi criado para atender os alunos da Educação Especial e, por isso, destina-se aos que possuem deficiência de natureza física, intelectual, sensorial e para os com Transtornos Globais de Desenvolvimento (TGD). Em relação ao atendimento do AEE, Ziesman e Guilherme (2020, p. 97)) afirmam que:

Esse atendimento tem o objetivo de identificar, elaborar e organizar quaisquer recursos pedagógicos que possibilitem a sua acessibilidade, eliminando as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas, tanto arquitetônicas quanto educacionais. Tem, ainda, o propósito de auxiliar, mediante atendimento especializado, na formação do aluno com vistas à sua autonomia e independência na escola e fora dela, e no período inverso ao da turma frequentada pelo aluno, na própria escola ou em escolas mais próximas, a fim de superar seus limites intelectuais, motores ou sensoriais.

Por outro lado, podemos observar que nem todas as escolas têm essência ou perfil para ser uma escola inclusiva, porém, com às novas diretrizes para implementação de um ambiente mais acolhedor às diversidades será necessária alguma mudança significativa. Desse modo Silva (2021) reforça que a escola para ser considerada em uma perspectiva inclusiva é preciso

de algumas características pedagógicas e físicas tais como: espaço físico, mobiliado, com diversos materiais didáticos para cada especificidade, recursos pedagógicos e docentes formados na área da educação especial específica ao aluno e, plano de aula próprio as necessidades de cada aluno produzido a partir da interação com os outros docentes do ensino regular. Outro fator importante nesses atendimentos é que o planejamento não pode ser engessado em ideias sem relação com o aluno e nem as ações venham definidas, isto é, tem a necessidade de flexibilidade, desse modo, sempre observar que apesar de algum desses alunos terem a mesma deficiência, tem que considerar que cada um possui métodos específicos para desenvolver, pois, essas observações efetivam sua aprendizagem com a qualidade necessária. Além disso, é preciso ter o diagnóstico e conhecer a vida do aluno fora do ambiente escolar e todos os fatores que lhe dá sua identidade e, somente assim o professor poderá desenvolver os métodos que irão auxiliá-lo no processo da aprendizagem de seu aluno (Ziesman e Guilherme, 2020).

Os projetos e os recursos para o atendimento dos alunos, precisam do local que dê condições para desenvolver esse relevante papel social, e neste sentido, Oliveira (2022) explica que em relação aos espaços inclusivos que são as salas de aula ou os locais adequados para desempenhar esse papel, necessitam de apoio dos setores públicos que gerenciam o atendimento educacional especializado e os serviços de educação especial com os materiais necessários para serem incorporados à escola. E ainda, explica que os horários em que os alunos frequentam, acontecem no contra turno das aulas, sobretudo organizadas em salas de apoio e nas chamadas salas multifuncionais da escola ou nos órgãos educacionais que tem convenio, destarte, a missão é a de ofertar recursos que ajudem a organizar os métodos pedagógicos para o desenvolvimento escolar e social dos alunos.

Também, a política escolar inclusiva que abrange os alunos, é aquela que proporciona a sua ambientação acolhedora, portanto, o direito de aprendizagem também segue na perspectiva da educação inclusiva como política educacional para os professores, oferecer um atendimento de excelência para os alunos (Rosa, 2020). Além disso, o professor está em constante desenvolvimento profissional e humano, a inclusão faz parte de sua missão enquanto educador, isto é, ao dar o suporte necessário ele está preparando pessoas autônomas para a vida. De acordo com Campos (2019), somente com a inclusão escolar, professores e os alunos, serão de fato os principais agregadores na sociedade, pois, a educação estará sendo mais valorizada. E ainda, o crescimento de ambos ampliará um horizonte promissor na busca das verdadeiras práticas inclusivas. Neste sentido, Rodrigues (2019) afirma que, a inclusão escolar é exclusiva para haver interação de todos os alunos visando que aprendam sem que

tenham barreiras que impeçam para que esse objetivo seja alcançado e possibilite, quando possível, se adequando as peculiaridades de cada um, porém, sempre assegurando um ensino com a educação de qualidade. Portanto, a escola não pode relaxar em buscar novos conhecimentos que auxiliem os professores em relação ao desafio que é o ensino e a aprendizagem para os alunos deficientes, ela precisa manter a perspectiva de sempre estar contextualizada com as tendências de sucesso para o ensino desse público. Silva (2021) sustenta que as escolas que oferecem atendimento educacional especializado devem manter atualizado o planejamento com os seus professores, ou seja, disponibilizar ferramentas pedagógicas para atender às necessidades específicas de cada aluno.

Muito se tem discutido sobre novas metodologias para o ensino e aprendizagem das pessoas com deficiência e as ferramentas para auxiliar o desenvolvimento desse público em ambiente de inclusão escolar, assim, busca-se oferecer a qualidade necessária para esses alunos e temos como exemplo a tecnologia assistiva que tem como proposta a emancipação, independência, bem-estar e a inclusão social. Ademais, a tecnologia é uma expressão que abrange a compreensão científica para ser aplicada nas atividades do dia a dia e tem como característica, qualquer material que as facilite, logo, podemos entender como tecnologia o produto que solucione as resoluções propostas (Afonso e Xavier, 2018).

E ainda, o termo assistiva segundo o dicionarioformal.com.br, significa algo relativo ao que é acompanhado ou que é observado ao longo do processo. Desse modo podemos afirmar que a tecnologia assistiva, é a compreensão científica de produtos e materiais que facilitam os afazeres do dia a dia das pessoas com ou sem deficiência. Para Peixoto (2018) a verdadeira inclusão dos alunos com deficiência é aquela que atende às suas necessidades específicas individual e somente dessa forma existe a perspectiva de sua participação efetiva no processo de seu aprendizado, porém, os materiais de apoio e os profissionais capacitados são imprescindíveis para seu atendimento educacional especializado.

Além disso, os recursos individuais para os alunos com deficiência são demandas que a escolar busca incessantemente, sobretudo o professor, devido seu envolvimento direto nas atividades dos alunos diariamente. Deste modo, o professor para realizar os seus compromissos de educador, busca meios que deem suporte para ele trabalhar com o aluno, ou seja, novos métodos de ensino. Neste sentido, um recurso com a proposta de garantir o atendimento de qualidade para as crianças com deficiência é a tecnologia assistiva, visto que, possui ferramentas específicas para desenvolver métodos que possibilitam atender as necessidades em sala de aula ou no ambiente escolar (Peixoto, 2018). E ainda, relacionado ao uso da tecnologia assistiva:

Em relação à tecnologia educacional, percebe-se que, cada vez mais, está presente no dia a dia, facilitando diversos aspectos da vida como a comunicação, acesso à informação e meios de transporte. A tecnologia facilita a realização de atividades cotidianas, trazendo comodidade, praticidade e rapidez (Peixoto, 2018).

Ainda convêm lembrar, o que conhecemos como tecnologia assistiva não é apenas algo relacionado ao digital ou relacionados ao uso do computador e da internet, podem ser objetos simples e adaptados para facilitar uma atividade motora ou uma ação que necessita de solução mais rápida, tais como: o uso de andadores para auxiliar a pessoa em se deslocar de um lugar para o outro; usar um vaso sanitário com assento adaptado; colher adaptada com uma borracha em torno do cabo para quem tem dificuldades para fechar as mãos em uma colher normal ou uma simples caneta com um emborrachado em seu corpo para proporcionar mais aderência ao segurá-la (Peixoto, 2018).

Por outro lado, materiais e produtos, para a inclusão escolar se apresentam como alternativas promissoras, pois, a sua importância para quebrar as barreiras que as pessoas com deficiência enfrentam em sua vida, necessitam de perspectivas que mudem essa realidade. Peixoto e Xavier (2018) afirmam que, “vislumbrar alternativas que dão possibilidades exitosas para inclusão escolar, tais como, recursos que utilizam a tecnologia como suporte, se apresentam animadoras para a educação especial”. De tal forma que é perceptível resolver muitos problemas que os deficientes enfrentam desde outrora e que poderão ser solucionados, por certo, com os recursos digitais, visto que esses propõem perspectivas de mudanças, desse modo, ser os olhos dos que não enxergam, os pés das pessoas que não andam e o ouvidos daqueles que não ouve. Para Garcia e Vieira (2018) podemos dizer que a tecnologia assistiva poderá ser realizada com recursos tecnológicos que aceleraram os afazeres diários e destacamos como essenciais: a comunicação, a mobilidade, o trabalho, a educação, o lazer, a higiene pessoal e a saúde.

Outro fator existente é que as práticas pedagógicas realizadas na escolarização de estudantes público-alvo da Educação Especial, em classes comuns, são pensadas por meio de adaptações individualizadas do currículo e de flexibilizações. Desse modo, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) permite a criação de meios de acessibilidade ao ensino para um aprendizado sem barreiras. Zerbato e Mendes (2021) explicam que, os estudantes da educação especial que frequentam as classes comuns têm a possibilidade de a escola oferecer adaptações específicas para cada aluno em seu currículo, tornando-o mais flexível, pois, o desenho universal para a aprendizagem (DUA), trabalha no sentido de

proporcionar meios de acessibilidade ao ensino dos alunos, o aprendizado sem os entraves que normalmente ocorrem nesse caso.

Em virtude dos fatos mencionados, percebe-se que a inclusão das pessoas com deficiência não é uma tarefa simples de ser resolvida. Se há paradigmas que dificultam a inclusão, existem ferramentas que ajudam nessa quebra. Isso acontece porque os desafios sempre estiveram presentes em todos os setores da sociedade e na educação não foge à regra. No entanto, a ciência tem buscado cada vez mais dar a resposta com pesquisas que levam ao surgimento de produtos e ferramentas necessárias para o desenvolvimento das ações propositivas para a inclusão. Segundo Garcia e Vieira (2018) o uso e a efetivação do desenho universal no ambiente escolar são primordiais no atendimento às necessidades dos alunos, por outro lado, é de fundamental importância a equipe multidisciplinar vestir a camisa da inclusão no desdobramento e compromisso na produção dos materiais e serviços de tecnologia assistiva, pois, as especificidades encontrada nos alunos são muitas, sendo assim, a variedade de profissionais do ambiente precisam trabalhar concomitante para conseguir atender esses alunos.

Portanto, a inclusão escolar das pessoas com deficiência é uma possibilidade desde que muitos fatores descritos e voltados aos aspectos inclusivos ao longo dos textos desta pesquisa, sejam implementados de fato e com a colaboração dos atores que gerenciam o administrativo e o pedagógico em ambiente escolar, por conseguinte, nas salas de aula. Todavia, essa parceria surtirá efeitos positivos se as instituições com a competência de dar o aval as diversas propostas que miram no sentido da inclusão, a escola inclusiva produzirá muito mais frutos relevantes a inclusão social e a autonomia de seus alunos com deficiência.

3 EDUCAÇÃO ESPECÍFICA PARA ALUNOS SURDOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A cada ano é mais constante entrarem para os institutos federais, alunos surdos de instituições de educação básica, tanto da escola pública quanto da escola privada, muitos irão cursar o ensino médio e assim como todos alunos, buscam qualidade de ensino em uma instituição que os acolha e dê o suporte necessário para seu desenvolvimento humano e social, isto é, que prima pelo respeito, deveres e direitos das pessoas além de torná-lo proativo em suas ações com responsabilidade social com seus pares. De acordo com Freitas (2019, p. 39):

[...] tem ocorrido um crescimento da procura das pcds pelos cursos oferecidos pela rede federal de ensino, situação que requer uma atenção maior no que se refere às acessibilidades seja ela arquitetônica, comunicacional, pedagógica, atitudinal, questões sobre a formação e capacitação dos docentes e técnicos administrativos que atuarão no processo de inclusão destes durante a sua formação acadêmica, independente do nível ou forma de ensino, pois os institutos possuem esse diferencial de atender diversos níveis e formas de ensino.

Porém, existe uma questão, será que a escola está preparada para recebê-los? Pretende-se a educação que proporcione ao aluno sua integralidade enquanto ser social, aquela que o prepara para a vida. E, os alunos surdos almejam interagir em harmonia na vida em sociedade, neste sentido, para atender essa clientela sugere-se a proposição de ações, tal como o suporte no idioma desse público. Segundo Moreno et al (1999, p. 45) apud Paixão (2021, p. 17):

A função dessa escola é preparar para a inserção em uma sociedade desenvolvida; porém, os elementos necessários para essa inserção não estão todos contidos nas matérias tradicionais. Estas, inclusive, não devem constituir finalidades em si mesmas – seu objetivo não é formar especialista em Matemática, História etc. –, mas proporcionar saberes necessários para o aluno poder utilizá-los em situações em que sejam solicitados.

Quando se fala em educação integral, concebe-se o ser humano na sua totalidade, que, de acordo com a BNCC, Brasil (2017, p. 14)

Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades

A educação integral está conectada as atividades da vida do indivíduo e ele levará consigo o aprendizado que teve durante o período de estudo, logo, o que era antes teoria, agora será executado na prática, e ainda, em um mundo aonde se busca a excelência de oferta de serviços. Dessa forma, o aluno chegará preparado para a engrenagem cosmopolita do mundo do comércio e o seu potencial ficará latente ao desenvolver o que aprendeu nos tempos de escola e em momentos de sua vida, levando-se em conta que a cada tempo que passa, se adquire mais experiência. Segundo Nunes (2021), “os professores do AEE são essenciais

para a inclusão escolar, e suas vozes devem ser ouvidas para valorizar suas funções e fortalecer a educação em prol da transformação social.” Corroborando como essa afirmação, Ramos (2021), a luz de Marx e Engels, entende que formação integral e omnilateral se trata de apreender os fenômenos existentes no mundo de forma mais abrangente, e ainda, respeitar a vida; os símbolos artísticos, em geral, e incentivar a geração de todo o aparato facilitador da vida das pessoas em seu dia a dia. Em outras palavras, para os alunos surdos, estimular estratégias que ajudem a disseminação da Libras no ambiente em ensino profissional e tecnológico (EPT), significa grande contribuição para esse público que almeja estudar em um ambiente libertador, pois, a comunicação media o entendimento dos símbolos linguísticos tão importantes para seu aprendizado. Segundo Felipe (2006, p. 6):

A linguagem permite ao ser humano planejar e regular sua ação e somente por ela é possível fazer a leitura do mundo e da palavra, mesmo porque uma não acontece sem a outra. Essas formas de leitura constituem a base da linguagem que se dá pela interação social, a interação entre os sujeitos.

Desse modo, o uso e a difusão da Libras serão o início de novos tempos para a educação de surdos no ambiente em EPT. Pondera-se que a barreira linguística poderia ser desconstruída se as pessoas que ouvem se dispusessem a aprender Língua de Sinais e, ao se tornarem fluentes, automaticamente fariam desaparecer os obstáculos para a comunicação plena com sujeitos surdos usuários da referida língua (Andreis, 2015, P. 11). Para que a comunicação em Libras seja inserida de forma efetiva, será preciso quebrar os discursos que andam na contramão do seu sucesso, sempre maquiado com aspecto humanista. Os alunos surdos tem um grande potencial a ser desenvolvido com a Língua de sinais inserida no ambiente escolar, pois, sua dificuldade é a comunicação que acontece nas aulas através da fala e em nenhum momento é usada a língua de sinais (Pereira, 2022). Para Rodrigues et al (2020), os alunos surdos compreendem melhor as informações associando a simbologia visual, convencionada para aquele determinado tema do que com o texto digitado manualmente, isto é, os trabalhos com as imagens facilitam sua aprendizagem em qualquer tema, desde que os conceitos abstratos sejam exemplificados concretamente.

Levando-se em consideração esses aspectos, é fator preponderante que o atendimento específico para os alunos surdos esteja inserido no EPT, bem como, sua forma de comunicação fazer parte dos projetos políticos pedagógicos que norteiam o atendimento dos alunos, além disso, os alunos que não sabem se comunicar em Libras, obviamente por ser

oferecida essa comunicação, irão ter uma grande possibilidade de desenvolver o idioma. Segundo Ferreira e Lima (2021, p. 6)

Observa-se que na educação de surdos, o uso da língua de sinais é uma temática que está em evidência atualmente, pois vem contribuir na mudança de cenário e na busca do fator almejado que é uma educação de qualidade em que todos possam ter a oportunidade de aprender e assimilar os conteúdos de forma igualitária.

No entanto, existem outros fatores, tais como o envolvimento de toda a comunidade escolar, e principalmente, a dos intérpretes de Libras e dos docentes nesse processo de inclusão de alunos surdos na rede, pois, não basta a existência de ações incentivando a disseminação da língua utilizada pelos alunos surdos, e sim o comprometimento em atendê-los, conforme os documentos vigentes no Brasil, determinará o sucesso dessa empreitada. Como aponta Freitas (2019), “a escolarização dos alunos surdos será factível à medida que as estratégias de aula, para o ensino integral, forem criadas e alinhadas com toda a equipe escolar, ou seja, desde o início até o momento em que forem ministradas em sala de aula”.

3.1 FUNDAMENTOS LEGAIS SOBRE A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS

Uma sociedade com estabilidade em seus setores e visando se desenvolver plenamente, deve garantir que suas conquistas por meio de lutas e manifestos não se percam ao longo do tempo, uma vez que é sabido que ações voltadas para pessoas com deficiência exigem uma luta mais intensa. Deste modo, no mundo inteiro as leis criadas em prol desse público são efetivadas para que esse público tenha garantido o seu direito ao acesso e a inclusão de modo geral. No mundo, o movimento sobre a inclusão, enfatiza que a educação para todos seja a meta em que todos comunguem com a concepção inclusiva, pois se trata do novo aspecto para a educação especial trazer mais contribuições que valorizem e contribuam com o debate e a transformação dos antigos conceitos sobre a prática do sistema educacional. Souza e Santos (2019) afirmam que.

O conceito de inclusão aborda as diferentes situações que levam à exclusão social e educativa de muitos alunos e, dessa forma, faz referência não somente aos alunos com necessidades educacionais especiais. Entende que educação é antes de tudo uma questão de direitos humanos e defende que não se pode segregar nenhuma pessoa como consequência de sua deficiência, do seu gênero, de sua dificuldade de aprendizagem ou por pertencer a uma minoria étnica.

Nas últimas décadas as literaturas sobre a educação de surdos se têm generalizado pelo reconhecimento da sua importância nas ações coletivas de sujeitos surdos que conquistaram direitos com a aprovação da lei de Libras e, o surgimento ou a manutenção de escolas bilíngues para surdos, isto é, foram conquistas adquiridas pelos movimentos surdos que durante muito tempo saíram em busca de visibilidade para essa comunidade. Não obstante, nem sempre foi desta forma, muito pelo contrário, para chegar a este ponto, a história sempre foi de muita dura para a realidade que as pessoas surdas vivenciaram. Para Brito (2019), outra tendência de materiais produzidos tem discutido sobre a que ponto os intelectuais da academia têm influência nesta perspectiva social. Todavia, sempre reconhecendo a pertinência dos materiais disponibilizados pelos próprios surdos ao decorrer do tempo.

Antes da lei 10.436 do ano de 2002, a lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000, tem em alguns dos seus critérios o incentivo à promoção da inclusão das pessoas com deficiências e podemos observar que as pessoas surdas têm visibilidade quando o texto desse artigo abrange a comunicação, pois, sabendo-se que a Libras é um sistema de comunicação formal. Conforme o Art. 1º. Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Neste sentido, esta lei em seu inciso II que trata, conforme o texto, sobre as barreiras afirma que: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas. Destacamos a alínea d que trata sobre a comunicação e o texto explica que - barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios, ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa. E ainda, fica bem explícito, no capítulo VII, os artigos 17, 18 e 19, desta lei, sobre as regras sobre a acessibilidade nos sistemas de comunicação e de sinalização para o público que necessita desse tipo de serviço para a quebra de barreiras de comunicação:

- Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.
- Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer

tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

Art. 19. Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão plano de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtítuloção, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva, na forma e no prazo previstos em regulamento.

A comunicação, independente da língua utilizada, é fator preponderante para uma sociedade, pois com sua utilização se torna possível a interação entre os seres sociais nos mais diversos aspectos. Por outro lado, a comunicação em Libras se torna importante, principalmente por ser uma língua utilizada por uma minoria linguística e, a comunicação através da Libras propõe a interação entre os surdos e também com os ouvintes, e ainda, já está prevista em lei a presença de intérpretes de Libras nas diferentes instituições públicas, tal como em escolas, universidades, congressos, seminários e nos programas de televisão entre outros.

É importante salientar, era necessário para os surdos que o seu sistema de comunicação fosse considerado uma língua oficial, no entanto, em 2002 surgiu a lei de Libras, uma das leis mais importantes para a comunidade surda brasileira. Assim, a Libras foi conquistando seu espaço na sociedade e diversas iniciativas foram implementadas visando torná-la cada vez mais acessível, apesar de alguns obstáculos ao longo do caminho. Segundo Farias, São José e Farias (2021), ao ser reconhecida enquanto língua, a Libras começou a ser difundida e passou a ser observado com um novo olhar e sendo mais valorizada e, foi perceptível o resgate que ela trouxe para a cultura e a base característica do sujeito surdo e os colocando com um novo entendimento pela sociedade como uma comunidade proativa.

Outrossim, naquele momento de satisfação da comunidade surda era visível em todo país, porém, o toque de realidade foi inevitavelmente percebido, desse modo, para os idiomas atingirem uma quantidade de pessoas levava certo tempo. Não fugia a regra para a Libras, pois era primordial que ela também fosse de conhecimento dos ouvintes, e constatou-se muito aquém naquele instante, pois somente a comunidade surda e alguns usuários da área da educação que tinham essa comunicação entre si. Para Farias, São José e Farias (2021) apesar de haver comunicação e socialização em certos espaços de conhecimento, tinha muita dependência e o número de usuários ouvintes eram pouquíssimos e no ambiente escolar existia uma grande dependência de contratação de pessoas que soubessem Libras para mediar a comunicação naquele ambiente.

Ademais, a língua brasileira de sinais - Libras, conforme o trecho do art. 1º, parágrafo único, explica sobre a origem da Libras quando fala que esse idioma se trata de um

sistema linguístico, transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil, logo, denota a raiz da origem do sistema de comunicação que os surdos utilizam para se comunicar. Neste sentido, deduzimos que antes da implementação da lei, a Libras era tratada apenas como uma espécie de código de comunicação, mas, com o passar do tempo, foi comprovado que suas possibilidades iam mais além do que um sistema finito de transmissão de informações. No entanto, aquelas máximas de códigos para a comunicação caíram, conforme parágrafo único do art. 1º da lei da Libras: Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria[...]. Assim, a comunicação da comunidade surda passou a ser analisada sob outro ponto de vista, ou seja, aquele que usa uma linguagem formal em uma comunicação.

Vale destacar também que, o sistema de governo, no caso o poder público, em geral, e as empresas concessionárias, conforme o art. 2º, devem apoiar o uso e a difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras, portanto, confirmar que a Libras é um meio de comunicação objetiva e que é a utilizada de forma permanente nas comunidades surdas do Brasil, pois, o momento é de afirmação para que o idioma dos surdos brasileiros fazerem parte de forma mais efetiva na sociedade. A lei ainda prevê regras sobre o atendimento as pessoas surdas nos serviços públicos de saúde, como, por exemplo, garantir o tratamento adequado para as pessoas portadores de deficiência auditiva, observando sempre, consoante as normas legais que por ventura esteja em vigor, em seu art. 3º.

Além disso, em seu art. 4º. A lei trata da Libras no âmbito educacional, pois, essa língua tem a necessidade fazer parte do sistema de ensino, sabendo-se que, a comunicação falada na comunidade é a Libras e nada mais obvio, ela fazer parte do currículo escolar de tais sistemas. Os sistemas de educação, tanto federal quanto os sistemas de educação em geral, tem como obrigação, garantir a inclusão nos cursos de formação em educação especial, de fonoaudiologia e de magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais, pelo fato da Libras ser parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme a legislação vigente.

Como também, o parágrafo único vem informar sobre os limites entre a língua portuguesa e a Libras, informando que: a Libras veio para oficializar o sistema de comunicação e expressão das pessoas surdas, no entanto, assim como os outros idiomas utilizados no Brasil. Desse modo, a lei deixa bem claro que ela não pode substituir a modalidade escrita da língua portuguesa, isto é, cada idioma tem suas características e uma das características da Libras é a comunicação espaço visual dos surdos no país, diferente da

oral auditiva dos ouvintes, todavia, a Libras deve seguir a hierarquia que a língua portuguesa tem em relação a documentos que porventura precisem ser disponibilizado, no caso, será feita a tradução e a interpretação em Libras e assim dar sequência ao mérito do documento em sua devida comunicação. Portanto, teremos o documento nas duas formas de comunicação porque se trata de interesse comum para que todos saibam do teor de informações nele contido.

É de fundamental importância a lei 10.436 de 24 de abril de 2002 para a comunidade surda, porém, faltava a sua regulamentação e no dia 22 de dezembro de 2005, ela foi regulamentada pelo decreto 5.626, fato esse que trouxe mais uma prerrogativa para os anseios da comunidade surda em relação à disseminação e na visibilidade jurídica para seu sistema de comunicação que por muito tempo foi visto como apenas códigos de comunicação e não uma língua com todos os requisitos que um idioma possui. E a lei compreende sobre quem são as pessoas surdas que se comunicam em Libras no Brasil no seguinte texto no capítulo 1, art. 2º, para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Além disso, ela explica sobre como pode ser considerada deficiência auditiva em uma pessoa para ter amparo legal como surda. Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

O decreto se aprofundou mais do que a lei 10.436 exatamente para mostrar a complexidade do uso de um idioma por uma comunidade com características diferentes na comunicação, e ainda, por ser um grupo minoritário na sociedade que supostamente não tinha o direito em diversos setores institucionais, como, por exemplo, na educação que é um local onde a comunicação e a interação são exigidas para as trocas de experiências e neste quesito, os surdos ficavam a margem. E especificamente em seu capítulo II, o decreto explica onde a Libras estará presente na grade de ensino:

DA INCLUSÃO DA LIBRAS COMO DISCIPLINA CURRICULAR Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. § 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério. § 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de

educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

No capítulo IV, podemos observar sobre o uso e a difusão da Libras e o decreto 5.626, prevê o uso e a disseminação da Libras em todos os setores da sociedade brasileira, juntamente com a língua portuguesa, visando o acesso das pessoas surdas à educação, pois, de que adiantaria ter um idioma somente restrito a um pequeno público, logo, a ideia é expandir essa comunicação em todos os locais. Além disso, é preciso ter a compreensão de que os idiomas precisam ser divulgados e posto em prática o seu uso para que seus usuários também participem com todo êxito no processo social em que as pessoas estão inseridas. Conforme o Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.

Para garantir o atendimento adequado às pessoas surdas, é necessário adotar algumas medidas que possam contribuir para o alcance de seus objetivos, consoante o parágrafo 1.º, com o seguinte texto:

I - Promover cursos de formação de professores para: a) o ensino e uso da Libras; b) a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa; e c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas; II - Ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos; III - prover as escolas com: a) professor de Libras ou instrutor de Libras; b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa; c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; e d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos;

Outrossim, o parágrafo 2º enfatiza que o professor de educação básica deve ser, preferencialmente, aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras - Língua portuguesa, porém, podendo apenas exercer a função de tradutor intérprete de Libras, pelo fato das de tradutor e de professor serem duas funções distintas entre si, isto é, a função de professor é adquirida com estudos e técnicas totalmente diferentes de um profissional da tradução é interpretação em Libras e vice-versa. No 3º parágrafo é observado o seguinte texto: as instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar atendimento educacional especializado aos alunos surdos ou com deficiência auditiva, isto é, o sistema de educação vigente tem que promover o atendimento

especializado para os deficientes auditivos de forma que garanta sua acessibilidade de comunicação, por fim seu desempenho satisfatório nas aulas.

Ainda convém lembrar que, o art. 16 explica que as aulas na modalidade oral da língua portuguesa devem ser ministradas no contra turno ao que o aluno estuda, isto é, se ele estuda vespertino deve fazer ter essa aula no matutino, porém o artigo prevê que a opção da família ou do aluno escolher se sobrepõe para essa modalidade e essas ações integradas serão realizadas entre às áreas de saúde e da educação. Neste sentido, percebe-se que este item do decreto possibilita a opção da família ou do aluno escolher qual o melhor horário para seus estudos, isto é, o que não ocasione conflitos com seu cronograma de aula e de suas atividades na vida social.

Por outro lado, os especialistas encarregados de lidar com a Língua Brasileira de Sinais precisam estar em sintonia com as particularidades desse idioma, uma vez que se trata de uma comunicação completamente distinta daquela que se utiliza na verbalização oral auditiva para se comunicar. Assim sendo, é essencial que o tradutor e intérprete de Libras sejam pessoas atuantes na comunidade surda em todos os momentos, uma vez que não basta apenas as formalidades, mas também, os discursos informais que permeiam a cultura das pessoas surdas e vice-versa. No entanto, em relação a sua formação, o art. 17 explica que. A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.

O capítulo VI, aborda a garantia do direito à educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva como um fator preponderante para sua inclusão no sistema de ensino e determina em seu art. 22 a responsabilidade por cuidar dessa garantia. Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; II - escolas bilíngües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

Outra garantia que o decreto fez pela comunidade surda foi a garantia de seu direito a saúde e estão bem específicos em seu art. 25 do capítulo VII, com o texto a seguir, Art. 25. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Sistema Único de Saúde - SUS e as empresas

que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, na perspectiva da inclusão plena das pessoas surdas ou com deficiência auditiva em todas as esferas da vida social, devem garantir, prioritariamente aos alunos matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas, efetivando:

I - Ações de prevenção e desenvolvimento de programas de saúde auditiva;

II - Tratamento clínico e atendimento especializado, respeitando as especificidades de cada caso;

III - Realização de diagnóstico, atendimento precoce e do encaminhamento para a área de educação;

IV - Seleção, adaptação e fornecimento de prótese auditiva ou aparelho de amplificação sonora, quando indicado;

V - Acompanhamento médico e fonoaudiológico e terapia fonoaudiológica;

VI - Atendimento em reabilitação por equipe multiprofissional;

VII - Atendimento fonoaudiológico às crianças, adolescentes e jovens matriculados na educação básica, por meio de ações integradas com a área da educação, de acordo com as necessidades terapêuticas do aluno;

VIII - Orientações à família sobre as implicações da surdez e sobre a importância para a criança com perda auditiva ter, desde seu nascimento, acesso à Libras e à Língua Portuguesa;

IX - Atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços do SUS e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, por profissionais capacitados para o uso de Libras ou para sua tradução e interpretação; e

X - Apoio à capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SUS para o uso de Libras e sua tradução e interpretação.

§ 1º O disposto neste artigo deve ser garantido também para os alunos surdos ou com deficiência auditiva não usuários da Libras.

Em virtude do que foi mencionado, acreditamos que esses fundamentos legais que amparam a comunidade surda em relação a sua comunicação formal, foi e está sendo de grandes benefícios para seu desenvolvimento, visto que todas essas vitórias não surgiram de uma hora para outra, muito pelo contrário, vieram a passos lentos até chegar ao patamar que se encontra, porém, ainda falta a conscientização da maioria da sociedade no que diz respeito as pessoas surdas enquanto cidadãos que contribuem para o crescimento da nação. Além

disso, a barreira linguística começou a ser quebrada no momento em que a comunicação utilizada pelos surdos, foi consolidada como um idioma com todos requisitos linguísticos e tem como usuários, um grupo social que produz e contribui para o crescimento da nação.

3.2 ASPECTOS COMUNICACIONAIS DA LIBRAS

A educação é um instrumento de transmissão e produção do conhecimento, forma de desenvolver atributos e habilidades individuais e sociais. No âmbito normativo brasileiro foi elevada a direito fundamental, permitindo a sua construção conceitual enquanto “um direito de todos e dever do Estado e da família” (Brasil, 1988) e um direito social, tal como lançado nos artigos 205 e 6º, respectivamente, da Constituição Federal de 1988, atingindo um grau de valor essencial para os direitos humanos. E com a educação o fator comunicação surge como o instrumento mediador de todas as interações no ambiente escolar.

Durante diversos períodos da história, os indivíduos com deficiência auditiva enfrentaram dificuldades para se comunicar adequadamente nas sociedades, uma vez que a maioria é composta por ouvintes que utilizam a comunicação oral-auditiva. Assim, a comunicação do indivíduo surdo com seus familiares foi por muito tempo difícil para ele, o que se estendeu ao atendimento que recebeu em instituições públicas e privadas de saúde e educação. Segundo Vieira (2021), a forma de comunicação em Libras dos surdos brasileiros, atualmente, sua visibilidade é maior perante a sociedade, devido ao seu reconhecimento, é uma garantia sobre o surdo poder interagir em sua língua natural, cujo canal é visual-espacial, deste modo, desenvolver a identidade dos surdos.

Além disso, nem sempre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida como um idioma próprio dos surdos e sim como uma espécie de códigos para comunicação, porém, a língua de sinais em geral, em partes do mundo, passou por um grande período de transição até ser considerada uma língua da comunidade surda e houve um congresso em 1880, conhecido como congresso de Milão que decidiu, naquele momento, qual seria a forma de abordagem a ser utilizada na educação de surdos. Dawes e Coutinho (2021) afirmam que, um grande acontecimento para educação de surdos ao nível mundial, aconteceu em Milão/Itália em 1880 com os representantes envolvidos na educação surdos, das Américas e da Europa e reuniram-se nessa localidade para debater qual seria a melhor método de ensinar os surdos, visto que naquele contexto educacional, havia um embate sobre os métodos orais de ensinar e

os de ensino por meio de sinais, portanto havia essas duas maneiras em disputa para saber qual seria a melhor.

Naquele evento aconteceu que, os congressistas com direito de votos para decidir qual seria a metodologia para a educação de surdos, estavam sob julgo desiguais, pois a maioria era de ouvintes. Deste modo, segundo Dawes e Coutinho (2021), a maioria dos presentes no congresso era de ouvintes, o que fez com que muitos agentes surdos não pudessem falar. No final, foi decidido que a oralização seria a melhor forma de ensinar surdos. Houve um esforço para estabelecer regras para os surdos, como não usar a língua de sinais e punir quem não seguir as regras. Pereira (2022) tem outra visão a respeito dos participantes do congresso de Milão e afirma que:

A maioria era de franceses e italianos que naquele contexto estavam unidos por razões políticas e os dois países estavam unidos em favor do oralismo e queriam unificá-los como língua de origem. E ainda, estavam os países a seguir: Grã-Bretanha, Estados Unidos, Canadá, Bélgica, Suécia, Rússia e havia apenas um surdo participando nesse congresso.

Independente da forma como foi constituído os participantes do congresso, para Farias, São José e Farias (2021) em um curto espaço de tempo, a educação de surdos sofreu um retrocesso na educação, pois isso teve um impacto desfavorável na aquisição da identidade e da cultura surda nas diversas regiões do mundo. Isto é, os surdos são usuários do espaço visual para se comunicarem, obviamente, não tinha como fomentar a cultura desse povo com os sons que demandam da cultura dos ouvintes. Dessa forma, o congresso de Milão contribuiu para a língua de sinais demorar um pouco a se desenvolver enquanto idioma no mundo. Essa escolha foi equivocada se observado o contexto do público que teria que se adequar as novas diretrizes para sua educação, isto é, iria buscar oralizar os surdos do mesmo modo. Para Barros e Alves (2019) nesta filosofia, a estimulação auditiva minimiza a deficiência causada pela surdez e com esse estímulo ocorreria o aprendizado da língua portuguesa, isto é, acredita-se que levaria a integração e o desenvolvimento da identidade ouvinte nas crianças surdas, isto é, seria uma tentativa de normalizar as condições do sujeito surdo ao passo dele adquirir a cultura ouvinte. No entanto, cada pessoa tem suas particularidades e isso não pode ser considerado na mesma proporção.

Vale destacar que, o oralismo, impulsionado pelo congresso de Milão, foi a primeira abordagem metodológica para a educação de surdos e alguns autores consideram abordagens filosóficas, porém, independente como é denominada a nomenclatura, **o oralismo** foi a

precursora para educar os surdos com uma metodologia mais definida e as outras duas abordagens são **a comunicação total** e a atual que é **o bilinguismo**. De acordo com Quadros (1997) três abordagens se destacaram no contexto da comunicação entre surdos e não surdos. Sendo o oralismo, comunicação total e o bilinguismo.

A maioria dos surdos tem muitas dificuldades no uso da língua oral e não conseguem falar e dificilmente fazem a leitura labial, assim como é recorrente nos seres humanos, nem todos desenvolvem certas habilidades durante a vida e a comunicativa é uma delas, portanto, desenvolver a percepção verbal é apenas para um pequeno grupo. Neste sentido, para Valle (2021) pelo fato de perceberem o surdo como uma pessoa normal, diversos educadores ideologicamente fortes, defendem que deveria ser combinada a língua oral com a linguagem utilizada nos sinais, todavia, foi percebido que o uso dessa forma, impedia os surdos de identificarem as estruturas sintáticas das duas formas de comunicação, por conseguinte, eles não conseguiam aprender a ler nem pequenos textos, por mais simples que fossem, isso acontecia na comunicação total.

E ainda, relacionado a forma em que a comunicação total era aplicada, Barros e Alves (2019) afirmam que, a comunicação total diferia do oralismo no aspecto de seus processos comunicativos entre surdo e surdo e entre surdos e ouvintes. E ainda, acreditavam que era muito importante os surdos adquirirem o aprendizado na língua portuguesa e desse modo não podiam deixar de lado os aspectos emocionais e cognitivos, isto é, apesar de tudo isso eles não deixariam os dois em favor do aprendizado da aquisição da oralidade.

Por outro lado, todo sistema de comunicação tem sua forma de abordagem para o aprendizado das pessoas ouvintes ou não e essas duas abordagens ou filosofias na educação de surdos, tinham suas facetas a apresentar para seus usuários. Assim como a oralização tinha os seus métodos para o aprendizado dos surdos, a comunicação total usava a seguinte abordagem: os sinais tinham como origem o vocabulário da língua de sinais com da língua falada ou vocabulário artificial (alfabeto manual) e a ordem da produção dos sinais seguiam a ordem da língua falada (Barros e Alves, 2019). E acrescentando mais peculiaridades da comunicação total. De acordo com Bentes, Lobato e Rodrigues (2020) a nomenclatura que é dada de comunicação total, faz jus a tal pelo fato de tentar estabelecer a comunicação com as pessoas surdas usando todos as formas que pudesse estimular e proporcionar a interação e, era comum o uso da fala ao mesmo tempo, em que sinalizava os sinais na tentativa de se comunicar.

As abordagens ou filosofias, como o oralismo e a comunicação total para a educação de surdos, como foi explicado anteriormente, não tiveram êxito em educar satisfatoriamente

os surdos, porém, houve outra abordagem conhecida como bilinguismo, que surgiu para proporcionar o que as outras não conseguiram, isto é, se buscava uma comunicação de forma mais completa e que se assemelhasse a um idioma para um determinado país. Percebeu-se que os surdos de um país, eram naturalmente cidadãos daquela localidade, mas, não dominavam o idioma oral que era predominante em seu país de origem, fazendo uma comparação, era como se fosse um estrangeiro dentro daquele país. Além disso, era mais viável que aprendesse seu idioma associado com os sinais que porventura representassem determinados termos, pois somente assim aprenderia a ambos. Desse modo:

O fato de uma pessoa surda conseguir se comunicar bem tanto em língua de sinais quanto em língua oral não implica que todos os surdos sejam bilíngues, já que nem todos têm a mesma facilidade para aprender a oralidade. Portanto, é importante ter atenção para não excluir aqueles que enfrentam dificuldades nesse aspecto, enquanto outros podem aprender com mais facilidade. (Streiechen, 2020)

Outrossim, segundo (Streiechen, 2020), os próprios surdos reivindicaram que tivesse uma metodologia que possibilitasse que eles tivessem acesso às duas línguas, porém em um contexto comunicativo, isto é, a Libras e a língua portuguesa na modalidade escrita e, se fosse cobrado que a segunda língua, fosse a língua portuguesa oral, iria ter um grande retrocesso, pois seria cobrado mais uma vez o Oralismo para que a pessoa fosse bilíngue. E ainda, recorrendo a Streiechen, (2020) segundo o autor, quando a surdez é diagnosticada na criança, ela precisa ter acesso à língua de sinais, diga se de passagem, preferencialmente com pessoas surdas para que essa criança constitua sua identidade surda. Assim, quando a criança chegar na idade escolar terá sua escolarização por meio da língua de sinais, que no caso é sua L1, por conseguinte, será sua base para ter acesso a língua portuguesa, sua L2. Deste modo, sua oportunidade de desenvolver no bilinguismo é maior.

Em relação ao sujeito surdo, existe uma diferença entre a surdez e a deficiência auditiva que podemos destacar do seguinte modo: pode -se dizer que a surdez é originária desde o nascimento, isto é, a criança nasce surda, por outro lado, a deficiência auditiva é a deficiência adquirida, podendo ocorrer perda de audição progressiva que podem ter sua origem em lesões ou doenças. Ademais, os surdos formam uma comunidade com identidade e língua própria, segundo o conceito trazido pela filosofia. E na história, iniciando em 1960, a

língua de sinais foi considerada como língua e não apenas gestos para se comunicar e isso ficou comprovado nas pesquisas de William Stokoe⁸ (Forneck, 2020).

Para Bezerra e Araújo (2020) a partir dos estudos do linguista americano William Stokoe, em 1960, surgiram pesquisas que comprovaram que as línguas de sinais são legítimas e exclusivas. À medida que eram estudadas, saiu da invisibilidade passando a ser mais acessível, portanto, alguns mitos começaram a ser quebrados e os usuários da língua tiveram a oportunidade de ver a Libras ser difundida em maior quantidade e atingiu as diversas esferas da sociedade. Legalmente falando, no Brasil, a Libras é regulamentada a partir da legislação vigente. Por conseguinte, seus avanços foram significativos e hoje ela faz parte da pesquisa no âmbito acadêmico e possui estudos de cunho literário e linguístico.

Ademais, a língua de sinais na criança surda se desenvolve naturalmente em seu ambiente familiar, isto é, vai adquirindo alguns aspectos de comunicação visual caseira para interagir, primeiramente, para suprir algumas necessidades básicas, como: comer, beber água, chamar atenção, etc. Porém, ainda não é a comunicação formal, pois, a criança irá desenvolver esse aprendizado. Segundo Moura et al. (2021), a criança surda, a adquire espontaneamente por meio de sinais pessoais ou adquiridos em seu meio de convívio e, esse grupo está concentrado em seus pais e familiares ouvintes, todavia, muitos têm receio em aceitar ou simplesmente tem dificuldades em inserir a Libras na sua comunicação com a pessoa surda.

E ainda, acerca dos sinais elaborados naquele ambiente, Moura et al. (2021) assegura que, o mesmo ocorre com adultos ou jovens e adolescentes que por acaso venham a se tornar surdos nessa etapa da vida. Considera-se que essas pessoas são mais resistentes em aprender a se comunicar em Libras e isso significa que ainda não perceberam que esse aprendizado irá facilitar sua socialização com outras pessoas que também são surdas. Neste sentido, alguns estudos apontam que quanto mais cedo a pessoa buscar aprender a Libras, seu desenvolvimento será melhor, pois, entenderá que a comunicação irá facilitar sua interação com os agentes externos do mundo que essa pessoa não tinha contato, logo, facilitará suas ligações sociais.

Outrossim, para Forneck (2020) existem diferenças entre a língua portuguesa oral e a língua de sinais, suas estruturas possuem aspectos que necessitam de mais investigação

⁸ [...] William C. Stokoe Junior (1919-2000), considerado o pai da linguística das línguas de sinais, pesquisou a ASL Língua de Sinais Americana durante seu trabalho pela Universidade Gallaudet em Washington D.C., uma das maiores universidades bilíngues de surdos do mundo. (Henrique, 2021)

linguística para explicarem sua natureza de linguagem humana. Todavia, os mesmos níveis existentes nas línguas orais a Libras possui, isto é, morfológico, fonológico, sintático e semântico e, na prática, para se comunicar é usado o alfabeto manual, sendo a representação de cada uma letra do alfabeto da língua portuguesa com às mãos, além disso, ao usar a sinalização, a comunicação fica mais rápida e muito mais objetiva, logo, os surdos usam, na maioria das vezes os sinais e pouco utilizam o alfabeto manual, apenas usados em alguns casos pontuais.

A Libras é a língua natural dos surdos do Brasil, existe um equívoco cometido ao associar que todas as línguas de sinais existentes são iguais com a que os surdos brasileiros utilizam, a semelhança entre as línguas de sinais e a Libras, é na forma de comunicação visual-espacial, isto é, percebem o mundo pelas imagens e transformam em códigos de comunicação que serão emitidas através das mãos acompanhadas ou não de expressão facial e corporal. Silva (2021) afirma que “a Libras é uma língua natural, visual-espacial, materna para comunidade surda que utiliza na sua comunicação os sinais. É uma língua com estrutura gramatical própria, autônoma, com uma cultura própria falada no Brasil”. Para Quadros et al. (2018) a Libras é uma língua utilizada em todo território brasileiro pela comunidade surda e trata-se de uma comunidade linguística que pode ser classificada como: ela inclui surdos e ouvintes usuários de Língua Brasileira de Sinais, fazem parte de grupamentos de surdos por intermédio de associações de surdos, escolas universidades e encontros informais.

Além disso para se comunicar em sociedade os humanos usam a linguagem e através dela, se expressa e associasse a outras pessoas, logo, é o recurso que utiliza verbal ou manual para interagir sobre diferentes temas e finalidades em busca de informações e de conhecimento, porém, a escola como instituição cuja missão é proporcionar esse ambiente inclusivo para todos, continua se estruturando para atingir essa meta para oferecer ensino que seja bilíngue que atenda o aluno surdo, mas ainda é um grande desafio. Segundo Nascimento, Almeida e Santos (2021), para a inclusão do surdo nessa perspectiva da educação inclusiva, existe a dificuldade das escolas na adaptação do ensino de duas línguas, a língua portuguesa oral e a Libras para os surdos. Sabendo-se que a aprendizagem acontece através da comunicação oral e da audição e as crianças surdas não podem seguir essa metodologia de ensino, pois não conseguem ouvir ou têm perdas parciais de audição.

Levando-se em consideração esses aspectos, é possível que o ensino da Libras em ambiente escolar seja uma proposta viável para inclusão dos surdos, pois durante os últimos anos surgiram mais usuários da Libras em todo Brasil com o surgimento de cursos e graduações voltadas para esse idioma, além de leis que fomentam sua disseminação no Brasil.

Assim, a comunicação em Libras se apresenta como fator de debates e de ações para seu desenvolvimento e isso é salutar para a comunidade surda sair da invisibilidade que por muito tempo foi a tônica na educação de surdos. Para Vieira (2021) além da Libras ser usada para os surdos se comunicarem com seus amigos, também existe a necessidade de haver essa comunicação entre professores e alunos na escola, pois lá acontece troca de ideias diariamente e isso reflete como de muita valia para o relacionamento da família do aluno surdo, visto que o aprendizado é sinônimo de conhecimento e o conhecimento nunca é demais na vida em sociedade.

3.3 MITOS E CURIOSIDADES A RESPEITO DA LIBRAS

Ocorre um grande erro ao falarmos que os surdos do Brasil são apenas aquelas pessoas que não ouvem. O tema vai mais além, existem outros tipos de situações que considera a surdez em uma pessoa. De acordo com Moreira (2023), todos os brasileiros com algum tipo de surdez, podendo ser: leve, moderada, severa ou profunda, sejam eles pessoas oralizadas, usuárias de sinais ou bilíngues, são consideradas pessoas surdas. Moreira (2023) afirma que, “há desinformação gerada pelo senso comum levando à crença que todos os surdos falam a Língua Brasileira de Sinais, é surdo quem não ouve nada e a Libras é a língua natural dos surdos.” Nesse último caso, é importante salientar que a denominação de língua natural é inadequada, logo, um surdo com grau de surdez mais leve, pode preferir o português com o costume de usar junto à sua família. Já um surdo profundo pode preferir a Libras para se comunicar, ou ainda, se o surdo for oralizado, poderá e preferir a companhia de pessoas ouvintes e utilizar o português para se comunicar.

E ainda, entende-se que a língua natural de uma criança é aquela utilizada para se comunicar no seu dia a dia junto a sua família, isto é, onde ela aprende suas primeiras palavras até se tornar "fluyente" de tal comunicação. Desse modo, é de importância fundamental que a família tenha essa competência nessa determinada língua para que seus filhos adquiram a fluência e por conseguinte adquirir habilidade linguísticas e cognitivas. Para Moreira (2023) a língua de sinais é a língua natural para a criança surda filha de pais surdos, por outro lado, se a criança nasce em uma família de ouvintes, a língua de sinais não será a sua primeira língua, pois seus pais são fluentes no português. Nesse caso o bebê precisa ter acesso precoce aos sons, no caso reabilitação, caso não consiga esse acesso, a criança e a família deverão aprender a Libras.

Pontuamos outras situações, pouco esclarecidas acerca da comunidade surda, por exemplo, em entrevistas, palestras e até mesmo em curso de Libras, aonde muitas pessoas afirmam que a Libras é a segunda língua oficial do país, mas, tal afirmação é equivocada, apesar da lei 10.436 de 2002, reconhecer que a Libras é um idioma de utilizado como meio de expressão pela comunidade surda. No entanto, segundo Moreira (2023) não houve nenhuma emenda na constituição do Brasil: no Artigo XIII, a única língua mencionada como “língua oficial” do país é o português. Todavia, ao ser reconhecida oficialmente, a Libras poderá ser solicitada em ocasiões oficiais, como em concurso público onde o candidato domine somente a Libras, ele solicita um tradutor/intérprete de Libras para acompanhá-lo na realização de sua prova de exame.

Ao contrário do que muitos acreditam, a língua de sinais não é a invenção de uma comunicação aleatória criada pelos surdos, vai mais além, pois a sua comunicação está baseada nos eventos cotidianos, isto é, as situações do dia a dia em socializar sobre algum assunto mais frequente ou mais complexo, sabendo -se que, com a língua de sinais é possível debater qualquer tema e em qualquer área. Para Cristiano (2020), O desconhecimento e a discriminação em um passado próximo, contribuiu para que fossem criados muitos mitos em relação à língua de sinais. E ainda, atualmente muitas dessas desinformações circulam por aí atualmente e tem como consequência, prejudicar o desenvolvimento linguístico da língua de sinais, e acarreta desprestígio dessa comunicação e no trabalho dos professores e intérpretes.

Sendo assim, o habito de apontar, sinalizar ou de passar mensagens por meio de gestos e isso está em nosso instinto de tentar nos comunicarmos e passar a mensagem da forma mais clara possível e, na Libras, o gestual faz parte do sistema de comunicação e por muitas vezes as pessoas confundem ou pensam que a Libras é apenas mímica sobre uma mensagem que temos vontade de transmitir. Destarte, muitas pessoas imaginam que as línguas de sinais são apenas mímicas. A mímica é a forma de comunicação aonde é utilizada para expressar o pensamento mediante os gestos, as expressões faciais e corporais, representando esse aparato com as imitações que lembram o foco comunicativo, logo, muito diferente de uma comunicação com os atributos que um idioma possui em toda sua formalidade (Cristiano, 2020).

Em relação à nomenclatura que, em muitos meios de comunicação ou em documentos, a palavra linguagem associada a Libras, porém, é uma associação errônea em comparar língua com linguagem, pois a língua pode ser considerada um sistema de comunicação formal finita de um país, com seus sistemas e regras, enquanto a linguagem é mais complexa em sua forma de comunicação, porém não possui regras de formalidade finitas

e sim é um sistema de comunicação infinito. A Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão, traz a seguinte denominação: Língua Brasileira de Sinais – Libras, e não Linguagem Brasileira de Sinais, logo, comparando com a nossa língua portuguesa, não podemos dizer linguagem portuguesa, mas sim, língua portuguesa.

Além disso, não existe uma língua tipicamente brasileira que tenha se originado no Brasil, seja falada ou sinalizada. A língua portuguesa deriva do latim e a Libras tem suas raízes no francês. No entanto, ambas são utilizadas na comunicação entre surdos e ouvintes no Brasil. As denominações dessas línguas como "língua do país" são construções do senso comum ao longo do tempo. Libras é a abreviatura de língua brasileira de sinais. Capovilla & Raphael (2001), entretanto, recomendam o termo língua de sinais brasileira. Os autores esclarecem que língua de sinais é uma unidade, que se refere a uma modalidade linguística quiroarticulatória-visual e não oroarticulatória-auditiva. Portanto, língua de sinais brasileira é a língua de sinais desenvolvida e empregada pelos surdos sinalizados ou bilingues no Brasil. No entanto, como língua brasileira de sinais ainda é o termo mais usual e reconhecido pela maioria das pessoas para identificar a Libras (Silva, Santos e Beneditto, 2022).

Também, o tema há muito discutido é como se dá o desenvolvimento da sequência de palavras em Libras num diálogo ou em uma situação de comunicação, pois durante muito tempo as pessoas pensavam que a comunicação da Libras era idêntica à do português, isto é, palavra após palavra, contudo a Libras difere dessa premissa. Foi percebido que no português, quando utilizarmos sequência de palavras ela é compreendida tal qual. A tradução para a Libras não será possível, uma vez que a sua estrutura é distinta, espaço visual e não possui os conectivos característicos da língua portuguesa. Assim, estruturalmente os sinais serão reproduzidos sem a presença dos conectivos com a sequência de sinais em um discurso. Para Silva (2021), a Teoria da Transcrição busca reescrever um texto original em uma nova versão na língua de chegada, utilizando todos os recursos disponíveis. Essa teoria é fundamental no processo criativo, envolvendo uma abordagem intermodal e intramodal, que abrange tanto a tradução quanto a interpretação. No caso das Línguas de Sinais, a expressão semiótica requer a recriação de gestos e sinais. Nas línguas orais e sinalizadas, o profissional desempenha um papel crítico, selecionando sua produção entre as diferentes línguas durante o ato tradutório e interpretativo.

Outro fator existente, é que muitas pessoas acreditam que basta saber o alfabeto manual para se comunicar em Libras e, esse mito vem se arrastando por muito tempo, por exemplo, podemos encontrar em alguns lugares como em um ônibus as pessoas distribuindo o

alfabeto manual e também em praças ou em shoppings, logo, na perspectiva do senso comum, passa ideia que se saber soletrar as letras do alfabeto, a pessoa sabe Libras. Portanto, saber o alfabeto manual não significa saber Libras. Cristiano (2020) afirma que, o Alfabeto Manual é considerado a forma de representação escrita da língua oral, porém, é realizada através das mãos. Esta escrita é utilizada em situações pontuais, ou seja, é utilizada para soletrar nomes de pessoas, lugares ou palavras que não possuam sinal de uso pela comunidade surda. Em geral, cada palavra possui um sinal criado pelos surdos, ou seja, a Libras abrange mais do que apenas o conhecimento do alfabeto manual.

Vale destacar que um dos mitos considerados mais comuns e tratados como verdades, é o que considera existir uma língua de sinais única para todos os surdos do mundo é um deles, todavia. Isso vem daquele pensamento das línguas de sinais serem mímicas. Contudo, cada país ou comunidade tem sua língua de sinais com peculiaridades distintas, isto é, o português falado numa capital do sudeste do Brasil, é diferente do português falado em outra cidade do Nordeste. De acordo com Silva (2018), não há uma língua de sinais que seja universal. Por conseguinte, assim como as línguas faladas, as línguas gestuais variam conforme a região. Acredita-se que existam mais de 200 línguas de sinais distintas em todo o mundo, cada uma adaptando seus gestos à sua cultura para representar palavras e frases.

Em relação aos termos surdo e deficiência auditiva, para Silva, Santos e Beneditto (2022) é importante esclarecer como NÃO se deve referir às pessoas com deficiência auditiva, independentemente da gravidade. Evite usar os termos surdo-mudo, surdinho ou mudinho. As expressões adequadas são surdo, pessoa surda ou pessoa com deficiência auditiva (Sasaki, 2002, atualizado em 2011). Os diminutivos "surdinho" ou "mudinho" sugerem que a pessoa não é considerada plenamente capacitada. Logo, a pessoa que não apresenta nenhuma perda auditiva e não necessita de aparelhos ou implantes para ouvir é chamada de ouvinte.

Outrossim, mesmo que alguém com perda auditiva consiga escutar novamente graças a tecnologias auditivas, essa pessoa não será classificada como ouvinte. Silva, Santos e Beneditto (2022), afirmam que, quando falamos sobre pessoas surdas, o termo "mudo" não reflete sua realidade. Na verdade, em muitos casos, as cordas vocais e outras partes do aparelho de fala funcionam normalmente. Isso indica que, com fonoterapia, uma pessoa surda pode aprender a falar e usar a voz.

Vale destacar que, as pessoas surdas têm voz, e a dificuldade em se comunicar oralmente geralmente se deve à falta de aprendizado adequado ou à timidez. No entanto, o termo apropriado para se referir a alguém com perda auditiva pode variar. "Deficiência auditiva" é uma expressão ampla que inclui diferentes graus de perda, enquanto "surdez" se

refere a perdas auditivas acima de 41 dB. Portanto, todas as pessoas surdas têm deficiência auditiva, mas nem todas as pessoas com deficiência auditiva são surdas. Algumas preferem ser chamadas de surdas, enquanto outras não, por isso é fundamental perguntar qual termo elas preferem (Silva, Santos e Beneditto, 2022).

As curiosidades e os mitos a respeito das línguas de sinais não param por aí, como a Libras é um idioma totalmente diferente dos outros que utilizam o som através da fala, a Libras utiliza o espaço visual, tornando-a uma espécie de mistério para quem observa outras pessoas dialogando em sinais. Neste sentido, desperta a curiosidade para entender o assunto debatido naquele momento, porém, conforme o salientado, criam-se muitos questionamentos a respeito dessa comunicação e acabam sendo criadas muitas ideias a respeito, como, por exemplo, segundo o Site AmeLibras (2023) existem essas curiosidades:

- Libras não é um nome - Algumas pessoas desconhecem o que é a Libras e na maioria das vezes pensam que LIBRAS é um nome, porém, se trata de uma sigla que significa Língua Brasileira de Sinais. E algumas falam "**as Libras**" e outras "**o Libras**" ou "**a Libra**", portanto é preciso ter cuidado e aprender o correto para não repassar errado e nem pronunciar equivocadamente.
- Sentidos mais aguçados - Os surdos têm uma tendência a compensar o seu déficit ou a perda total da audição com a compensação nos outros sentidos de serem mais aguçados (olfato, tato, paladar). E pequenas variações de luz pode ser percebida por eles, com uma maior expectativa de grau mais apurado, nesse sentido, para aqueles indivíduos, com a causa da sua surdez hereditária.
- Importância da FENEIS - Assim como existem as federações para as pessoas ouvintes, existe uma federação exclusiva para as pessoas surdas do Brasil, mais conhecida como FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração dos surdos. É uma federação, sem fins lucrativos e tem como objetivos defender as políticas em educação, cultura, saúde e assistência social em relação à comunidade surda do Brasil, por conseguinte, defender seus direitos. E é notória a presença de bases da FENEIS nas capitais brasileiras que prestam auxílios para os surdos com atividades, eventos, e ações de inclusão em locais de trabalho para os surdos de sua localidade.
- Campanha com lâmpada - Diferente de uma campanha dos ouvintes, que é sonora, os surdos possuem uma campanha visual, no caso, ela é acionada por uma luz ao apertá-

la, isto é, a luz da casa irá acender e apagar no momento em que uma pessoa estiver chamando o morador surdo pelo lado de fora da porta.

- Descontos e benefícios - No Brasil, existem várias leis que amparam os surdos em benefícios e com descontos em alguns serviços prestados para a sociedade, tais como ter carteiras para poderem circular pela cidade em transportes públicos e, também, passagens em ônibus interestaduais e descontos em passagens aéreas, além de descontos em automóveis e em outros produtos.
- Sinal versus nome próprio - Os nomes pronunciados por uma pessoa em situação de comunicação oral auditiva, na Libras, são diferentes por sua modalidade espaço visual. A fim de possibilitar essa comunicação, a comunidade surda emprega o "sinal pessoal" para identificar cada indivíduo, o que é equivalente à forma como alguém é conhecido pela comunidade surda e, para a cultura surda, é mais importante do que o nome próprio, além disso, para receber essa identificação ou batismo, será preciso que um surdo que tenha um amplo conhecimento de toda a comunidade surda da localidade a realize e, essa identificação é feita através das características físicas, profissionais ou de personalidade que a pessoa a ser batizada apresente. Geralmente esses batismos são feitos nos ouvintes, por professores surdos, quando esses participam de cursos de Libras.
- Casal de surdos com filhos ouvintes - Como foi salientado antes, quem faz parte da comunidade surda, sabe muito bem que é bastante comum o casal de surdos terem filhos ouvintes e o casal ouvinte ter filhos surdos. Deste modo, não adianta duas pessoas surdas casarem para que seus filhos nasçam surdos. Porém, a surdez pode ser originada por doenças, acidentes ou por genética, isto é, cada caso de suas particularidades.
- TV em Libras - Muitos não sabem que existe uma web TV com sua programação totalmente em Libras. Existe uma parceria entre o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e a Associação Educativa Roquette Pinto (ACERP) possibilitou a primeira webTV em Língua Brasileira de Sinais (Libras), toda legendada e com locução, desse forma, tem toda sua programação feita em Libras com tradução para o português.
- Aplicativos em Libras - A comunicação em Libras tem muitas opções para as pessoas que tenham interesse em aprender a se comunicarem, além do tradicional, diversos

aplicativos poderão ajudar, apresentaremos 5 aplicativos bastante utilizados para esse fim.

1. Librazuka - O app apresenta módulos teóricos, como alfabeto, números e gramática, além de jogos que ajudam a fixar o conteúdo. Ainda, o Librazuka conta com dois dicionários e opção com realidade aumentada para diversos objetos. O app está disponível para Android e pode ser baixado gratuitamente.

2. Hand Talk - Tradutor No *Hand Talk* Tradutor, você encontra um avatar que se apresenta como intérprete virtual. Ele traduz texto para a Libras. Além disso, o app também disponibiliza vídeos ensinando sinais próprios da língua. O aplicativo está disponível gratuitamente tanto para Android quanto para iOS.

3. Alfabeto Libras - Esse app é ideal para os iniciantes que queiram aprender Libras de maneira divertida e interativa. O aplicativo utiliza jogos para tornar o aprendizado do alfabeto e de suas particularidades mais dinâmico, além de contar com uma versão especial para crianças. O app está disponível para Android e iOS.

4. Quiz de Libras - O Quiz de Libras funciona por meio de questões que ajudam a pessoa a treinar e a aprender o alfabeto e os números em Libras. Ele é excelente para quem está em processo de aprendizagem, tendo uma interface leve e fácil de ser compreendida. Inclusive, o app apresenta desenhos e imagens didáticas para crianças e adultos. Ele está disponível apenas para Android.

5. Librário - O objetivo desse app é promover a integração entre indivíduos surdos e ouvintes. Isso é possível por meio dos jogos disponibilizados pela plataforma, que incentivam o reconhecimento da relação entre palavras, imagens e sinais. O aplicativo está disponível para todos os aparelhos celulares.

- **j) Línguas de sinais não é a mesma em países diferentes** - O que muitas pessoas não sabem é que cada país possui sua própria Língua de sinais e podemos citar como exemplo, nos Estados Unidos é ASL, enquanto no Brasil é Libras e assim por diante. Logo, não vai adiantar a pessoa tentar aprender uma língua e achar que é igual em todos os países, pois, a língua tem afinidade com o idioma oral auditivo utilizado no país, portanto, não dá para aprender a língua de sinais de um país e usá-la em outro.
- **Mão dominante e mão de apoio** - Quando estamos sinalizando, isto é, fazendo um sinal com as mãos, uma delas é considerada a mão dominante que fará o gesto principal e a outra será a mão que auxiliará na sinalização, a mão de apoio, e ainda,

poderá servir de complemento para o restante do movimento ou da mensagem que está sendo emitida no diálogo.

- Ligação junto com mensagem de *WhatsApp* - Uma situação que poucos sabem, é que muitos surdos têm habito de te ligar ao mesmo tempo, em que enviam uma mensagem pelo *WhatsApp*. O motivo é que você ouça o toque e responda à mensagem rápido. Por isso, não ache estranho se você demorar a responder uma mensagem, o surdo te ligar.
- Sinais icônicos - Existe um mito que muitos acreditam que a língua de sinais é muito difícil de aprender, porém, é apenas as impressões de alguns que são passadas e acabam influenciando neste sentido, no entanto, muitos sinais são classificados como icônicos, isto é, se assemelha ao sinal que está sendo feito pelo movimento, forma ou gesto trazendo sua lembrança. Por exemplo, o sinal casa quando está sendo feito ele lembra o telhado de uma casa devido à forma em que necessita unir as mãos para realizá-lo. Dessa forma, fica mais fácil de associar a imagem que as mãos estão representando com o sinal, logo, memorizar e aprender por dedução muitos sinais icônicos.
- Turma da Mônica em Libras - Uma boa forma de aprender Libras é assistindo os episódios dos desenhos da turma da Monica que estão todos em Libras e muitos desses vídeos estão disponibilizados gratuitamente no YouTube, além de ser uma boa diversão assisti-los, ainda pode aprender a Língua de Sinais.
- Surdos podem falar - Como chamamos o outro é muito importante na comunicação e na vida social e, um dos grandes erros que, infelizmente, existe é chamar o surdo de mudo e esse erro não podemos cometer, pois, grande parte dos surdos podem falar, porém, podem não se expressar oralmente perfeito, devido a não ouvirem, obviamente, ou não terem a audição 100% perceptiva, a ainda, o fato de ser surdo não significa que eles tenham problemas nas cordas vocais. Portanto, evite falar que o surdo e mudo e como podemos observar, muitos deles falam.
- 10 milhões de pessoas - Segundo os dados levantados pelo IBGE, o Brasil tem aproximadamente 9,7 milhões de pessoas com algum problema auditivo ou surdez total, isso é mais ou menos 5% da população brasileira. Desse modo, essa informação vai contra aquela ideia que muitos pensam que no Brasil há poucos surdos pelo fato de não os encontrar. Por outro lado, é considerada uma comunidade asseguradamente bem importante para o país que precisa que seu processo de inclusão seja respeitado.

- Cachorros podem fazer Libras - Essa curiosidade envolve as pessoas que gostam de ter animais de estimação, como, por exemplo, cachorros, devido ao fato desses animais aprenderem por comando, pois, muito desses comandos envolvem movimentos com as mãos e provavelmente eles podem aprender comandos que serão associados com a Libras. s) Surdos podem sentir vibrações do som - Nos casos de barulhos muito altos, como foguetes soltos, carros de som, buzinas eles percebem o barulho, embora surdo total, isso acontece devido às vibrações que esses tipos de barulho proporcionam e o surdo tem sensibilidade ao barulho emitido. Muitas pessoas com familiar ou amigo surdo terão mais facilidades em perceber essas particularidades pelo contato entre ambos.

Consoante o observado, mitos e curiosidades fazem parte da Libras, ou seja, são criados em um contexto e se tornam parte do imaginário de indivíduos que não conhecem esse universo da comunicação por sinais. Portanto, a enriquecer a história da Libras e sugerem fazer estudos mais aprofundados, por fim, compreender como surgiram e passaram a fazer parte da história de um idioma tão interessante e, ao mesmo tempo, desperta a curiosidade de muitos sobre sua característica visual.

4 O USO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA SURDOS

É fundamental ressaltar que a tecnologia assistiva pode ser um conjunto de dispositivos e serviços projetados para auxiliar pessoas com deficiências ou limitações funcionais, sendo assim, torna suas atividades diárias mais simples e promove uma melhor qualidade de vida através da inclusão social. Conforme Garcia e Vieira (2018) as pessoas com deficiência enfrentam várias dificuldades, inclusive a de serem incluídas e participarem do processo de aprendizagem. Nesse cenário, a tecnologia assistiva desempenha um papel essencial ao ajudar a integrar o aluno com deficiência nas atividades diárias, sociais e educacionais.

Outrossim, o contexto educacional inclusivo é um ambiente que adapta o ensino para atender às diversas necessidades e habilidades dos alunos, na perspectiva de garantir que todos possam participar e ter sucesso, independentemente de suas condições e busca utilizar estratégias diferenciadas, recursos e tecnologias assistivas, promovendo uma cultura de respeito e aceitação para todos. Neste viés, o objetivo é oferecer uma educação que valorize e beneficie cada aluno, assegurando oportunidades iguais de aprendizado e

desenvolvimento. Neste sentido, ela resulta da aplicação de inovações tecnológicas provenientes de diferentes campos do conhecimento, colaborando para restaurar funções humanas. Essa tecnologia funciona como uma ferramenta ou estratégia que maximiza as habilidades funcionais de indivíduos com deficiência ou com dificuldades específicas (Garcia e Vieira, 2018). De acordo com Silva (2012), refere-se a apoios, equipamentos, serviços, estratégias e práticas criados e implementados para reduzir as dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiências. Desse modo, a Tecnologia Assistiva tem como objetivo promover a autonomia das pessoas com deficiência. No caso das pessoas surdas, esse objetivo também se mantém e aumentam a sua capacidade, promovendo maior independência, qualidade de vida e inclusão tanto na sociedade quanto no mercado de trabalho.

O termo *assistive technology*, ou tecnologia assistiva, na tradução para o português, foi criado em 1988 e é um importante elemento jurídico da legislação norte-americana, conhecida como *Public Law 100-407*, que compõe, com outras leis, o *American with Disabilities Act (ADA)*. De acordo com o conceito do Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), a tecnologia assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida. Para facilitar a organização dessa área de conhecimento e a promoção de políticas públicas, ela foi classificada em 11 categorias diferentes:

1. auxílios para a vida diária e prática;
2. comunicação alternativa ou aumentada (CAA);
3. recursos de acessibilidade ao computador;
4. sistemas de controle do ambiente;
5. projetos arquitetônicos para acessibilidade;
6. órteses e próteses;
7. adequação postural;
8. auxílios de mobilidade;
9. auxílios para cegos ou para pessoas com visão subnormal;
10. auxílios para pessoas com surdez ou déficit auditivo;
11. adaptações em veículos.

A tecnologia assistiva foi instituída como política pública no Brasil somente em 16 de novembro de 2006, pela portaria nº 142 do Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), estabelecido pelo Decreto nº 5296, no âmbito da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. (Guia de rodas.com, [s.d]).

O progresso tecnológico tem simplificado a vida das pessoas e permitido uma maior interação com o ambiente ao redor. Por conseguinte, tornou-se essencial considerar maneiras pelas quais essa tecnologia pode auxiliar pessoas com deficiências a desfrutar dos mesmos direitos de interação. Neste sentido, Galvão Filho (2009), considera que os recursos de tecnologia assistiva podem ser entendidos como ferramentas que ajudam na formação da pessoa com deficiência como protagonista de seus próprios processos, ao promover a ampliação de sua interação social no mundo.

4.1 APLICATIVOS OU FERRAMENTAS PARA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO PARA FACILITAR A COMUNICAÇÃO

Um ponto relevante a ser abordado é que os aplicativos de tradução e interpretação são ferramentas digitais criadas para facilitar a conversão de texto, fala, sinais entre diferentes idiomas e são bastante úteis para comunicação em diversos contextos, como viagens, negócios e estudos. Também é essencial mencionar que esses aplicativos fazem parte da tecnologia assistiva, logo, desempenha um papel fundamental na superação dos desafios enfrentados por pessoas surdas, especialmente na comunicação, permitindo-lhes uma participação mais completa na sociedade. Ayala e Santos (2019) afirmam que, diante das dificuldades que a pessoa surda passa para se apropriar da Língua Portuguesa, os avanços tecnológicos, aliados às mudanças numa nova prática pessoal e institucional, podem proporcionar uma relação mais ética frente a pessoa surda. Assim, essas tecnologias ampliam as habilidades das pessoas surdas, promovendo maior autonomia, qualidade de vida e inclusão tanto na sociedade quanto no mercado de trabalho.

Além disso, muitas pessoas pensam que "tecnologia assistiva para surdos" se refere exclusivamente a recursos digitais, mas, na verdade, o termo abrange todos os dispositivos e serviços desenvolvidos para facilitar a vida das pessoas surdas. Outrossim, podemos fazer uma analogia com rampas de acesso e elevadores ajudam aqueles que utilizam cadeiras de rodas, essas tecnologias assistivas têm o objetivo de tornar a vida mais acessível para a comunidade surda. Para discutir a tecnologia assistiva para surdos, é importante entender o

contexto da surdez no Brasil. De acordo com o IBGE (2019), há mais de 2,3 milhões de pessoas surdas no país. A Federação Mundial dos Surdos aponta que 80% dessa população não é fluente em línguas escritas, utilizando Línguas de Sinais como língua materna. A tecnologia assistiva para surdos refere-se a ferramentas desenvolvidas para facilitar a vida cotidiana dessas pessoas, oferecendo mais autonomia em atividades que envolvem sons ou interações com ouvintes. Exemplos incluem alertas em celulares para pais surdos sobre o choro de seus filhos, a participação em videoconferências, e o acesso a conteúdo online em texto para aqueles que se comunicam por Libras. Essas tecnologias são essenciais para superar barreiras de acessibilidade e promover maior inclusão. Fonte: www.handtalk.me/br/blog/tecnologia-assistiva-surdos

Vale destacar também que, alguns aplicativos têm se notabilizado ao facilitar a tradução e interpretação em Libras para pessoas surdas, utilizando tecnologias avançadas para aprimorar a comunicação e promover a inclusão social. Por exemplo, existem aplicativos que oferecem tradução em tempo real de textos e falas para Libras, o que permite que surdos compreendam informações traduzidas, como reuniões e eventos educacionais. Outros aplicativos permitem uma comunicação direta entre surdos e ouvintes, convertendo mensagens escritas para Libras e vice-versa, o que é especialmente útil em interações diárias e profissionais. Além disso, algumas plataformas oferecem dicionários e tutoriais de Libras, auxiliando no aprendizado e aprimoramento da língua de sinais. Vamos explorar diversos aplicativos e plataformas que facilitam a comunicação em Libras para pessoas surdas, destacando suas principais características, como a conversão automática de texto em sinais, a disponibilização de dicionários visuais e interativos. E ainda, outros aplicativos que permitem uma comunicação direta entre surdos e ouvintes, convertendo mensagens escritas para Libras e vice-versa, o que é especialmente útil em interações diárias e profissionais. Além disso, algumas plataformas oferecem dicionários e tutoriais de Libras, auxiliando no aprendizado e aprimoramento da língua de sinais. Destacamos alguns desses aplicativos:

4.1.1 *Hand Talk*

A *Hand Talk* possui duas soluções de tecnologia assistivas para surdos:

A primeira é um aplicativo que funciona como um tradutor de bolso, que através da inteligência artificial, realiza a tradução do Português para a Língua Brasileira de Sinais e do Inglês para ASL (Língua de Sinais Americana). Você ainda pode começar a aprender essas línguas, praticando com os simpáticos tradutores virtuais, Hugo e Maya. A outra é um Plugin

de Acessibilidade que realiza a tradução dos conteúdos em texto (português) disponíveis nos websites para a Libras. Isso possibilita que as pessoas que se comunicam através desta língua possam navegar pela web com mais autonomia. Além de ser benéfico para a imagem da instituição que utiliza a ferramenta na página, a ferramenta reforça o posicionamento inclusivo e passa a conversar com um público que antes não era priorizado. E ainda atende a alguns pré-requisitos de acessibilidade exigidos por lei, podendo evitar multas.

4.1.2 Primeira Mão

Produzido pela TV INES, do Instituto Nacional de Educação de Surdos, é outro aplicativo inovador que consiste em transmitir informações via um **jornal semanal bilíngue em Português e Libras**, compartilhando as principais notícias do Brasil e do mundo! Deste modo garante que a informação chegará até o público surdo. Disponível nas lojas de aplicativo Android e IOS. Basta buscar pelo nome “Primeira Mão”.

4.1.3 Transcrição Instantânea

Disponível apenas para download gratuito em Android, o aplicativo **transcreve áudios em mais de 70 idiomas**. O objetivo do app é tornar as conversas cotidianas e os sons próximos **mais acessíveis para pessoas surdas ou com deficiência auditiva**. A ferramenta também torna capaz a captação de sons como “porta batendo”, “pessoa espirrando”, entre outros.

4.1.4 AVA: valorizando a comunicação

Similar ao mencionado anteriormente, o AVA também é um aplicativo e realiza a transcrição de áudio para textos. A ideia é possibilitar que pessoas surdas ou com deficiência auditiva possam participar das conversas de pessoas ouvintes, acompanhando as falas de cada um por meio dos textos sem precisar fazer leitura labial. O app também permite que as pessoas se cadastrem e que a voz de cada uma seja reconhecida nas conversas em grupo, que são transcritas para o aplicativo que funciona como um *chat*. A ideia é ter acessibilidade 24h por dia com o clique de um botão! Vale lembrar que existe uma grande diversidade na comunidade surda e nem todas as pessoas são fluentes nas línguas escritas. Mas o app é uma boa alternativa para as pessoas surdas oralizadas, que não fazem uso da Libras. Fonte: www.handtalk.me/br/blog/tecnologia-assistiva-surdo

4.1.5 VLibras

VLibras é um conjunto de ferramentas gratuitas e de código aberto que traduz automaticamente conteúdos digitais, nos formatos de texto, áudio e vídeo, em português para a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Ele torna a web mais acessível para as pessoas surdas e pode ser usado em computadores, smartphones e tablets. Dentre as ferramentas do VLibras, destaca-se a WikiLibras, plataforma colaborativa que permite aos usuários sugerir novos sinais da Libras, corrigir sinais existentes e revisar a tradução de frases. É resultado de uma parceria entre o Ministério da Economia (ME), por meio da Secretaria de Governo Digital (SGD), e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com a participação do Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital (LAVID). Fonte: www.gov.br/governodigital/pt-br/acessibilidade-e-usuario/vlibras

4.1.6 Central de Intermediação de Comunicação (CIC)

É a central responsável pela intermediação de comunicação telefônica entre pessoas com deficiência auditiva ou da fala e demais usuários dos serviços de telecomunicações. O código de acesso a ser utilizado pelas operadoras de telecomunicações para disponibilizar o acesso à CIC é o número 142. A obrigação de intermediar a comunicação telefônica com o uso da CIC exige que, pelo menos, um dos usuários esteja utilizando um terminal adaptado para pessoas com deficiência auditiva ou da fala e será realizada da seguinte maneira:

Transmitindo mensagem de texto do usuário com deficiência auditiva ou da fala por meio da voz, de forma compreensível, para o usuário que não possui deficiência auditiva ou da fala; Transmitindo mensagens de voz do usuário que não possui deficiência auditiva ou da fala por meio de texto, de forma compreensível, para o usuário com deficiência auditiva ou da fala; Transmitindo a mensagem de texto do usuário com deficiência auditiva ou da fala por meio de texto, de forma compreensível, para outro usuário com deficiência auditiva ou da fala. A Central CIC 142 funciona 24 horas, 7 dias por semana e todas as operadoras de Telefonia Fixa e Móvel já possuem CIC. Fonte: www2.sercomtel.com.br/institucional/cic.

4.1.7 O ICOM

O ICOM é uma ferramenta que facilita a inclusão de surdos, por meio de uma central de Libras que oferece tradução simultânea, em tempo real, 24 horas por dia. Ele é um recurso

de acessibilidade tanto para empresas que querem se conectar com o cidadão surdo como para aquelas que têm pessoas surdas em seu quadro de funcionários. A ferramenta é on-line, de uso simples e intuitivo, e pode ser acessada via aplicativo, *link* e *QR code* de um celular, tablet ou computador. Fonte: www.icom.app/.

Tendo em vista os aspectos observados, os aplicativos inclusivos são projetados para atender a uma ampla gama de necessidades e habilidades dos usuários, garantindo que pessoas com diversas deficiências ou limitações possam usá-los de forma eficaz e sem barreiras. Além disso, para aqueles com deficiência auditiva, esses aplicativos desempenham um papel essencial na promoção da acessibilidade na comunicação, oferecendo recursos importantes como legendas detalhadas e traduções em Libras. Alguns deles também podem incluir notificações visuais e táteis, substituindo os alertas sonoros para assegurar que os usuários recebam informações essenciais de maneira adequada. A implementação dessas tecnologias não só enriquece a experiência do usuário, mas também fomenta a inclusão e a equidade, permitindo que indivíduos com deficiência auditiva participem plenamente da comunicação e interação no ambiente digital.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

É importante notar que, ao construirmos uma residência, um imóvel ou qualquer produto, usufruir, ou compartilhar, precisamos organizar cada etapa para atingir o produto pretendido. É o mesmo que acontece em uma pesquisa científica, ou seja, precisamos de metodologias específicas para cada etapa da pesquisa que nos dê a base para produzirmos um trabalho com robustez e de qualidade comprovadas. Segundo Almeida (2021), “a metodologia é a busca do conhecimento por meio de estudos, avaliações e o apreender das estratégias formais existentes na ciência e aplicada em uma pesquisa científica.” Para Matias (2020) a metodologia em uma pesquisa segue um roteiro para seu desenvolvimento e fundamentada em questionamentos que devem ser feitos para atingir o objetivo geral da investigação, ou seja, quais os instrumentos usados? Que forma serão utilizados? Para apurar os dados de que o pesquisador precisa.

Vale destacar também que, a metodologia de uma pesquisa precisa ser bem escrita, pois não adianta o pesquisador ter autores consultados com ótimos trabalhos e na hora da escrita não deixar bem claro o enfoque que ele quis dar a pesquisa, isto é, para o leitor compreender seu ponto de vista. O pesquisador precisará de atenção na hora de escrever a metodologia, pois, através dela que conheceremos todos os processos e os pontos de vista que

serão estudados e pesquisados posteriormente. Segundo Lunetta e Guerra (2023), pesquisar é uma imersão intelectual em busca de novas descobertas. Seja na ciência, onde o objetivo é o progresso tecnológico, ou no ambiente acadêmico, que se concentra no aprendizado, a pesquisa é um processo fundamental. Contudo, a Metodologia de Pesquisa Científica transcende a função de um manual simples; trata-se de um guia que auxilia na reflexão sobre o percurso dos cientistas nesse contexto.

Dado o exposto, acreditamos que a metodologia bem fundamentada possibilita uma pesquisa com qualidade inquestionável, pois, ela estará bem alicerçada nos fundamentos científicos propostos e com isso tende a acrescentar conteúdos de excelência para pesquisas futuras.

5.1 TIPO DE PESQUISA

Muito se discute as abordagens em uma pesquisa científica e a presente pesquisa tem como foco utilizar a abordagem qualitativa, pois segundo Rodrigues, Sachinski e Martins (2022), esta abordagem está posicionada entre as Ciências Humanas e Sociais, estabelecendo um grande elo com a pesquisa em educação, visto que abrange a dimensão gigantesca que compreende a área da educação e ajuda a entender causas e efeitos das relatividades que permeiam o contexto escolar. Para Silva et al. (2018), a abordagem qualitativa nos proporciona relacionar de forma mais completa o eu dos indivíduos e nos dá a margem de apreender seus pormenores e a sua essência, por conseguinte, consegue relação e vínculo com a sustentação de conceitos já concebidos.

Desse modo, a investigação usou o estudo de caso, pois de acordo com Bunder e Barros (2019), o estudo de caso responde às perguntas que envolvem um problema científico, pois esse método tem como proposta entender, analisar e explicar esse evento, uma vez que as informações são coletadas diretas na fonte e no seu devido tempo.

Silva, Oliveira e Silva (2021), sustentam que o estudo de caso auxilia aos pesquisadores a compreenderem os problemas que envolvem todos os seguimentos da sociedade. Visto que, o método investiga profundamente as causas e os efeitos para dar sentido às informações coletadas durante todo o processo investigativo.

Outrossim, acreditamos que o estudo de caso, como metodologia de pesquisa qualitativa, inclui todos os instrumentos de pesquisa de forma lógica e planejada, ou seja, segue as etapas passo a passo para se obter uma pesquisa de qualidade. Essa metodologia

objetiva desenvolver conceitos instigados, a partir de estudos experimentais de um caso ou de estudos que demandem de mais de um caso (Silva, Oliveira e Silva, 2021).

Diante desses elementos, discutiu-se como proceder com este estudo cujo objetivo foi responder de que forma ocorria a inclusão em Libras entre os alunos ouvintes e os alunos surdos do ensino médio integrado do IFAM CMC.

5.2 LOCAL DE ESTUDO

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Amazonas, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2019 – 2023, o instituto conta com 14 campi em vários municípios do Estado do Amazonas e um campus Avançado em Manacapuru e um Centro de Referência no município de Iranduba. Em Manaus encontram-se três campi: Campus Manaus Distrito Industrial, Campus Manaus Zona Leste e Campus Manaus Centro no qual desenvolveremos o nosso estudo, oferta um leque de cursos que possibilitam a formação Profissional de Nível Médio, a formação em Cursos Tecnológicos, a formação em Cursos de Licenciatura, a formação em Cursos de Engenharia e, também, a formação em Cursos de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu, em distintos eixos tecnológicos e áreas de conhecimento, desenvolvendo suas atividades no turno matutino, vespertino e noturno.

O IFAM possui um Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educativas Especiais sistêmico (NAPNE) e os NAPNEs Campi que atendem aos alunos com necessidades educativas especiais que chegam à instituição, sendo suas ações regidas atualmente pela Resolução n.º 45⁹ - CONSUP/IFAM, de 13 de julho de 2015.

O NAPNE do Campus Manaus Centro desenvolve o trabalho com os alunos surdos, por meio do acompanhamento dos Tradutores e Intérpretes e de Libras (TILPS), sala de atendimento para o acompanhamento e reforço escolar das dificuldades escolares dos alunos, orientações aos docentes, pais e demais membros de comunidade escolar, além de oferecer cursos de Libras, sendo suas ações fortalecidas também com a aprovação da Resolução n.º 31 - CONSUP/IFAM, de 06 de junho de 2018 que regulamenta os procedimentos para o atendimento de alunos com deficiência no IFAM que vem contribuir na padronização dos procedimentos para o acompanhamento das PCDs com o objetivo de fornecer e viabilizar

⁹ A resolução n.º 45, atualmente, está em forma de minuta para consulta pública no IFAM para atualização. Processo n.º 23443.002422/2015-09.

atendimento igualitário, além de consequentemente promover a permanência e êxito na instituição através de ações sistematizadas.

O IFAM Campus Manaus - Centro é uma instituição comprometida em abordar as questões relacionadas à inclusão escolar dos discentes surdos, reconhecendo que a sua exclusão pode prejudicar seu processo de ensino e aprendizagem e, consequentemente, impactar negativamente sua vida social.

5.3 SUJEITOS DA PESQUISA

A pesquisa contou com a participação de 09 sujeitos, incluindo 2 discentes surdos que haviam concluído cursos técnicos de Nível Médio na modalidade integrada. Os critérios para a seleção foram que os participantes usassem Libras para comunicação e a decisão de entrevistar apenas os egressos foi tomada porque, no momento das entrevistas, os discentes surdos ainda matriculados não estavam mais frequentando o IFAM CMC. Além disso, foram incluídos 03 intérpretes de Libras, que desempenham o papel de mediadores de comunicação e apoiam as aulas dos discentes surdos. Também foram considerados 2 professores que trabalham diretamente com esses discentes e 2 pedagogos que colaboram com os professores dos discentes surdos.

Para agendar as entrevistas, foi necessário realizar várias marcações consecutivas, pois não conseguimos encontrar os entrevistados nas datas inicialmente combinadas. As entrevistas seguiram os seguintes caminhos:

Iniciamos as entrevistas com os intérpretes, supondo que estariam menos ocupados devido à ausência frequente de surdos nas aulas, o que facilitaria nosso acesso. O primeiro intérprete foi entrevistado na data marcada, mas o segundo só conseguiu ser entrevistado na segunda tentativa. O terceiro intérprete foi entrevistado à tarde, pois, apesar de termos agendado inicialmente para a manhã, surgiu um trabalho urgente de mediação em Libras e tivemos que reagendar para mais tarde.

A seguir, iniciamos o processo de entrevistas com as pedagogas e logo na primeira tentativa de entrevistar a 1ª pedagoga foi frustrada, pois, devido a um problema de saúde, ela não estava disponível em seu setor. Porém, na segunda tentativa, tivemos sucesso e realizamos a entrevista conforme planejado, aproveitamos, durante a conversa, pedimos sugestões sobre outra pedagoga que pudesse contribuir com nossa pesquisa e recebemos uma recomendação valiosa. Em seguida, entramos em contato com a pedagoga indicada para agendar a entrevista. Embora tenhamos marcado um dia e uma hora específicos, a entrevista

precisou ser adiada um pouco, pois ela estava envolvida em uma reunião. No entanto, conseguimos realizar a entrevista pouco depois, e a conversa fluiu naturalmente, proporcionando informações essenciais para o desenvolvimento de nossa pesquisa.

Seguindo o planejamento, entrevistamos os professores dos discentes surdos. No entanto, esses participantes da pesquisa, tinham o tempo bastante limitado dentro e fora de suas atividades profissionais, mas, com muito esforço e boa vontade por parte do professor, conseguimos agendar a entrevista com o primeiro docente para uma semana depois. Assim, a entrevista foi realizada durante um intervalo, pois o professor tinha uma agenda cheia, mas ele demonstrou satisfação em contribuir e a entrevista transcorreu de maneira tranquila. Em seguida, agendamos a entrevista com o segundo professor, porém, precisamos obter algumas informações de outros docentes sobre quem lecionava para os alunos surdos, foi-nos indicado um professor que atendia a esse perfil. Encontramo-lo na sala dos professores e marcamos a entrevista para três dias após o nosso primeiro encontro, que ocorreu na data combinada sem problemas.

5.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Coletar dados é reunir informações relevantes para estudos e pesquisas, utilizando métodos como entrevistas, questionários, observações e análise de documentos, com o objetivo de responder perguntas, verificar hipóteses ou entender fenômenos. Segundo Moysés e Moori (2007) coletar dados adequadamente permite uma interpretação clara dos resultados e a identificação de padrões, tornando essencial dedicar atenção a essa etapa inicial para garantir a qualidade do estudo.

Para esta pesquisa, utilizamos a entrevista mediada por perguntas semiestruturadas cujo roteiro foi flexível a questionamentos relevantes de ambos, ademais, o encontro presencial oportuniza o pesquisador a perceber respostas comportamentais que podem gerar dados para a pesquisa. Conforme Pereira et al. (2018), para coletar informações primordiais a pesquisa, se usa a entrevista junto ao sujeito da pesquisa em um contato direto, frente a frente. Isto é, usa essa técnica para perguntar ao entrevistado de que forma está ocorrendo o fenômeno naquele momento, conforme a sua ótica. De acordo com Almeida (2021) a entrevista é a conversação do entrevistador com o (s) entrevistado (s) para coletar informações peculiares que irão responder à investigação para análise e diagnóstico do fenômeno. Além disso, em relação ao formato, para Almeida (2021) a entrevista semiestruturada ou semi-

diretiva é aquela que tem uma sequência de questionamentos flexíveis e podem ser mudados conforme o andar da entrevista.

O outro instrumento de coleta de dados que utilizamos foi a observação. Oliveira, Santos e Florêncio (2019) explicam que um dos instrumentos de coleta de dados geralmente adotado para investigar as culturas é a observação participante, pois nela o pesquisador interage com o corpo social, coletividade ou em um caso específico. A observação é uma técnica que prioriza a percepção de todas as variáveis em uma situação estabelecida e para isso, observa grupos de pessoas, localidades, a forma de se portar e suas trocas de experiências, a fim de, entender a realidade de cada seguimento que foi observado (Queiroz et al., 2018).

Vale destacar também que a observação proporciona que o pesquisador vivencie o evento da pesquisa diretamente e, enseja pontos positivos, isto é, o fato é verificado diretamente no momento em que está acontecendo. Para Oliveira, Santos e Florêncio (2019) a observação é uma técnica das mais relevantes para recolher elementos em uma pesquisa experimental, pois, os acontecimentos são descortinados diretamente e sem mediação de terceiros.

Assim, utilizamos o diário de campo como instrumento de registro e acreditamos que esse instrumento nos permitiu identificar informações específicas, coletadas nas observações em sala de aula. De acordo com Vasconcelos et al. (2018) é de extrema importância ter um diário de campo para anotar questões que não foram coletados na gravação ou em outras observações realizadas pelo pesquisador, além disso, o diário de campo auxiliará na anotação de outros detalhes observados no final da entrevista, isto é, pode ser percebido algum detalhe importante após o término da fala do entrevistado.

5.5 INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

Como metodologia para analisar os dados desta pesquisa, utilizou-se a Análise Textual Discursiva (ATD), entendemos que sua natureza qualitativa trouxe novas compreensões em relação às transcrições e aos esclarecimentos que foram apresentados ao longo da investigação. De acordo com Rodriguez (2020) a ATD é um método que analisa as bases coletadas de um evento e do conjunto de informações que as permeiam, além disso, aceita novos entendimentos acerca de tais princípios e seus argumentos. Como aponta Gonçalves (2020), essa etapa é iniciada depois que o pesquisador tem acesso a documentos já

transcritos de entrevistas, de questionários respondidos e de outros documentos relevantes para a pesquisa.

Desse modo, na ATD, as informações analisadas se concentram nos fatos e no surgimento do evento, ou seja, no modo como se apresenta, do jeito que transparece para a percepção do investigador, através da linguagem escrita e da sua expressão significativa (Rodríguez, 2020). Desse modo, para Sousa e Galiazzi (2018), a ATD tem como estratégia apontar que o pesquisador esmiúce em unidades o texto, isto é, as partes do texto que foram divididas, serão analisadas em seu novo contexto e de que forma ficarão relacionados entre si, distinguindo seus novos significados, mais conhecida como unitarização.

Além disso, logo após a separação dos textos em frases e palavras identificadas no processo de unitarização, começa outra fase de organização por meio de categorias, a chamada categorização que, segundo Campos (2022), “na categorização as unidades são constantemente comparadas e agrupados os seus constituintes idênticos e as classes com significados adjacentes dá-se um nome e os definem, caso, tenha conformidade com o foco da pesquisa.” Ademais, as categorias dão o suporte para o que foi descrito e interpretado, isto é, denota outros entendimentos a partir do que foi analisado, visto que, categorias surgem da complexidade do agrupamento dos constituintes na unitarização permitindo ao pesquisador vislumbrar outra forma de organização para os textos (Campos, 2022).

Como resultado, para concretizar o que foi produzido nas etapas anteriores da análise, chegamos a elaboração de um novo texto, o metatexto. A outra fase da análise de dados que vem após o que foi descrito e interpretado na categorização é a produção do metatexto, cujo objetivo é construir outra apreensão do texto, logo, o processo anterior concluído com excelência será o diferencial, prioritariamente nessa etapa de produção dos metatexto (Guimarães e Paula, 2020). Nessa fase do estudo, o pesquisador observa as dificuldades encontradas para a produção dos dados coletados e produzidos, portanto, é isso que dará sentido para às interpretações ao discurso geral, possibilitando novos significados. Segundo Cunha (2022), “os novos entendimentos que surgem em análise de dados, são novas compreensões que podem ser percebidas pela ATD, uma vez que ela é uma técnica que se estrutura automaticamente.”

Os procedimentos que adotamos para a unitarização dos textos foram os seguintes: os textos coletados durante as entrevistas e as observações, separadas em unidades com significados, porém, logo após realizamos diversas leituras e releituras dos textos para podermos perceber quais as unidades que possuem os significados mais relevantes a pesquisa, a seguir, atribuímos um código para análise e após essa etapa demos um título para organizar

as unidades para o passo seguinte que é a categorização. Cunha (2022) assevera que "dessas unidades se destacam palavras-chave que representam as ideias presentes e são elaborados enunciados referentes ao fenômeno estudado".

O próximo passo após a unitarização foi separar as unidades de significados e as unidades de significados próximos em grupos e analisá-las diversas vezes cada unidade sobre sua relevância para fazer parte de seu grupo. Usamos o método indutivo, ou seja, foi feita uma análise entre as unidades de significados para chegar à conclusão de novas premissas. Isto é, foram criadas e definidas e nomeadas cada categoria ou subcategoria e produzidos os argumentos que os sustentarão, os quais foram definidos pelas relações e pela ordem em que se encontram cada uma delas. Cunha (2022) afirma que, "as categorias precisam ter as relações entre si e serem autênticas para cada grupo." As relações são quando as categorias de um grupo são fundamentadas com a mesma base ou derivam dessa, e a autenticidade é quando o grupo de categorias dão a credibilidade aos dados categorizados, mantendo o foco e aprimorando o entendimento a respeito do problema pesquisado ou ao evento.

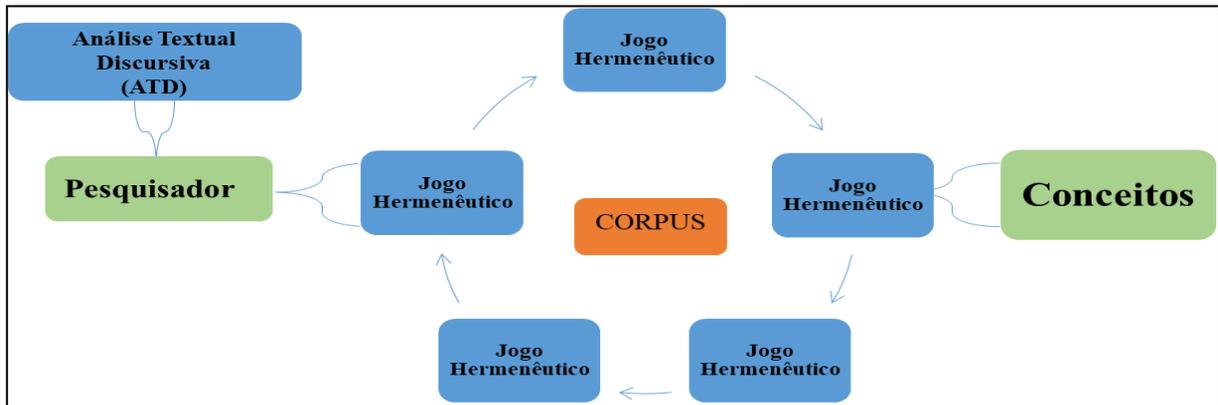
5.5.1 Investigando as Unidades de Significados (US): compreendendo a ATD

Como metodologia para analisar os dados desta pesquisa, utilizamos a Análise Textual Discursiva (ATD), pois se trata de uma abordagem metodológica que por sua natureza qualitativa trará novas compreensões e interpretações dos significados vigentes nos discursos ou textos ocasionados pelos indivíduos, ou grupos da pesquisa. De acordo com Martins e Bicudo (2006, p. 19), "o modo como o fenômeno se dá a quem busca compreendê-lo, vai se revelando em seus modos possíveis de aparecer porque ele não é uma realidade objetiva e dada, podendo apenas mostrar-se em seu sendo".

Vale destacar que a ATD leva o pesquisador ao jogo hermenêutico e os movimentos interpretativos são constantes na procura dos resultados da pesquisa, pois se busca a compreensão dos conceitos apresentados naquele contexto. Desse modo, para Souza e Galiuzzi (2021), a Análise Textual Discursiva é uma técnica de pesquisa qualitativa com foco fenomenológico-hermenêutico, que estabelece uma estrutura de categorias a partir do corpus, começando pela descrição do fenômeno. Para Souza e Galiuzzi (2017), o primeiro passo para a ATD é a unitarização, que analisa os textos e produz unidades de significado. Essas unidades de significado serão seguidas por um processo de categorização, ou seja, são organizados em grupos os objetos deste universo com uma finalidade específica. O terceiro

passo é o metatexto, que é o texto final, que foi criado a partir da análise das categorias, mas com uma redesignação da categoria inicial. A figura 1 mostra o esquema da ATD no percurso do pesquisador na interpretação dos Corpus até os conceitos.

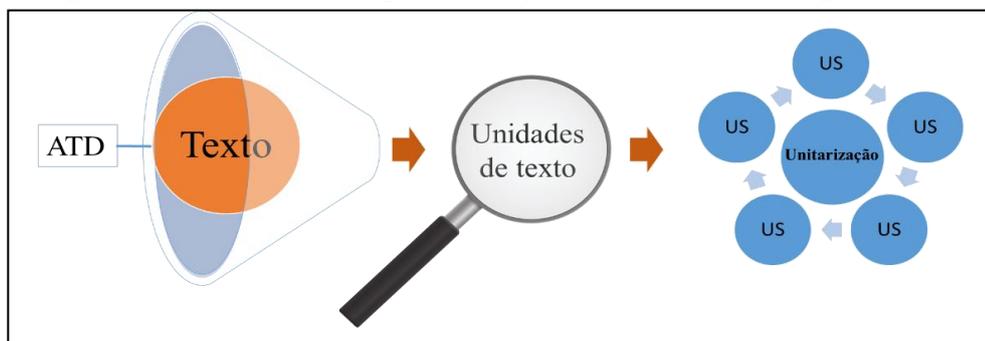
Figura 1 – O percurso hermenêutico da Análise Textual Discursiva



Fonte: elaborada pelo autor, 2024

Desse modo, de acordo com Sousa e Galiuzzi (2018) a ATD tem como estratégia apontar que o pesquisador esmiúça em unidades o texto, isto é, as partes do texto que foram divididas, serão analisadas em seu novo contexto e de que forma ficarão relacionados entre si, distinguindo seus novos significados, mais conhecida como unitarização. Segundo Cunha (2022), os novos entendimentos que surgem em análise de dados, são novas compreensões que podem ser percebidas pela ATD, uma vez que ela é uma técnica que se estrutura automaticamente. A figura 2 representa, conforme a percepção do pesquisador, o percurso da ATD, segundo Sousa e Galiuzzi (2018), na investigação do texto até as unidades de significados (US) resultantes da unitarização.

Figura 2- Análise do texto para obtenção das Unidades de Significados



Fonte: elaborada pelo autor, 2024

Corroborando com a afirmação anterior, para Rodriguez (2020) a ATD é um método que analisa as bases coletadas de um evento e do conjunto de informações que as permeiam, e, além disso, aceita novos entendimentos acerca de tais princípios e seus argumentos. Desse modo, aponta Gonçalves (2020), “essa etapa é iniciada depois que o pesquisador tem acesso a documentos já transcritos de entrevistas, de questionários respondidos e de outros documentos relevantes para a pesquisa.” Na ATD, as informações analisadas se concentram nos fatos e no surgimento do evento, ou seja, no modo como se apresenta, do jeito que transparece para a percepção do investigador, através da linguagem escrita e da sua expressão significativa (Rodriguez, 2020).

5.5.2 Investigando as Unidades de Significados (US): analisando as Entrevistas e Diários de bordo com os sujeitos da pesquisa

A Análise Textual Discursiva vai gradativamente buscando sua realização e a sua largada acontece ao mergulharmos no processo da **unitarização**. Ela é uma etapa que exige do pesquisador muita dedicação e resiliência para desenvolvê-la, pois os percalços são diversos, tais como, tentativas de ensaio, acerto e erros, isto é, apesar das leituras intensas e na fragmentação dos textos transcritos se incorre, na prática, em retornar para buscar o melhor sentido na busca do objetivo da pesquisa. Neste sentido, para responder os nossos objetivos e problema da pesquisa, analisamos as falas na busca de informações pertinentes e desmontamos os textos em unidades para serem filtradas as que respondessem o objeto de pesquisa investigado. Ao desmontarmos os textos, percebemos que o trecho ou trecho selecionado é importante para enfatizar uma ideia, tema ou passagem relevante do texto original. Em relação aos excertos interpretativos, Maciel-Cabral (2021) afirma que, “são trechos de texto que refletem as expressões verbais ou escritas dos indivíduos estudados, oferecendo a representação mais precisa do que estamos explorando em nossa pesquisa.”

No fragmento, na figura 3, de uma transcrição codificada em E1.1¹⁰, podemos observar, destacado em amarelo (excerto) e caracterizada a unidade de significado em negrito. Se tratando de um excerto hermenêutico, percebemos a unidade de significado (US) que

¹⁰ O código desenvolvido indica primeiramente de onde o material provém (E para entrevista), seguido do número que identifica esse material (E1 para entrevista 1), seguido de um ponto (.) e a numeração que identifica a posição do material no texto original. Por exemplo, no código ‘E1.1’ O código E1 indica que é um material da entrevista número 1 e o número 1 indica que ele está na posição 1 do texto.

surgiu foi "**a maioria dos alunos conhece Libras**". Isto é, tal trecho era a parte significativa do texto que estava alinhado com os objetivos da pesquisa.

Figura 3 – Fragmento de uma transcrição de entrevista e construção de US

Eu me comunico com um aluno surdo na Libras, né com a Libras. **A maioria dos alunos surdos que entram aqui eles já sabem** então a comunicação entre nós dois é a Libras, tá!

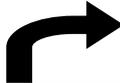
(E1.1)

O contexto analisado gerou a (US)

A maioria dos alunos conhecem a Libras

Fonte: elaborada pelo autor, 2024

Essas dinâmicas nos levaram a constatar que o direcionamento para a aquisição dos excertos, dissecados interpretativamente, faziam parte do percurso daquilo que estava sendo investigado, para Maciel-Cabral (2021) tais fragmentos carregam a representatividade de signos transmitidos oralmente ou escritos pelos sujeitos analisados, logo, seu alinhamento com o objeto da pesquisa fica a cada passo mais evidente. Confirmar com a imagem anterior, assim, os trechos destacados representam os fragmentos de onde foi extraída a ideia principal, ou seja, o que o pesquisador já havia compreendido previamente. É importante notar também que na representação da figura abaixo (4), a ideia central dos trechos está destacada, conforme apontado pela seta.

Figura 4 – Representação do excerto  **Ideia principal do excerto**

Ele chegou a essa conclusão, pois **existem surdos oralizados que utilizam pouco a Libras e surdos que apenas utilizam a Libras** e a opinião de ambos seria muito relevante para a criação do P.E

Excerto destacado

Fonte: elaborada pelo autor, 2024

Além disso, para unitarizar um texto significa buscar novos significados nos fragmentos do texto que se transformaram em frases ou períodos, a fim de elucidar o fenômeno pesquisado e, conseqüentemente, novos significados. Segundo Souza e Galiazzi (2021), na unitarização, os textos são desmembrados em novas perspectivas, de forma que os

resultados, ou as unidades que surgiram, possuam uma ideia principal ou pensamento completo, ou seja, as unidades de sentido, e, a partir daí, surgem as unidades de significado. Nessa perspectiva, criamos diferentes grupos de unidades, analisando os textos em uma estrutura tabular organizada pelos objetivos específicos em seus respectivos títulos. Dentro dessa estrutura, havia três colunas distribuídas da seguinte forma: na primeira coluna estava a codificação, na segunda à seleção dos trechos (corpus) e na terceira as unidades de significado, como discutido anteriormente, representando as ideias emergentes dos participantes da pesquisa empírica.

Conforme Farias (2023), a unitarização requer uma ampla leitura e interpretações, além disso, é fundamental repetir as mesmas leituras, sempre com base em estudos profundos sobre o processo. Dessa forma, os textos são desmontados e identificadas as unidades que atendem à compreensão dos fenômenos em questão. Neste sentido, tais unidades serão apresentadas como as **unidades de significados** que embasaram a credibilidade para os objetivos da pesquisa. Logo, unitarizar os textos, requer muita concentração mental do pesquisador nas diversas leituras e releituras dos textos, agregados à ginástica interpretativa para encontrar os sentidos relevantes para a pesquisa. No fragmento de uma transcrição, na figura 5, observamos, destacado em amarelo (excerto) e caracterizada a unidade de significado em negrito. Logo, no contexto analisado, percebemos que a unidade de significado (US) que surgiu foi **entendimento limitado sobre termos específicos**.

Figura 5 – Fragmento de transcrição de um diário de campo e construção de US

E explicou que na maioria das vezes **os surdos têm dificuldades em entenderem termos técnicos** e ele busca passar o sinal para eles e explicar os conceitos daquele termo. (D2.5)

O contexto analisado gerou a (US)

Entendimento limitado sobre termos específicos

Fonte: elaborada pelo autor, 2024

Dessa forma, entendemos que o processo de unitarização faz com que sejam diversas a leitura do texto em análise. E a seguir, após sua unitarização, muita leitura em cima dos textos desconstruídos na procura de suas unidades de significados que por sua vez, entra em cena o jogo interpretativo e, que chegam muitas vezes a confundir o pesquisador caso ele não esteja focado em relacionar essa desconstrução, isto é, o pesquisador está fadado a fugir do objeto a ser pesquisado e tornar sua pesquisa descaracterizada.

5.5.2.1 Unitarizando os diários de campo

Assim, começamos a análise pelos Diários de campo, porque apresentaram um volume textual menor em relação as entrevistas e por constarem as primeiras impressões que o pesquisador teria com os sujeitos da pesquisa, não obstante, muitas as reflexões foram proporcionadas e que influenciariam no sentido de agregar mais conhecimento para as futuras análises, e ainda, os diários de campo registram as impressões que o pesquisador observa nas expressões faciais e corporais que o entrevistado apresenta naquele momento. De acordo com Vasconcelos et al. (2018) é de extrema importância ter um diário de campo para anotar questões que não foram coletados na gravação ou em outras observações realizadas pelo pesquisador, além disso, o diário de campo auxiliará na anotação de outros detalhes observados no final da entrevista, isto é, pode ser percebido algum detalhe importante após o término da fala do entrevistado.

Desse modo, constatamos que essas subjetividades enriquecem e complementam a pesquisa, pois se trata de um elemento carregado de informações e têm a possibilidade de não serem registradas no (s) outro (s) instrumentos de coleta. Abaixo, na figura 6, temos um fragmento registrado em um dos diários de campo (diário 05), as nossas impressões foram colocadas conforme a percepção sobre as falas do sujeito e o comportamento que deixou transparecer no exato momento da pergunta.

Figura 6 – Fragmentos de Diário de Campo

Segundo suas observações, **os alunos ouvintes têm muitas dificuldades de se comunicarem com os alunos surdos**, em relação a assuntos de aula, pois não dominam a Libras e utilizam muito o celular para mensagens e a escrita em papel para a troca de informações

Diário de campo 5

Fonte: elaborada pelo autor, 2024

Os diários de campo foram transcritos para estudos mais aprofundados sob os aspectos detectados. **Foram registradas 9 anotações, sendo um diário para cada entrevista**, com as reflexões provocadas, consoante às impressões percebidas nas observações pelo pesquisador. Logo, percebemos que começar a unitarização pelos diários de campo foi mais proveitoso, no sentido de conhecer o material registrado e, menos volumoso nas informações, nos proporcionando uma maior compreensão para a unitarização das

entrevistas. Para Moraes e Galiuzzi (2016), ao unitarizarmos, interpretamos e separamos as ideias basilares que retratam o sentido para o objeto da pesquisa investigado pelo pesquisador. Neste sentido, trata-se da leitura minuciosa das impressões de outros sujeitos, porém, nesse processo, o pesquisador coloca seu ponto de vista interpretativo do que foi observado subjetivamente nas entrevistas. Corroborando com esta afirmação, apresentamos, na figura 7, outro fragmento registrado em um dos diários de campo (diário 4), as nossas impressões foram colocadas conforme a percepção sobre as falas do sujeito e o comportamento que deixou transparecer no exato momento da pergunta.

Figura 7 – Fragmentos de Diário de Campo 4

Devido à **abundância de modalidades de ensino no IFAM CMC**, muitos professores atuam em diferentes departamentos e isso se torna um gargalo para ser resolvido da melhor maneira possível

Diário de campo 4

Fonte: elaborada pelo autor, 2024

Os diários foram transcritos em um documento do Word e receberam códigos para garantir a confidencialidade dos participantes, facilitando a organização do processamento das informações. Em seguida, para abordar a questão de pesquisa e atingir os objetivos, foram realizadas várias leituras. A codificação, ou sistema de códigos que acontece no processo de unitarização, tem como primórdio a identificação para a consulta dos textos originais, pois estabelece a organização lógica dos elementos que estão sob análise. Para Cunha (2022), ATD é uma análise que necessita de ponderação, e assim, surge a necessidade que a origem dos materiais estejam devidamente identificados e para isso é adotada uma **codificação**¹¹ para os excertos que estão sob destaques. No quadro abaixo (1), podemos observar que temos dois trechos em negrito no excerto que estão alinhado com o objetivo 3 e o 4 da pesquisa, estão à

¹¹ O código desenvolvido indica primeiramente de onde o material provém (**D** para Diário), seguido do número que identifica esse material (D8 para Diário 8, D9 para Diário 9), seguido de um ponto (.) e a numeração que identifica a posição do material no texto original. Por exemplo, o código '**D8.8**' O código **D8** indica que é um material do diário 8 e o número **8** indica que ele está na posição 8 do texto.

esquerda da imagem e tiveram um código atribuído na parte direita e acima do nome do pesquisador, **D8.8** e **D8.9**, respectivamente.

Quadro 1 – Modelo de **codificação**

<p>Fez algumas ponderações sobre a metodologia empregada para o discente surdo, pensa que deveria ser com materiais mais visuais para atender o surdo e em seu entendimento ajudaria mais os discentes ouvintes e, finalizou que atenderia os dois e seria melhor se o professor desenvolvesse um material para pôr prática as futuras aulas para discentes surdos que por ventura venham estudar no IFAM CMC.</p>	<p> Edilson Alves</p> <p>D.8.8 – deveria ser com materiais mais visuais para atender o surdo. Objetivo 3</p> <p>D.8.9 – Material de apoio para pôr prática as futuras aulas. Objetivo 4</p>
--	---

Fonte: elaborada pelo autor, 2024

Após o procedimento anterior, utilizamos os seguintes passos: identificamos o núcleo de cada trecho, analisamos sua conexão com os objetivos da pesquisa e os interpretamos para transformá-los em Unidades de Significado. Para isso, organizamos uma tabela, que veremos no decorrer desta pesquisa, mas neste momento estaremos enfatizando a importância da codificação na ATD. Para Galiuzzi e Souza (2021) com o estabelecimento das unidades, é preciso de regras que facilitem a busca do material original sempre que se fizer necessário, isto é, a identificação do texto original com seus respectivos códigos, logo, a codificação das Unidades de Significados que acompanham os excertos. Na figura abaixo (8), temos o modelo que representa os fragmentos **D8.8** e **D8.9**, com suas Unidades de Significados (**US**) atribuídas, em negrito, a partir de suas ideias centrais e, devidamente encontradas no texto original por conta da codificação.

Figura 8 – representação com o modelo de **codificação**

D8.8 - Fez algumas ponderações sobre a metodologia empregada para o discente surdo, pensa que **deveria ser com materiais mais visuais para atender o surdo** e em seu entendimento ajudaria mais os discentes ouvintes

(US). **Ausência de materiais visual na metodologia**

D8.9 - Seria muito melhor se o professor desenvolvesse um **material de apoio para pôr prática as futuras aulas** para discentes surdos que por ventura venham estudar no IFAM CMC.

(US). **Apoio pratico a futuras aulas**

Fonte: elaborada pelo autor, 2024

Corroborando com a afirmação anterior, o processo de desmontagem dos textos foi uma tarefa árdua, porém muito instrutiva e, a partir daí conseguimos gradativamente identificar o relacionamento das unidades de significados (US) com os objetivos da pesquisa. Neste sentido, organizamos a origem dos materiais por meio de códigos que indicavam a origem de cada unidade, ou seja, uma letra para representar qual era o documento (D para diários e E para entrevistas) e uma numeração distinta para indicar a ordem de produção do material separado por um ponto e outra numeração que está relacionada a localização da unidade de significado em todo o texto. Para Moraes e Galiuzzi (2016) é, sem dúvida, essencial que o pesquisador inclua em seu planejamento a possibilidade de revisar seus documentos, se necessário, utilizando métodos que o ajudem a identificar a origem de cada unidade de análise.

Também, apresentaremos, para enriquecimento do processo de análise em diários de campo, com códigos correspondentes aos diários: D2.7; D3.1; D3.2; D4.2; D4.6 D4.8, extraídos de seus respectivos documentos e inseridos no quadro abaixo (02). Em outras palavras, a fragmentação dos textos é concretizada por uma ou mais leituras, identificando-se e codificando-se cada fragmento destacado, resultando daí as unidades de análise [...]” (Moraes e Galiuzzi, 2016, p.41)

Quadro 2 – Codificação dos fragmentos

D2.7	Um produto educacional que incentivasse a comunicação em Libras seria muito útil para a inclusão dos surdos e seria bem-vindo, pois ajudaria bastante	Incentivo a inclusão
D3. 1	Enfatizamos o antes e depois e sobre o surgimento da metodologia atual para educação de surdos , tinham os como finalidade, proporcionar um ambiente mais relaxado para a investigação	Apoio metodológico para a educação de surdos
D3.2	Explanamos sobre o objetivo da pesquisa e a sua relevância na educação de pessoas surdas e	Relevante a educação
D4.2	Falamos sobre a comunidade surda e algumas de suas perspectivas em relação à escola bilingue para surdos	Perspectiva de ensino bilingue
D4.6	Para acontecer uma educação de surdos mais abrangente, as ações a serem desenvolvidas são mais complexas no âmbito escolar, tal como a falta de vocabulários em Libras para as disciplinas técnicas	Apoio ao surgimento de novos vocabulários
D4.8	Ela relatou algumas de suas angustias e anseios para a melhoria do atendimento dessa clientela específica durante seus anos de estudos na instituição	Potencializar melhor atendimento

Fonte: elaborada pelo autor, 2024

5.5.2.2 Unitarizando as entrevistas

Após analisarmos os diários de campo, partimos para as análises das entrevistas, que apresentaram um texto mais extenso que os diários. Chegamos a essa conclusão devido à dificuldade em estimar o tempo necessário para que os entrevistados respondessem a cada pergunta, elaborada com base nos objetivos da pesquisa. Foram registradas 9 entrevistas com um gravador de voz e obtidas 9 transcrições dos áudios através do Pinpoint, que segundo o support.google.com/pinpoint, é uma ferramenta de pesquisas que ajuda jornalistas e acadêmicos a explorar e analisar coleções de documentos. O quadro (3) adaptado de uma pergunta gravada em áudio e transcrita pelo Pinpoint.

Quadro 3 – Fragmento com transcrição do Pinpoint

Transcrição – áudio transcrito em [Português \(Brasil\)](#)

- 00:00 – Quinta pergunta, considerando a comunicação em ambientes escolar fazer parte do dia a dia da comunidade escolar a questão é como você consegue se comunicar em Libras com aluno surdo. Descreva sua impressão sobre o assunto.
- 00:19 – É aluna ela tem um domínio de Libras, né? Um bom domínio assinando a Libras acadêmica, então tem muitos sinais que ela ainda não conhece, mas assim na Libras cotidiana a gente consegue se comunicar bem e ela consegue corresponder, né? A gente não tem dificuldades nesse sentido é mais quando tem algum termo mais técnico, né mais formal. Aí a gente passa o sinal para ela e explica o conceito

Fonte: elaborada pelo autor, 2024

Outrossim, a entrevista foi elaborada com perguntas (apêndices C, D, E e F)) que estavam relacionadas aos objetivos da pesquisa e com a perspectiva dos entrevistados respondê-las conforme seu entendimento sobre as questões. Neste sentido, a entrevista foi semiestruturada, pois ela poderia ser modificada, isto é, acrescentado algum item ou retirado, caso fosse percebido fatores preponderantes que a enriquecesse. Para Almeida (2021) “a entrevista semiestruturada ou semi-diretiva é aquela que tem uma sequência de questionamentos flexíveis e podem ser mudados conforme o andar da entrevista.”

Assim como nos diários de campo empreendemos procedimentos semelhantes para a unitarização das entrevistas, logo, preservar a coerência da metodologia que foi utilizada, neste sentido, foi necessário focar em cada detalhe percebido durante aquele processo de construção, para isso realizamos:

- Destaque dos excertos no documento do Word;

- Criamos as caixas de comentários com as codificações e as informações para sua contextualização;
- Apresentamos os excertos em uma tabela que tinha atribuída suas unidades de significado.

Em seguida, entrevistamos os sujeitos da pesquisa com intuito de coletar dados acerca dos pontos de vistas relacionados aos seus objetivos investigado, no entanto, sem deixa de observar os cenários emocionais que pudessem surgir. Neste sentido, pode transparecer, na hora da entrevista, alguns aspectos subjetivos, tais como um olhar que expressa preocupação, suor, movimentos involuntários e outras situações percebidas pelo pesquisador, relevantes para a coleta, por conseguinte, para a pesquisa. De acordo com Almeida (2021) “a entrevista é a conversação do entrevistador com o (s) entrevistado (s) para coletar informações peculiares que irão responder à investigação para análise e diagnóstico do fenômeno.”

Além disso, é importante facilitar a busca por um texto original, especialmente em pesquisas qualitativas que requerem muitos textos e estudos para sua resolução, ou seja, a organização lógica de diversos elementos que estão sendo analisados durante a unitarização em ATD, como a codificação¹². Para Cunha (2022), ATD é uma análise bastante complexa e carece de razoabilidade na manipulação dos textos. Neste sentido, necessita de medidas que otimizem a busca de materiais textuais empregados, por conseguinte, um sistema de codificação para os excertos, caso o pesquisador queira acessar o texto original.

A seguir, apresentamos C com as perguntas número 5 e a número 6 (quadro 4) e para dar mais visibilidade aos excertos, os marcamos com retângulos vermelhos ao seu redor. Também, destacamos os trechos relevantes, em negrito. Logo após, na parte direita da figura, os trechos tiveram atribuído os códigos **E9.5**, **E9.6** e **E9.7** respectivamente e, aparece o nome do pesquisador bem acima. Prosseguindo, apresentamos os trechos dos excertos que estão em destaque, na cor verde e na cor amarela, assim, acreditamos que ao realçar as cores presentes na imagem, estaremos simplificando a sua compreensão e, ao mesmo tempo, relacionando-as aos seus respectivos objetivos nesta pesquisa.

¹² O código desenvolvido indica primeiramente de onde o material provém (**E** para entrevista), seguido do número que identifica esse material (E9 para entrevista 9), seguido de um ponto (.) e a numeração que identifica a posição do material no texto original. Por exemplo, no código '**E9.5**' O código **E9** indica que é um material da entrevista número **9** e o número **5** indica que ele está na posição **5** do texto.

Quadro 4 – Fragmentos da entrevista

<p>Pergunta número 5. Na sua opinião a interação comunicativa em sala entre os discentes ajuda satisfatoriamente no ensino aprendizados dos alunos surdos. Comente sobre o assunto a comunicação assim dos discentes ouvintes. R – Quase nada, né? Era eu por eu mesmo dependia muito da minha iniciativa, porque para o ouvinte era muito mais trabalhoso ele me ajudar ele tentar se preocupar comigo então eu tinha que procurar o intérprete o professor mesmo e aí tirando minhas dúvidas por conta própria não tinha uma ajuda desses outros alunos.</p>	 Edilson Alves E9.5 – Dependia muito da minha iniciativa. OBJETIVO 3
<p>Pergunta número 6. Em relação a interação comunicativa professores pedagogos alunos ouvintes e alunos surdos, descreva quais as dificuldades de comunicação mais frequente que você experimentou em relação a comunicação entre todos professores pedagogo alunos ouvintes assim em geral que ele sentia dificuldade na sala de aula. R – Então com o aluno surdo era perfeita a comunicação, né? A gente conseguia tirar as dúvidas, porque a gente tinha mais ou menos as mesmas experiências. Foi o que eu falei, né? Era uma coisa assim bem limitada com relação aos pedagogos, já era quase nenhuma também. Na maioria das vezes eu tinha que ter uma iniciativa com intérprete ou do NAPNE, né? E lá e procurar saber sobre alguma situação, por exemplo faltas recuperação essas questões e com o professor. Era muito assim, por exemplo na hora de entrega de atividade ou no final da aula. Se precisa perguntar alguma coisa, mas eles não sabiam se comunicar.</p>	 Edilson Alves E9.6 – Bem limitada com relação aos pedagogos. OBJETIVO 3 E9. 7 – Eles não sabiam se comunicar. OBJETIVO 4

Fonte: elaborada pelo autor, 2024

Consoante o procedimento anterior: identificamos o núcleo de cada trecho, e os interpretamos para transformá-los em Unidades de Significado. Para Galiazzi e Souza (2021) com o estabelecimento das unidades, é preciso de regras que facilitem a busca pelo material original sempre que for necessário, ou seja, a identificação do texto original com seus respectivos códigos, ou seja, a codificação das Unidades de Significados que acompanham os excertos. Na figura abaixo (9), temos o modelo que representa os fragmentos **E9.5, E9.6 e E9.7**, com suas Unidades de Significados (**US**) atribuídas, em negrito, a partir de suas ideias centrais e, devidamente encontradas no texto original por conta da codificação.

Figura 9 – representação de modelo com codificação das entrevistas

E9. 5 - Era eu por eu mesmo **dependia muito da minha iniciativa**, porque para o ouvinte era muito mais trabalhoso ele me ajudar ele tentar se preocupar comigo

(US). Falta de iniciativa de comunicação com o discente surdo

E9. 6 - Era uma coisa assim **bem limitada com relação aos pedagogos**, já era quase nenhuma também.

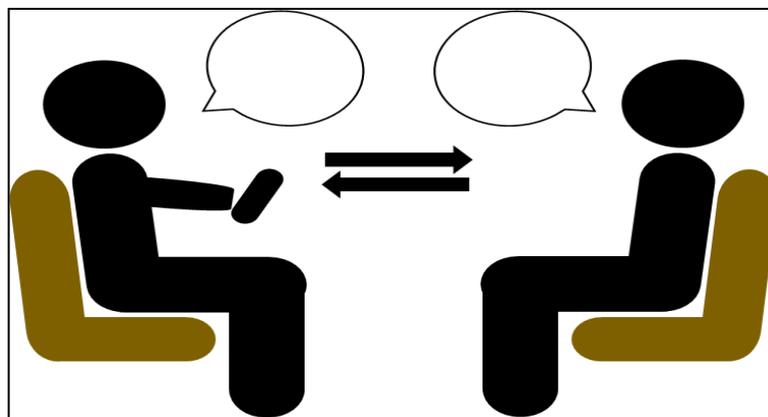
(US). Comunicação limitada

E9. 7 - Era muito assim, por exemplo na hora da entrega da atividade ou no final da aula. Se precisar perguntar alguma coisa, mas **eles não sabiam se comunicar**

Fonte: elaborada pelo autor, 2024

Dessa forma, as primeiras impressões que tivemos da análise anterior permitiram mais compreensão a partir das reflexões obtidas. Ao contrário dos diários, a entrevista nos oportunizou coletar as informações diretamente com o entrevistado. Conforme Pereira et al. (2018), para coletar informações primordiais a pesquisa, se usa a entrevista junto ao sujeito da pesquisa em um contato direto, frente a frente. Isto é, usa essa técnica para perguntar ao entrevistado de que forma está ocorrendo o fenômeno naquele momento, conforme a sua ótica. A figura 10, representa o pesquisador confrontando-se com o sujeito da pesquisa ao fazer as perguntas e recebendo as respostas em uma entrevista.

Figura 10 – Pesquisador em uma entrevista



Fonte: elaborada pelo autor, 2024

Verifica-se ainda, para realizar a unitarização das entrevistas e dos diários de campo houve a necessidade de constante leituras nos materiais, isto é, retornos quantas vezes fossem necessárias ao texto original e comparar com o transcrito nas entrevistas e nas observações dos diários, principalmente, por estar contida as impressões que os sujeitos da pesquisa trazem consigo sobre o que foi questionado e, para que tivéssemos um espelho acerca das simbologias que as permeava, logo, para compreender o objeto da pesquisa utilizando o jogo da interpretação presente nesse exercício. Para Galiuzzi e Souza (2019, pág. 16) "a hermenêutica faz a distinção em direção mais do que à explicação e ao estabelecimento de verdades, mesmo que provisórias, à compreensão e à fusão de horizontes".

Percebemos que, para captarmos os sentidos e os significados das transcrições, foi preciso nos aprofundar nas declarações que tivemos com os entrevistados. Conforme Moraes e Galiuzzi (2007), corresponde, nesse sentido, construir estruturas para a compreensão dos fenômenos e, futuramente representadas na forma de textos que descrevem e interpretam suas nuances para isso, fizemos leituras do material diversas vezes e logo após fomos destacando

os excertos, sem deixar de primar pela fidedignidade do que foi relatado pelos sujeitos. O quadro 5 apresenta alguns fragmentos das unidades de significado obtidas nas entrevistas. Observa-se, os objetivos específicos, código atribuído aos entrevistados, excertos e as unidades de significado obtidas.

Quadro 5 – Fragmentos das unidades de significado das entrevistas

OBJETIVO ESPECÍFICO 3 Descrever as dificuldades de comunicação que os discentes surdos têm com os discentes ouvintes, professores e pedagogos		
CÓDIGO	EXCERTOS	UNIDADES DE SIGNIFICADO
E1. 2	Quando um discente ouvinte ele quer falar com o discente surdo, eles chamam intérprete a maioria das vezes	Mediação do intérprete na comunicação
E1. 5	Não consegue a comunicação, não flui se o intérprete não tiver ao lado do aluno surdo	Dependência do intérprete
OBJETIVO ESPECÍFICO 4 Desenvolver um manual de comunicação em Libras que permita a interação entre os discentes ouvintes e discentes surdos, professores e pedagogos		
CÓDIGO	EXCERTOS	UNIDADES DE SIGNIFICADO
E2. 5	Porque eles não têm uma comunicação completa , né? Como eu falei só mesmo escrevem, né? Ou manda mensagem de texto, mas mesmo assim o surdo depende do intérprete, porque muitas vezes ele não sabe bem o português, né	Apoio comunicativo para comunidade escolar
E2. 9	Ele vai sentir abraçado vai sentir mais acolhido e vai ser incentivo a mais para que ele possa concluir os estudos que a gente tem um grande número de evasão, muitas vezes	Inibir a evasão e incentivar a permanência

Fonte: elaborada pelo autor, 2024

Para simplificar o procedimento, elaboramos um quadro que resume a unitarização dos diários e das entrevistas, ou seja, um quadro onde estão agrupadas as unidades de significado e os excertos que corroboram com os objetivos da pesquisa. Assim, obtivemos um total de 79 Unidades de Significado (US), das quais foram 47 das entrevistas e 32 através dos diários de campo conforme o apêndice G.

Ainda, no processo de unitarização, detectamos que muitas unidades estavam repetidas e outras que prevaleciam semelhanças, no entanto, para equilibrar a análise utilizamos critérios semânticos para reorganizá-las. Neste sentido, podemos perceber sua **contextualização**. E ainda, encontramos cernes que davam sentidos, nas quais foi possível estabelecer vínculos contextuais entre eles. Abaixo, no quadro 6, é possível visualizar um

pouco desse processo, onde desenvolvemos a unitarização geral e a contextualização que gerou **9 unidades de significados** para prosseguir para a próxima etapa.

Quadro 6 – Fragmentos da unitarização geral e contextualização

OBJETIVO ESPECÍFICO 1		
Entender a linguagem utilizada no dia a dia entre os discentes ouvintes e os discentes surdos		
Unidades de significados	Seleção dos Excertos (Corpus)	Contextualização
O discente mais desinibido consegue se comunicar	Já estão no curso do Intermediário com professor João ele já consegue aquele que é mais espaçado já consegue se comunicar né com um aluno surdo em Libras.	A comunicação entre os estudantes ouvintes e surdos se concentra na comunicação visual, que pode ser uma forma de comunicação mais informal, como gestos em forma de mímica, em certa parte dos alunos. No entanto, percebemos que alguns deles conseguem se comunicar em Libras devido à sua maior busca pelo aprendizado do idioma. Outros, por outro lado, misturam a língua portuguesa com a Libras visando estabelecer uma interação. Além disso, a comunicação por mensagens de texto, e-mail e telefone, através do WhatsApp, também estão entre as linguagens que permeiam as conversas entre os estudantes na tentativa de estabelecer uma comunicação naquele ambiente escolar.
Escrito do português e mensagem de texto no celular	A linguagem é mais na questão da escrita do português ou por mensagem de texto . Eles escrevem no papel e assim na sala dela em específico, eles tiveram umas aulas e Libras, então a gente conseguem se comunicar basicamente né	
Utiliza mais a linguagem visual	E aí vai ser muito difícil para ele entender porque o input dele é mais visual, ele acessa as informações de forma visual . Então por mais que tenham intérprete ali tem muitas palavras que ele não conhece	
Alguns alunos se comunicam razoavelmente em Libras	Então tem alguns alunos que eles já sabem se comunicar razoavelmente com em Libras , principalmente os alunos do primeiro ano devido esse curso.	
Informações via e-mail e <i>WhatsApp</i>	E a gente trabalha muito com informação via e-mail via <i>WhatsApp</i> . Fazendo textos de orientação de como por exemplo no começo do ano,	
Mensagens através de celular	Mesmo o aluno surdo escrevendo né! é devagar, mas a comunicação dele se dá através do celular escrevendo por mensagem	
Usa o português acompanhado com a Libras	Às vezes eu consegui oralizar um pouco utilizando a fala mesmo em português e sempre acompanhando com a Libras, né? E aí tentava estabelecer essa comunicação	
Forma de comunicação utilizada	Perguntas pertinentes aos objetivos da pesquisa e as mesmas buscam poder entender a dinâmica comunicativa na sala de aula...	
Comunicação com Libras e comunicação sem Libras	Ele chegou a essa conclusão, pois existem surdos oralizados que utilizam pouco a Libras e surdos que apenas utilizam a Libras e a opinião de ambos seria muito relevante para a criação do P.E	

Fonte: elaborada pelo autor, 2024

Em relação à contextualização das unidades de significados, Moraes e Galiuzzi (2006), afirma que, na análise textual discursiva os códigos implícitos nas US se apresentam como o cerne que o pesquisador busca de modo a responder os questionamentos da pesquisa, neste sentido, o pesquisador está apto a compreender a dinâmica das significações e ressignificações da veracidade. A linguagem não apenas expande nossos horizontes de pensamento, mas também os conecta aos de outras pessoas, ao explorar os contextos em que estamos inseridos. Os autores também destacam a importância de estar atento à fragmentação, já que quanto mais fragmentado o texto, menos contexto ele proporciona (Farias, 2023). Neste sentido, Galiuzzi et. al. (2020) destacam a relevância da escrita e da contextualização para situar o fenômeno em estudo dentro de seus contextos imediatos. Corroborando com essa afirmativa, Farias (2023) afirma que, na ATD, a escrita é fundamental para aprofundar os argumentos sobre as novas perspectivas e permite ao autor contextualizar o fenômeno que está sendo investigado em seus ambientes mais relevantes.

É importante ressaltar que é dentro desse processo que as unidades obtidas devem ser colocadas em contexto. Contextualizar significa integrar-se ao contexto do discurso ao qual as informações se referem, assegurando que as unidades produzidas estejam em sintonia com os gêneros discursivos em que são utilizadas e, isso implica em garantir pertinência e proximidade com o contexto social em que estão inseridas (Moraes e Galiuzzi, 2016). Nesse viés, a boa construção das unidades de significado e a impregnação na leitura dos materiais deve ocorrer sem perder de vista um contexto.

Percebe-se a relevância do jogo de ir e vir que a ATD oferece. Ao longo desse processo, tivemos que retornar e rever os caminhos percorridos. Podemos notar elementos que não estavam explícitos nos discursos, mas estavam implícitos. Nem todos os sentidos são expressos de forma direta; às vezes, é preciso mergulhar e treinar para reconhecer o que estava subentendido. Nesse momento, tornou-se evidente o surgimento de novas compreensões, além das expressões verbais dos participantes. Ao analisarmos o contexto, validamos essas interpretações, relacionando-as aos objetivos e às perguntas da pesquisa. Assim, identificamos e compreendemos as unidades de significado, com seus contextos, de forma mais completa.

Uma vez fragmentado os textos obtidos durante a coleta de dados, o passo seguinte foi reconectá-los indo em busca de estruturas que pudessem aglutinar as US obtidas. Esse mecanismo, segundo a ATD, recebe o nome de **categorização**, que foi o segundo momento de análises que fizemos. A análise através da categorização está descrita no tópico a seguir.

5.5.2.3 A Costura de Fragmentos e a categorização na Análise Textual Discursiva

Até este momento, onde tudo o que foi dividido em unidades de significado, foi reestruturado, evidenciando-se como um processo contínuo de reinterpretar significados, sempre se renovando em diferentes perspectivas. Neste sentido, para Farias (2023) ao confeccionar este tecido de retalhos que representa as fases da Análise Textual Discursiva (ATD), alcançamos um momento de reorganização desses elementos fragmentados. Ao unir esses pequenos fragmentos com cuidado, percebe-se que, mesmo quando a colcha parecer estar finalizada, ela continuará a evoluir, pois cada acréscimo amplia sua extensão e modifica sua estrutura. Esta analogia com a ATD sugere que o fenômeno sob estudo nunca será completamente estático, pois a cada costura de um novo elemento, surgem novos significados, combinações de tonalidades e perspectivas, nunca revelando totalmente sua essência e fomentando abordagens e compreensões renovadas.

Com base nessa compreensão, avançamos para a segunda etapa da ATD, que consiste na **categorização**. Para Moraes e Galiazzi (2007), categorizar é um processo rigoroso que demanda esforço e envolvimento, requerendo constante revisão das informações e atenção contínua aos objetivos da pesquisa. No entanto, uma das principais dificuldades desse processo é lidar com a incerteza inerente ao aspecto criativo, enfrentando as expectativas da emergência de novas compreensões dos fenômenos estudados. Os resultados da auto-organização não seguem um cronograma previsível, o que pode causar ansiedade aos pesquisadores, que precisam aprender a lidar com essas incertezas.

Desse modo, é importante salientar que, durante essa classificação, as categorias podem ser formadas a partir de diferentes níveis. Para Moraes e Galiazzi (2007), reformular, categorizar ou classificar um conjunto de materiais envolve estruturá-los com base em uma série de critérios, criando uma organização a partir de uma massa inicialmente desordenada. Esse processo é fundamental em uma análise textual discursiva, representando uma etapa crucial na interpretação e compreensão dos dados. Corroborando com essa afirmação, Moraes e Galiazzi (2019) afirmam que, a classificação de unidades em categorias iniciais, intermediárias e finais é realizada através deste processo de movimento de vai e vem, o que permite avançar na compreensão do fenômeno investigado por meio da categorização.

Neste estudo, adotamos o método indutivo para identificar as categorias, o que implica uma abordagem lógica na formulação de teorias ou conclusões amplas. Esse método parte do específico para o geral, iniciando com observações particulares e inferindo princípios ou leis mais abrangentes a partir delas. As categorias que surgiram após a análise dos dados

do corpus são consideradas emergentes, pois se desenvolveram ao longo do processo de análise. Esse procedimento envolveu a comparação e o contraste entre as unidades de análise geradas, isto é, em essência, uma categoria emergente é algo que se manifesta devido a processos dinâmicos e intrincados, frequentemente desafiando conceitos ou compreensões prévias. O pesquisador agrupa elementos semelhantes com base em sua experiência prévia, passando do específico para o geral e gerando categorias que surgem nesse processo (Moraes e Galiazzi, 2016).

Tendo em vista os aspectos observados, o procedimento de contextualizar as unidades de significados foi fundamental e nos permitiu assegurar entre os significados uma congruência, unindo os que partilham significados similares e necessitam de uma compreensão nítida. Segundo Moraes e Galiazzi (2016), a essência da ATD pode ser deduzida das qualidades que as categorias devem apresentar. Essa ideia sugere que as categorias de análise devem ser pertinentes e adequadas aos objetivos e ao tema em questão. Em relação aos níveis de categorias, conforme Souza e Galiazzi (2018) ao lidar com unidades de significado, avançamos para organizar essas unidades através da criação de categorias preliminares, essas categorias iniciais, quando refinadas, conduzem à formação de categorias intermediárias e finalmente, após um novo esforço de compreensão, o pesquisador identifica categorias finais que encapsulam o fenômeno em questão.

Verifica-se ainda que, a importância enfatizada da linguagem na categorização reside na sua capacidade de esclarecer o fenômeno em análise. Para Souza e Galiazzi (2017) a estrutura estabelecida na categorização flutua entre o interpretativo e o relativo ao conhecimento, visando priorizar a compreensão e interpretação do fenômeno em questão, em detrimento de uma simples explicação. Seu objetivo principal é enriquecer o conhecimento pessoal do pesquisador, ao invés de apenas esclarecer o fenômeno sob análise.

Desse modo, a reinterpretação do material analisado pelo pesquisador é influenciada pela sua visão pessoal do mesmo. De acordo com Moraes e Galiazzi (2016) a categorização, permite uma ampla variedade de conjuntos de categorias, os quais são influenciados pelos resultados das teorias e pelo conhecimento do pesquisador. Nesse método de classificação, ao honrar as vozes e os participantes da pesquisa, o pesquisador se dedica a criar categorias que representam as perspectivas e construções dos envolvidos. Assim, o processo se transforma em uma reconstrução e explicação das categorias que surgem das informações coletadas. Em suma, as categorias que adotamos foram desenvolvidas enfatizando as expressões dos participantes da pesquisa e considerando as informações previamente reunidas.

Conforme o que foi explanado, para estruturarmos essas categorias, temos algumas diretrizes para agrupar as ideias através de determinadas maneiras, a seguir:

- ✓ Destacar as unidades com similaridade de significado;
- ✓ Identificar as unidades de significados que estão interligadas entre si;
- ✓ Evidenciar o contexto dessas unidades;
- ✓ Identificar temas dominantes, opiniões divergentes ou argumentos principais;
- ✓ Estabelecer alinhamento com os objetivos da pesquisa.

Com base nessa compreensão, desenvolvemos as nossas categorias (iniciais, intermediárias e finais), levando em consideração três elementos fundamentais: agrupamos aquelas que possuíam **as unidades com similaridade de significado** que geramos, **o contexto dessas unidades** e as **alinhadas com os objetivos da pesquisa**, a fim de criar categorias válidas. Para que as categorias iniciais da pesquisa emergissem, foi essencial revisar profundamente o material, especialmente as unidades de significado e seus contextos, desenvolvidos durante o processo de unitarização do material.

Após várias idas e vindas na análise das unidades de significados, alcançamos as categorias iniciais e concentramos nossos esforços nos objetivos da pesquisa e constatou-se que essa abordagem foi fundamental para validar a legitimidade dessas categorias. Conforme Moraes e Galiazzi (2016) as categorias de análise devem ser pertinentes e válidas em relação aos objetivos e ao objeto da análise. Uma série de categorias é considerada válida quando pode oferecer uma nova perspectiva sobre os fenômenos estudados. Neste viés, organizamos a nossa categorização. No quadro 7, é possível notar que as unidades de significado estão localizadas à esquerda e a categoria ao lado direito.

Quadro 7 – Fragmentos da categorização inicial

Unidades de significado	Categorias iniciais
Escrito do português e mensagem de texto no celular	Comunicação digital
Informações via e-mail e WhatsApp	
Mensagens através de celular	
Comunicação com Libras e comunicação sem Libras	

Alguns alunos se comunicam razoavelmente em Libras	Inclusão e desenvolvimento escolar
--	------------------------------------

Fonte: elaborada pelo autor, 2024

A partir das unidades de significado, foram reunidas aquelas com semelhanças de significado ou que se repetiam em várias partes dos textos. Esse procedimento resultou na criação das categorias iniciais. As categorias foram desenvolvidas a partir da análise das 9 unidades de significado obtidas na contextualização da 79 US obtidas de 47 entrevistas e 32 de diários de campo. Conseqüentemente, foram identificadas cinco categorias iniciais, as quais são:

1. Comunicação digital;
2. Comunicação em Libras informal;
3. Exclusão escolar;
4. Conscientização e empatia;
5. Inclusão e desenvolvimento escolar.

Aprofundamos nossa análise e estruturação de significados gradualmente, identificando similaridades e conexões entre os elementos que compõem um conjunto inicial de categorias. Nosso objetivo é atingir categorias intermediárias e, por fim, as mais amplas, as quais abrangem os diversos elementos. O processo de construção dessas categorias pode ser observado no quadro 8 abaixo.

Quadro 8 – Processo de formação de categorias

CATEGORIAS INICIAIS	CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS	CATEGORIAS FINAIS
Comunicação digital	Comunicação alternativa utilizada para a comunicação entre os discentes	A comunicação alternativa entre os discentes exclui, enquanto a comunicação em Libras inclui
Comunicação em Libras informal		
Exclusão escolar	A ausência da comunicação em Libras como fator excludente	
Conscientização e empatia	A comunicação como fator de inclusão escolar	
Inclusão e desenvolvimento escolar		

Fonte: elaborada pelo autor, 2024

Podemos notar no Quadro 8, que, inicialmente, foram criadas 5 categorias primárias. Mediante sucessivos refinamentos e considerando os contextos nos quais estavam inseridas, estas deram origem a três categorias intermediárias: "Comunicação alternativa utilizada para a comunicação entre os discentes"; "A ausência da comunicação em Libras como fator excludente" e "A comunicação como fator de inclusão escolar". Estas, por sua vez, evoluíram para uma categoria mais abrangente, a categoria final denominada "**A comunicação alternativa entre os discentes exclui, enquanto a comunicação em Libras inclui**".

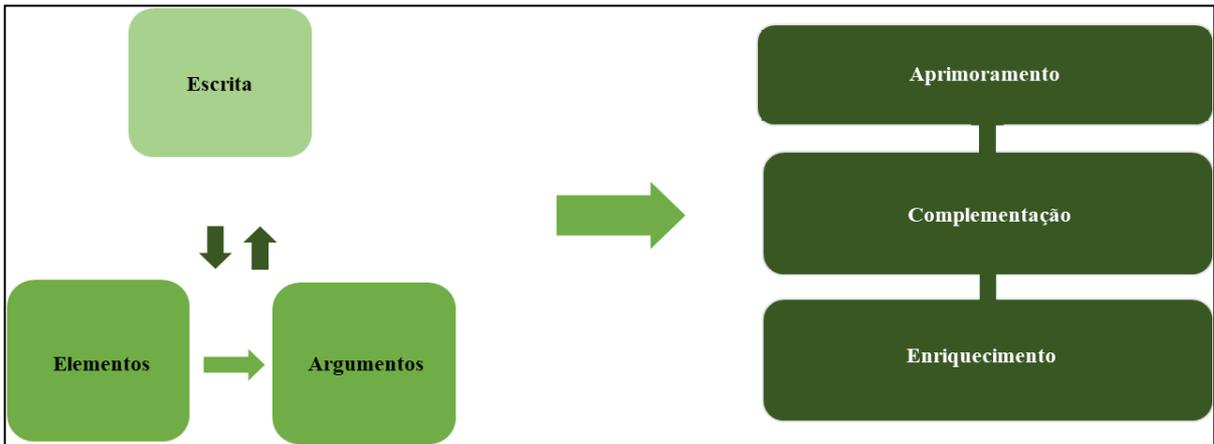
Assim, mediante a elaboração dessas nove (9) categorias, ao estabelecer sua relação com os propósitos da pesquisa e ao dialogar com os participantes, além do conhecimento prévio que o pesquisador detinha desde o início e ao longo do desenvolvimento do estudo, progredimos para a fase conclusiva da Análise Textual Discursiva - ATD. Nessa fase, ocorre a produção do **metatexto**, o qual será examinado na seção subsequente.

5.5.2.4 A integração dos elementos analisados em direção ao metatexto

Nesta etapa da Análise Textual Discursiva (ATD), desenvolvemos o metatexto utilizando as categorias previamente identificadas. Ou seja, são elaborados descrições, interpretações e argumentos que representam as compreensões adquiridas. Assim, ao mergulhar nos materiais analisados, abre-se espaço para uma nova visão do fenômeno em estudo. Seguindo a ideia de Galiazzi e Souza (2021), o metatexto reflete as interpretações e percepções do pesquisador e devem ser reconhecidos como tal. No entanto, é crucial que esse metatexto seja integrado aos contextos sociais aos quais se referem, o que acontece quando são publicados e analisados criticamente.

Começamos a elaboração do nosso metatexto utilizando as categorias que surgiram durante o processo de categorização. É crucial salientar o papel fundamental da escrita e seu aprimoramento durante a elaboração do metatexto. Conforme apontado por Moraes e Galiazzi (2016), o ato de escrever não se limita a uma única tentativa, mas sim a uma prática de retornar regularmente aos elementos e argumentos, possibilitando assim o aprimoramento, complementação e enriquecimento do texto. Na figura 11, é possível visualizar o procedimento pelo qual o pesquisador busca aprofundar suas reflexões e interpretações sobre as categorias analisadas.

Figura 11 – Processo da escrita

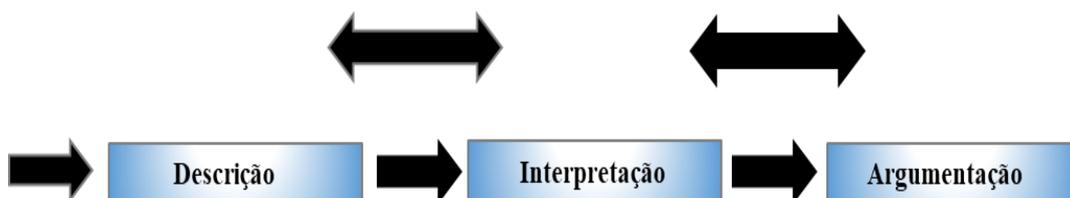


Fonte: elaborada pelo autor, 2024

Neste sentido, segundo Achterberg e Scremin (2022), a escrita do metatexto compreende duas fases essenciais: a primeira consiste em descrever os eventos da narrativa de maneira precisa, destacando o papel do pesquisador na coleta de dados, o que implica em tornar claro seu envolvimento nesse processo. Para Galiazzi e Souza (2021), a descrição é o passo inicial e repetitivo na escrita, visando alcançar novas compreensões e até mesmo influenciar os diálogos sobre o fenômeno. A segunda fase envolve interpretar os dados, na qual o pesquisador expressa sua perspectiva consoante suas convicções teóricas e epistemológicas. A respeito da interpretação, Moraes e Galiazzi (2007), afirmam que, “a interpretação implica em distanciar-se da realidade imediata que está sendo estudada, buscando assim criar novas percepções e teorias a partir da pesquisa realizada.”

Dessa forma, a **descrição** e a **interpretação** desempenham um papel fundamental na construção do metatexto, permitindo ao pesquisador desenvolver sua **argumentação**. A pesquisa busca não apenas relatar dados, mas sim apresentar algo novo, indo além da mera descrição ao oferecer uma interpretação que sustente uma posição ou argumento (tese) a ser explorado ao longo do estudo (Achterberg e Scremin, 2022). Esse processo de criar um metatexto é ilustrado pela figura 12, abaixo.

Figura 12 - Elementos da escrita para construção do metatexto



Fonte: elaborada pelo autor, 2024. A partir dos estudos de Moraes e Galiazzi (2021) e (2007)

Na descrição, apresentamos detalhadamente os elementos, características e nuances da pesquisa de forma clara e precisa, envolvendo a comunicação de informações e eventos relevantes. O propósito é oferecer uma representação abrangente do assunto em questão. Segundo Moraes e Galiuzzi (2007), descrever implica em tentar capturar os sentidos e significados diretamente presentes nos textos analisados, sem mergulhar em interpretações profundas. Portanto, a descrição é uma atividade mais objetiva, próxima da observação empírica, mesmo que seja realizada com cuidado e atenção aos detalhes. No entanto, à medida que nos afastamos da superfície imediata do texto, começamos a nos envolver cada vez mais em interpretações e análises mais profundas.

Assim, a interpretação envolve a capacidade de compreender e extrair significado e isso requer uma análise minuciosa das palavras, frases e estrutura do texto para captar a mensagem transmitida pelo autor e inclui a identificação de informações explícitas e implícitas, compreensão do propósito do texto. Uma leitura mais formal e complexa e no âmbito da análise textual, interpretar implica em criar novos significados e compreensões, distanciando-se do óbvio e praticando a abstração, desse modo, interpretar é um processo de elaboração e comunicação de uma compreensão mais profunda, que transcende a simples reprodução de ideias extraídas dos textos e de uma abordagem meramente descritiva (Moraes e Galiuzzi, 2007). Em resumo, durante a interpretação, há uma ação de expressão dos novos conhecimentos e entendimentos obtidos, assim como das construções teóricas da pesquisa, com o objetivo de criar o metatexto.

Depois de descrever e interpretar os dados, avançamos para a etapa da argumentação, na qual oferece justificativas ou evidências para sustentar sua investigação, buscando uma expressão clara e consistente dos conceitos. De acordo com Galiuzzi, Lima e Ramos (2020), a argumentação visa criar soluções convincentes e plausíveis para a pergunta inicial, indicando que as respostas propostas são uma possibilidade, mas não representam a verdade absoluta nem a única solução viável. Isso ilustra o papel da escrita como meio de comunicar ideias. Conforme Rodriguez (2020), ao buscar validar suas interpretações, o pesquisador apresenta seus resultados utilizando fundamentos e explicações baseados em evidências empíricas e teóricas. Isso representa uma terceira etapa no processo analítico da Análise Textual Discursiva, que é a argumentação.

Desse modo, a argumentação em pesquisa vai além de usar retórica para persuadir um determinado público; é sobre estabelecer os diálogos de forma crítica. Segundo Galiuzzi e Souza (2021), argumentar não se limita à persuasão; é uma maneira de influenciar o discurso,

incentivando a autonomia e facilitando a participação crítica e embasada de todos nos diálogos.

Levando em conta o que foi mencionado, o metatexto foi elaborado com base nas categorias identificadas durante a pesquisa. A categoria final ofereceu uma visão global coesa, que abrange desde as unidades de sentido até as categorias iniciais e intermediárias, facilitando a compreensão do conjunto na totalidade. Para Maciel-Cabral (2021), “a criação do metatexto a partir das categorias implica, simultaneamente, em distanciamento dessas categorias, pois o pesquisador-autor procura esclarecer uma categoria para si.”

Na **redação do metatexto**, analisamos as declarações dos participantes da pesquisa, as interpretações do pesquisador e as discussões teóricas associadas em: **a comunicação alternativa entre os discentes exclui, enquanto a comunicação em Libras inclui**. A combinação desses elementos contribuiu para a elaboração de um texto que contextualiza, confere credibilidade e incorpora a análise realizada sobre o fenômeno. Moraes e Galiuzzi (2016) reforçam que, neste método de análise, é necessário que o pesquisador se envolva profundamente em seu objeto de pesquisa, adotando uma postura ativa e expressando suas próprias visões e entendimentos. Esse processo interpretativo requer revisões contínuas das observações feitas, visando aprimorar constantemente os resultados obtidos.

É preciso pontuar, de início, que o resultado desta análise é o metatexto denominado, **“Da adoção de métodos alternativos de comunicação para a implementação da Libras: fomentando uma comunicação inclusiva entre os discentes”**.

A comunicação é indispensável para a interação humana e está presente em diversas situações, desde conversas privadas até apresentações públicas, incluindo trocas por meio de textos escritos, expressões não verbais e até interações mediadas por tecnologia. Ademais, tem um papel fundamental na transmissão de informações, no fortalecimento de conexões sociais, na resolução de problemas, na expressão de emoções e na influência sobre atitudes e comportamentos. Contudo, em um ambiente educacional onde discentes ouvintes compartilham espaço com discentes surdos, a comunicação entre eles deve facilitar a interação, sendo a Libras uma opção para garantir a inclusão favorável dos alunos surdos no ambiente escolar.

É importante ressaltar que, no contexto do ensino médio integrado no IFAM Campus Manaus Centro, a interação inicial entre os alunos ouvintes e os alunos surdos foi facilitada por meio de comunicação alternativa, frequentemente utilizando mensagens de **WhatsApp**. Isso tem sido uma maneira de discutir os temas das aulas ou conversar informalmente, como

mencionado em uma entrevista. *"E a gente trabalha muito com informação via e-mail via WhatsApp. Fazendo textos de orientação de como, por exemplo, no começo do ano"*. (E4. 9).

Nesta narrativa, fica evidente a tentativa de estabelecer as primeiras interações comunicacionais com o discente surdo por meio de comunicação que geralmente é utilizada entre os ouvintes, porém, com características informais em todos os aspectos, no entanto, a realidade acadêmica necessita de comunicação formal. Para Moura (2021), levando em conta que a educação é fundamental e serve como base para promover um desenvolvimento abrangente, através da comunicação efetiva entre pessoas surdas e ouvintes, percebe-se que nem todos os surdos têm acesso completo ao desenvolvimento de habilidades necessárias através da educação total, o que continua sendo um benefício limitado a poucos.

Corroborando com a afirmação destacada em (E4.9) e acrescentando outras formas de comunicação alternativa, os discentes empregam uma gama diversificada de ferramentas em suas tentativas de se comunicar, incluindo gestos e troca de **mensagens de texto** por celular, e **escrita do português** em forma de mensagens no papel para debater as atividades acadêmicas em andamento durante as aulas. No entanto, na busca por aprimorar essa comunicação, alguns estudantes participaram de aulas de Libras, que visavam ensinar habilidades básicas de comunicação. Ainda assim, apesar do esforço para facilitar a interação, essas aulas se limitavam a uma conversação elementar, o que não atendia plenamente às necessidades do ambiente escolar. Neste depoimento, o entrevistado enfatiza o esforço dos discentes tentar alguma forma de comunicação: *"A linguagem é mais na questão da escrita do português ou por mensagem de texto. Eles escrevem no papel e assim na sala dela em específico, eles tiveram umas aulas e Libras, então a gente conseguem se comunicar basicamente né"* (E2. 3).

Nesta situação, percebeu-se que a interação entre alunos surdos e ouvintes na escola frequentemente ocorre de maneira visual, utilizando gestos e sinais, com alguns alunos optando por aprender a Língua Brasileira de Sinais (Libras) para uma comunicação mais eficiente. Alguns combinam o português com Libras para facilitar a interação. Além disso, o uso de mensagens de texto, e-mails e *WhatsApp* também é comum entre os estudantes na tentativa de se comunicarem no ambiente escolar, embora não atenda totalmente às necessidades de aprendizado da comunicação acadêmica nesse contexto. De acordo com Albuquerque e Sobrinho (2019), a comunicação é essencial em todos os relacionamentos e pode assumir várias formas, seja verbal ou não. No entanto, sua eficácia só é alcançada quando a mensagem transmitida pelo emissor é compreendida pelo receptor da mesma maneira.

Verifica-se ainda que, é por essas e outras razões que **a comunicação alternativa entre os discentes exclui** os surdos, pois geralmente é considerada informal dentro do ambiente acadêmico. É reconhecido que a informalidade não abarca todos os elementos essenciais para uma educação que visa preparar os alunos para a integração na sociedade. Em outra entrevista realizada durante a pesquisa, destaca-se a importância da formalidade na comunicação em Libras em disciplinas técnicas, enfatizando que é crucial ter acesso a uma comunicação formal para garantir a eficácia do ensino para todos os envolvidos. O entrevistado respondeu que, *”das disciplinas técnicas então acredito que satisfatoriamente não porque eu acho que se eles alcançam eles alcançam assim algum conhecimento, mas não aquilo que deveria alcançar como ouvinte alcança, né”* (E4. 7).

Este relato evidencia que a falta de formalidade impacta as disciplinas técnicas no curso frequentado por alunos surdos, resultando em uma disparidade significativa no aprendizado em comparação com os alunos ouvintes. Isso destaca a necessidade de interação e mediação entre os profissionais que trabalham nesse ambiente educacional. De acordo com Aragão e Costa (2017), é essencial que tanto o docente quanto o intérprete colaborem de forma coordenada para assegurar o êxito no processo educacional dos estudantes surdos. Isso implica a utilização de abordagens de ensino e comunicação que estejam alinhadas com as vivências e demandas particulares desses alunos.

As dificuldades de comunicação enfrentadas pelos estudantes surdos no dia a dia são multifacetadas e abrangem uma série de interações e comportamentos das pessoas envolvidas nesse contexto. *“A gente está sempre presente para poder fazer interpretação e também assim um pouco postural, né! Eles não eles não seguem assim algumas recomendações como falar diretamente para o surdo”*. (E2. 7). Desse modo, a necessidade de adotar métodos de ensino adequados até considerações de ordem política e administrativa, o ambiente educacional compartilhado por alunos surdos e ouvintes demanda um apoio empático tanto por parte das pessoas quanto da gestão institucional. Reconhecemos que os agentes envolvidos nessa educação enfrentam o desafio significativo de promover a inclusão, o que não pode ser encarado como uma responsabilidade individual, mas sim coletiva. No entanto, é possível argumentar que a escola representa um dos ambientes sociais mais significativos e que a comunicação estabelecida dentro dela deve atender às necessidades linguísticas de todos os envolvidos (Pereira, 2022).

Nesse contexto, os setores diretamente ligados à educação de pessoas com deficiências desempenham um papel primordial na superação de obstáculos que impedem o progresso educacional, como a necessidade de contar com profissionais especializados em

pedagogia para acompanhar os estudantes surdos e orientar outros membros da comunidade escolar em suas interações diárias. Por outro lado, *“nós tínhamos alunos surdos aqui no departamento é os intérpretes ficavam na sala. E aí eles faziam a interpretação de toda a aula para os alunos, mas nem sempre a comunicação era satisfatória porque nós temos um corpo de intérpretes pequeno”* (E5. 3). Entretanto, em relação ao intérprete de Libras, apesar de sua disponibilidade limitada, desempenha uma função relevante na mediação da comunicação entre os alunos e o corpo docente da escola.

Outrossim, é importante reconhecer as limitações dos profissionais em atender a todas as demandas, dada a diversidade de modalidades de ensino e vocabulários específicos em Libras. A metodologia tradicionalmente utilizada para alunos ouvintes não é adequada para alunos surdos, que são predominantemente visuais e se comunicam por meio da Libras, uma língua não dominada pela maioria da comunidade escolar, que utiliza o português oral, logo, essas situações específicas de falta de aulas adaptadas, com foco excessivo na oralidade e falta de elementos visuais, podem desmotivar os alunos surdos e levá-los a desistir. Segundo Chaves, Tonin e Graff (2019) parece evidente que a comunicação em Libras, seja diretamente entre pessoas surdas e ouvintes ou por meio de um intérprete, tem o potencial de promover a construção de uma sociedade inclusiva.

Verificou-se que, o desafio da comunicação entre alunos surdos e a comunidade escolar vai além das questões técnicas e administrativas, envolvendo também fatores emocionais ligados ao acolhimento social desses alunos. E ainda, a presença da comunicação alternativa na interação entre discentes surdos e discentes ouvintes demonstrou claramente um exemplo de marginalização e esse fenômeno abrangente envolve as mais variadas tentativas de comunicação, cuja língua não foi devidamente considerada nesse processo, destacando a exclusão social dos estudantes surdos. Como resultado, essa exclusão leva à privação de acesso a recursos essenciais, como oportunidades educacionais e participação ativa na comunidade, logo, pode ter repercussões futuras em áreas como emprego, moradia adequada e serviços de saúde.

É necessário observar, sobretudo, a comunicação alternativa é excludente, **enquanto a comunicação em Libras inclui** contribuindo para a formação da identidade cultural de seus falantes nativos e encoraja as pessoas a compreenderem sua dinâmica. Independentemente do nível de habilidade comunicativa, desde o básico até os mais avançados, o contexto cultural é essencialmente integrado e conseqüentemente, a comunidade escolar colhe benefícios substanciais ao participar ativamente desse processo. *“O ambiente para os discentes ouvintes e o que seria agregado num ambiente com a comunicação em Libras, é que todos passariam*

a comungar das mesmas demandas educativas” (D7. 4). Desse modo, O ambiente comunicativo abrange mais do que apenas o espaço físico onde a comunicação ocorre, é mais além, ele engloba os participantes, seus vínculos, traços individuais e é fundamental compreendê-lo para uma comunicação eficiente, já que molda a interpretação e recepção das mensagens. De acordo com Braum e Zanoni (2019), mesmo que sejam breves, as interações comunicativas têm o poder de impactar os pensamentos. Durante uma conversa eficaz, as pessoas compartilham emoções, pontos de vista, experiências e valores, aspectos que podem influenciar e até mesmo alterar a maneira como o outro pensa e conduz sua vida.

No entanto, para que essa transmissão seja eficaz, é fundamental adotar estratégias que visem esse fim, vislumbrando assim a possibilidade de reduzir a evasão escolar e reinventar a motivação para permanecer na escola. Neste relato, o entrevistado expressa seus sentimentos sobre acolhimento linguístico aos discentes surdos na escola: *“Ele vai sentir abraçado vai sentir mais acolhido e vai ser incentivo a mais para que ele possa concluir os estudos que a gente tem um grande número de evasão, muitas vezes”* (E2. 9). Nesse viés, é relevante ressaltar que a comunicação permeia todos os setores da sociedade, seja ela verbal ou não-verbal, tornando válida a promoção da comunicação em Libras nos ambientes onde essa necessidade é identificada. *“O ambiente para os discentes ouvintes e o que seria agregado num ambiente com a comunicação em Libras, é que todos passariam a comungar das mesmas demandas educativas”*. (D7. 4). Conforme Souza e Santos (2019), a oficialização da Libras como língua reconhecida ajudou a superar a barreira de comunicação entre pessoas surdas e ouvintes, oferecendo aos surdos mais oportunidades de se comunicarem e se desenvolverem, tanto intelectual quanto profissionalmente, entre outras áreas.

Verificou-se que o ambiente educacional inclusivo engloba todos os componentes e circunstâncias que influenciam a troca de informações entre pessoas ou grupos. Isso vai além dos meios de comunicação empregados, como a linguagem falada, gestual e escrita, e inclui elementos como cultura, tecnologia, contexto social, emocional e físico. Em síntese, o ambiente de comunicação para os discentes representa o contexto onde a interação ocorre e é imprescindível para entender a interpretação das mensagens e facilitar uma comunicação efetiva. De acordo com Bezerra e Dias (2023), a importância atribuída à comunicação desempenha papéis determinantes, como satisfazer de forma adequada as exigências do indivíduo Surdo, especialmente em situações interpessoais.

Desse modo, os indivíduos que antes utilizavam o português como meio de comunicação com os surdos, agora têm a Libras como alternativa, por conseguinte, ao

reconhecer a importância dessas duas línguas, a ideia de uma escola bilíngue se torna mais viável. Pereira (2022) argumenta que em uma escola bilíngue, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é um meio de comunicação que utiliza símbolos convencionais e está enraizado em uma comunidade ou cultura específica. Essa linguagem não apenas facilita a comunicação, mas também oferece uma perspectiva cognitiva única do mundo, permitindo que as pessoas estabeleçam conexões significativas. *“E até aquelas pessoas que nunca tiveram contato, então é tudo isso ele ajudar para ter um conhecimento maior, né? Então assim eu acho que tudo isso ia servir para ter empatia para ter o conhecimento para ter um bom tratamento”*. (E8. 11).

Ainda convém lembrar que, a escola bilíngue em Libras é uma instituição de ensino que proporciona aprendizado em duas línguas diferentes: a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a linguagem escrita, frequentemente o português. Esse tipo de escola, visa assegurar uma educação acessível para discentes surdos ou com deficiência auditiva e utiliza a Libras como meio principal de instrução e comunicação. Além disso, é comum que as aulas sejam ministradas tanto em Libras quanto em português, permitindo aos discentes o desenvolvimento de habilidades em ambas as línguas. O objetivo dessas instituições é promover a inclusão e o respeito à diversidade linguística e cultural, proporcionando um ambiente de aprendizado adequado às necessidades específicas dos estudantes surdos. No art. 14 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, as instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior (Brasil, 2005). Desse modo, para Reis e Lima (2022), as instituições devem garantir o acesso e buscar possibilidades de permanência desses alunos no âmbito educacional, utilizando as duas línguas, Libras e português na comunicação, auxiliando o desenvolvimento social dos alunos.

O atendimento aos estudantes surdos se transforma em uma nova realidade no ambiente escolar, sabendo-se que a promoção da comunicação em Língua Brasileira de Sinais (Libras) é um objetivo constante da escola, visando garantir que os alunos surdos tenham suas necessidades de comunicação atendidas. Isso, por sua vez, contribui para o seu progresso acadêmico e social. De acordo com Cordeiro (2021), a Libras é uma língua completa e, através dela, os surdos podem expressar suas ideias, ter uma comunicação social eficiente e, até mesmo, produzir sua própria literatura. Nessa entrevista é enfatizada a relevância da Libras para os discentes. *“E até aquelas pessoas que nunca tiveram contato, então é tudo isso*

ele ajudar para ter um conhecimento maior, né? Então assim eu acho que tudo isso ia servir para ter empatia para ter o conhecimento para ter um bom tratamento”. (E8. 11)

Dessa forma, demonstramos a necessidade de analisar de que maneira ocorre a comunicação em Libras entre alunos ouvintes e alunos surdos do ensino médio integrado do IFAM CMC e esta pesquisa apresenta perspectivas promissoras para a inclusão dos alunos surdos e para os demais membros da comunidade escolar e estimula o desenvolvimento da educação para surdos no Amazonas.

Diante do exposto, nas percepções oriundas dessa pesquisa e das alocações proferidas, elaboramos um produto educacional que auxiliasse de alguma maneira atenuar as dificuldades da comunicação em Libras entre os discentes ouvintes e os discentes surdos no ensino médio integrado do IFAM CMC. No capítulo seguinte, será apresentado a você.

6 PRODUTO EDUCACIONAL

Neste capítulo, é descrito o resultado prático desta pesquisa: um manual de comunicação em Libras que abrange aspectos importantes para as atividades diárias do ensino médio integrado do IFAM-CMC. Este manual é destinado aos discentes ouvintes, discentes surdos, docentes dos alunos surdos e equipe pedagógica, mas também está disponível para toda a comunidade acadêmica. Os principais objetivos deste produto são facilitar a inclusão dos alunos surdos na escola, fornecendo recursos de comunicação em Libras e informações que ajudem a comunidade escolar a entender melhor a realidade comunicativa dos alunos surdos. Adicionalmente, este capítulo trata da etapa de avaliação, na qual o produto foi apresentado aos participantes e beneficiários da pesquisa para obter opiniões.

Segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), os programas de mestrado profissional em ensino não apenas demandam a redação de dissertações e artigos, mas também a criação de um produto educacional como parte do processo de conclusão (Brasil, 2019). Neste sentido, Silva (2018) afirma que, durante o percurso da pesquisa no mestrado, as interações, investigações e redações, entre outras tarefas, que culminam na dissertação e no produto educacional, incentivam o estudante de mestrado a cultivar a capacidade de identificar questões e buscar soluções respaldadas pela ciência, demonstrando, desse modo, traços de inovação. Desse modo, para Brasil (2019), aluno de mestrado precisa criar um recurso educacional que seja prático e aplicável em ambientes de ensino reais, seja em forma artesanal ou como protótipo. Esse recurso pode variar desde uma sequência didática até um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um

conjunto de videoaulas, um dispositivo, uma exposição, entre outras possibilidades. Em relação a dissertação: a dissertação/tese deve constituir uma análise sobre o processo de desenvolvimento e implementação do recurso educacional, fundamentado na abordagem teórico-metodológica selecionada (Brasil, 2019).

Outrossim, um produto educacional em um mestrado profissional é um recurso prático, aplicável e inovador desenvolvido pelo mestrando como parte de sua pesquisa e trabalho de conclusão de curso e esse produto é criado para atender a uma necessidade específica no mercado de trabalho ou no ambiente educacional. De acordo com Rizzatti, et al. (2016), assim, define-se o Produto/Processo Educacional (PE) na Área de Ensino como o desfecho material derivado de uma atividade investigativa, podendo ser conduzido individualmente (por estudantes ou professores *stricto sensu*) ou em colaboração (como no caso de programas como o Lato Sensu, PIBID, Residência Pedagógica, PIBIC e similares).

Um produto educacional é desenvolvido por meio de uma análise prévia ou pesquisa sobre um tema específico, conceito ou questão, logo, isso implica na utilização inovadora dos conhecimentos adquiridos durante essa pesquisa para criar novas propostas, resolver problemas ou desenvolver produtos educativos. Segundo Brasil (2019), a área de Educação considera como resultado educacional o fruto de uma atividade criativa derivada de pesquisa, para atender a uma pergunta, problema ou necessidade prática no campo profissional. Este resultado pode ser um objeto físico ou virtual, ou mesmo um procedimento, e pode ser criado por um único indivíduo (aluno ou professor) ou por um grupo. A descrição e especificação técnica do produto ou procedimento facilita seu compartilhamento, ou registro.

Sob essa perspectiva, as instituições de Educação Básica são vistas como locais onde tanto a formação quanto a criação de conhecimento ocorrem, além de serem espaços nos quais os frutos das investigações podem e devem ser compartilhados através da colaboração com as organizações que administram os programas de Pós-Graduação. Isso é feito com o propósito de melhorar a preparação dos professores e, conseqüentemente, a qualidade do ensino. Assim, o ensino e a pesquisa se unem à atividade de extensão, promovendo mudanças essenciais no próprio processo educativo (Brasil, 2019).

Assim, o produto educacional intitulado "Olhos que veem, mãos que falam" é um manual destinado não só aos discentes surdos e ouvintes, mas também aos docentes e equipe pedagógica, sendo disponibilizado para toda a comunidade acadêmica. Seu principal objetivo é facilitar a inclusão dos alunos surdos na escola, fornecendo ferramentas de comunicação em Libras e dados que ajudem os membros da comunidade escolar a entender melhor como esses alunos se comunicam.

6.1 O USO DO MANUAL COMO FERRAMENTA PARA FACILITAR A INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS NO IFAM CMC

A comunicação em Libras (Língua Brasileira de Sinais) apresenta obstáculos tanto para os alunos surdos quanto para os alunos ouvintes e outros membros da comunidade escolar que não estão familiarizados com a língua. Isso se deve ao fato de que a Libras é uma língua visual e gestual, enquanto a língua falada é baseada em sons, criando assim uma barreira linguística que pode dificultar a comunicação entre surdos e ouvintes não usuários da Libras. Além disso, a fluência em Libras requer prática e exposição regular, e a falta de recursos visuais adequados, como vídeos ou imagens, pode tornar ainda mais desafiador para os surdos entender conceitos abstratos ou complexos comunicados em Libras. Para superar tais dificuldades, é necessário promover a conscientização, oferecer educação e investir em recursos de acessibilidade para garantir que a comunicação em Libras seja eficaz e inclusiva no ensino médio integrado do IFAM CMC.

Buscando facilitar a comunicação em Libras entre os discentes ouvintes e os discentes surdos do ensino médio integrado do IFAM CMC, desenvolvemos um produto educacional na forma de um manual prático. Esse recurso tem como objetivo auxiliar na inclusão dos discentes surdos na escola, podendo ser utilizado em diversos setores da instituição para promover a comunicação básica entre os membros da comunidade escolar e os discentes surdos. No entanto, é essencial ressaltar que o manual por si só não é o bastante, já que requer adaptações estratégicas dentro do ambiente escolar para garantir a efetiva inclusão dos discentes surdos. Além disso, essa ferramenta pode ser integrada a outras técnicas que visam aprimorar a comunicação em Libras, com o intuito de combater a evasão e a repetência escolar. A seguir, vamos analisar o processo de elaboração deste manual.

6.2 PRODUZINDO O MANUAL: A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DO PRODUTO EDUCACIONAL

De acordo com Brasil (2019), para os cursos de Mestrado e Doutorado Profissional, destaca-se a produção técnica/tecnológica na Área de Ensino, entendida como produtos e processos educacionais que possam ser utilizados por professores e outros profissionais envolvidos com o ensino em espaços formais e não formais. Produtos educacionais podem ser categorizados segundo os campos da Plataforma Sucupira como: (i) desenvolvimento de material didático e instrucional; (ii) desenvolvimento de produto; (iii) desenvolvimento de

aplicativos; (iv) desenvolvimento de técnicas; (v) cursos de curta duração e atividades de extensão. Outrossim, a plataforma apresenta, dentro de cada categoria, o material que poderá ser desenvolvido em cada uma delas.

Diante da pesquisa realizada desenvolvemos um PE que está relacionado com a categoria 1, que corresponde a material textual tais como manuais. Essa decisão foi tomada devido à conveniência de uso e à facilidade de distribuição que o documento teria ao ser entregue na escola. Isso é especialmente importante considerando que nem todos os profissionais têm habilidades para usar aplicativos ou outras ferramentas tecnológicas.

Por trabalhar na área de educação especial, especificamente com a Língua Brasileira de Sinais (Libras), eu já estava familiarizado com o tema e tinha bastante contato com estudantes surdos tanto no sistema estadual quanto municipal de ensino, e também com estudantes surdos do ensino médio integrado do IFAM em anos anteriores. No início, para desenvolver o produto educacional de forma organizada, busquei embasamento teórico e precisei entender melhor todo o processo de elaboração de produtos educacionais.

Para Káplun (2003), um material educacional é uma técnica que facilita a compreensão e assimilação do conteúdo. Não se trata apenas de transmitir informações, mas sim de promover uma experiência que estimule o desenvolvimento de novos conceitos, habilidades, atitudes e comportamentos. Nesse sentido, um manual em Libras apresenta diversas vantagens no contexto educacional, pois pode ser disponibilizado tanto em formato físico quanto digital. Isso permite que professores e outros profissionais façam o download e armazenem o material em seus computadores, celulares, tablets ou outras tecnologias. É importante destacar que, apesar da ampla utilização da internet e das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), muitas pessoas ainda não têm acesso a essas ferramentas ou não dominam seu uso, incluindo profissionais da educação. Portanto, a disponibilidade do formato físico possibilita que um público mais amplo possa utilizar o material e se beneficiar das orientações contidas nele.

Kaplún (2003) identificou três principais aspectos para analisar e desenvolver mensagens educativas: o eixo conceitual, o eixo pedagógico e o eixo comunicacional:

1. O eixo conceitual refere-se aos temas ou assuntos que são planejados para serem abordados por meio do material educativo;
2. O eixo pedagógico representa o percurso que deve ser seguido, começando pelo ponto atual (os conhecimentos prévios dos indivíduos) até alcançar os objetivos estabelecidos para o recurso educacional;

3. O eixo comunicacional diz respeito à maneira pela qual esses conteúdos serão transmitidos aos destinatários pretendidos do material educativo.

Com base nessas definições, criamos um resumo abrangente dos tópicos que serão tratados no manual, seguido pelo desenvolvimento detalhado de cada um deles. Sendo assim, para estruturá-lo, selecionamos os conteúdos a partir dos materiais coletados durante a pesquisa, incluindo entrevistas, diários de campo, nossa experiência como professor de Libras e os conhecimentos prévios sobre o tema. É importante notar que foi enfatizada a ligação entre o manual e o problema de pesquisa, bem como os objetivos associados a ele, levando em consideração as opiniões dos participantes, especialmente no que se refere às necessidades e expectativas da sala de aula. Além disso, ampliamos nossa investigação e revisão da literatura sobre o desenvolvimento de outros materiais educacionais e abordagens relacionadas ao tema abordado.

Outrossim, o feedback dos alunos e dos profissionais da educação foi fundamental e influenciou diretamente nosso trabalho, ressaltando questões como a falta de entendimento completo por parte dos professores em relação aos discentes surdos, além da relevância da comunicação em Libras no ambiente educacional e social. Outrossim, justificamos desenvolver o produto educacional, no primeiro momento, devido minha experiência profissional que inclui a criação de diversos materiais instrucionais para cursos de Libras e apostilas de apoio para disciplinas que damos aulas e termos concluído recentemente uma especialização em design educacional.

Nesse contexto, elaboramos o **manual de comunicação em Libras: olhos que veem, mãos que falam** com a seguinte estrutura: introdução ao manual; saudação inicial. Em seguida, o produto educacional aborda três aspectos principais: a primeira seção oferece informações fundamentais sobre inclusão; os conceitos de surdez; a história da educação de surdos; a Língua Brasileira de Sinais (Libras); considerações legais relevantes; o papel do intérprete de Libras no instituto federal; a função do docente de Libras; métodos para abordar alunos surdos em situações de comunicação básica; curiosidades sobre a língua de sinais e Libras e a cultura surda. A segunda seção aborda a comunicação em Libras, incluindo a estrutura dos sinais e diretrizes para sua realização; as normas que regem o vocabulário formal em Libras e vocabulários básicos. A terceira seção do manual oferece orientações sobre o uso de tecnologia assistiva para surdos; aplicativos para tradução e interpretação para facilitar a comunicação; aspectos práticos, vantagens e desvantagens desses aplicativos específicos para a comunicação em Libras. E em relação sua manipulação, o manual utiliza

uma linguagem simples para explicar como ocorre a comunicação entre surdos e ouvintes. Ele busca desmistificar a ideia de que aprender Libras é muito difícil para falantes de português e ressalta a importância de entendermos que conhecer o outro é essencial para estabelecer relações interpessoais.

Percebemos que os alunos ouvintes e surdos, assim como todos na comunidade escolar do IFAM CMC, enfrentam grandes desafios ao se comunicarem em Libras de maneira eficiente, o que pode resultar em sérias consequências para a qualidade da educação dos surdos e levá-los à exclusão acadêmica. Reconhecemos que muitos não estão familiarizados com os princípios da comunicação utilizada pelos surdos e as suas características, e entendemos que esse conhecimento é fundamental para valorizar sua comunicação com as pessoas surdas. Este manual visa melhorar a comunicação em Libras não apenas na sala de aula, mas em todo o IFAM CMC, prevenindo assim a retenção ou evasão escolar. Além disso, oferece estratégias para abordar eficazmente as questões de comunicação em Libras e promover a inclusão dos alunos surdos.

Decidimos criar este Produto Educacional em dois formatos diferentes: um manual físico e um arquivo PDF. O PDF estará acessível digitalmente através de um link específico que será fornecido ao final da apresentação do produto, permitindo que qualquer pessoa faça o download, compartilhe e acesse em qualquer dispositivo digital. Para aqueles que podem enfrentar dificuldades com tecnologia, a versão impressa estará disponível para consulta, sem necessidade de manuseio complicado ou dificuldades de acesso. A intenção é distribuir um exemplar em cada departamento de ensino e coordenação no âmbito do IFAM – CMC.

Vale destacar que, para criar e desenvolver a arte deste material, usamos ferramentas de edição de imagem como CANVA e Power Point. Não foi necessário contratar um designer profissional neste momento para criar a identidade visual do manual. Internamente, especialmente nas seções que abordam inclusão e comunicação em Libras, incluímos diversas imagens para ilustrar e facilitar a comunicação com pessoas surdas. Durante o processo de criação, realizamos revisões ortográficas adequadas e verificamos se o formato era educativo para o leitor.

6.3 AVALIAÇÃO DO MANUAL EM LIBRAS OLHOS QUE VEEM, MÃOS QUE FALAM

Para avaliar o "Manual de Comunicação em Libras: Olhos que veem, mãos que Falam", reunimos os participantes da pesquisa em uma sala para apresentar o produto educacional e utilizamos formulários do *Google Forms* para coletar as contribuições, enviando um link para que pudessem responder. Para os alunos surdos, a apresentação ocorreu em outra data, na sala dos intérpretes, com a mediação de uma intérprete de Libras do IFAM, e as respostas ao questionário foram coletadas após a exposição do produto educacional.

Dos nove participantes iniciais, entramos em contato com todos, **7** avaliaram o material e **2** estiveram ausentes. Desse modo, para enriquecer ainda mais o processo e obter uma avaliação mais abrangente do impacto do produto educacional, decidimos convidar um professor com experiência em sala de aula com discentes surdos, além de um surdo com bacharelado em Letras Libras, que também atua como revisor de material didático em Libras. Mas, **apenas o professor compareceu**. A inclusão desses profissionais foi no sentido de buscarmos coletar informações valiosas que pudessem auxiliar na prática pedagógica e oferecer soluções para os desafios enfrentados em sala de aula. A perspectiva deles sobre o material é fundamental, uma vez que eles lidam diretamente com as dinâmicas de ensino e aprendizagem. Com isso, no total, o produto educacional foi avaliado por oito pessoas, proporcionando um feedback diversificado e enriquecedor.

O formulário com as perguntas, que foi criado no Google Forms, pode ser encontrado no apêndice H desta dissertação. Outrossim, para assegurar que as respostas fossem precisas que os participantes se sentissem à vontade para opinar ou criticar o produto, garantimos o anonimato nas respostas, utilizando um sistema de códigos para identificá-las e analisá-las (Av.01, onde Av. representa o avaliador e 01 indica a ordem de recebimento das respostas). As perguntas foram elaboradas com base na proposta de Ruiz et al. (2014), que sugere que a organização das questões deve ser guiada por cinco componentes, a saber:

- 1 - **Atração** (Consiste em saber se o nosso material atrai a atenção do público-alvo)
- 2 - **Compreensão** (Envolve perguntar se o conteúdo do material é compreendido pelo público-alvo)
- 3 - **Envolvimento** (Trata-se de descobrir se o nosso público-alvo sente que o material é para pessoas como eles)

- 4 - **Aceitação** (Este aspecto permite-nos confirmar se a abordagem, os conteúdos e a linguagem utilizada são aceites)
- 5 - **Mudança de ação** (Com este ponto procuramos verificar se com o material contribuímos para que nossos destinatários adotem uma mudança de perspectiva ou de atitude)

A partir desse momento, começamos a examinar as respostas dos avaliadores. No primeiro aspecto relacionado à "Atração", os participantes consideraram o produto extremamente relevante para o IFAM-CMC, devido à praticidade que um material desse tipo oferece. Para o Av.01: *“Sim. Pois auxiliará a todos na comunicação e conhecimentos básicos específicos do surdo na escolar”*. Isso também foi reforçado na fala do Avaliador 02: *“Por apresentar com clareza e objetividade as 3 partes fundamentais para que o surdo possa ser incluído com mais eficiência, quais sejam, as informações fundamentais sobre inclusão, a comunicação em Libras e o uso da tecnologia assistiva para surdos”*. Também é apoiado pelo Av.03, porém, com uma ressalva, que afirma... *“Um produto educacional precisa causar impacto. Logo, trazer contribuições com mudanças educativas e sociais faz necessárias diante de tantos desafios que a educação vivencia. Assim, reflita sobre o impacto que esse produto poderá causar diante da conjuntura do CMC/IFAM”*. Outros avaliadores também acrescentaram que:

“Sim, pois apresenta uma visão geral da Libras”. (Av. 04)

“Sim. Na verdade, creio que esse material fornece conhecimentos básicos para qualquer pessoa que nunca teve contato com a comunidade surda, trata dos assuntos iniciais que geralmente se aborda em um curso de Libras básico, portanto é muito pertinente para a comunidade do IFAM CMC, visto que é comum discentes se depararem com um discente surdo em sua sala, bem como servidores na disposição de seus serviços e se depara com discente surdo.”(Av. 07)

“Sim, eu acredito é muito importante professora de receber essa informação esse material a produção desse material conhecimento da língua brasileira de sinais sobre a educação inclusiva as informações da Lei e tudo mais porque o professor tem que estar em comunicação com o aluno ele está em comunicação com aluno então, o professor recebeu esse material o professor ele vai se sensibilizar vai ter uma acessibilidade maior em comunicação com o aluno surdo então iria facilitar ele ia ajudar e promover a inclusão necessária em sala de aula importante.”(Av. 06)

Em relação à “Compreensão”, os avaliadores, incluindo pessoas surdas, expressaram suas opiniões de maneira diversificada sobre o produto educacional. No entanto, avaliamos o resultado como bastante satisfatório, já que a maioria conseguiu compreender a organização dos conteúdos em seus respectivos tópicos. Desse modo, o Av. 01 afirmou que, *"Sim, está bem organizado e disposto de forma cronológica"*. Corroborando com a afirmação anterior, o Av. 02 complementa *"Sim, o material facilitou a compreensão do seu conteúdo"* e o Av. 04, apenas confirma seu entendimento *"Sim"*. O Av. 06, além de apreciar o material apresentado, recomendou a inclusão de sinais no manual, conforme sua afirmação a seguir:

"Então no manual. Tem muitos conteúdos, mas eu vejo que está bem completo a dinâmica com as imagens, né o direcionamento das setas, mas, por exemplo, poderia colocar até prestar um pouco mais de novos sinais em Libras para ficar para armazenar, né? Tem um pouco mais de sinais não só os que já estão, mas poderia tentar pensar numa possibilidade de ter um pouquinho mais o número de sinais no manual."

No entanto, houve algumas ressalvas em relação ao produto educacional, para o Av. 07 *"Achei o conteúdo do material bem abrangente, talvez uma coisa que poderia ser acrescentada seria um QRcode que ao ser acessado, encaminhasse para uma breve explicação de cada conteúdo, creio que isso facilitaria o processo de aprendizagem"*. Seguindo esse entendimento o Av. 05, afirma que, *"em parte. Pelos desenhos às vezes não dá para ter a noção correta dos movimentos."*

No componente "Envolvimento", os a maioria dos avaliadores concordaram plenamente em suas análises, elogiando as oportunidades que as propostas do manual oferecem para aprimorar o conhecimento sobre a comunicação em Libras. Nesse contexto, vamos ressaltar algumas das respostas. Para o Av. 01 o manual é explicativo e auxiliará bastante no convívio, interação com o aluno surdo. *"Sim eu recomendaria e é um material muito importante porque nesse Manual tem todas as informações completa sobre a Libras e é importante conhecer então os meus professores antigamente meus professores"*. *"Sim, por conter conhecimento básico de Libras e que podem ajudar ao se deparar com um surdo"*. (Av. 07) *Sim, pois traz informações específicas e relevantes.* (Av. 08). Entretanto, em relação ao Av. 06, considerando a situação enfrentada e a visão desse material. *"Eles não tinham conhecimento de Libras nenhuma informação e não sabe nenhum sinal não tinha comunicação comigo, né? Então meus professores em sala de aula e os alunos ouvinte. Eles não se comunicavam comigo e Libras e não só isso, né?"*.

No componente “Aceitação”, examinamos como esse manual pode contribuir para a comunicação em Libras entre os alunos ouvintes e surdos, além da comunidade escolar do IFAM CMC. Todos concordaram que sua contribuição seria significativa, pois ele chama a atenção para outras questões que impactam o processo de ensino-aprendizagem, muitas vezes negligenciadas em sala de aula. O Av. 01 declarou que, sim, *“pois o material deve ser amplamente divulgado para toda a comunidade escolar e até se possível impresso para entregar para os professores no planejamento pedagógico”*. E ainda, corroborando com a afirmação anterior o Av. 06 afirma que, *“então a minha percepção sobre esse conteúdo esse material tem muitas informações muitas informações esclarecidas sobre a lei sobre a estrutura da Libras o curso com alguns sinais de informações sobre a educação inclusiva para os professores os cinco parâmetros a língua portuguesa os alunos. Eles são eles são visuais, né?...Ser pertinente ali as pessoas é ouvinte aprenderem, mas é um material que tem muitas informações e é para mim foi bem visual, gostei bastante”*.

Outrossim, para o Av. 02 *“Sim. A partir de um estudo preliminar pelos professores das diversas áreas de conhecimento e modalidades de ensino. Também é importante a realização de eventos específicos (oficina, palestra, etc.), para fins de disseminar as informações gerais do material junto aos docentes e TAES e colaboradores (pessoas que prestam serviços contínuos no IFAM)”*.

Quanto à “Mudança de ação”, os participantes veem que este produto educacional pode ajudar a promover mudanças de atitude no campus e que sua divulgação precisa ser expandida para que todos tenham acesso a esse material. Conforme aponta Av. 01 *“sim. Se todos estudarem o material e aplicarem em suas aulas as informações e orientações proporcionarão aos alunos uma aula diferenciada”*. Outro avaliador (02) destacou a viabilidade do produto educacional Manual em Libras: olhos que veem, mãos que falam. *“Por ser uma contribuição viável e real, tendo uma sequência didática abrangendo as informações sobre a inclusão, a comunicação em Libras e o uso da tecnologia assistiva para surdos”*. O Av. 06 acrescenta que:

“Sim, eu acho muito importante, eu acho um produto muito importante o material está muito bom a visualização é muito importante aprender e adquirir conhecimento sobre a língua brasileira de sinais sobre a Lei da Libras sobre as informações que estão as leituras do material é importante esses profissionais de conhecerem os alunos de sentes as dificuldades que ele tem é de conteúdo e tudo mais então é visual para eles aprender e é muito importante essa informação. Também nesse manual. Eu verifiquei que tem é a contextualização de muitos conteúdos assuntos e muitas explicações que muitas das vezes as pessoas têm dificuldade em entender então tem dúvidas e dificuldade de entender e aqui já está bem explicado bem contextualizada as palavras então é muito importante sim é o material Rico.”

Assim, o "Manual de comunicação em Libras: olhos que veem, mãos que falam" alcançou seu principal objetivo, que é ajudar na compreensão da comunicação em Libras entre os discentes ouvintes e os discentes surdos do ensino médio integrado do IFAM CMC. O manual permite identificar causas que antes não eram percebidas e oferece orientações sobre como se comportar nessas situações. Além disso, busca apresentar a Língua Brasileira de Sinais - Libras como o meio de comunicação dos discentes surdos, promovendo uma reflexão sobre a necessidade de mudança de atitude e a busca pela inclusão desses estudantes. É importante destacar que, devido à sua linguagem simples e a partir de exemplos concretos, esse material pode ser acessível a todos os segmentos do IFAM. Assim, esperamos que docentes e demais servidores do campus Manaus-Centro utilizem este material, fazendo dele uma ferramenta institucional que contribua para a rotina de comunicação em Libras e, conseqüentemente, para que a inclusão dos discentes surdos se torne uma prática habitual.

7 O PRODUTO EDUCACIONAL

Apresentaremos o produto educacional intitulado "Manual de Comunicação em Libras: olhos que veem, mãos que falam".

Capa



Autores

Edilson Gomes Alves

Cirlande Cabral da Silva

Projeto gráfico e editoração

Edilson Gomes Alves

Imagens

Edilson Gomes Alves

<https://pixabay.com/pt/><https://>

Freepik - <https://br.freepik.com/>

www.google.com.br/imghp?hl=pt-BR&authuser=0&ogbl

**Edilson Gomes Alves
Cirlande Cabral da Silva**

**Manual de comunicação em Libras:
olhos que veem, mãos que falam**

FICHA TÉCNICA

Origem do Produto: Trabalho de Dissertação intitulado: Manual de comunicação em Libras: olhos que veem, mãos que falam é desenvolvido no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do IFAM.

Área de Conhecimento: Ensino.

Categoria deste Produto: Práticas pedagógicas, Educação Inclusão, Inclusão de Alunos Surdos.

Finalidade: Contribuir com o processo de inclusão dos alunos surdos nos sistemas de ensino regular.

Estruturação do Produto: Proposta Organizada em três partes: a primeira parte oferece informações fundamentais sobre inclusão; os conceitos de surdez; a história da educação de surdos; a Língua Brasileira de Sinais (Libras); considerações legais relevantes; o papel do intérprete de Libras no instituto federal; a função do docente de Libras; métodos para abordar alunos surdos em situações de comunicação básica; curiosidades sobre a língua de sinais e Libras e a cultura surda. A segunda parte aborda a comunicação em Libras, incluindo a estrutura dos sinais e diretrizes para sua realização; as normas que regem o vocabulário formal em Libras e vocabulários básicos. A terceira parte do manual oferece orientações sobre o uso de tecnologia assistiva para surdos; aplicativos para tradução e interpretação para facilitar a comunicação; aspectos práticos, vantagens e desvantagens desses aplicativos específicos para a comunicação em Libras.

Registro do Produto/Ano: Biblioteca Paulo Sarmento do IFAM – Campus Manaus Centro, 2024.

Avaliação do Produto:

Disponibilidade: Irrestrita, preservando-se os direitos autorais bem como a proibição do uso comercial do produto.

Divulgação: Em formato digital e impresso.

Instituições envolvidas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

URL: <http://www2.ifam.edu.br/profpept>

Idioma: Português

Cidade: Manaus

País: Brasil

SUMÁRIO

Apresentação.....	7
1. Informações fundamentais sobre inclusão.....	9
1.1 Conceitos sobre surdez.....	14
1.2 A história da educação de surdos.....	17
1.3 Língua Brasileira de Sinais (Libras).....	21
1.4 Considerações legais.....	22
1.5 O papel do intérprete de Libras no instituto federal do Amazonas - IFAM.....	25
1.6 Função do docente de Libras no instituto federal do Amazonas - IFAM.....	27
1.7 Métodos para abordar alunos surdos em situações de comunicação básica.....	29
1.8 Curiosidades sobre a língua de sinais e Libras e a cultura surda.....	31
2. A comunicação em Libras.....	34
2.1 O alfabeto manual.....	35
2.2 Os numerais.....	36
2.3 Noções sobre a estrutura da Libras.....	38
2.4 Vocabulários básicos.....	41
a) Saudações e cumprimentos.....	42
b) Pronomes pessoais.....	43
c) Expressões interrogativas.....	44

d) Verbos.....	45
e) Advérbios de tempo.....	48
f) Calendário: dias da semana, meses do ano, horas (duração de tempo de aula, curso e horas (duração do dia).....	50
g) Família.....	53
h) Estado civil.....	55
i) Cores.....	56
j) Meios de transportes.....	57
k) Sinais escolares e sinais variados.....	59
3. O que é tecnologia assistiva.....	61
3.1 O uso de tecnologia assistiva para surdos.....	62
3.2 Aplicativos e ferramentas de tradução que facilitam a comunicação.....	64
3.3 Aspectos práticos, vantagens e desvantagens... ..	71
Considerações finais... ..	73
Referências... ..	75

Apresentação

O produto educacional Manual de comunicação em Libras: Olhos que veem mãos, que falam, foi o desdobramento da pesquisa de mestrado intitulada Inclusão de alunos surdos na educação profissional e tecnológica: a comunicação em Libras entre discentes ouvintes e discentes surdos do ensino médio integrado do IFAM CMC, o manual aborda de maneira prática a comunicação em Libras e destaca aspectos culturais dessa língua visual, despertando a curiosidade de pessoas não familiarizadas com o idioma e foi desenvolvido visando fornecer à comunidade escolar do sistema regular de ensino informações fundamentais e conhecimentos essenciais sobre o processo de comunicação em Libras utilizado pelos discentes surdos. E ainda, este material explora conceitos relacionados à inclusão, oferecendo compreensão sobre esse tema presente no dia a dia dos discentes surdos e da comunidade escolar.

Entendemos que é um recurso educacional essencial para os profissionais da educação que trabalham com discentes surdos e para pessoas que tenham interesse em conhecer mais a Libras. Vale destacar que as obras dedicadas à educação inclusiva de indivíduos surdos demandam mais pesquisa para efetuar mudanças significativas na realidade dessas pessoas.

Nesse contexto, produtos educacionais como este desempenham um papel fundamental ao preencher lacunas que podem comprometer o desenvolvimento acadêmico e social dos discentes surdos. Outrossim, o produto foi elaborado. À medida que coletávamos os dados da pesquisa, também procurávamos compreender como cada participante, conforme sua atividade desenvolvida na escola, percebia o processo de comunicação em Libras e descrevia as dificuldades enfrentadas

diariamente no IFAM - Campus Manaus Centro. Dessa forma, ao aproveitar essa situação, recebemos várias contribuições e percebemos em nossas investigações, como pesquisador, as necessidades evidenciadas através das experiências compartilhadas e da convivência com os participantes da pesquisa. Diante do contexto apresentado, construímos o produto em três partes justamente por estarmos tentando propiciar à comunidade acadêmica a conscientização de que todos fazem parte do processo de inclusão escolar através da comunicação em Libras.

Para isto o produto educacional abordará na primeira parte informações essenciais sobre inclusão, os conceitos relacionados à surdez, a evolução histórica da educação de surdos, a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras), considerações legais pertinentes, o papel dos intérpretes de Libras nos institutos federais, a função dos professores de Libras, métodos para facilitar a comunicação básica com alunos surdos, curiosidades sobre a língua de sinais e a cultura surda.

A segunda parte abordará a comunicação em Libras, incluindo a estrutura dos sinais e diretrizes para sua execução, as normas que regem o vocabulário formal em Libras e vocabulários básicos.

Por fim, a terceira parte do manual fornecerá orientações sobre o uso de tecnologia assistiva para surdos, como aplicativos para tradução e interpretação que facilitam a comunicação, explorando aspectos práticos, vantagens e desvantagens desses aplicativos específicos para o uso em Libras.

Desejamos que este manual seja uma ferramenta que facilite a implementação de iniciativas nas escolas, visando uma inclusão efetiva dos discentes surdos no ambiente escolar comum. A proposta do manual é trazer uma linguagem acessível, por isso foi construído visando chamar a atenção do leitor por meio de informações, ilustrações, sugestões de aplicativos de tradução em Libras.

1. Informações fundamentais sobre inclusão

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) - Lei Nº 13.146 (BRASIL, 2015), é obrigação do poder público, Art. 28 assegurar, criar, desenvolver, implementar e incentivar adoção de práticas pedagógicas inclusivas por meio da formação inicial e continuada dos professores, bem como habilitar profissionais para a oferta do atendimento educacional especializado voltado às várias necessidades educativas especiais.

10

Inclusão é o ato de incluir e acrescentar, ou seja, adicionar coisas ou pessoas em grupos e núcleos que antes não faziam parte.

Socialmente, a inclusão representa um **ato de igualdade entre os diferentes indivíduos** que habitam determinada sociedade.

Assim, esta ação permite que todos tenham o direito de integrar e participar das várias dimensões de seu ambiente, sem sofrer qualquer tipo de discriminação e preconceito.

<https://www.significados.com.br/>

11

Inclusão social

É formada por um conjunto de ações, muitas delas abrangidas por leis, que garantem a participação igualitária de todos os membros de uma sociedade.

A inclusão social prevê a integração de todos os indivíduos, independente da condição física, da educação, do gênero, da orientação sexual, da etnia, entre outros aspectos.



12

Inclusão escolar

Consiste na ideia de que todos os cidadãos devem ter o direito de ter acesso ao sistema de ensino. Isso deve ocorrer sem segregação e discriminação, seja devido ao gênero, religião, etnia, classe social, condições físicas e psicológicas, etc.



13

Inclusão digital

Representa a disponibilização, de modo igualitário, para todos os cidadãos a oportunidade de ter acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC).

Em suma, a inclusão digital consiste na democratização da tecnologia, onde independente de classe social, etnia, religião e poder econômico, o indivíduo possa usufruir das vantagens das ferramentas tecnológicas.



1.1 Conceitos sobre surdez

A surdez pode ser definida segundo três pontos de vista: **ponto de vista médico, educacional e cultural.**

1. Surdez do ponto de vista médico

Em termos médicos, a surdez (ou hipoacusia) é categorizada de acordo com o nível da perda auditiva, que podemos chamar também de grau da perda auditiva:

Audição normal: pessoas com audição normal ouvem em torno de 20 decibéis. Para facilitar a compreensão deste volume, citamos um sussurro, o roçar das folhas, o canto dos passaros, o tic-tac de um relógio, uma torneira pingando. Se a pessoa conseguir ouvir sons acima de 20 decibéis, possui perda auditiva.

Perda auditiva leve: pessoas com perda auditiva leve possuem certa dificuldade em manter uma conversa a dois em tom de voz baixa, quase sussurrando. Em média o som mais suave experimentado está entre 25 a 40 dB (decibéis), por exemplo: o motor de uma geladeira, um ar-condicionado.

Perda auditiva moderada: pessoas com perda auditiva moderada têm muita dificuldade de manter um diálogo, não ouvem bem quase nenhum som em nível de voz natural, sendo preciso falar alto para que ouçam. Em média o som mais suave experimentado está entre 40 a 70 dB (decibéis), por exemplo: um aspirador de pó moderado, um bebê chorando.

Perda auditiva severa: pessoas com perda auditiva severa não ouvem nenhum som de fala, poucos sons são percebidos. Em média o som mais suave experimentado está entre 70 a 90 dB (decibéis), por exemplo: um piano tocando forte, uma avenida de tráfego intenso, um cachorro

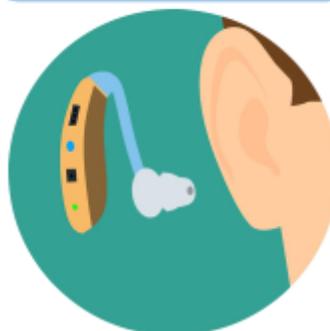
latindo forte, um telefone tocando em volume máximo.

Perda auditiva profunda: pessoas com perda auditiva profunda ouvem pouquíssimos sons. Em média, o som mais suave experimentado é acima de 90 dB (decibéis) ou mais, por exemplo: um helicóptero próximo, a decolagem de um avião a jato, uma moto sem escapamento, uma serra elétrica, uma furadeira, uma britadeira, motosserra, tiro de arma de fogo, estrondo de rojão, vuvuzela, bateria de escola de samba, show de rock.

De acordo com o **decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, Art. 2º:**

[...] considera-se **pessoa surda** aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se **deficiência auditiva** a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.



2. Ponto de vista educacional

Do ponto de vista educacional, a surdez refere-se à dificuldade da criança surda aprender a se comunicar por via auditiva, tornando necessária medidas educacionais que possibilitem a comunicação como um instrumento de inclusão social.

A partir da lei nº 10.436, o governo brasileiro reconhece a Libras como um sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria e assegura aos surdos o direito de que, nas instituições educacionais, tenham aulas ministradas em Libras, ou pelo menos, com a presença de um intérprete de Libras.



3. Ponto de vista cultural

Em termos culturais, a surdez não é considerada somente uma condição fisiológica, ela constrói uma identidade cultural própria, portanto, não existe cultura surda sem surdez. O idioma natural dos surdos, a língua de sinais, é o principal elemento que une os membros desta comunidade, assim, o sentido da cultura surda é mais forte entre aqueles que utilizam este idioma. Isso porque os surdos utilizam-se da própria diferença linguística como forma de elevar a autoestima e sentir orgulho de suas próprias conquistas.



1.2 A história da educação de surdos (resumo)



Desde a antiguidade, os Surdos sempre foram discriminados e considerados incapazes. De acordo com Capovilla & Raphael (2008), naquela época era muito forte a concepção de que a linguagem falada era a única forma de linguagem possível. Os autores destacam que, já no século IV a.C., Aristóteles supunha que todos os processos envolvidos na aprendizagem ocorressem por meio da audição e que, por isso, os Surdos tinham menos chances de aprenderem se comparados aos cegos.

O preconceito da sociedade

Ao longo da História, continuaram a sofrer preconceitos de toda espécie, sendo, comumente, excluídos do convívio social e proibidos de exercerem direitos como: o recebimento de heranças e o casamento. A história da Educação de Surdos é marcada por diversas tentativas e métodos de comunicação. Algumas pessoas se dedicaram a ensinar aos Surdos e, principalmente, a se comunicarem com eles por meio dos sinais.

Os principais historiadores

Dentre os principais nomes, destaca-se o **abade L'Epée**, francês que criou a primeira escola para Surdos na cidade de Paris, no ano de 1760, sendo referência na formação de professores Surdos e servindo como incentivo à fundação de muitas outras escolas em diversos países.



Outra personalidade vinculada à Educação de Surdos é **Hernest Huet**, professor Surdo, também francês, que veio ao Brasil, para fundar a primeira Escola para Surdos, a convite de D. Pedro II. Para Perlin e Strobel (2006) o fato mais marcante na história da Educação de Surdos foi o Congresso de Milão ocorrido no ano de 1880, no qual, através de uma votação com maioria quase absoluta de professores ouvintes, ficou decidido que a Língua

de Sinais seria abolida da Educação de Surdos, prevalecendo o uso da Língua Oral.

Segundo as autoras, essa decisão teve um impacto arrasador na Educação dos Surdos, que foram proibidos de utilizarem sua Língua e tiveram que abandonar sua cultura por um período de aproximadamente cem anos.

Nesta breve abordagem sobre a História da Educação de Surdos, é importante destacar os métodos utilizados pelos professores envolvidos no processo de ensino e comunicação de Surdos, sendo eles:

O método de ensino dos professores

Como abordado pelas autoras Perlin e Strobel (2006), com a proibição da Língua de Sinais no ano de 1880, o método de comunicação passou a ser apenas a **oralização ou método oralista**, baseado na concepção de que o Surdo deveria se expressar através do treino da fala e utilizar-se da leitura labial - (Leitura dos lábios de quem está falando).



O **segundo método** utilizado na Educação de Surdos, na verdade, é resultado da junção da Língua Oral com a Língua de Sinais, sendo chamado de método da **comunicação total**. Lembrando que a Língua de Sinais tem características gestuais-visuais, diferenciando-se da Língua Oral.



Fonte: figura retirada do livro Alternativas metodológicas para o aluno surdo: 2º semestre

Esse método, na verdade, pouco contribuiu, podendo até mesmo ter levado ao uso inadequado da Língua de Sinais, pois deu origem ao que denominamos, atualmente, de português sinalizado; utilizado por quem não conhece verdadeiramente a Língua de Sinais em sua estrutura e características próprias.

O terceiro método denomina-se **bilinguismo**, sendo baseado no aprendizado da Língua de Sinais como primeira Língua do Surdo. Segundo essa proposta, a criança surda deve iniciar precocemente o contato com adultos Surdos, que a ensinem a Língua de Sinais, sua Língua natural e, somente a partir desse momento, terá condições de iniciar o aprendizado da Língua Oral como segunda Língua.



Fonte: <https://eeufc2013.blogspot.com/2014/03/oralismoe-comunicacao-total-e-bilinguismo.html>

Duboc (2004) afirma que, ao abordar a escolarização dessas pessoas, deve-se, em primeiro lugar, considerar que, por muitos anos, elas estiveram fora do convívio social ou, em alguns casos, com convivência limitada a ações de assistencialismo ou de filantropia; essas, na maioria das vezes, acompanhadas por uma visão clínica, que considera a surdez apenas do ponto de vista da deficiência.

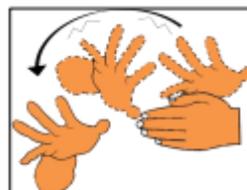
Essa afirmação que apenas nos últimos cinquenta anos essa visão vem perdendo força devido a um maior desenvolvimento da ciência e ao crescimento de pensamentos mais democráticos, além de propostas de políticas, que deram abertura para outros olhares sobre o assunto.

1.3 Língua Brasileira de Sinais (Libras)

Pessoas surdas não se comunicam da mesma maneira que as pessoas ouvintes, pois não desenvolvem a habilidade de ouvir palavras desde o nascimento, o que também limita sua capacidade de falar. Portanto, eles dependem de gestos e da comunicação visual para se expressar (Nascimento, Almeida e Santos, 2021).

A sigla **LIBRAS** representa a **Língua Brasileira de Sinais**, que se caracteriza como um sistema de comunicação gestual utilizado para transmitir ideias e facilitar a conversação. Essa língua é gestual-visual, envolvendo gestos e expressões faciais que são percebidos visualmente (Carvalho; Silva, 2014).

As línguas de sinais se distinguem das línguas orais pelo fato de que a linguagem de sinais se comunica através de um canal visual-espacial, ao invés da modalidade oral-auditiva. Portanto, ela se articula no espaço e é percebida visualmente, fazendo uso das dimensões e do espaço para desenvolver seus sistemas fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos, permitindo assim a transmissão de significados através das mesmas dimensões espaciais aos usuários (Brito et al. 1997).



Sinal de Libras

1.4 Considerações legais

A Língua Brasileira de Sinais, denominada **Libras** por grande parte da comunidade surda brasileira que a utiliza, designada oficialmente na **Lei n. 10.436, de 2002**, e no **Decreto n. 5626**, que a regulamentou em 2005.



Trechos da lei n. 10.436, de 2002 (Lei da Libras)

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. (BRASIL, 2002)

Aspectos importantes do Decreto 5.626

Com base no Decreto 5.626 (BRASIL, 2005), Capítulo VI, artigo 22, os estabelecimentos escolares da educação básica são responsáveis por assegurar a inclusão de alunos através da organização e implementação de:

I-escolas e classes de educação bilíngüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; II -escolas bilíngües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa (BRASIL,2005).



Lei nº 14.704, de 25 de outubro de 2023

Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Trechos da lei do intérprete de Libras

Art. 1º A ementa da Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Regulamenta a profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras).”

Art. 2º A Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – tradutor e intérprete: o profissional que traduz e interpreta de uma língua de sinais para outra língua de sinais ou para língua oral, ou vice-versa, em quaisquer modalidades que se apresentem;

II – Guia-intérprete: o profissional que domina, no mínimo, uma das formas de comunicação utilizadas pelas pessoas surdocegas.

O intérprete de Libras é fundamental para a educação das pessoas surdas, o que levou à promulgação de uma lei que regulamenta essa profissão



Para mais informações acesse  O Link onde tem essa imagem

1.5 O papel do intérprete de Libras no instituto federal do Amazonas – IFAM



Os surdos assumem um papel protagonista em sua própria jornada, participando ativamente em diversas esferas sociais usando sua língua e contribuindo em uma ampla gama de campos de conhecimento. Esse movimento inclusivo e participativo destaca a demanda por profissionais que possam traduzir e interpretar discursos tanto em línguas de sinais quanto em línguas faladas (Nascimento, 2012).

No Brasil, a pessoa encarregada dessa responsabilidade é o tradutor-intérprete de Libras/português (TILSP), cuja função é facilitar a comunicação entre pessoas surdas e aquelas que não dominam a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

ATENÇÃO!



Esse profissional desempenha diversas funções essenciais: a) facilita a comunicação entre pessoas surdas que usam Libras e pessoas ouvintes que usam a língua portuguesa em diferentes situações; b) realiza a tradução entre textos escritos em Libras e textos em língua portuguesa, e vice-versa; c) ajuda na interpretação e na produção escrita de pessoas surdas em diversos contextos, como concursos, avaliações em sala de aula e documentos, conforme necessário (Quadros et al., 2009).

Conforme o exposto, o papel do tradutor/intérprete de Libras do IFAM CMC, está atrelado às diretrizes pertinentes a todos os TILSP que atuam no Brasil na área da educação e, apesar do ensino ser técnico e tecnológico, a sua mediação comunicativa tem suas especificidades relacionadas a proposta de ensino da instituição, assim como os profissionais que atuam no ensino acadêmico tem a sua.

26

Assim, o TILSP no IFAM CMC desempenha um papel fundamental na facilitação da comunicação entre surdos e ouvintes que não possuem fluência em Libras. Além de ser proficientes em Libras e português, sua função transcende a simples tradução entre a língua de sinais e a língua falada. Ele atua como mediador em discursos que emergem de diferentes contextos sócio históricos e de línguas com modalidades linguísticas distintas. Consequentemente, ele conecta e incorpora uma variedade de discursos, ideologias, subjetividades e culturas durante essas interações.



Portanto, ressaltamos que sua função na sociedade ouvinte é crucial para garantir a acessibilidade dos surdos no contexto da escola regular.

27

1.6 Função do docente de Libras no instituto federal do Amazonas - IFAM

Para que o processo de ensino-aprendizagem seja eficaz, é essencial que o educador integre uma variedade de estratégias metodológicas junto com o conteúdo didático-pedagógico subjacente à prática educacional



No caso do ensino para alunos surdos, isso implica não apenas dominar a Libras, mas também adaptar os recursos pedagógicos tradicionais, que muitas vezes não atendem às necessidades desses alunos devido à escassez de materiais didáticos disponíveis para eles



Simplesmente traduzir o material didático e adaptar recursos usados em aulas para alunos ouvintes não assegura que alunos surdos participem efetivamente ou compreendam completamente. Isso ocorre porque geralmente têm menos conhecimento prévio acumulado em cada disciplina, devido às dificuldades de comunicação com o ambiente ao seu redor (Ferraz, 2014).

Na função de professor de Libras no Instituto Federal do Amazonas - IFAM, é essencial que, ao ter um aluno surdo em sua sala de aula, o professor inicie um processo de familiarização com o aluno, entendendo seu contexto e elaborando estratégias didático-pedagógicas específicas. A educação de surdos exige do professor criatividade e um planejamento cuidadoso das aulas, especialmente devido à escassez de recursos disponíveis. Mesmo que Libras ainda não seja uma disciplina obrigatória no ensino médio integrado, podem existir cursos ou disciplinas optativas de Libras onde alunos surdos participam, exigindo que o

professor esteja pronto para oferecer o suporte necessário a esses alunos.



Atualmente, o professor de Libras do IFAM CMC ensina a disciplina de Libras, que é obrigatória nos cursos de licenciatura em Química, Física, Matemática e Biologia, e opcional para os demais cursos de graduação do IFAM. Os temas abordados incluem uma parte teórica sobre a história global da educação de surdos, a introdução da Libras no Brasil, as leis que regulamentam seu uso, além de uma parte prática focada em habilidades básicas de conversação em Libras, essencial para os estudantes das diferentes graduações.

1.7 Métodos para abordar alunos surdos em situações de comunicação básica

1. Quando você se depara com uma pessoa com **perda auditiva**, comece falando da forma como você conversaria com uma pessoa qualquer. Se precisar, ela irá lhe dar pequenos toques para a melhoria da comunicação. Não precisa se sentir constrangido ao conversar conosco. Seja o mais natural possível!

2. Se chamar a pessoa pelo nome e ela não te responder, por favor cutuque-a ou coloque a mão no seu ombro e se coloque no campo de visão dela. Não tenha medo de uma pessoa surda não entender o que você fala. Ele se esforçará para entender e ser compreendido. A nossa meta é entender a conversa e ficamos felizes quando entendemos!

3. Não se apavore ao visualizar os nossos **aparelhos auditivos**, e perceber que somos surdos. Saiba que os aparelhos são muito importantes para nós te escutarmos e te entendermos melhor! Eles são o nosso orgulho por nos proporcionarem qualidade de vida.

4. Procure falar de frente para a pessoa, pois isso torna possível a leitura labial do seu rosto. Fale de forma fluída e mais natural possível! O movimento superlento de fala dificulta o entendimento. Por favor não fale alto nem grite

5. Se você fizer isso estará distorcendo o som da fala, dificultando mais ainda o nosso entendimento. Os nossos aparelhos auditivos já estão amplificando a sua voz, por isso não precisa gritar conosco.

6. Articule bem a boca para que a leitura labial tenha mais qualidade possível. Nós, surdos, associamos o som da fala com a leitura labial. Falar baixo também atrapalha, pois, os detalhes da fala

ficam mais difíceis de serem percebidos. Procure falar sempre no tom normal.

7. Evite falar e mexer as mãos ao mesmo tempo. Os movimentos das mãos nos distraem durante a leitura labial e também podem cobrir a boca em alguns momentos, dificultando a nossa leitura.

Fonte: <https://cronicasdasurdez.com/comunicar-pessoa-surda/>

Se você possui algum conhecimento básico em Libras, não hesite em utilizá-lo! Experimente se comunicar com surdos através de sinais simples como "bom dia", "boa tarde", "boa noite", "tudo bem", "olá", entre outros. Se não souber algum sinal, você pode usar a datilologia para perguntar sobre ele. Nesse momento de interação, o foco principal é estabelecer a comunicação; a formalidade pode ser abordada posteriormente.



Os surdos geralmente estão dispostos a ajudar quem tem interesse em aprender Libras, pois isso significa ter mais pessoas com quem podem se comunicar no futuro. Isso evidencia que a maioria absoluta dos estudantes em escolas são ouvintes, tornando aqueles que demonstram interesse em aprender Libras bem-vindos aos olhos dos surdos.

1.8 Curiosidades sobre a Libras e a comunidade surda



1- Libras não é um nome

Algumas pessoas acham que LIBRAS é um nome, mas na verdade é uma sigla que significa Língua Brasileira de Sinais. Portanto, não se diz "as LIBRAS" e muito menos "o Libras". Cuidado com esse deslize.

2- Sentidos mais aguçados

Como os surdos possuem um déficit e até mesmo a perda total da audição, eles tendem a ter todos os outros sentidos (olfato, tato, paladar) extremamente aguçados. Geralmente uma

pequena variação de luz pode ser percebida pelo surdo, principalmente por aqueles cuja causa da deficiência é hereditária.

3 - Campanha com lâmpada?

Você sabia que a campainha na casa de muitos surdos é acionada por um sinal de luminosidade ao invés de sonoro? Por isso, quando você toca a campainha, a luz da casa irá acender e apagar para indicar que há alguém chamando à porta.

4- Sinal versos Nome próprio

Na comunidade surda existe o "sinal próprio". Esse termo é designado para sua identificação pessoal na língua de sinais. É como se fosse o nome da pessoa na comunidade surda. Neste universo, o sinal é mais relevante que o nome próprio.

O processo de recebimento de um sinal deve ser feito por um surdo em um ato conhecido como "batismo". A identificação pode ser atribuída a partir de características físicas, profissionais e de personalidade.



5- Casal de surdos com filhos ouvintes

Essa é uma informação bastante sabida por quem convive ou conhece os surdos. É muito comum casal de surdos conceber filhos ouvintes e o contrário também acontece. Portanto, não é porque um surdo irá se casar com outro surdo que os filhos necessariamente serão deficientes auditivos.

A surdez pode ser tanto originada por doenças, acidentes, quanto problemas hereditários. Portanto, cada caso é um caso!

6- Línguas de sinais não é a mesma em países diferentes!

Uma particularidade sobre a língua de sinais é que cada país possui a sua própria língua. Por exemplo, nos Estados Unidos é ASL, enquanto o Brasil é Libras e assim por diante. Portanto, não adianta tentar aprender uma língua em uma determinada nação e quer usá-la no exterior.

7- Segunda Língua?

Muita gente diz erroneamente que a Libras é a segunda língua oficial do Brasil. Na verdade ela foi apenas reconhecida pela Lei 10.436/02 como uma língua legítima, mas não é considerada uma língua oficial pela Constituição.

A língua oficial brasileira ainda continua sendo apenas a **língua portuguesa** (Art. 13, da CRFB/88). Todavia, é interessante ressaltar que a Libras é sim uma língua com toda a complexidade necessária, e não apenas uma linguagem. Portanto, quem fala português e Libras é considerado bilíngue. "

8- Mão dominante e mão de apoio

Uma informação interessante é que durante a sinalização uma mão é considerada a mão dominante, que fará o gesto principal, enquanto a mão de apoio auxiliará a sinalização ou será o complemento do restante do movimento ou da mensagem a ser emitida.

9- Surdos podem falar!

Um grande erro que você NUNCA pode cometer, é chamar o surdo de mudo. Grande parte dos surdos podem falar, mas não se expressam perfeitamente, justamente por não ouvirem ou não terem a audição 100% aguçada.

Por isso, nada de sair por aí dizendo que o surdo é mudo. Muitos surdos falam, sim senhor!

10- Surdos podem sentir vibrações do som!

Se você tem algum familiar ou amigo surdo já deve ter observado que em casos onde há barulho muito alto como foguetes, carros de som, buzinas, eles percebem o barulho. Isso ocorre, porque embora a surdez possa ser total, eles sentem a vibração que o som emite, o que possibilita a sensibilidade ao barulho.

Fonte: <https://amelibras.com.br/20-curiosidades-sobre-libras-e-a-comunidade-surda/>



Obs. Estas são apenas algumas informações interessantes sobre Libras e a comunidade surda. No entanto, há muitas outras peculiaridades que podem ser descobertas através de investigações adicionais sobre esse assunto.

2. A comunicação em Libras



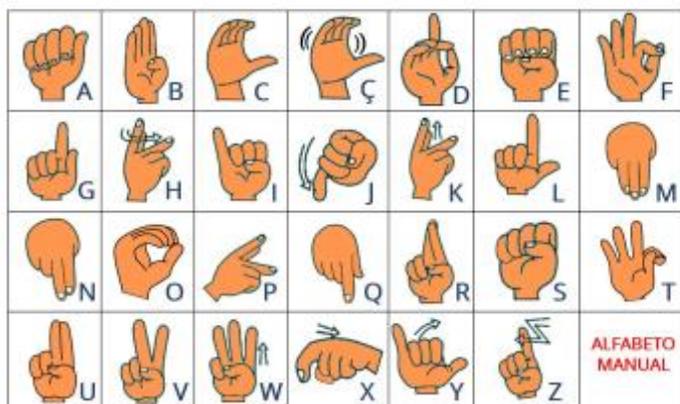
A comunicação desempenha um papel essencial no progresso cultural, intelectual e humanista dos seres humanos, facilitando a interação entre indivíduos e o mundo ao seu redor, sendo um elemento inato à nossa essência

Assim como os ouvintes têm seus próprios meios de comunicação, as pessoas surdas também se expressam através da sua língua oficial, que utiliza a visão como principal meio de perceber o mundo. De acordo com a comunidade surda no Brasil, essa capacidade é facilitada pela língua brasileira de sinais (LIBRAS), que não só permite uma comunicação eficaz entre eles, mas também promove sua inclusão social em diversos aspectos (Gimenez, 2020).

Em todo o mundo, existem várias comunidades surdas que desenvolvem suas próprias línguas de sinais, cada uma com suas próprias regras distintas. Isso significa que não há uma padronização universal de sinais que permita uma comunicação única. A LIBRAS é uma dessas formas variadas, que tem suas raízes na língua de sinais francesa (Gimenez, 2020).

2.1 O alfabeto manual

Outra característica das línguas de sinais é a utilização frequente da datilologia (alfabeto manual) para expressar palavras que não possuem sinais próprios, muitas vezes por razões socioculturais. Esse recurso é influenciado pelo constante contato com a língua oral-auditiva, mas não é um elemento gramatical das línguas de sinais (Pereira, 2022). Dessa forma, o alfabeto manual por meio da datilologia, que é a escrita das palavras realizada com as mãos, é empregado para representar nomes de pessoas, locais e outras palavras que não possuem um sinal específico.



Vamos treinar o ALFABETO MANUAL para desenvolvermos a fluência na escrita manual, a datilologia!



2.2 Os numerais

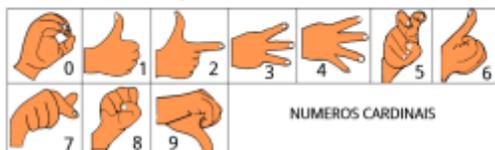


Assim como ocorre em diversas línguas, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) apresenta diferentes formas para expressar numerais em contextos como cardinais, quantidade, ordinais, medida, idade, dias da semana, meses, horas e valores monetários. É incorreto utilizar a mesma configuração de mão para o numeral cardinal em contextos onde o numeral é ordinal ou representa uma quantidade. Por exemplo, o numeral cardinal "1" é diferente da quantidade "1", que por sua vez é diferente do numeral ordinal "primeiro" (Felipe e Monteiro, 2006).

Vamos abordar os números cardinais, números que expressam quantidade e números ordinais.

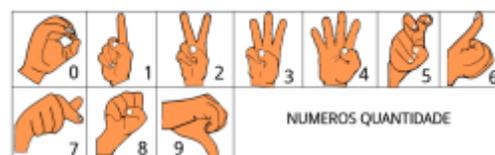
1. Números cardinais

Número Cardinal é utilizado em diversas situações, como número de telefone, número da caixa postal, número da residência, número da conta bancária, entre outros exemplos.



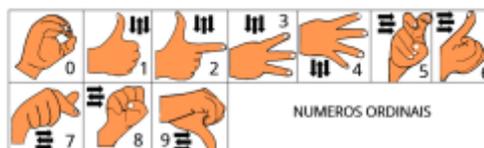
2. Números quantidade

Existem variações na forma como são configuradas as mãos e posicionados os números de 1 a 4. Por exemplo, ao contar a quantidade de canetas na mesa, o número de pessoas presentes, ou a quantidade de ônibus, entre outros casos.



3. Números ordinais

Conforme Felipe e Monteiro (2008), os numerais ordinais do primeiro ao nono **possuem a mesma forma que os cardinais**, porém são acompanhados de movimentos. Os ordinais **do primeiro ao quarto têm movimentos verticais**, enquanto os **do quinto ao nono têm movimentos horizontais**. A partir do numeral dez, não há mais distinção entre os numerais cardinais e ordinais.



2.3 Noções sobre a estrutura da Libras



A Língua Brasileira de Sinais (Libras) possui uma estrutura gramatical baseada em parâmetros que organizam sua formação nos diversos níveis linguísticos. As palavras em LIBRAS são construídas a partir de unidades mínimas distintivas, análogas aos fonemas das línguas faladas. Essas unidades são em número finito e reduzido, seguindo o princípio de economia, e combinam-se para criar um número infinito de formas ou sinais. Este conceito parte da ideia de que cada língua possui um conjunto definido de unidades mínimas cuja função é distinguir significados entre diferentes sinais (Quadros e Karnopp, 2004).

Parâmetros da Libras

Consoante mencionado pelas autoras, a Libras possui cinco parâmetros, descrito desta maneira:

1. Configuração de mãos;
2. Ponto de articulação;
3. Movimento;
4. Orientação/Direcionalidade;
5. Expressão facial/corporal

1. Configuração das mãos: São diferentes formas assumidas pelas mãos, incluindo aquelas usadas na datilografia (alfabeto manual) e outras realizadas pela mão dominante (a direita para os destros), ou ainda por ambas as mãos do emissor ou sinalizador.



Por exemplo, os sinais **aprender** e **sábado** compartilham a mesma configuração de mão.



Aprender



Sábado

2. Ponto de articulação: Refere-se ao local onde a mão predominante configurada é posicionada, podendo esta tocar alguma parte do corpo ou estar em um espaço neutro vertical (do meio do corpo até a cabeça) e horizontal (à frente do emissor). Por exemplo, os sinais **"Aprender"** e **"Sábado"** são realizados em pontos diferentes.



Aprender



Sábado

3. Movimento: Alguns sinais podem envolver movimento, enquanto outros não.



Trabalhar

O sinal **"Trabalhar"** é caracterizado pelos movimentos alternado das mãos para frente e para trás, diante do

O sinal **"Calar"** não tem movimento, a mão fica na frente da boca



Calar



Em-pé

O sinal **"Em-pé"** não tem movimento, conforme a imagem

4. Orientação/direcionalidade: se refere à posição da palma da mão, que pode estar voltada para **cima** ou para **baixo**, para a **esquerda** ou para a **direita**, em direção ao **receptor** ou ao **emissor**. A **direcionalidade** indica o ponto de partida do sinal.



Mulher

No sinal **"Mulher"** a configuração da mão é em **"A"** com a palma voltada para baixo e a direção do movimento é de cima para baixo, conforme a imagem.

No sinal **"Surdo"** a configuração da mão é em **"1 quantidade"** com a palma voltada para a lateral do rosto (início) e finaliza com a palma voltada para o peito. Direção do movimento é de cima para baixo (em arco), conforme a imagem.



Surdo

5. Expressão facial e/ou corporal

Além dos quatro parâmetros mencionados anteriormente, muitos sinais também incluem **expressões faciais e/ou corporais distintas** em sua configuração, como os sinais que representam estados emocionais como alegria, tristeza, espanto etc....



Gritar

Na representação do sinal **"Gritar"**, a expressão facial enfatiza se o grito é intenso ou suave, aumentando a ênfase do sinal.

No sinal **"Preocupar"**, a expressão facial e a intensidade do movimento das mãos aumentam a ênfase do sinal, indicando o grau de preocupação, seja ele muito intenso ou leve.



Preocupar

2.4 Vocabulários básicos



A linguagem natural que uma criança surda inicialmente desenvolve é formada de forma espontânea, utilizando sinais pessoais ou internos que são comuns no seu ambiente familiar. Muitas vezes, esse ambiente é composto por pais e familiares ouvintes, os quais frequentemente enfrentam dificuldades em adotar ou integrar a Língua Brasileira de Sinais (Libras) na comunicação diária com a pessoa surda. Esse tipo de comunicação, baseada em sinais improvisados ou internos ao meio familiar do surdo, também é observado em adultos, jovens e adolescentes que se tornam surdos ao longo da vida (Moura, et al.)

Os **"vocabulários básicos"** na Língua Brasileira de Sinais (Libras) são conjuntos de sinais essenciais para iniciar a comunicação nessa língua. Eles abrangem cumprimentos, números, cores, objetos cotidianos, ações verbais, meses do ano e outros conceitos fundamentais. Aprofundar o domínio desses vocabulários é importante para desenvolver fluência em Libras, pois são a base essencial para expandir o conhecimento linguístico nessa forma de comunicação visual e gestual.



a) Saudações e cumprimentos

Quando iniciamos uma conversa com alguém, buscamos formas de nos comunicar, e um dos aspectos fundamentais é cumprimentar a pessoa. Isso não apenas reconhece a sua presença, mas também estabelece um começo positivo para a interação social. Na Língua Brasileira de Sinais (Libras), esse processo também ocorre, com sinais específicos que ajudam a fortalecer os laços sociais e a criar um ambiente acolhedor e amigável.

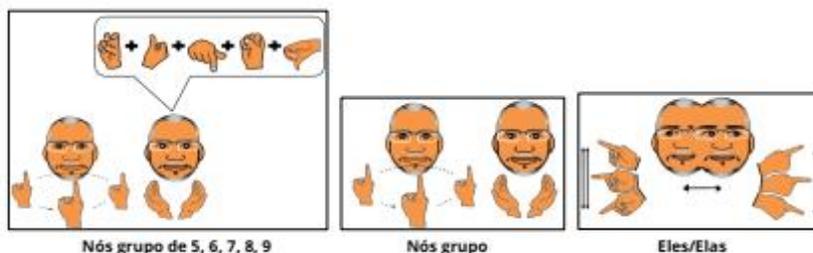


b) Pronomes pessoais

Segundo Silva et al., 2008, na Língua Brasileira de Sinais, há também um sistema para representar pessoas no discurso, incluindo um sistema pronominal. Para isso, são utilizadas **diferentes configurações de mão**. No **singular**, todas as representações têm a mesma configuração, variando apenas a orientação.

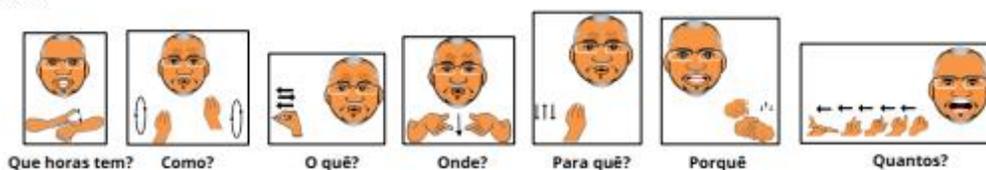
No **plural**, a **configuração de mão varia** conforme o número de participantes, e a orientação também varia dependendo da pessoa no discurso.





c) Expressões interrogativas

Na Língua Brasileira de Sinais (Libras), assim como na língua falada ou escrita, uma expressão interrogativa é usada para questionar ou expressar incerteza. Essa construção se caracteriza pelo uso de sinais específicos, correspondentes às palavras interrogativas como "quem", "o quê", "onde", "quando", "por que" e "como". Logo, quando uma pergunta é feita em Libras, a expressão facial desempenha um papel relevante. Portanto, é essencial que a pessoa franza ligeiramente as sobrancelhas e incline a cabeça para trás ou para cima.

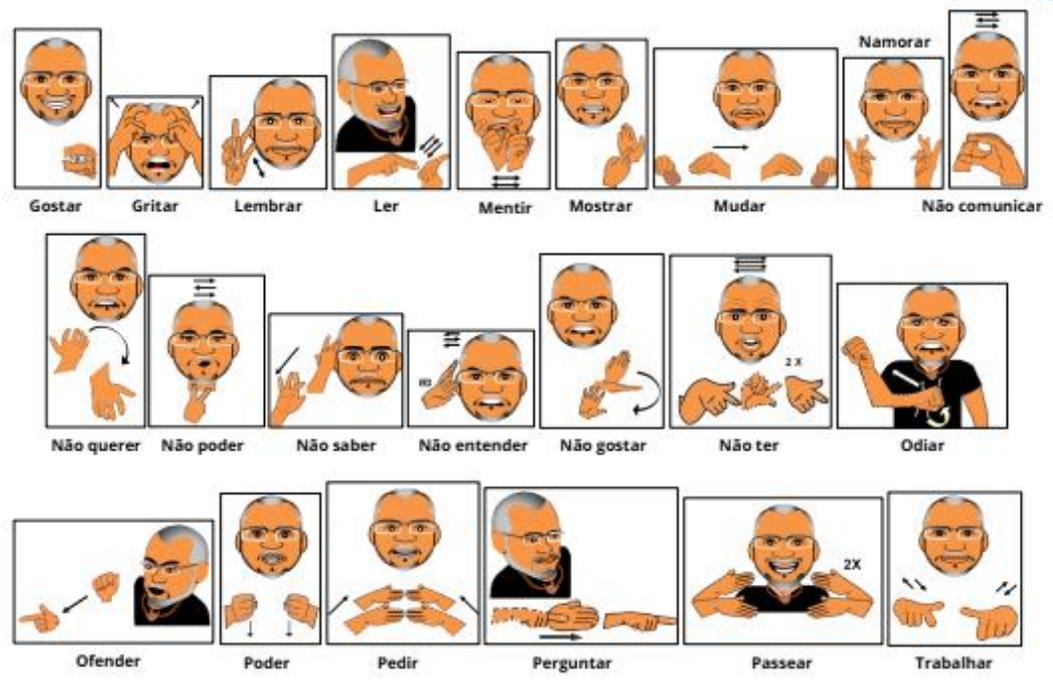
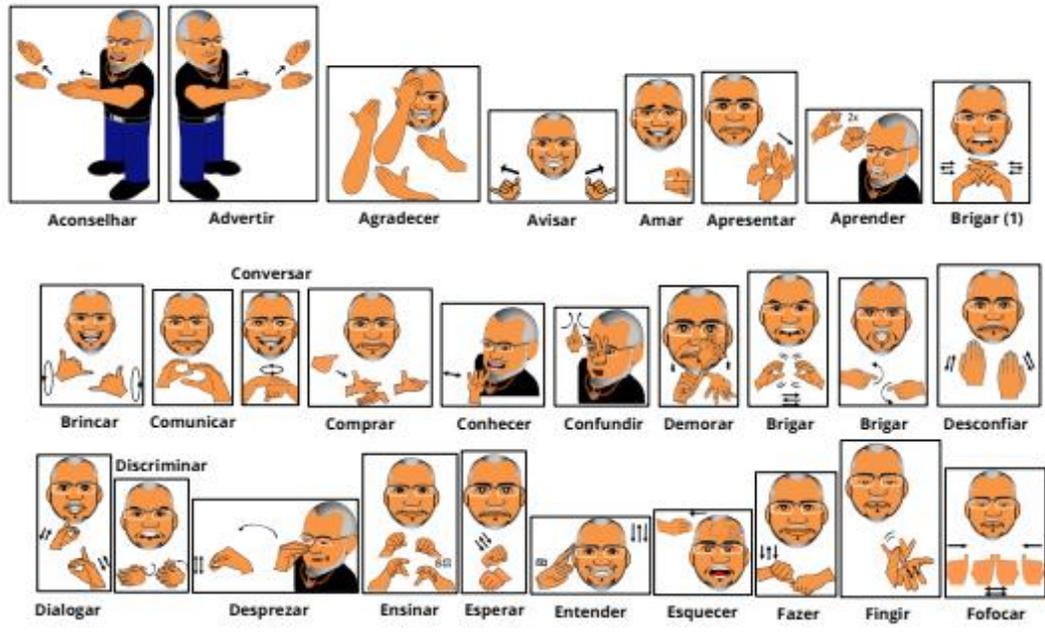


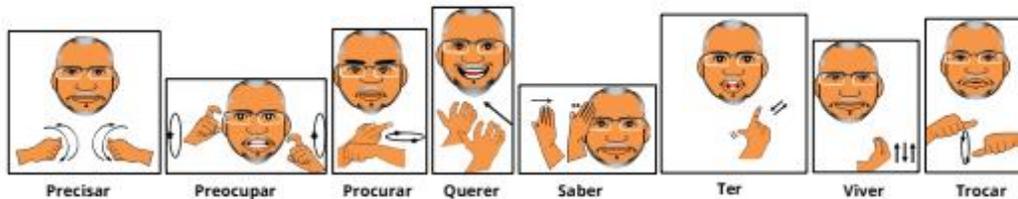
d) Verbos

Os verbos têm várias funções nos idiomas, sendo essenciais para comunicar ações, estados, processos e relações entre elementos. Eles são indispensáveis para formar frases completas, marcar tempo, modo, aspecto e concordância verbal, e também para expressar pensamentos, desejos, sentimentos e experiências. "Verbo é a classe de palavras que exprime um fato, localizando-o no tempo. Geralmente, exprime ideia de ação, estado ou fenômeno, mas também pode expressar outros tipos de fatos (Perez, [s.d.]).

Contudo, nas línguas de sinais, embora mantenham a mesma essência, são utilizadas de maneira visual-espacial, usando as mãos para comunicação. Segundo Padden (1988), os verbos na língua de sinais são categorizados em três grupos diferentes: verbos simples, verbos com marcação de sujeito e verbos espaciais ou manuais.



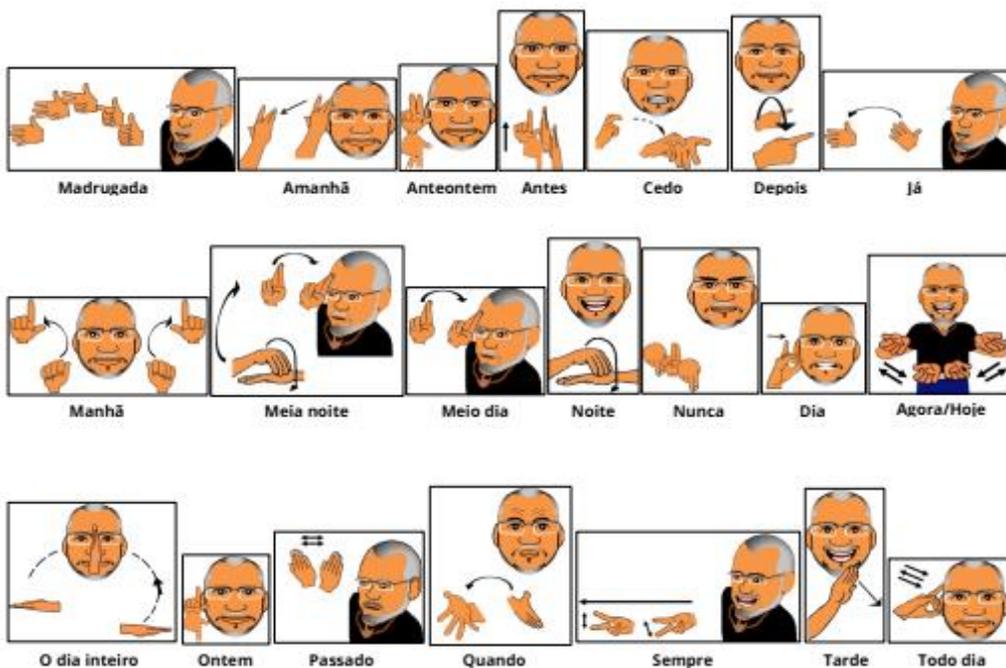




e) Advérbios de tempo



Em Libras, não há conjugação verbal que indique tempo, sendo os verbos frequentemente utilizados no infinitivo dentro da frase. A marcação temporal é realizada sintaticamente por meio de advérbios de tempo, como "hoje" e "agora", para indicar ações presentes; "ontem" e "anteontem", para passado; ou "amanhã", para futuro. Por isso, é comum que esses advérbios iniciem a frase, embora também possam ser colocados no final da sentença (Felipe, 2006).



f) **Calendário: dias da semana, meses do ano, horas (duração período de tempo) e horas (contexto de tempo)**

Um calendário é um sistema estruturado que divide o tempo em dias, semanas, meses e anos, oferecendo uma forma de organizar os compromissos, eventos e atividades pessoais ao longo de um período definido. Na Língua Brasileira de Sinais (Libras), que utiliza a comunicação visual-espacial, o calendário segue padrões adaptados para essa modalidade linguística e alguns meses são representados por sinais que simbolizam características associadas a eles, enquanto outros são representados por meio da escrita manual, atendendo às necessidades específicas de comunicação



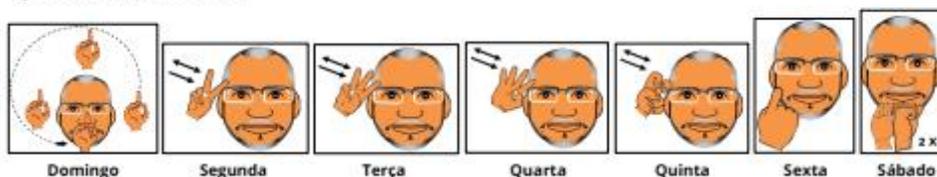
Calendário

Dias da semana

Meses do ano



1) **Dias da semana**



Domingo

Segunda

Terça

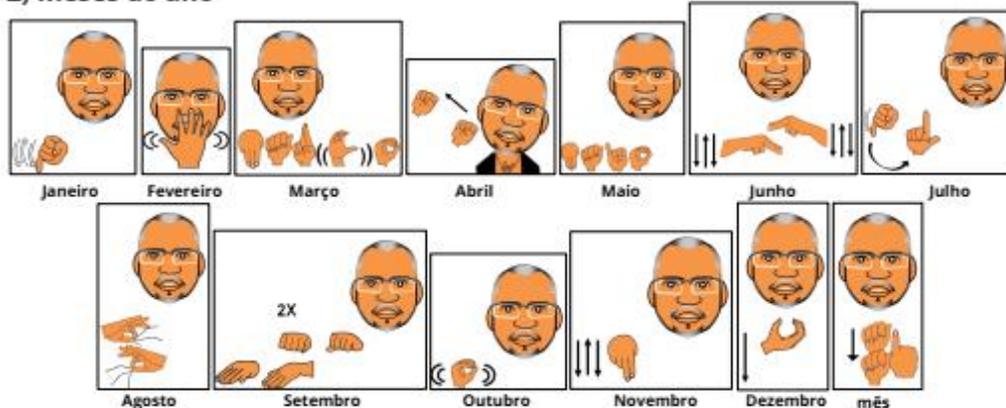
Quarta

Quinta

Sexta

Sábado

2) **meses do ano**



Janeiro

Fevereiro

Março

Abril

Maio

Junho

Julho

Agosto

Setembro

Outubro

Novembro

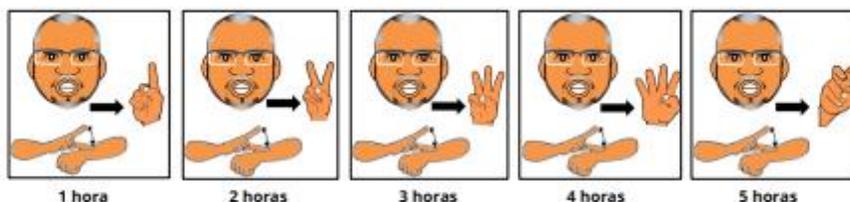
Dezembro

mês

3) horas (duração período de tempo)



4) horas (contexto de tempo)

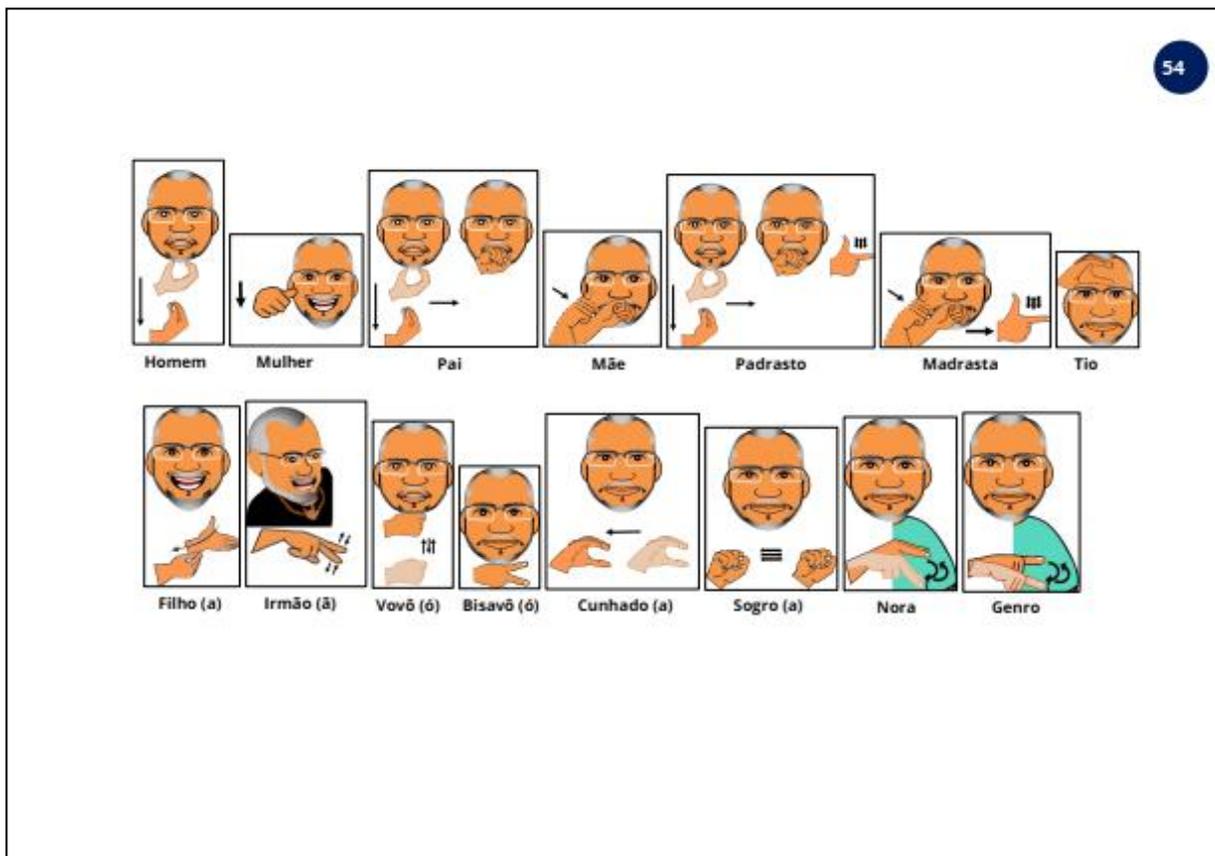


g) Família

A família é um grupo de pessoas ligadas por laços afetivos, parentesco biológico ou vínculos legalmente reconhecidos, e é a unidade básica da sociedade, formada por pais, filhos, irmãos, avós, tios, primos e outros parentes próximos e, linguisticamente falando, as pessoas ouvintes escutam o som da pronúncia de cada vocabulário que representa o tema família, porém, na linguagem visual da Libras, há sinais específicos que representam essas relações familiares ou graus de parentesco. Dessa forma, na comunidade surda, há interações que envolvem situações familiares, tal como ocorre em outras línguas auditivas, utilizadas para esse propósito. Assim, a Libras facilita a comunicação sobre diversos aspectos do cotidiano das pessoas que a utilizam.



Designed by Freepik



h) Estado civil

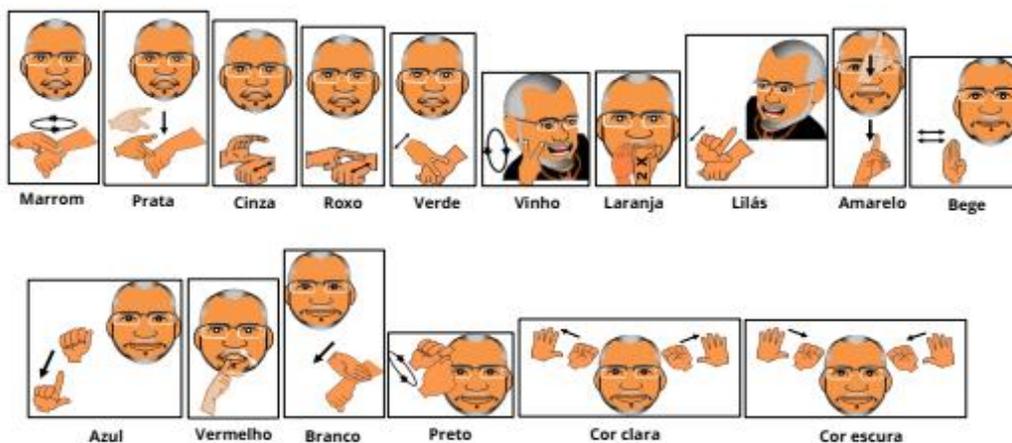
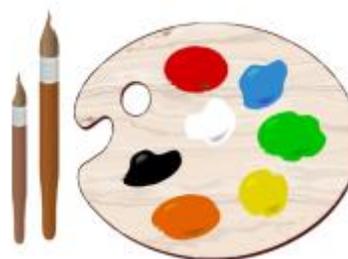


O estado civil de uma pessoa diz respeito à sua condição legal e social em relação ao casamento ou união estável. Isso indica se a pessoa é solteira, casada, divorciada, viúva ou em união estável reconhecida, conforme determinado pelas leis do país. Na língua de sinais, existem sinais específicos que representam esses estados civis, logo, é importante observar que, em LIBRAS, a distinção de gênero pode ser indicada por sinais diferentes para palavras como "nora/genro", enquanto para palavras como "tio/tia", o gênero é indicado acrescentando os sinais "homem" ou "mulher".



i) Cores

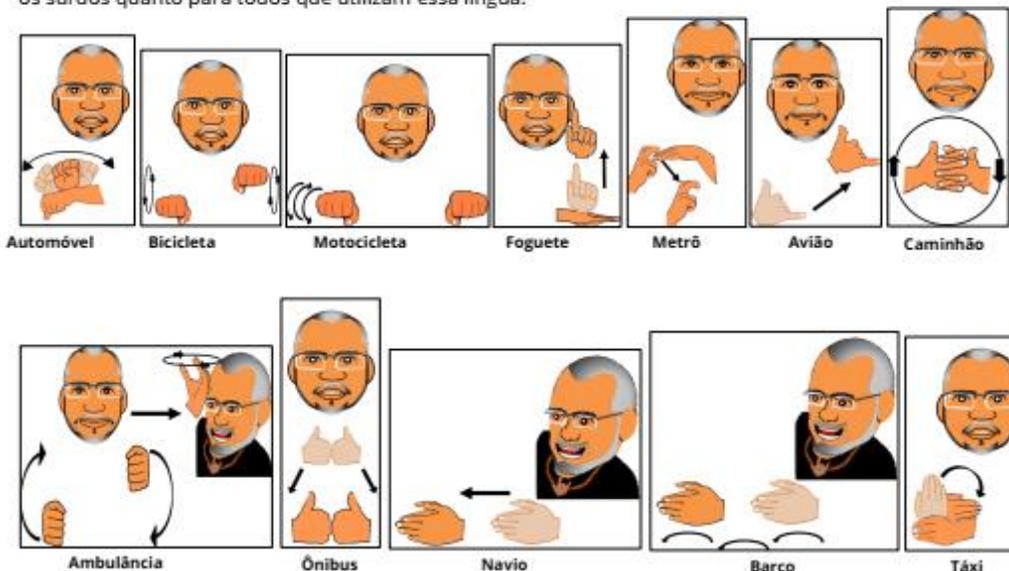
As cores desempenham um papel essencial na nossa percepção visual, exercendo uma influência significativa em nossa vida e na forma como compreendemos o mundo ao nosso redor. Dessa maneira, sua representação visual é importante para que a comunicação em Libras possa incorporar esses sinais em diálogos que exigem seu uso.



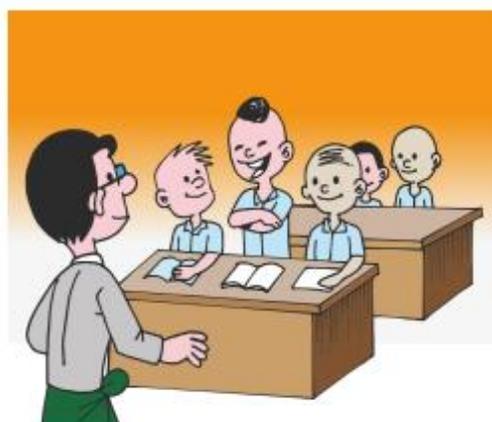
j) Meios de transportes

Meios de transporte são métodos ou veículos usados para transferir pessoas, animais ou mercadorias de um lugar a outro. Eles são fundamentais para a mobilidade e para a economia, promovendo o acesso a diferentes locais e a distribuição de produtos. Da mesma forma que nas línguas orais auditivas, os

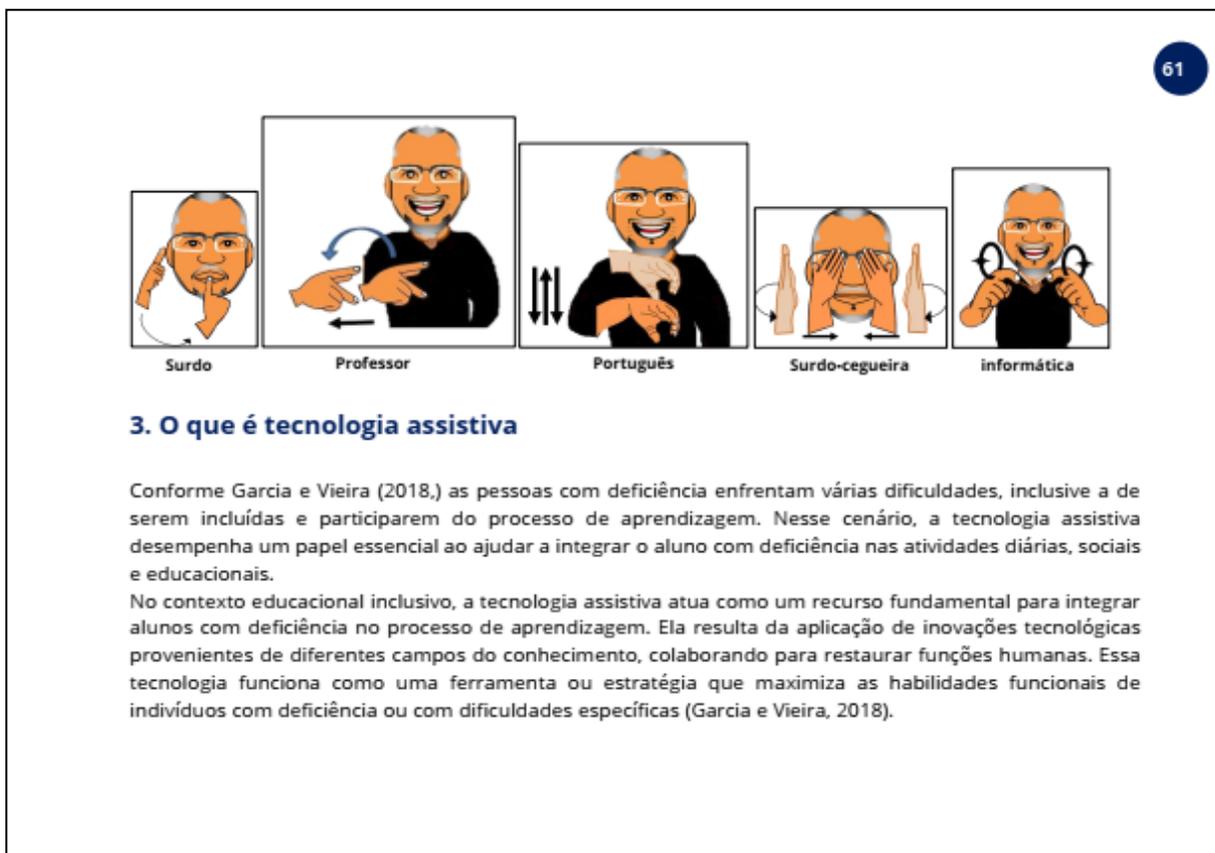
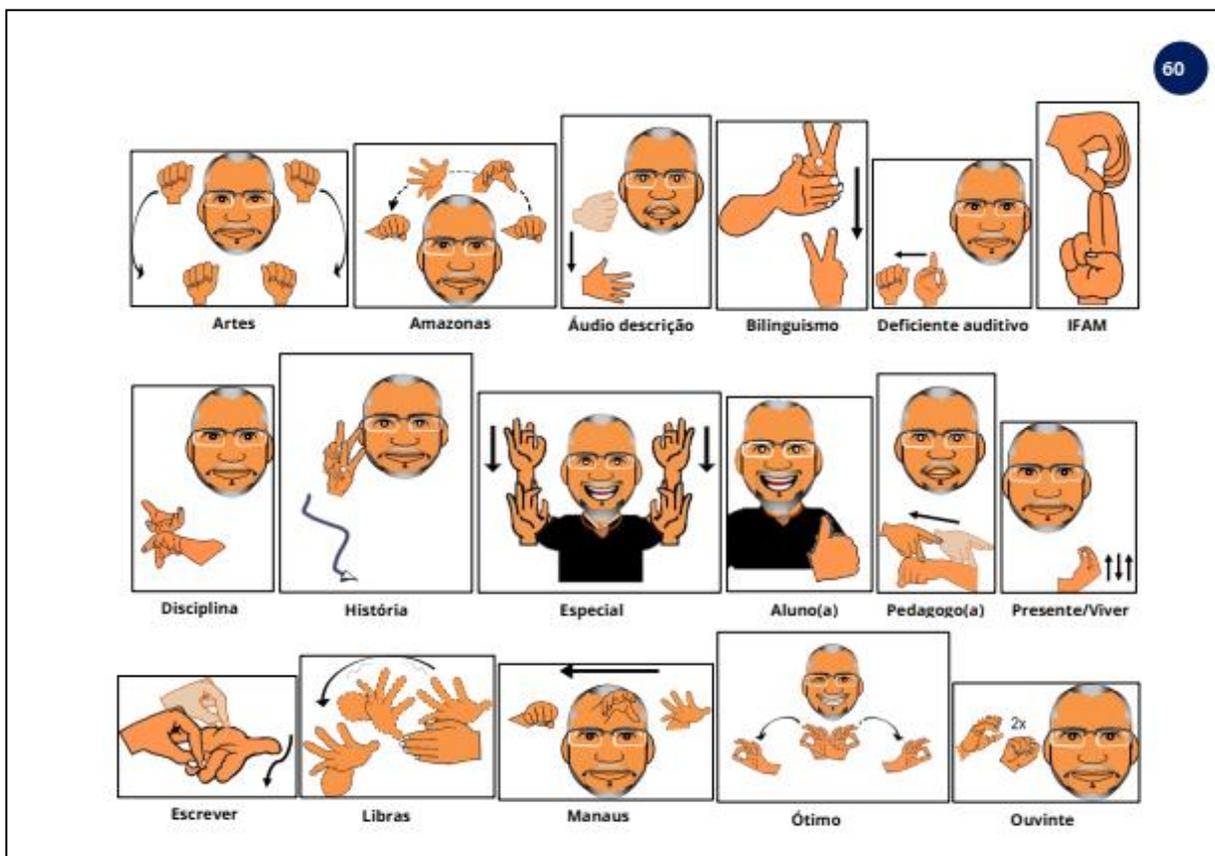
transportes também são representados por sinais visuais em Libras, o que facilita a comunicação tanto para os surdos quanto para todos que utilizam essa língua.



k) Sinais escolares e sinais variados



Assim como na língua portuguesa há termos específicos usados no ambiente escolar, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) também possui sinais específicos para esses termos. Esses sinais são essenciais para facilitar a comunicação entre os usuários de Libras, especialmente para que as pessoas surdas possam identificar pessoas e objetos que fazem parte do contexto escolar.



3.1 O uso de tecnologia assistiva para surdos



Tecnologia Assistiva é um conceito relativamente recente. De acordo com Silva (2012), refere-se a apoios, equipamentos, serviços, estratégias e práticas criados e implementados para reduzir as dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiências. Desse modo, a Tecnologia Assistiva tem como objetivo promover a autonomia das pessoas com deficiência. No caso das pessoas surdas, esse objetivo também se mantém e aumentam a sua capacidade, promovendo maior independência, qualidade de vida e inclusão tanto na sociedade quanto no mercado de trabalho.

O que é tecnologia assistiva?



Fonte: guia de rodas

O termo *assistive technology*, ou tecnologia assistiva, na tradução para o português, foi criado em 1988 e é um importante elemento jurídico da legislação norte-americana, conhecida como *Public Law 100-407*, que compõe, com outras leis, o *American with Disabilities Act (ADA)*.

De acordo com o conceito do Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), a tecnologia assistiva “é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar,

que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida”.

Para facilitar a organização dessa área de conhecimento e a promoção de políticas públicas, ela foi classificada em 11 categorias diferentes:

1. auxílios para a vida diária e prática;
2. comunicação alternativa ou aumentada (CAA);
3. recursos de acessibilidade ao computador;
4. sistemas de controle do ambiente;
5. projetos arquitetônicos para acessibilidade;
6. órteses e próteses;
7. adequação postural;
8. auxílios de mobilidade;
9. auxílios para cegos ou para pessoas com visão subnormal;
10. auxílios para pessoas com surdez ou déficit auditivo;
11. adaptações em veículos.

A tecnologia assistiva foi instituída como política pública no Brasil somente em 16 de novembro de 2006, pela portaria nº 142 do Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), estabelecido pelo Decreto nº 5296,

no âmbito da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Fonte: guia de rodas.com

3.2 Aplicativos e ferramentas de tradução que facilitam a comunicação



A tecnologia assistiva desempenha um papel fundamental na superação de desafios enfrentados por pessoas surdas, especialmente no campo da comunicação, permitindo-lhes uma participação mais plena na sociedade. Dessa forma, essas tecnologias ampliam as habilidades das pessoas surdas, promovendo maior independência, qualidade de vida e inclusão tanto na sociedade quanto no mercado de trabalho.

VLibras

O VLibras é um conjunto de ferramentas gratuitas e de código aberto que traduz automaticamente conteúdos digitais, nos formatos de texto, áudio e vídeo, em português para a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Ele torna a web mais acessível para as pessoas surdas e pode ser usado em computadores, smartphones e tablets.

Dentre as ferramentas do VLibras, destaca-se a WikiLibras, plataforma colaborativa que permite aos usuários sugerir novos sinais da Libras, corrigir sinais existentes e revisar a tradução de frases.

O VLibras é resultado de uma parceria entre o Ministério da Economia (ME), por meio da Secretaria de Governo Digital (SGD), e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com a participação do Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital (LAVID).





Lembre-se: o VLibras não substitui um intérprete humano, não recomendamos sua utilização substitutiva em cursos, aulas, seminários, audiências, propagandas eleitorais, produções audiovisuais, anúncios ou situações similares na internet, na televisão ou mesmo presenciais.



Central de Intermediação de Comunicação (CIC)

É a central responsável pela intermediação de comunicação telefônica entre pessoas com deficiência auditiva ou da fala e demais usuários dos serviços de telecomunicações. O código de acesso a ser utilizado pelas operadoras de telecomunicações para disponibilizar o acesso à CIC é o número 142.

A obrigação de intermediar a comunicação telefônica com o uso da CIC exige que, pelo menos, um dos usuários esteja utilizando um terminal adaptado para pessoas com deficiência auditiva ou da fala e será realizada da seguinte maneira:

Transmitindo mensagem de texto do usuário com deficiência auditiva ou da fala por meio da voz, de forma compreensível, para o usuário que não possui deficiência auditiva ou da fala;

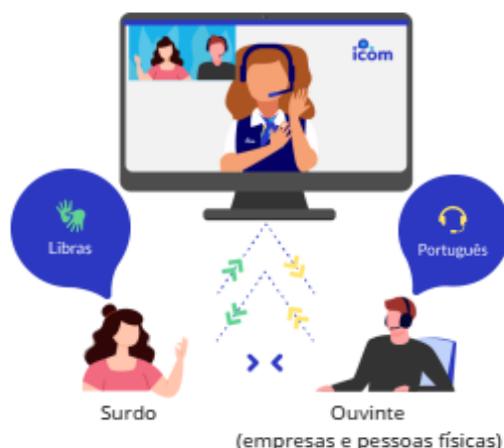
Transmitindo mensagens de voz do usuário que não possui deficiência auditiva ou da fala por meio de texto, de forma compreensível, para o usuário com deficiência auditiva ou da fala;

Transmitindo a mensagem de texto do usuário com deficiência auditiva ou da fala por meio de texto, de forma compreensível, para outro usuário com deficiência auditiva ou da fala. A Central CIC 142 funciona 24 horas, 7 dias por semana e todas as operadoras de Telefonia Fixa e Móvel já possuem CIC.

ICOM

O ICOM é uma ferramenta que facilita a inclusão de surdos, por meio de uma central de Libras que oferece tradução simultânea, em tempo real, 24 horas por dia. Ele é um recurso de acessibilidade tanto para empresas que querem se conectar com o cidadão surdo como para aquelas que têm pessoas surdas em seu quadro de funcionários. A ferramenta é on-line, de uso simples e intuitivo, e pode ser acessada via aplicativo, link e QR code de um celular, tablet ou computador.

Central de intérpretes



Hand Talk

O que é acessibilidade para surdos?

"Tecnologia Assistiva" é um termo que descreve as ferramentas de acessibilidade projetadas para facilitar o dia a dia das pessoas com deficiência. No contexto dos surdos, a acessibilidade visa proporcionar maior autonomia e liberdade, promovendo uma inclusão justa e equitativa na sociedade. Por exemplo, para garantir que uma pessoa surda possa assistir a um vídeo, é necessário incluir legendas e um intérprete de Libras, para que ela possa acessar a informação transmitida por áudio. Apenas adicionar legendas não torna o vídeo completamente acessível, pois é importante considerar a diversidade dentro da comunidade surda; algumas pessoas podem não estar alfabetizadas em português e preferem receber o conteúdo em Libras, enquanto outras podem não usar Libras e preferir as legendas. Portanto, a acessibilidade para surdos deve ser abordada de maneira ampla, levando em conta toda a diversidade da comunidade e respeitando sua cultura e individualidade (Gala [s.d]).

O Hand Talk

Ferramenta para dispositivos móveis que faz uso de um personagem para converter textos, imagens e áudio para Libras. É possível, inclusive, tirar a foto de uma placa e pedir para traduzi-la. O projeto, desenvolvido em Alagoas, ganhou o World Summit Award Mobile, uma competição bianual promovida pela ONU que reconhece aplicativos de relevância para a humanidade. Fonte: SIBI - UFRJ

O Hand Talk App é uma solução em acessibilidade que, também com a ajuda dos simpáticos tradutores virtuais Hugo e Maya, realiza a tradução de textos e áudios do Português para a Libras e do Inglês para ASL (Língua de Sinais Americana). Além disso, ainda funciona como um dicionário de bolso e possui vídeos educativos para quem deseja começar a aprender a língua. Por que a legenda não é suficiente para surdos? As pessoas surdas ou com deficiência auditiva que se comunicam com as Línguas de Sinais, muitas vezes não são fluentes nas línguas escritas e então, as legendas não contemplam a acessibilidade necessária para elas, o correto é contar com intérprete de Libras para traduzir os vídeos (Gala [s.d]).



Aplicativos inclusivos são criados para acomodar uma variedade de necessidades e habilidades dos usuários, assegurando que pessoas com diferentes deficiências ou limitações possam utilizá-los de maneira eficaz. Para os deficientes auditivos, esses aplicativos oferecem uma contribuição significativa para a acessibilidade na comunicação, incluindo funcionalidades como legendas e traduções em Libras. Além disso, no Dia Nacional do Surdo, o Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ – SIBI, destacou uma seção em seu site com informações sobre aplicativos que ajudam na comunicação de pessoas surdas. Esses recursos foram disponibilizados para que professores, alunos, pesquisadores e o público em geral interessados no tema pudessem conhecê-los.

O dia 26 de setembro tem como propósito promover a reflexão e o debate sobre os direitos e a inclusão das pessoas surdas na sociedade. Para enriquecer as discussões sobre esse assunto, o Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ, realizou um levantamento de aplicativos que facilitam a comunicação para pessoas surdas. Para mais detalhes, basta apontar a câmera do celular para o [QR CODE](#) e acessar as informações.



Sistema de Bibliotecas e Informação – SIBI/UFRJ

3.3 Aspectos práticos, vantagens e desvantagens

Os avanços tecnológicos estão tornando as atividades humanas mais simples e práticas, levando as pessoas a buscar constantemente essas alternativas em um mundo que é cada vez mais dinâmico, especialmente no que diz respeito à comunicação social. Nesse contexto, surdos e interessados em Libras utilizam tecnologias que facilitam a interação em língua de sinais, ajudando-os a se manterem conectados com a comunidade. No entanto, devido à natureza visual e espacial da Libras, a complexidade linguística dessa língua torna difícil sua completa integração e potencialização em programas ou aplicativos específicos.

O aplicativo **Hand Talk** traduz textos ou áudios em português para Libras da seguinte maneira: o usuário digita o texto ou fala para os avatares de tradução, que então convertem a informação para a língua de sinais selecionada, seja Libras (Língua Brasileira de Sinais) ou ASL (Língua de Sinais Americana). Além disso, o Hand Talk disponibiliza um dicionário abrangente com milhares de sinais organizados por temas, o que pode ser útil para auxiliar nas atividades em Libras em um ambiente educacional.





O **VLibras** traduz conteúdos digitais, como textos, áudios e vídeos, do Português para Libras de maneira direta e eficiente, visando tornar computadores, celulares e plataformas web acessíveis para a comunicação em Libras. O aplicativo realiza a tradução por meio de um avatar que aparece quando o usuário clica em um ícone com duas mãos azuis e a mensagem "acessível em Libras". Após isso, o usuário posiciona um cursor virtual sobre o texto desejado, e a tradução é efetuada.

A **Central de Intermediação de Comunicação (CIC)** é facilitada pela plataforma chamada **Central de Libras**, que possibilita realizar vídeo chamadas em Libras com a assistência de intérpretes humanos. No entanto, a Central de Libras, por ser um aplicativo destinado exclusivamente aos surdos brasileiros, não oferece a opção de escolher outros idiomas, já que é projetada para utilizar apenas a Libras. Plataforma para acesso à Central de Intermediação de Comunicação para videochamadas em LIBRAS para usuários com deficiência auditiva. Esse APP está disponível para as operadoras Algar Celular, Oi, Sercomtel Celular, TIM e Vivo. Demais operadoras, favor contatá-las para obtenção de informações. Fonte: Central de Libras



Os aplicativos de tradução, como o próprio nome sugere, apenas traduzem sinais com base nos dados armazenados no aplicativo. Isso significa que eles não interpretam situações que exigem o uso de figuras de linguagem; em vez disso, eles traduzem literalmente o que está sendo dito, sem captar o sentido completo do enunciado. Além disso, sinais específicos de certas regiões podem não estar totalmente disponíveis no

aplicativo, e como é um avatar, ele raramente consegue reproduzir as expressões faciais e corporais associadas a alguns sinais, outra observação é a seguinte, quando um sinal não está na memória do aplicativo, ele é apresentado através da datilografia, que é a escrita manual dos sinais usando as mãos no formato do alfabeto manual. Apesar dessas limitações, esses aplicativos podem ser úteis para a compreensão da Libras, desde que o professor ou instrutor de Libras informe aos alunos sobre essas características. É importante ressaltar que esses aplicativos e programas não substituem o trabalho dos profissionais que interpretam ou traduzem a Libras para seu público específico. A interpretação das nuances e subjetividades de um idioma não pode ser substituída por traduções baseadas em bancos de dados criados por humanos.

Considerações finais

Sob a perspectiva de uma educação voltada para a inclusão dos discentes surdos, as escolas regulares, com o apoio dos profissionais da educação e da comunidade escolar, precisam reconsiderar suas ações, políticas, propostas e práticas pedagógicas. Entretanto, como é possível realizar isso sem uma formação adequada ou uma compreensão prévia das necessidades específicas que serão atendidas? A legislação assegura a inclusão dos discentes surdos, mas como garantir que sejam implementadas ações que garantam a continuidade e o sucesso desse processo a longo prazo?

Dessa forma, frente a esse desafio, o Manual de Comunicação em Libras: olhos que veem e mãos que falam surge como uma proposta para fornecer à comunidade escolar recursos sobre a comunicação em Libras, destacando os aspectos culturais dessa língua visual. O manual também busca oferecer informações essenciais e conhecimentos fundamentais sobre o processo de comunicação utilizado pelos discentes

surdos. Com isso, explora conceitos relacionados à inclusão, promovendo uma compreensão mais ampla sobre a realidade dos discentes surdos e da comunidade escolar, e inclui todos os profissionais da escola que, ao interagir com esses alunos, também precisam estar familiarizados com esses conhecimentos.

Esperamos que os temas discutidos ofereçam uma contribuição significativa para o entendimento sobre o atendimento e acompanhamento adequado dos discentes surdos no contexto do ensino médio integrado no IFAM - Campus Manaus Centro. Desejamos que as informações contidas no manual sejam valorizadas e aplicadas nas salas de aula, bem como na comunidade escolar e por todos que tiverem acesso a este material.

Destacamos que o manual não é uma solução completa para garantir a eficácia da educação de surdos nas escolas regulares, já que adequações, acessibilidade e adaptações são fundamentais e precisam ser implementadas. No entanto, acreditamos que ele pode ser um ponto de partida valioso para a construção de uma inclusão real para os discentes surdos, oferecendo esclarecimentos, atividades práticas e conscientização que servirão de base para futuros manuais, propostas e planos que podem ter um impacto positivo no processo inclusivo. Esperamos que as instituições de ensino que tenham acesso ao manual possam desenvolver ações efetivas com o envolvimento de toda a comunidade escolar, promovendo uma verdadeira inclusão dos discentes surdos em seus ambientes educacionais.

Referências

BRITO, Lucinda F. et al. Secretaria de Educação Especial Língua Brasileira de Sinais. Brasília: SEESP, 1997.

CARVALHO, N. S. A.; SILVA, C. A. F. Educação inclusiva para surdos. Revista Virtual de Cultura Surda, Rio de Janeiro, n. 13, p. 1-25, 2014.

CENTRAL DE INTERMEDIÇÃO DE COMUNICAÇÃO – CIC. Disponível em: <https://www2.sercomtel.com.br/institucional/cic>. Acesso em: 05 ago. 2024.

CENTRAL DE LIBRAS. Disponível em: https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.bolha.centrallibras&hl=pt_BR. Acesso em: 07 ago. 2024.

CÍCERO MARIANO DO NASCIMENTO; GILVANEIA PINTO DE OLIVEIRA ALMEIDA; ROMÁRIO CONCEIÇÃO FREITAS SANTOS. Inclusão de Libras na educação básica: aspectos e desafios.

CRISTIANO, Almir. O que é Surdez? Disponível em: <https://www.libras.com.br/o-que-e-surdez>. Acesso em: 02 jul. 2024.

FELIPE, Tanya A.; MONTEIRO, Myrna Salerno. Libras em contexto: curso básico: livro do professor. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. 6. ed. 448 p.: il.

GALA, Ana Sofia. Acessibilidade para surdos: o que é, qual a importância e recursos. Disponível em: <https://www.handtalk.me/br/blog/acessibilidade-em-videos-para-surdos/>. Acesso em: 06 ago. 2024.

GIMENEZ, Katia Valentina Escobar. Libras: o direito à comunicação. Anais do Congresso de Pesquisas em Linguística e Literatura, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 180-186, 2020. Disponível em: <https://anaisonline.uems.br/index.php/CPLI/article/view/6954>. Acesso em: 12 jul. 2024.

GOVERNO DIGITAL. Acessibilidade e usuário - VLibras. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/acessibilidade-e-usuario/vlibras>. Acesso em: 05 ago. 2024.

GUIA DE RODAS. Confira três tecnologias assistivas para pessoas surdas. 03 jan. 2023. Disponível em: <https://guiaderodas.com/confira-tres-tecnologias-assistivas-para-pessoas-surdas/>. Acesso em: 04 ago. 2024.

ICOM. Disponível em: <https://www.icom.app/>. Acesso em: 05 ago. 2024.

MACIEL, Fátima Miliane Silva et al. Desafios nos espaços de atuação de professores de Libras: um relato de experiência em uma sala de AEE. Anais VII CONEDU - Edição Online... Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/68304>. Acesso em: 11 jul. 2024.

MAK, Jessica Kwan Wah. Formação de verbos manuais na Libras. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Paulo, 2021.

MOURA, Mariana do Nascimento et al. Acessibilidade comunicacional dos surdos em esferas sociais. Repositório Universitário da Ânima (RUNA), 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/14387>. Acesso em: 13 jul. 2024.

NAIARA GARCIA, Evelin; DUDEQUE PIANOVSKI VIEIRA, Alboni Marisa. Desafios contemporâneos: o uso da tecnologia assistiva como instrumento facilitador da aprendizagem. Linguagens, Educação e Sociedade, [S. l.], n. 40, p. 269-294, 2018. DOI: 10.26694/les.v1i40.7654. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/1166>. Acesso em: 02 ago. 2024.

PADDEN, Carol. Interação de morfologia e sintaxe na linguagem de sinais americana. Dissertações de destaque em linguística, série IV. Nova York: Garland Press, 1988.

PAULA PFEIFER MOREIRA. 7 coisas que você NÃO SABE sobre LIBRAS e surdos. Disponível em: <https://cronicasdasurdez.com/coisas-sobre-libras/>. Acesso em: 14 jul. 2024.

PEREIRA, Francisca. Desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez: Libras. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 1415-1429, 2022. DOI: 10.51891/rease.v8i3.4712. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/4712>. Acesso em: 12 jul. 2024.

PEREZ, Luana Castro Alves. O que é verbo? Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/portugues/o-que-e-verbo.htm>. Acesso em: 14 jul. 2024.

PORTAL EDUCAÇÃO. História da Educação de Surdos. Disponível em: <https://blog.portaleducacao.com.br/historia-da-educacao-de-surdos/>. Acesso em: 02 jul. 2024.

SIBI – UFRJ. Dia nacional do surdo - Aplicativos que facilitam a comunicação de pessoas surdas. Disponível em: <https://www.sibi.ufrj.br/index.php/inicio/702-dia-nacional-do-surdo-aplicativos-que-facilitam-a-comunicacao-de-pessoas-surdas>. Acesso em: 06 ago. 2024.

SILVA, Fábio Irineu da et al. Aprendendo Libras como segunda língua nível básico - Caderno pedagógico I curso de Libras. 2008. Instituto Federal de Santa Catarina – Palhoça Bilíngue. Disponível em: https://palhoca.ifsc.edu.br/materiais/apostila-libras-basico/Apostila_Libras_Basico_IFSC-Palhoca-Bilingue.pdf.

SILVA, Gilda Pereira da. Tecnologia assistiva como apoio à ação docente. 2012. 86 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2012.

NASCIMENTO, Vinícius. Interpretação da Libras para o português na modalidade oral: considerações dialógicas. Tradução & Comunicação. Revista Brasileira de Tradutores, n. 24, 2012..

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de alunos surdos no ensino médio integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia IFAM CMC representa um desafio em relação à adoção da comunicação em Libras na instituição e isso se deve ao fato de que a Libras é um idioma visual e gestual, totalmente distinto das línguas orais e auditivas. Devido a isso, as preocupações sobre a inclusão de alunos surdos no ensino médio integrado do IFAM CMC geram reflexões sobre como eles se comunicam em ambiente escolar com os alunos ouvintes e outros participantes desse contexto educacional. Assim, investigar como se dá essa interação em Libras torna-se um desafio que esclarece questões sobre a inclusão, uma vez que a comunicação é essencial para esse processo. Nesse sentido, estabelecemos objetivos para responder a essa questão, partindo do princípio de que uma análise mais detalhada da comunicação entre esses alunos contribui para entender melhor essa dinâmica, acompanhada de um forte desejo de compreender os resultados.

Vale destacar que, para compreendermos essa dinâmica, a análise da comunicação cotidiana no ambiente escolar proporciona ao pesquisador uma visão sobre as interações iniciais entre os alunos, permitindo perceber o quanto a comunicação é fundamental para o

ensino e a aprendizagem nesse contexto. No entanto, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), uma forma de comunicação visual e gestual, é pouco utilizada na instituição, e observamos que a equipe técnica que trabalha com os alunos surdos não interage adequadamente com eles. Diante dessa dificuldade, surge a necessidade de criar um material que possa auxiliar esses profissionais, os alunos envolvidos na pesquisa e a comunidade escolar, visando promover essa interação e, conseqüentemente, a inclusão dos alunos surdos no ambiente escolar, uma vez que a comunicação é essencial para as relações humanas.

Durante a pesquisa, ficou evidente que é fundamental que a comunidade escolar abrace essa questão, integrando essa forma de comunicação no dia a dia de todos, como, por exemplo, a adesão a práticas comunicativas mais inclusivas não só facilita a interação entre alunos, professores e funcionários, mas também contribui para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e colaborativo. No entanto, mais investigações nessa área podem ajudar a transformar a realidade dos espaços como portarias, corredores e, principalmente, das salas de aula, onde a comunicação é essencial para o ensino e a aprendizagem.

Outrossim, a colaboração entre professores, pedagogos, intérpretes e funcionários em apoio às questões relacionadas à Libras é essencial para garantir uma comunicação eficaz e inclusiva entre todos os membros da comunidade escolar e, promover treinamentos regulares que conscientizem a todos sobre a importância da inclusão e do respeito à diversidade linguística. Neste sentido, as parcerias com associações de surdos e a participação ativa dos alunos surdos na criação de estratégias pedagógicas podem enriquecer o processo de ensino e fomentar um ambiente escolar que valorize a Libras e a cultura surda beneficiará não apenas os alunos surdos, mas também enriquecerá a formação de todos os estudantes, promovendo uma educação mais inclusiva e diversa.

Acreditamos que, com a disseminação da comunicação em Libras, a tendência é que o ambiente se torne cada vez mais propício à interação e à inclusão e a experiência mostra que, onde há divulgação e materiais acessíveis para consulta e estudo, as chances de sucesso aumentam significativamente, pois, é dessa maneira que se combate a falta de recursos voltados para a comunicação em Libras que limita as oportunidades de aprendizado e inclusão dos alunos surdos. Logo, a disponibilização de um amplo leque de temas relevantes, é possível criar um ambiente educacional que não apenas respeite, mas também valorize a diversidade e a individualidade de cada discente, promovendo um verdadeiro sentido de pertencimento. Isto é, essa mudança não só facilita a comunicação, mas também enriquece a experiência educacional de todos os alunos, fortalecendo a convivência e a colaboração entre diferentes grupos.

Com base nas informações apresentadas e nas descobertas da pesquisa, observamos que a comunicação entre os discentes ouvintes e discentes surdos ocorre de certa maneira, mas é um fenômeno complexo, dependendo de como essa interação se desenvolve, todavia, notamos duas formas de comunicação que resultam em desfechos distintos: a comunicação alternativa tende a excluir, enquanto a comunicação em Libras promove a inclusão e, essa diferença ressalta a importância de criar um ambiente educacional que valorize e integre todos os alunos, independentemente de suas habilidades de comunicação. Percebe-se que, o uso de Libras não é uma prática comum na instituição, conforme evidenciado pelos dados coletados e analisados à luz da ATD, refletindo a realidade do ensino médio integrado no IFAM Campus Manaus Centro, por conseguinte, essa ausência de Libras nas interações diárias limita as oportunidades de aprendizado e socialização dos discentes surdos, fazendo com que muitos se sintam marginalizados.

Neste viés, um dos aspectos que se destacaram ao longo deste trabalho foi a falta de materiais que facilitassem a compreensão da comunicação em Libras, o que limita o aprendizado efetivo dos discentes surdos. Isso resulta na falta de recursos didáticos adequados, o que não só dificulta a assimilação do conteúdo, mas também gera desinteresse pela Libras e pela cultura surda entre os membros da comunidade escolar. Além disso, a necessidade de ajustar as metodologias utilizadas pelos professores em sala de aula é evidente; muitas vezes, as abordagens atuais não atendem às especificidades e às necessidades dos discentes surdos. Neste sentido, é fundamental que os educadores recebam formação adequada e que se desenvolvam estratégias de ensino mais inclusivas, promovendo um ambiente que valorize a diversidade e garanta a participação de todos os estudantes no processo de aprendizagem.

Ademais, promover a conscientização sobre a importância da inclusão e da diversidade é essencial para transformar a cultura escolar e a adoção de práticas que incentivem o uso de Libras não apenas enriquece o ambiente acadêmico, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos os alunos possam participar plenamente e ter suas vozes ouvidas, por isso, é necessário um esforço conjunto de toda a comunidade escolar para superar os desafios existentes e criar um espaço verdadeiramente inclusivo.

Em relação aos discentes surdos, a falta de material em Libras se mostra um grande desafio, pois a dificuldade de comunicação com os demais é um obstáculo significativo e essa barreira não apenas dificulta a compreensão dos conteúdos, mas também afeta a interação social e a construção de relacionamentos com colegas e professores e, os relatos indicam que,

se houvesse material específico para a comunicação em Libras na época, suas dificuldades acadêmicas seriam bem menores, permitindo uma participação mais ativa nas aulas e uma melhor assimilação do conhecimento. Nesse viés, houve casos em que as aulas ocorreram sem a presença de um intérprete de Libras para mediar a comunicação, segundo um dos entrevistados, tal fato, ocorre por um longo período. Essa ausência compromete não só o aprendizado dos discentes surdos, mas também gera sentimento de frustração e isolamento. Por outro lado, com a presença do intérprete, os discentes sentem-se mais incentivados a permanecer em seus estudos na instituição, contrastando com a sensação oposta à ausência desse profissional.

As reflexões em relação à inclusão dos discentes surdos mediante a comunicação em Libras, acendeu uma luz sobre a produção de um material que pudesse ajudar nessa comunicação e com intuito de promover a inclusão dos discentes surdos do ensino médio integrado do IFAM Campus Manaus, desenvolvemos um manual intitulado “Manual de comunicação em Libras: olhos que veem, mãos que falam”. Sendo assim, este recurso está destinado a discentes surdos, discentes ouvintes, professores e demais profissionais do campus, com base nas contribuições dos participantes da pesquisa. Para tanto, esse manual tem o objetivo de ajudar na compreensão da comunicação em Libras entre os discentes ouvintes e os discentes surdos do ensino médio integrado do IFAM CMC, apresentando exemplos práticos de sinais em Libras e orientações sobre como se comportar em situações de comunicação, entre outros temas.

Além disto, é fundamental destacar que este manual representa apenas uma das várias iniciativas para aprimorar a comunicação em Libras e incluir os alunos surdos de forma mais eficaz, no entanto, é necessário que o IFAM Manaus-Centro implemente outras iniciativas, como o planejamento de aulas para turmas que incluam alunos surdos, envolvendo professores, pedagogos e intérpretes; a disponibilização de materiais sobre Libras em diferentes salas e setores da instituição; e a realização de cursos de Libras para alunos e funcionários, entre outras ações. Desse modo, entendemos que a comunicação em Libras entre discentes ouvintes e discentes surdos é um fenômeno complexo e nesta pesquisa, buscamos compreender como se dá a interação comunicativa e sua influência na inclusão dos discentes surdos. Embora o tema não seja novo, ainda necessita de mais estudos e abordagens, principalmente ao observar que a exclusão escolar e social ocorre frequentemente devido à comunicação em um idioma pouco utilizado, logo, a inclusão de discentes surdos é um desafio que abrange muitos aspectos da vida social além da escola.

Portanto, é fundamental buscar a redução desses impactos por meio de uma abordagem cuidadosa e uma comunicação eficaz em Libras, além disso, reconhecer que a colaboração entre todos os setores da instituição, dentro de suas capacidades, pode ser decisiva para diminuir a evasão de alunos surdos. Todavia, precisamos implementar estratégias que promovam a inclusão e a acessibilidade, garantindo que esses estudantes tenham as mesmas oportunidades de aprendizado que seus colegas, também, é importante capacitar professores e funcionários para usar Libras de forma adequada, criando um ambiente educacional que valorize a diversidade e estimule a participação ativa de todos. Existe outro fator que é: Promover atividades que incentivem a interação social e fortaleçam os laços entre os alunos é igualmente essencial, pois isso não apenas facilita a adaptação, mas também contribui para uma comunidade escolar mais coesa e inclusiva.

E concluímos que, ao investir na formação adequada e na sensibilização de toda a comunidade acadêmica, não estaremos apenas ajudando os alunos surdos a completarem sua formação, mas também promovendo um desenvolvimento humano integral necessário a todos. Dessa forma, criaremos um ambiente educacional que respeite e valorize as diferenças, assegurando que cada estudante tenha a oportunidade de atingir seu pleno potencial.

REFERENCIAS

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, IFAM. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2019 - 2023**. Manaus: IFAM, 2019.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, IFAM. **Resolução N.º 31 -Consup/IFAM**. Manaus: IFAM, 2018.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, IFAM. **Resolução N.º 45 -Consup/IFAM**. Manaus: IFAM, 2015. Processo n.º 23443.002422/2015-09 - minuta de atualização do Regimento Interno da Coordenação de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – CAPNE do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, 2023.

20 curiosidades sobre Libras e a comunidade surda - Ame Libras.
<https://amelibras.com.br/20-curiosidades-sobre-libras-e-a-comunidade-surda/>. Acesso em 20/09/2023.

ACHTERBERG, Alana Rodrigues Rigão; SCREMIN, Greice. **Análise textual discursiva em narrativas docentes: uma abordagem teórico-prática**. Revista Insignare Scientia - RIS, v. 5, n. 5, p. 60-75, 22 dez. 2022.

AFONSO, Josimar Vieira; XAVIER, Antônio Roberto. **TDICS na educação inclusiva: da acessibilidade através das tecnologias ao mau uso e inatingibilidade financeira dos equipamentos**. II Congresso de Educação Instituto Dominus (II CEID) / Antônio Roberto Xavier; Maria Dalva Barros de Lima; Maria Vândia Guedes Lima (Orgs). – Veíçosa: Imprece, 2018. 469 p.: il. 14 x 21 cm. ISBN: 978-85-8126-177-5 E-book.

ALCÂNTARA, Rosângela Ferreira de; COELHO, Irene da Silva. **Reflexões Sobre Inclusão na Escola Pública e Seus Desafios**. Unisanta Humanitas – p. 16-22 - Vol. 8 n° 1 (2019)

ALMEIDA, Ítalo D'Artagnan. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico] / Ítalo D'Artagnan Almeida. (Coleção Geografia) – Recife: Ed. UFPE, 2021. ISBN 978-65-5962-058-6 (online)

ALVES, Maria Rozângela Correia; PINHEIRO, Meiriane da Silva e CAETANO, Luís Miguel Dias. **Inclusão escolar do aluno surdo: desafios e conquistas**. II Congresso de Educação Instituto Dominus (II CEID) / Antônio Roberto Xavier; Maria Dalva Barros de Lima; Maria Vândia Guedes Lima (Orgs). – Veíçosa: Imprece, 2018. 469 p.: il. 14 x 21 cm. ISBN: 978-85-8126-177-5

AYALA, Luana Almeida; SANTOS, Reinaldo dos. Acessibilidade em sites e portais eletrônicos: softwares e aplicativos de tradução da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 6, n. 12, p. 99-113, 30 out. 2019.

BARROS, Hellenvivan de Alcântara; ALVES, Francisco Regis Vieira. **As principais abordagens de ensino para o surdo: e a valorização da cultura dos surdos**. Res., Soc. Dev. 2019; 8(8):e38881231 ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v8i8.1231>

BENTES, José Anchieta de Oliveira; LOBATO, Huber Kline Guedes; RODRIGUES, Fábio Augusto Teixeira. **As concepções metodológicas do ensino de surdos: memórias da novela “sol de verão”**. *Educação em Perspectiva*, Viçosa, MG, v. 11, n. 00, p. e020016, 2020. DOI: 10.22294/eduper/ppge/ufv.v11i.8285. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/8285>. Acesso em: 21 set. 2023.

BEZERRA, Daniela Fidelis; ARAÚJO, Aline de Fatima da Silva. **Libras: um olhar voltado à legislação e aos avanços linguísticos**. *Anais IV CINTEDI...* Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/72501>>. Acesso em: 15/09/2023 14:46

BORGES, Liliam. **Educação, escola e humanização em Marx, Engels e Lukács**. *Revista Educação em Questão*. 2017, pp. 121-126.

BORGES, Rosângela Lopes, et al. **Inserção e permanência de surdos no mundo do trabalho: estudo exploratório em empresas de um município do centro-oeste goiano**. *Revista Educação, Artes e Inclusão*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 193–215, 2020. DOI: 10.5965/1984317816012020193. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/14429>. Acesso em: 27 set. 2023.

BRASIL, Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - **Lei Federal nº. 4024 de 20 de dezembro de 1961**. Disponível em: L4024 (planalto.gov.br). Acesso em 02.06.2023

BRASIL, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva [Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela portaria n. 555/2007, prorrogada pela portaria n. 948/2007, entregue ao ministro da Educação em 7 de janeiro de 2008]. Secretaria de Educação Especial. Brasília, DF, 2008a.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CEB n. 1, de 18 de fevereiro de 2002. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. Acesso em 01.06.2023

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 10/04/2023

BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. **Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. (Revogado pelo Decreto nº 11.370, de 2023)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10502.htm. Acesso em 09.06.2023

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em 01.06.2023

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em 01.06.2023.

BRASIL. Documento orientador de APCN Área 46: Ensino. Ministério da Educação (MEC) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) Diretoria de Avaliação (DAV), 2019.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** BRASIL.

BRASIL. Lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em 01.06.2023

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em 02.06.2023

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 02.05.2023

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. **Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm. Acesso em 02.06.2023

BRASIL. MEC - Plano Nacional de Educação (PNE). Lei no 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Brasília

BRASIL. MEC. **Declaração de Salamanca.** Brasília, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 01.06.2023

BRASIL. MEC. **Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão.** Brasília, 1996. Disponível em: portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_inclu.pdf. Acesso em 02.06.2023

BRASIL. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009 - **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.** Brasília. 2009

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva / Secretaria de Educação Especial**. - Brasília : Secretaria de Educação Especial, - 2010. 73 p.

BRASIL. Presidência da República. LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em 20/09/2023

BRITO, Fábio Bezerra de. **Percursos históricos da luta político-ideológica dos surdos brasileiros por direitos sociais, linguísticos e educacionais**. Revista The especialista. v.40 n.3 – 2019. DOI:10.23925/2318-7115.2019v40i3a7.

BUNDER, Jeferson; BARROS, Gil. (2019). **O estudo de caso e a pesquisa-ação: compreensão teórica e evidências empíricas**. 1561-1565. 10.14393/sbqp19140.

CAIMI, Flávia Eloisa; LUZ, Rosângela Nunes da. **Inclusão no contexto escolar: estado do conhecimento, práticas e proposições**. Revista Educação Especial, vol. 31, núm. 62, 2018, Julho-Setembro, pp. 665-682 Universidade Federal de Santa Maria Brasil

CAMPOS, Cácia Samira de Sousa. **A importância da educação socioemocional para os discentes no ensino médio integrado do IFPA campus Itaituba**. (Dissertação Mestrado) Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica. Campus Manaus Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM. Manaus 2022.

CAMPOS, Sebastião Raimundo. **As concepções sobre a inclusão escolar da pessoa com deficiência em uma instituição federal de ensino profissional e tecnológico do vale do paraíba**. Programa de Pós-graduação em Educação e Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté. Área de Concentração: Inclusão e

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte (Ed). **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira**. 2. ed. Ilustrações de Silvana Marques. São Paulo: USP/Imprensa Oficial do Estado, 2001.v. I: sinais de A a L e v. 11: sinais de M a Z.

CARVALHO, Douglas Lucas Veloso de; ARAÚJO, Ana Beatriz Rodrigues de. **A Inclusão que nos une e as barreiras que nos separam**. V CONEDU. Congresso Nacional de Educação. Recife/PE. 2018.

CARVALHO, Luís Osete Ribeiro; DUARTE, Francisco Ricardo; MENEZES, Afonso Henrique Novaes; SOUZA Tito Eugênio Santos. **Metodologia científica: teoria e aplicação na educação a distância** /– Petrolina-PE, 2019. 83 p.: 20 cm. 1 Livro digital.

CERQUEIRA, Ivanusa de Assis; MAIA, Cínthia Nolácio de Almeida. **Educação Inclusiva e Universidade: Reflexões sobre inclusão de alunos com deficiência**. Revista Humanidades e Inovação v.6, n.8 – 2019.

CHAIBEN, Gustavo Hamyr. **Políticas públicas para discentes com deficiência** [recurso eletrônico]: a UTFPR / Gustavo Hamyr Chaiben. -- 2019. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade, Curitiba, 2019 Bibliografia: f. 150-156.

CIRÍACO, Flávia Lima. **Inclusão: um direito de todos**. Revista Educação Pública, v. 20, nº 29, 4 de agosto de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/29/inclusao-um-direito-de-todos>. Acesso em 14/04/2023

Comunicações do Eixo "**Tradução e Interpretação de Libras/Português**". Disponível em: <https://www.gov.br/ines/pt-br/ciencia-e-tecnologia/coines/coines-2021/comunicacoes/traducao-e-interpretacao-de-libras-portugues>. Acesso em 31.10.2024

CRISTIANO, Almir. **Mitos sobre a Língua de Sinais**. <https://www.libras.com.br/mitos-sobre-a-lingua-de-sinais>. Acesso em 21/09/2023.

CUNHA, Jessica de Almeida. **Entre pontes e abismos: a transição do ensino fundamental para o ensino médio integrado sob o olhar de alunos ingressantes**. (Dissertação Mestrado) Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica. Campus Manaus Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM. Manaus 2022.

CUNHA, Jéssica Maria Rosa da; OLIVEIRA, Francismara Janaina Cordeiro de; FARIAS, Elizabeth Regina Streisky de. **A inclusão dos alunos surdos: aspectos legais**. Anais VI CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2019.

DAWES, Tathianna Prado; COUTINHO, Alice Caldas de Moraes Sodré. **A inclusão escolar do aluno surdo: proposta bilíngue no contexto da diversidade e inclusão**. Dossiê Temático PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE DEFICIÊNCIA E NECESSIDADES ESPECIAIS. Cenas Educacionais, Caetitê - Bahia - Brasil, v.4, n.e11740, p.1-23, 2021.

FARIA, Paula Maria Ferreira de; CAMARGO, Denise de. **As Emoções do Professor Frente ao Processo de Inclusão Escolar: uma Revisão Sistemática**. Emoções docentes e inclusão escolar. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.24, n.2, p.217-228, Abr.-Jun., 2018

FARIAS, Érica Oliveira de Castro. **As desigualdades sociais na educação e seus impactos sobre o processo de evasão e retenção dos alunos do ensino médio integrado em um Instituto Federal no período de pandemia**. Dissertação. (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM Campus Manaus Centro, 2023.

FARIAS, Zaiane dos Santos Souza; SÃO JOSÉ, Elisson Souza de; FARIAS, Alisson dos Santos. **Um breve relato histórico do ensino de Libras no Brasil**. SIMEDUC – 10º Simpósio Internacional de Educação e Comunicação. 24 a 26 de março de 2021. ISSN: 2179-4901.

FELIPE, Tanya A; MONTEIRO, Myrna Salerno. **Libras em Contexto: Curso Básico: Livro do Professor**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. 6ª. Edição 448 p.: il.

FERREIRA, Fabricia; Árrllon Chaves LIMA. **A importância da Libras no processo de ensino aprendizagem do aluno surdo**. VII CONEDU - Conedu em Casa... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/81472>. Acesso em 04/04/2023

FORNECK, Ana Letícia Pinheiro da Fonseca. **A importância da Libras no currículo do curso de pedagogia na formação do pedagogo: atuação no processo de ensino e de aprendizagem da pessoa surda.** Monografia elaborada para fins de avaliação parcial de Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. GOIÂNIA 2020

FREITAS, Cristiane Rodrigues de. **A inclusão de alunos surdos no instituto federal de educação, ciência e tecnologia do Amazonas: e agora, o que fazer?** (Dissertação) Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Manaus/2019.

FREITAS, Rony. **Produtos educacionais na área de ensino da capes: o que há além da forma?** Educação Profissional e Tecnológica em Revista, v. 5, n° 2, 2021 – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. ISSN: 2594-4827. DOI: <https://doi.org/10.36524/profept.v5i2.1229>

FROHLICH, Raquel; CORCINI, Lopes Maura. **Serviços de apoio à inclusão escolar e a constituição de normalidades diferenciais.** Revista Educação Especial, vol. 31, núm. 63, 2018, Outubro-Dezembro, pp. 995-1008 Universidade Federal de Santa Maria Brasil

GALIAZZI, Maria do Carmo; LIMA, Valdevez Marina do Rosário; RAMOS, Maurivan. Guntzel. **A fusão de horizontes na análise textual discursiva.** Revista Pesquisa Qualitativa, [S. l.], v. 8, n. 19, p. 610-640, 2020. DOI: 10.33361/RPQ.2020.v.8.n.19.371. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/19981/2/A_FUSO_DE_HORIZONTES_NA_ANALISE_TEXTUAL_DISCURSIVA.pdf>. Acesso em: 18 maio 2024.

GALIAZZI, Maria do Carmo; SOUSA, Robson Simplicio de. **O fenômeno da descrição na análise textual discursiva: a descrição fenomenológica como desencadeadora do metatexto.** Vidya, v. 41, n. 1, p. 77-91, jan./jun. 2021. Santa Maria, 2021. ISSN 2176-4603.

GARCIA, Evelin Naiara; VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. **Desafios Contemporâneos: O uso da Tecnologia Assistiva como instrumento facilitador da aprendizagem. Linguagens, educação e sociedade.** Teresina, Ano 23, n. 40, set./dez. 2018. Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI | ISSN 2526-8449 (Eletrônico) 1518-0743 (Impresso) <https://doi.org/10.26694/les.v1i40.7654>.

GARCIA, Samara Pereira. **Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no escola no município de Osasco.** Dissertação (Mestrado) Programa de Mestrado em Educação da Universidade Cidade de São Paulo. 2018. São Paulo/SP.

GIMENEZ, Katia Valentina Escobar. **Libras: o direito à comunicação.** I Encontro de Pesquisas em Linguística e Literatura dos Programas de Pós-graduação em Letras da UEMS/CG – Letras Compartilhadas. 2019

GODOY, Ellis Regina dos Santos, 1993- G589g. **Gestão escolar e os processos de inclusão na escola comum: um estudo comparado internacional** / Ellis Regina dos Santos Godoy. – 2018. 117 f.: il. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

GONÇALVES, Andressa de Sousa. **O Papel das Instituições de Ensino Superior na Educação Inclusiva.** Congresso Nacional de Inclusão na Educação Superior e Educação

Profissional Tecnológica (3. : 2021: Natal/RN). [Anais do] III Congresso Nacional de Inclusão na Educação Superior e Educação Profissional Tecnológica [recurso eletrônico] / Organizado por Francisco Ricardo Lins Vieira de Melo. – 1. ed. – Natal: SEDIS-UFRN, 2021.

GONÇALVES, Fábio Peres. **Análise textual discursiva como constituinte de um processo de comunicação.** Revista Pesquisa Qualitativa. São Paulo (SP), v.8, n.19, p. 722-738, dez. 2020

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; PAULA, Marlúbia Corrêa de. **Análise textual discursiva: entre a análise de conteúdo e a análise de discurso.** Revista Pesquisa Qualitativa. São Paulo (SP), v.8, n.19, p. 677-705, dez. 2020

GUIMARÃES, Jemima Ribeiro Dantas. **A importância da educação inclusiva e do desenvolvimento das competências socioemocionais: um olhar em tempos de pandemia.** [Anais do] III Congresso Nacional de Inclusão na Educação Superior e Educação Profissional Tecnológica [recurso eletrônico] / Organizado por Francisco Ricardo Lins Vieira de Melo. – 1. ed. – Natal: SEDIS-UFRN, 2021. 3920 KB.: 1 PDF

HENRIQUE, Timótheo Machado. Educação de Surdos – aspectos histórico-linguístico-culturais da comunidade surda. **Revista Educação Pública**, v. 21, nº 35, 21 de setembro de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/35/educacao-de-surdos-r-aspectos-historico-linguistico-culturais-dacomunidade-surda>

KAPLÚN, Gabriel. **Material educativo: a experiência do aprendizado.** Comunicação e Educação - São Paulo, v. 27, p. 46-60, maio/ago. 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491>>. Acesso em: 17 maio 2024.

LUNETTA, Avaetê de; GUERRA, Rodrigues. **Metodologia da pesquisa científica e acadêmica.** Revista OWL (OWL Journal) - REVISTA INTERDISCIPLINAR DE ENSINO E EDUCAÇÃO, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 149–159, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8240361. Disponível em: <https://revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/48>. Acesso em: 3 nov. 2024.

MACIEL-CABRAL, Hileia Monteiro **O papel dos espaços educativos na formação inicial de professores de ciências/biologia: um olhar sobre o estágio supervisionado.** 2021. Orientador:

MARTINS, Joel; BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **Estudos sobre Existencialismo, Fenomenologia e Educação.** 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

MATIAS, Veríssimo Amaral. **Metodologia científica no ensino médio e o uso das fontes de informação para pesquisas escolares** / Veríssimo Amaral Matias. – 2020. 36 f.: il. Cartilha (Produto Educacional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Campus Ouro Branco, 2020

MORAES, Robson; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva.** 1. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

MORAES, Robson; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva.** Ijuí, RS: Ed. da Unijuí, 2007.

MORAES, Robson; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces**. Ciência & Educação, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

MORAES, Robson; GALIAZZI, Maria do Carmo. **O jogo da compreensão na análise textual discursiva em pesquisas na educação em ciências: revisitando quebra-cabeças e mosaicos**. Ciência & Educação, Bauru, v. 24, n. 3, p. 799-814, 2018.

MOREIRA, Paula Pfeifer. **Libras: 7 coisas que você não sabe sobre a língua de sinais**. Disponível em: <https://cronicasdasurdez.com/coisas-sobre-libras/>. acesso em 20/09/2023

MOURA, Mariana do Nascimento et al. **Acessibilidade comunicacional dos surdos em esferas sociais**. (Monografia) Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário UNA Betim. 2021. Betim-MG

MOYSÉS, Gerson Luís Russo; MOORI, Roberto Giro. **Coleta de dados para a pesquisa acadêmica: um estudo sobre a elaboração, a validação e a aplicação eletrônica de questionário**. XXVII Encontro Nacional de Engenharia de Produção Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 09 a 11 de outubro de 2007. Disponível em https://abepro.org.br/biblioteca/enegep2007_tr660483_9457.pdf

NASCIMENTO, Cícero Mariano do; ALMEIDA, Gilvanea Pinto de Oliveira e SANTOS, Romário Conceição Freitas. **Inclusão de Libras na educação básica: aspectos e desafios**. Faculdade Ages Senhor do Bonfim-BA – ÂNIMA EDUCAÇÃO.

NUNES, César. **E educação como direito e o direito à educação integral na superação do reducionismo profissionalizante conservador**. [A. do livro] H. E. R. CORRÊA, R. FIORUCCI e S. V PAIXÃO. Educação (integral) para o século XXI: cognição, aprendizagens e diversidades. Bauru: Gradus Editora, 2021, p. 233.

NUNES, Valeria Fernandes; BERNARDO, Sandra Pereira. **Comunicação em Libras: um estudo com base na rede de espaços comunicativos básicos**. Pensares em Revista, São Gonçalo-RJ, n. 12, p.118-134, 2018 DOI: 1012957/ pr 2018.33827

OEA. **Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Guatemala: OEA, 1999. Disponível em: Convenção da Guatemala, de 1999 - Convenção Interamericana - iParadigma. Acesso em 02.06.2023

OLIVEIRA, Adriane Silva de Abreu et al. **Educação Especial: os desafios da inclusão de alunos surdos no contexto escolar**. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 22, nº 18, 17 de maio de 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/18/educacao-especial-os-desafios-da-inclusao-de-alunos-surdos-no-contexto-escolar>

OLIVEIRA, Ana Cristina Barbosa de; SANTOS, Carlos Alberto Batista dos; FLORÊNCIO, Roberto Remígio. **Métodos e técnicas de pesquisa em educação**. Revista Científica da FASETE 2019.1 disponível em https://www.unirios.edu.br/e_tecnicas_de_pesquisa_em_educacao.pdf acesso em 14/04/2023

OLIVEIRA, André Muniz de; COSTA, Antônio Morais da; SILVA, Maria Do Socorro Lopes da. **Os Desafios da Educação Inclusiva na Perspectiva da Educação Especial**. II

Congresso de Educação Instituto Dominus (II CEID) / Antônio Roberto Xavier; Maria Dalva Barros de Lima; Maria Vândia Guedes Lima (Orgs). – Veíçosa: Imprece, 2018. 469 p.: il. 14 x 21 cm. ISBN: 978-85-8126-177-5 E-book.

OLIVEIRA, Flávia Alves de Castro; SOUZA, José Carlos Moreira de. **O desenvolvimento de um produto educacional como instrumento de orientação de combate à evasão escolar em cursos técnicos subsequentes e concomitantes**. Revista Prática Docente, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 775-790, 2019. DOI: 10.23926/RPD.2526-2149.2019.v4.n2.p775-790.id475. Disponível em:
<http://periodicos.cfs.ifmt.edu.br:443/periodicos/index.php/rpd/article/view/475>.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: Disponível em:
<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em 01.06.2023

PAIXÃO, Sergio Vale da. **Problematizações sobre metodologias e currículo na Promoção da educação integral**. Educação em Revista, Marília, v.22, p. 11-26, 2021, Edição Especial 2.

PEIXOTO, Régis Nepomuceno. **O uso de tecnologias assistivas no processo de inclusão escolar: os professores e a escola**. 101 p. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina. Araranguá/SC – 2018.

PEREIRA, Adriana Soares et al. **Metodologia da pesquisa científica** [recurso eletrônico] Núcleo de Tecnologia Educacional da Universidade Federal de Santa Maria: Licenciatura em computação ISBN 978-85-8341-204-5 /– 1. ed. – Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018. 1 e-book

PEREIRA, Francisca. **Desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez: Libras**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.8.n.03. Março. 2022. ISSN - 2675 – 3375.

PEREIRA, Mirian Rosa. **Um estudo sobre a inclusão escolar e os recursos financeiros para o atendimento dos alunos com deficiência, no município de Marabá-PA**. Miriam Rosa pereira. – 2019. 199 f.: il. Color. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará. Belém/PA 2019

Posicionamento da Rede-In a respeito da nova Política Nacional de Educação Especial. Outubro 3, 2020 – institucional. Nova Política Nacional de Educação Especial: Posicionamento Rede-in (institutorodrigomendes.org.br). Acesso em 06.06.2023

QUADROS, Ronice. Muller. Educação de surdos: **A Aquisição da Linguagem**. Artes Médicas, Porto Alegre 1997.

QUADROS, Ronice Müller de et al. **Língua brasileira de sinais: patrimônio linguístico brasileiro**. – Florianópolis: Editora Garapuvu, 2018. 16.000 kb. : il. ; pdf ISBN 978-85-907418-4-8

QUEIROZ, Raquel Santos Monte et al. **Observação aplicada à pesquisa qualitativa.** SILVA, Raimunda Magalhães da et al. Enfoques Teóricos e Técnicas de Coleta de Informações. (Orgs). Edições UVA, 2018. 305 p. Sobral/CE 2018.

RAMOS, Marise. **O trabalho como princípio educativo na formação integral dos sujeitos.** [A. do livro] H. E. R. CORRÊA, R. FIORUCCI e S. V PAIXÃO. Educação (integral) para o século XXI: cognição, aprendizagens e diversidades. Bauru: Gradus Editora, 2021, p. 233.

REIS, Flaviane; LIMA, Marisa Dias. **Educação bilíngue de surdos na LDB: uma nova conquista do movimento surdo.** ETD - Educação Temática Digital, Campinas, SP, v. 24, n. 4, p. 761-780, out./dez. 2022.

RIBEIRO, Disneylândia Maria; GOMES, Alfredo Macedo. **Barreiras atitudinais sob a ótica de estudantes com deficiência no ensino superior.** Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 13, n. 24, p. 13-31, 2017. DOI: 10.22481/praxis.v13i24.927. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/927>. Acesso em: 05/05/ 2023.

RIZZATTI, Ivanise. Maria. et al. **Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores.** CTIO: Docência em Ciências [recurso eletrônico] / Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Programa de Pós-graduação em Formação Científica, Educacional e Tecnológica, v. 1, n. 1, (Set.-Dez. 2016-). Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2016.

RODRIGUES, Aline Santos Pereira; SACHINSKI, Gabriele Polato; MARTINS, Pura Lúcia Oliver. **Contribuições da revisão integrativa para a pesquisa qualitativa em Educação Linhas Críticas.** vol. 28, e40627, 2022 Universidade de Brasília, Brasil disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193577012> DOI: <https://doi.org/10.26512/lc28202240627>

RODRIGUES, Carla Patrícia Gameleira. **O currículo adaptado e a dinâmica de inclusão do estudante com necessidades educacionais especiais em uma escola da rede municipal de ensino de Feira Grande/AL.** Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Cultura/Universidade Estadual de Alagoas. 2019

RODRIGUES, Fernanda Martins; NOZU, Washington Cesar Shoiti; NETO, João Paulo Coimbra. **Educação, direitos humanos e cidadania: fundamentos para a inclusão escolar da pessoa com deficiência.** Bauru, v. 7, n. 1, p. 173-190, jan./jun., 2019. (12)

RODRIGUES, Karoline de Azevedo Ferreira et al. **A comunicação em Libras usada pelos alunos surdos para o ensino das terminologias específicas de botânica.** Revista UNIANDRADE. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.18024/1519-5694/revuniandrade.v21n1p-49-58>.

RODRÍGUEZ, Andrei Steveen Moreno. **Linguagear na compreensão da análise textual discursiva: das palavras aos conceitos.** Revista Pesquisa Qualitativa. São Paulo (SP), v.8, n.19, p. 1021-1040, dez. 2020.

ROSA, Silvia Rodrigues. **Letramento e inclusão escolar – uma pesquisa colaborativa com professoras de uma escola pública.** Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias – PPG-IELT, Universidade Estadual de Goiás. Anápolis/GO - 2020.

ROSENO, Edson Pedroso. **Educação Física na Escola: Uma Proposta Articulada à Sala de Recurso Multifuncional** / Edson Pedroso Roseno. -- 2020 90 f. ; 30 cm. Orientadora: Ana Carrilho Romero Grunennvaldt. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Cuiabá, 2020.

RUIZ, Luciana et al. **Producción de materiales de comunicación y educación popular**. Buenos Aires: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires, 2014. Disponível em: <https://www.sociales.uba.ar/wpcontent/blogs.dir/219/files/2015/07/2-Prod-Materiales-B.pdf>. Acesso em 22 jun.2024.

SANTOS, Eduardo Schutz dos. **Ensino de História e Inclusão: um caminho para cidadania** / Eduardo Schutz dos Santos. -- 2021. 131 f. Orientadora: Caroline Pacievitch. Dissertação (Mestrado Profissional) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. In: Revista Nacional de Reabilitação, ano V, n. 24, jan./fev. 2002, pp. 6-9.

SILVA, Cleusangela Barros Meira. **Línguas de sinais usadas em diferentes países do mundo**. 2018. Disponível em: <https://blog.signumweb.com.br/curiosidades/linguas-de-sinais-pelo-mundo/>. Acesso em 31.10.2024

SILVA, Crislane Santos; FERREIRA, Victor Silva. **Inclusão: Um caminho possível?** Revista de Pós-Graduação Multidisciplinar, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 131-142, nov. 2017/fev. 2018. ISSN 2594-4800 | e-ISSN 2594-4797 | doi: 10.22287/rpgm.v1i3.697.

SILVA, Everton Pereira da. **Afinal, o que é Língua Brasileira de Sinais? Aspectos teóricos e introdutórios**. Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), v.1, nº 2, p.518-519, jun./dez. 2021.(vídeo 32'34'') acesso em 18 set. 2023.

SILVA, Glênio Oliveira da, OLIVEIRA; Guilherme Saramago de; SILVA, Michele Maria da. **Estudo de caso único: uma estratégia de pesquisa**. Revista prisma, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 78-90, 2021.

SILVA, Marcela Ribeiro da. **O processo de in/exclusão na licenciatura em Física: incursão nos caminhos trilhados pelo ambiente educacional e por um estudante cego em direção à (não) superação da deficiência visual** / Marcela Ribeiro da Silva. -- Bauru, 2020 345 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências, Bauru/SP.

SILVA, Naiana Vitória Paz Reinaldo da. **A importância da sala de recurso multifuncional na educação inclusiva: revisão de artigos científicos**. Scientia Vitae, v.12, n.34, p. 10-16, jul./ago./set. 2021.

SILVA, Naiane Cristina; CARVALHO, Beatriz Girão Enes. **Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.23, n.2, p.293-308, Abr.-Jun., 2017

SILVA, Najara Oliveira; MARANHÃO, Thércia Lucena Grangeiro; NUNES, Ginete Cavalcante. **Libras um Instrumento Facilitador: A Importância do Psicólogo Organizacional na Inclusão de Pessoas Surdas dentro das Organizações.** Id on line Rev.Mult. Psic. Julho/2020, vol.14, n.51, p. 23-39. ISSN: 1981-1179.

SILVA, Rafael Monteiro da. **O ato tradutório em Libras, usando os aspectos da visualidade e validando o processo transcriativo no texto.** Tradução e Interpretação de Libras/Português. Disponível em: <https://www.gov.br/ines/pt-br/ciencia-e-tecnologia/coins/coins-2021/comunicacoes/traducao-e-interpretacao-de-libras-portugues>. Acesso em 04.11.2024

SILVA, Rosângela Maria et al. **Os múltiplos sentidos da promoção da saúde na perspectiva de gestores da atenção básica.** SILVA, Raimunda Magalhães da et al. (Orgs). Estudos Qualitativos: Enfoques Teóricos e Técnicas de Coleta de Informações. Edições UVA, 2018. 305 p. Sobral/CE 2018.

SOUSA, Karen Luíza Silva de. **Gestão da Inclusão da Pessoa com Deficiência no Ambiente de Trabalho: Em busca de diretrizes a partir de revisão de escopo /** Karen Luíza Silva de Sousa; orientador Maria Raquel Gomes Maia Pires. -- Brasília, 2021. 103 p. Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em Gestão Pública) -- Universidade de Brasília, 2021.

SOUSA, Robson Simplício de; GALIAZZI, Maria do Carmo. **A categoria na análise textual discursiva: sobre método e sistema em direção à abertura interpretativa.** Revista Pesquisa Qualitativa, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 514-538, dez. 2017.

SOUSA, Robson Simplício de; GALIAZZI, Maria do Carmo. **O jogo da compreensão na análise textual discursiva em pesquisas na educação em ciências: revisitando quebra-cabeças e mosaicos.** Ciênc. Educ., Bauru, v. 24, n. 3, p. 799-814, 2018 doi: <https://doi.org/10.1590/1516-731320180030016>

SOUZA, Carmem Rosane Segatto e; SILVA, Zanandrea Guerch da. **O processo de inclusão de alunos com dificuldades de aprendizagem: um cenário de desafios e possibilidades.** Publicado em: Pavão, A. C.O., Pavão, S. M. O. (Orgs). Os casos excluídos da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Santa Maria, RS: UFSM, PRE, 2017

SOUZA, José Clécio Silva de Souza; SANTOS, Matheus Conceição. **Libras na educação: limites e possibilidades.** Revista Educação Pública, v. 19, nº 13, 9 de julho de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/13/libras-na-educacao-limites-e-possibilidades>.

SOUZA, José Clécio Silva de; SANTOS, Décio Oliveira dos. **Inclusão: desafios do atendimento educacional especializado.** Revista Educação Pública, v. 21, nº 46, 21 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/46/inclusao-desafios-do-atendimento-educacional-especializado>. Acesso em 18 set. 2023.

SOUZA, Robson Simplício; GALIAZZI, Maria do Carmo. **O discurso na análise textual discursiva em (con)textos de (auto)transformação: um diálogo hermenêutico.** Revista Língua & Literatura, v. 23, n. 42, p. 123-142, jan./jun. 2021.

STREIECHEN, Eliziane Manosso. **Abordagens metodológicas para a educação de surdos.** Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná - UNICENTRO Núcleo de Educação a Distância - NEAD Universidade Aberta do Brasil – UAB. Jan/2020. ebook pdf interativo

TAMIOZZO, Cecilia Inês. **“Um aluno a incluir é um aluno por salvar”**: reconhecimento, responsabilidade e amor na inclusão do deficiente intelectual / Cecilia Inês Tamiozzo. – Ijuí, 2018. 100 f. : il. ; 30 cm. Dissertação (mestrado) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Campus Ijuí). Educação nas Ciências.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos.** 1990. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291>. Acesso em 01.05.2023

VALLE, Ana Clara do Educação de alunos surdos: **uma análise dos avanços legais e desafios no desenvolvimento do processo inclusivo na rede federal de ensino barretense** / Ana Clara do Valle. – 2021. 38 f. : il.; 30 cm Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) - Instituto Federal de São Paulo - Campus Barretos, 2021.

VASCONCELOS, et al. **Narrativa como técnica de coleta de Informações na pesquisa qualitativa. Estudos Qualitativos:** Raimunda Magalhães da et al. Enfoques Teóricos e Técnicas de Coleta de Informações. (Orgs). Edições UVA, 2018. 305 p. Sobral/CE 2018.

VIEIRA, Ana Carolina Ribeiro. **A aquisição da língua brasileira de sinais (Libras) por crianças surdas nos seus primeiros anos de vida: contexto familiar em foco.** Instituto Federal de Santa Catarina - Câmpus Palhoça Bilíngue. 2021

ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar.** Educação Unisinos, vol. 22, núm. 2, 2018, Abril-Junho, pp. 147-155 Universidade do Vale do Rio dos Sinos DOI: <https://doi.org/10.4013/edu.2018.222.04>. Acesso em 01.05.2023

ZIESMANN, Cleusa; GUILHERME, Alexandre Anselmo. **Inclusão no atendimento educacional especializado na educação básica: um estudo de caso.** Revista Contexto & Educação, [S. l.], v. 35, n. 110, p. 86–104, 2020. DOI: 10.21527/2179-1309.2020.110.86-104. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/9090>. Acesso em: 12 jun. 2023.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)****(PARA MAIORES DE 18 ANOS DE IDADE)****Resolução nº466/2012 e Resolução 510/2016**

O (A) Sr. (a) está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada **“Inclusão de alunos surdos na educação profissional e tecnológica: a comunicação em Libras entre discentes ouvintes e discentes surdos do ensino médio integrado do IFAM/CMC”**, sob a responsabilidade do pesquisador **Edilson Gomes Alves** discente do mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica PROFEPT, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM Campus Manaus-Centro, sob orientação do **prof. Dr. Cirlande Cabral Silva**.

O estudo tem como objetivo geral, analisar de que maneira ocorre a comunicação em Libras entre alunos ouvintes e alunos surdos do ensino médio integrado do IFAM CMC. A pesquisa justifica - se pelas experiências do pesquisador, uma vez que atua na área da educação como professor da disciplina Libras, e cotidianamente em seu fazer profissional se depara com a barreira da comunicação em Libras que os alunos surdos sofrem e geram desigualdades em seu aprendizado. Essas desigualdades acabam incidindo direta e/ou indiretamente nas trajetórias educacionais desses alunos, refletindo no ambiente escolar.

Para a coleta de dados desta pesquisa serão utilizadas entrevistas, por meio de questionários com perguntas semiestruturadas, o que permite maior flexibilidade no decorrer da abordagem, permitindo ao entrevistador conduzir o processo de acordo com suas necessidades de dados. Nesse sentido, é necessário enfatizar que, na condição de respondente e sendo a participação voluntária, o (a) Senhor (a) terá toda a liberdade de solicitar que a entrevista seja interrompida, ou, ainda, pedir para não responder alguma pergunta que não se sinta devidamente à vontade para responder.

O (A) Sr. (a) tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma, pois sempre será respeitada a dignidade, liberdade e autonomia do participante, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida. Caso aceite, sua participação

consistirá em responder as perguntas constantes em questionário por meio de entrevista, a ocorrer em local e horário previamente acordado.

Antes da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) será realizado uma reunião para que desejarem participar. Neste momento farei uma leitura em voz alta do termo e explicarei a relevância da pesquisa, seus objetivos, metodologia, benefícios, riscos e indenização em caso de danos para os participantes envolvidos de modo que possam autorizar ou não sua participação, considerando que alguns são menores de idade.

Os riscos que estão atrelados à participação nesta pesquisa, são de ordem moral ou intelectual, comumente associados às situações de constrangimento, vergonha ao ser entrevistado (a), ou até mesmo ao recordar de momentos difíceis ou tristes quando em sua participação nas etapas da pesquisa, e/ou temor por represália a algum relato seu relacionado a temática da pesquisa.

Nesse sentido, a pesquisa atentará para o disposto na Resolução nº 466/2012, item II.6 que trata sobre dano associado ou decorrente da pesquisa - agravo imediato ou posterior, direto ou indireto, ao indivíduo ou à coletividade, decorrente da pesquisa; assim como o que define no item II.7 sobre indenização - cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa ao participante da pesquisa.

Dito isto, o pesquisador após identificar esses possíveis riscos, adotará estratégias colaborativas, com respeito mútuo, de forma a evitar ou mesmo amenizar essas possíveis situações, buscando levar em consideração os valores e aspectos morais, sociais, intelectuais, culturais, éticos, políticos, psicológicos, assim como no campo da religiosidade e espiritualidade dos (as) participantes.

Para tanto, o pesquisador esclarecerá todas as etapas da pesquisa a fim de não restar dúvidas às pessoas que responderão aos questionários e a entrevista. Ressaltamos, que os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo resguardado o sigilo. Será garantido ao participante e seu acompanhante, quando necessário, o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Asseguramos ao participante o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo.

Será garantido ao participante a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na

divulgação científica. Os participantes, poderão entrar em contato com o pesquisador responsável Edilson Gomes Alves a qualquer tempo para informação adicional no endereço eletrônico: (e-mail: edilson.alves@ifam.edu.br e celular: 92-99164-0833) e do orientador: Prof. Dr. Cirlande Cabral da Silva (e-mail: cirlande.silva@ifam.edu.br e celular: 92-99268-7114) e também, com o Comitê de Ética em Pesquisa- CEP IFAM - Av. Ferreira Pena, 1109. Centro. CEP 69025- 010. Prédio da Reitoria do IFAM, 2º. andar. Telefone: (92) 3306-0062/0060. E-mail: cepsh.ppgi@ifam.edu.br.

São esperados os seguintes benefícios com esta pesquisa: em seu desdobramento, será proposto um Produto Educacional manual de comunicação em Libras: olhos que veem, mãos que fala com intuito de facilitar a comunicação em Libras entre os discentes ouvintes, discentes surdos, professores e pedagogas (os); melhoria dos processos inclusivos do aluno surdo nos cursos técnicos de nível médio na forma integrada do IFAM/CMC; contribuir com a acessibilidade comunicacional em nível básico entre as pessoas dos setores da instituição com o aluno surdo favorecendo uma ampliação do debate e reflexão da inclusão de Pessoas com Deficiência – PCDs no IFAM/CMC. E ainda, esperamos, com os resultados dessa pesquisa, trazer novas reflexões sobre a importância da comunicação em Libras para a inclusão social dos discentes surdos em ambiente escolar, colaborando com a formação para a cidadania a partir da empatia, da solidariedade e de comportamentos respeitosos no convívio social.

Garantimos ao (a) Sr. (a) o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Asseguramos ao (a) Sr. (a) o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário. Garantimos ao (a) Sr. (a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

Você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável Edilson Gomes Alves a qualquer tempo para informação adicional no endereço de email: edilson.alves@ifam.edu.br e celular: 92-99164-0833) e do orientador: Prof. Dr. Cirlande Cabral da Silva (e-mail: cirlande.silva@ifam.edu.br e celular: 92-99268-7114) e também, com o Comitê de Ética em Pesquisa- CEP IFAM - Av. Ferreira Pena, 1109. Centro. CEP 69025- 010. Prédio da Reitoria do IFAM, 2º. andar. Telefone: (92) 3306-0062/0060. E- mail: cepsh.ppgi@ifam.edu.br. O referido Comitê é a instância responsável por avaliar os aspectos éticos dos projetos de pesquisa, levando em consideração os riscos e a cobertura aos direitos dos participantes.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as páginas ou por seu representante legal, e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com o participante e outra com a pesquisadora. Ademais, caso seja do seu interesse, será encaminhada uma cópia em versão digital para seu e-mail, todavia pedimos que a salve em uma pasta pessoal no computador, não a salve em nuvem eletrônica. As orientações são com base no Ofício Circular N°2/2021/CONEP/SECNS/MS de 24 de fevereiro, 2021, que trata sobre as orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa

Manaus/AM, _____ de _____ 2023.

Assinatura (participante) _____

RG.

Assinatura (pesquisador)
Edilson Gomes Alves
Pesquisador responsável (RG 0851.544-1 SSP/AM)
Tel: (92) 99164-0833

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____
_____, residente e domiciliado
na _____, portador da
cédula de identidade, RG: _____, e inscrito no CPF:
_____, declaro ter conhecimento das informações
contidas neste documento e ter recebido respostas claras sobre as dúvidas por mim
apresentadas a propósito da minha participação na pesquisa e, adicionalmente declaro que o

pesquisador esclareceu para mim o objetivo, a natureza, os riscos e benefícios do estudo concedendo-me o tempo necessário para que eu refletisse e tomasse minha decisão de livre e esclarecimento. Estou ciente que minha participação é isenta de despesas e que posso acessar os resultados e esclarecer minhas dúvidas durante toda a pesquisa, bem como me foi assegurado o anonimato. Nessas condições apresentadas, concordo voluntariamente em participar deste estudo e declaro que tenho ciência que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidade, prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Manaus/AM, _____ de _____ de 2023.

Participante da Pesquisa (Nome por Extenso)

RG:

Assinatura (pesquisador)

Edilson Gomes Alves

Pesquisador responsável (RG 0851.544-1 SSP/AM)

Tel: (92) 99164-0833

APÊNDICE B - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)**TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)****(PARA MENORES DE 18 ANOS DE IDADE)****Resolução nº 466/2012 e Resolução 510/2016**

O (A) Sr. (a) está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada **“Inclusão de alunos surdos na educação profissional e tecnológica: a comunicação em Libras entre discentes ouvintes e discentes surdos do ensino médio integrado do IFAM/CMC”**, sob a responsabilidade do pesquisador **Edilson Gomes Alves** discente do mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica PROFEPT, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM Campus Manaus-Centro, sob orientação do **prof. Dr. Cirlande Cabral Silva**.

O estudo tem como objetivo geral, analisar de que maneira ocorre a comunicação em Libras entre alunos ouvintes e alunos surdos do ensino médio integrado do IFAM CMC. A pesquisa justifica - se pelas experiências do pesquisador, uma vez que atua na área da educação como professor da disciplina Libras, e cotidianamente em seu fazer profissional se depara com a barreira da comunicação em Libras que os alunos surdos sofrem e geram desigualdades em seu aprendizado. Essas desigualdades acabam incidindo direta e/ou indiretamente nas trajetórias educacionais desses alunos, refletindo no ambiente escolar.

Para a coleta de dados desta pesquisa serão utilizadas entrevistas, por meio de questionários com perguntas semiestruturadas, o que permite maior flexibilidade no decorrer da abordagem, permitindo ao entrevistador conduzir o processo de acordo com suas necessidades de dados. Nesse sentido, é necessário enfatizar que, na condição de respondente e sendo a participação voluntária, o (a) Senhor (a) terá toda a liberdade de solicitar que a entrevista seja interrompida, ou, ainda, pedir para não responder alguma pergunta que não se sinta devidamente à vontade para responder.

Você tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma, pois sempre será respeitada a dignidade, liberdade e autonomia do participante, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida. Caso aceite, sua participação consistirá em responder as perguntas que constam no questionário e as perguntas que serão feitas por meio de entrevista, a ocorrer em local e horário previamente acordado.

Antes da assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), a pesquisadora fará sua leitura junto do entrevistado e de seu responsável, onde explicará a relevância da pesquisa, objetivos, metodologia, benefícios, riscos e indenização em caso de danos para os participantes envolvidos de modo que possam autorizar ou não sua participação, considerando sua condição de menor de idade.

Os riscos que estão atrelados à participação nesta pesquisa, são de ordem moral ou intelectual, comumente associados às situações de constrangimento, vergonha ao ser entrevistado (a), ou até mesmo ao recordar de momentos difíceis ou tristes quando em sua participação nas etapas da pesquisa, e/ou temor por represália a algum relato seu relacionado a temática da pesquisa.

Nesse sentido, a pesquisa atentará para o disposto na Resolução nº 466/2012, item II.6 que trata sobre dano associado ou decorrente da pesquisa - agravo imediato ou posterior, direto ou indireto, ao indivíduo ou à coletividade, decorrente da pesquisa; assim como o que define no item II.7 sobre indenização - cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa ao participante da pesquisa.

Dito isto, o pesquisador após identificar esses possíveis riscos, adotará estratégias colaborativas, com respeito mútuo, de forma a evitar ou mesmo amenizar essas possíveis situações, buscando levar em consideração os valores e aspectos morais, sociais, intelectuais, culturais, éticos, políticos, psicológicos, assim como no campo da religiosidade e espiritualidade dos (as) participantes.

Para tanto, o pesquisador esclarecerá todas as etapas da pesquisa a fim de não restar dúvidas às pessoas que responderão aos questionários e a entrevista. Ressaltamos, que os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo resguardado o sigilo. Será garantido ao participante e seu acompanhante, quando necessário, o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Asseguramos ao participante o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo.

Será garantido ao participante a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica. Os participantes, poderão entrar em contato com o pesquisador responsável Edilson Gomes Alves a qualquer tempo para informação adicional no endereço eletrônico: (e-mail: edilson.alves@ifam.edu.br e celular: 92-99164-0833) e do orientador: Prof. Dr. Cirlande Cabral da Silva (e-mail: cirlande.silva@ifam.edu.br e celular: 92-99268-7114) e também, com o Comitê de Ética em Pesquisa- CEP IFAM - Av. Ferreira Pena, 1109.

Centro. CEP 69025- 010. Prédio da Reitoria do IFAM, 2º. andar. Telefone: (92) 3306-0062/0060. E-mail: cepsh.ppgi@ifam.edu.br.

No que diz respeito aos benefícios, a pesquisa trará contribuições a nível científico e acadêmico, tanto para os participantes quanto para o IFAM como um todo. Ao desfecho da pesquisa, com a confecção de um Produto Educacional (manual de comunicação em Libras: olhos que veem, mãos que falam) de acordo com a proposta do PROFEPT. Os benefícios serão facilitar a comunicação em Libras entre os discentes ouvintes, discentes surdos, professores e pedagogas (os); melhoria dos processos inclusivos do aluno surdo nos cursos técnicos de nível médio na forma integrada do IFAM/CMC; contribuir com a acessibilidade comunicacional em nível básico entre as pessoas dos setores da instituição com o aluno surdo favorecendo uma ampliação do debate e reflexão da inclusão de Pessoas com Deficiência – PCDs no IFAM/CMC.

Garantimos a você o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Asseguramos a você o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário. Garantimos também a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

Você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável Edilson Gomes Alves a qualquer tempo para informação adicional no endereço de email: edilson.alves@ifam.edu.br; celular: 92-99164-0833) e do orientador: Prof. Dr. Cirlande Cabral da Silva (e-mail: cirlande.silva@ifam.edu.br e celular: 92-99268-7114) e também, com o Comitê de Ética em Pesquisa- CEP IFAM - Av. Ferreira Pena, 1109. Centro. CEP 69025- 010. Prédio da Reitoria do IFAM, 2º. andar. Telefone: (92) 3306-0062/0060. E- mail: cepsh.ppgi@ifam.edu.br. O referido Comitê é a instância responsável por avaliar os aspectos éticos dos projetos de pesquisa, levando em consideração os riscos e a cobertura aos direitos dos participantes.

Este documento (TALE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas/assinadas em todas as páginas ou por seu representante legal, e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com o participante e outra com a pesquisadora. Ademais, caso seja do seu interesse, será encaminhada uma cópia em versão digital para seu e-mail, todavia pedimos que a salve em uma pasta pessoal no computador, não a salve em nuvem eletrônica. As orientações são com base no Ofício Circular N°2/2021/CONEP/SECNS/MS de 24 de fevereiro, 2021, que trata sobre as orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa

Manaus/AM, _____/2023.

Assinatura (participante)

Assinatura do responsável legal

Assinatura (pesquisador)
Edilson Gomes Alves
Pesquisador responsável (RG 0851.544-1 SSP/AM)
Tel: (92) 99164-0833

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____
_____, residente e domiciliado
na _____, portador da
cédula de identidade, RG: _____, e inscrito no CPF:
_____, declaro ter conhecimento das informações
contidas neste documento e ter recebido respostas claras sobre as dúvidas por mim
apresentadas a propósito da minha participação na pesquisa e, adicionalmente declaro que o
pesquisador esclareceu para mim o objetivo, a natureza, os riscos e benefícios do estudo
concedendo-me o tempo necessário para que eu refletisse e tomasse minha decisão de livre e
esclarecimento. Estou ciente que minha participação é isenta de despesas e que posso acessar
os resultados e esclarecer minhas dúvidas durante toda a pesquisa, bem como me foi
assegurado o anonimato. Nessas condições apresentadas, concordo voluntariamente em

participar deste estudo e declaro que tenho ciência que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidade, prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Manaus/AM, _____ de _____ de 2023.

Participante da Pesquisa (Nome por Extenso)

RG:

Assinatura do responsável legal

RG:

Assinatura (pesquisador)

Edilson Gomes Alves

Pesquisador responsável (RG 0851.544-1 SSP/AM)

Tel: (92) 99164-0833

APÊNDICE C - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS APLICADAS COM OS PEDAGOGOS (AS)

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS (PEDAGOGOS(AS))

- 1) Qual a sua idade?

- 2) Qual a sua formação acadêmica?

- 3) Considerando a comunicação em ambientes escolar fazer parte do dia a dia da comunidade escolar a questão é como você consegue se comunicar em Libras com o aluno surdo descreva sua impressão sobre o assunto.

- 4) Qual é a linguagem que os discentes ouvintes e hoje sente surdos utilizam para trocar informações sobre as aulas deixe um comentário sobre essa situação.

- 5) A interação comunicativa em sala de aula entre os discentes ajuda o satisfatoriamente no ensino-aprendizagem dos alunos todos. Comente sobre o assunto.

- 6) Em relação à interação professores pedagogos alunos ouvintes e alunos surdos descreva. Quais as dificuldades de comunicação mais frequentes que você experimenta?

- 7) Você acha que um produto como um manual em Libras seria útil para sua comunicação com as outras pessoas se a resposta é sim fale sobre os benefícios se não diga os pontos negativos.

APÊNDICE D - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS APLICADAS COM OS PROFESSORES(AS)

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS (PROFESSORES (AS))

- 1) Qual a sua idade?

- 2) Qual é a sua formação acadêmica?

- 3) Sua formação como Bacharel ou licenciado influencia na sua atuação em sala de algum curso tecnológico.

- 4) Qual a disciplina que você ministra para o aluno surdo e qual a turma?

- 5) Considerando a comunicação em ambientes escolar fazer parte do dia a dia da comunidade escolar a questão é como você consegue se comunicar em Libras com o aluno surdo descreva sua impressão sobre o assunto.

- 6) Qual é a linguagem que os discentes ouvintes e o de sente surdos utilizam para trocar informações sobre as aulas deixe o comentário sobre essa situação?

- 7) A interação comunicativa em sala entre discente ajuda satisfatoriamente no ensino-aprendizagem dos alunos surdos. Comente sobre o assunto.

- 8) Em relação à interação professores pedagogos alunos ouvintes e alunos todo descreva. Quais as dificuldades de comunicação mais frequentes que você experimenta?

- 9) Você acha que um produto como um manual em Libras seria útil para sua comunicação com as outras pessoas se a resposta é sim fale sobre os benefícios se é não diga os pontos negativos.

APÊNDICE E - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS APLICADAS COM OS INTERPRETES

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS (INTÉRPRETES)

- 1) Qual sua idade?
- 2) Qual sua formação acadêmica?
- 3) Sua formação influencia na sua atuação em sala de algum curso tecnológico?
- 4) Qual a disciplina que você interpreta para o aluno ou aluna surda
- 5) Considerando a comunicação em ambientes escolar fazer parte do dia a dia da comunidade escolar a questão é como você consegue se comunicar em Libras com o aluno surdo. Descreva a sua impressão sobre o assunto.
- 6) Qual é a linguagem que hoje seres ouvintes e o discente surdos utilizam para trocar em informações sobre as aulas deixe o comentário sobre essa situação?
- 7) A interação comunicativa em sala entre discentes ajuda satisfatoriamente no ensino-aprendizagem dos alunos surdos. Comente sobre o assunto.
- 8) Em relação à interação professores pedagogos alunos ouvintes e alunos surdos descreva. Quais as dificuldades de comunicação mais frequentes que você experimenta?
- 9) Você acha que um produto como um manual em Libras seria útil para sua comunicação com as outras pessoas se a resposta é sim fale sobre os benefícios se é não diga os pontos negativos.

APÊNDICE F - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS APLICADAS COM OS DISCENTES SURDOS

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS (DISCENTES SURDOS)

- 1) Qual a sua idade?

- 2) Qual a disciplina que você sentiu mais dificuldades em aprender e qual era a sua turma aqui no IFAM?

- 3) É considerando a comunicação em ambiente escolar fazer parte do dia a dia da comunidade a questão é como você conseguiu se comunicar em Libras com o aluno ouvinte descreva sua impressão sobre o assunto.

- 4) Qual é a linguagem que os discentes ouvintes e os discentes surdos utilizam para trocarem informações sobre as aulas? Deixe um comentário sobre essa situação.

- 5) A interação comunicativa em sala entre os discentes ajuda o satisfatoriamente no ensino-aprendizagem no seu ensino-aprendizagem. Comente sobre o assunto.

- 6) Em relação à interação comunicativa professores pedagogos alunos ouvintes e alunos surdos, descreva quais as dificuldades de comunicação que você experimentou?

- 7) Você acha que um produto como o manual em Libras seria útil para comunicação entre as pessoas tanto surdo, quanto ouvinte se a resposta é sim, fale os benefícios senão diga os pontos negativos.

- 8) Como você percebeu a metodologia do professor em sala de aula? (Sugestão dos discentes surdos)

APÊNDICE G – SÍNTESE DAS US OBTIDAS COM AS ENTREVISTAS E OS DIÁRIOS DE CAMPO

Quant.	UNIDADES DE SIGNIFICADO: DIÁRIOS DE CAMPO E ENTREVISTAS
1	O discente mais desinibido consegue se comunicar
2	Escrito do português e mensagem de texto no celular
3	Utiliza mais a linguagem visual
4	Alguns alunos se comunicam razoavelmente em Libras
5	Informações via e-mail e WhatsApp
6	Mensagens através de celular
7	Usa o português acompanhado com a Libras
8	Informações gerais na comunidade escolar
9	Conhecimento limitado
10	A comunicação conscientiza os discentes
11	Desenvolve o companheirismo
12	Superar os desafios das atividades
13	Estabelecimento de comunicação
14	Interação comunicativa desenvolve o desempenho
15	Dependência do intérprete
16	Falta de sinais específicos
17	Resistencia as recomendações
18	Direcionamento pedagógico
19	Timidez na hora de interação com os outros
20	Complexibilidade de barreiras
21	Limitação de sinais em Libras
22	Discentes desnorteados com as atividades e os conteúdos
23	Limitação de sinais técnicos
24	Professores de diversos departamentos
25	Interferência na comunicação
26	Grupo de interpretes resumido

27	Comunicação em Libras limitada
28	Alinhamento comum das ações entre os pedagogos dos setores
29	Ausência de pedagogos no CAPNE
30	Dialogo mais estreito entre pedagogo, interprete e aluno
31	Superar a barreira de comunicação
32	Explicação da aula muito rápida
33	Dúvidas sobre a mensagem passada
34	Falta de iniciativa de comunicação com o discente surdo
35	Comunicação limitada
36	Como se portar na presença do discente surdo
37	Metodologia somente para discentes ouvintes
38	Inibir a evasão e incentivar a permanência
39	Incentivo a aprender a se comunicar em libras
40	Comunicar com o discente surdo em sinais
41	Fomentar a visibilidade da identidade surda
42	Dialogo básico diário
43	Acolhimento comunicativo ao discente
44	Incentivo a aprender Libras
45	Incentivo ao desenvolvimento estudantil
46	Aprendizado para comunidade escolar
47	Oportunidade de aprender Libras
48	Forma de comunicação utilizada
49	Comunicação com Libras e comunicação sem Libras
50	Inclusão escolar dos discentes surdos
51	Aprendendo sobre educação de surdos
52	Apoio interativo com todos
53	Relevância comunicacional para a educação
54	As pessoas devem aprender Libras
55	Novos conceitos para aprender
56	Ausência nas aulas

57	Entendimento limitado sobre termos específicos
58	Termos técnicos difíceis de interpretar
59	O desafio para incluir discentes surdos
60	Mediação para poder compreender
61	Muitas modalidades de ensino
62	Discentes ouvintes e a dificuldades na comunicação
63	Nível mais profundo de estudos
64	Isolamento dos discentes ouvintes
65	Desigualdade na transmissão dos conhecimentos
66	Desmotivação por não conseguir interagir
67	Ausência de materiais visual na metodologia
68	Desconhecimento sobre a escrita e a comunicação dos discentes surdos
69	Sensação de ser abandonado pela escola
70	Sem materiais específicos para áreas de ensino
71	Apoio metodológico para educação de surdos
72	Perspectiva de ensino bilíngue
73	Potencializar melhor atendimento
74	Atender adequadamente os surdos
75	Apoio na ausência de um interprete de Libras
76	Proposta de inclusão para os PCDs do IFAM CMC
77	Ambiente próprio de comunicação
78	Ajuda a educação de surdos no Amazonas
79	Apoio a um possível curso de Libras

Fonte: elaborada pelo autor

APÊNDICE H - QUESTÕES PARA VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

1. Nome (você não é obrigado a se identificar)
2. E-mail
3. Você acha que o material abordado neste produto é pertinente para os discentes ouvintes, discentes surdos e a comunidade escolar do IFAM CMC? Explique o porquê.
4. A disposição deste material facilitou a compreensão do seu conteúdo? Caso não tenha sido possível entender completamente ou em parte, indique as áreas específicas e ofereça sugestões para melhorias.
5. Você acredita que esse material pode ajudar na inclusão dos alunos surdos no IFAM CMC? Se sim, de que maneira? Se não, qual é a razão?
6. Se você é docente, acredita que este material pode ser útil para o seu trabalho? De que maneira?
7. Se você é pedagoga(o), acredita que este material pode ajudar em seu trabalho? De que maneira?
8. Se você foi um(a) aluno(a) surdo(a) do IFAM CMC, acredita que este material poderia auxiliar no seu aprendizado? De que maneira?
9. Você recomendaria este material para seus colegas de trabalho, estudos e para o público em geral do IFAM-CMC? Por quê?
10. Você considera que este material seria útil para orientar os professores a criar uma experiência diferenciada com os alunos em sala de aula? Justifique:
11. Existe algum assunto ou informação que não está abordado neste manual e que você gostaria de ver incluído? Por favor, compartilhe sua opinião. Sua perspectiva é muito importante para nós!

ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO AMAZONAS -
IFAM



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: A COMUNICAÇÃO EM LIBRAS ENTRE DISCENTES OUVINTES E DISCENTES SURDOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFAM/CMC

Pesquisador: EDILSON GOMES ALVES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 75715623.9.0000.8119

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.652.539

Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa do mestrado do PROFEPT apresentar as características de inclusão de alunos surdos no que diz respeito a comunicação que acontecia entre os discentes surdos com os discentes ouvintes na escola e ao compartilhar dúvidas e preocupações externadas por colegas pedagogas e também professores do ensino médio integrado. Assim, o objetivo da investigação acontece na inclusão de Libras entre os discentes ouvintes e os discentes surdos do ensino médio integrado do IFAM CMC. Além disso, delinea em dois capítulos com os seguintes itens: capítulo 1. A educação especial e a inclusão das pessoas com deficiência e, esse capítulo possui 3 subseções com os temas; 1.1 - Fundamentos legais para a inclusão das pessoas com deficiência. 1.2 - Paradigmas para a inclusão das pessoas com deficiência e 1.3 - A inclusão dos alunos com deficiência em ambiente escolar. Capítulo 2. Educação específica para alunos surdos na educação profissional e tecnológica e dividido em 3 subseções com os temas. 2.1 - Fundamentos legais sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras; 2.2 - Aspectos comunicacionais da Libras e 2.3 - Mitos e curiosidades a respeito da Libras. Para isso será realizado um estudo de abordagem qualitativa por meio de uma pesquisa de estudo de caso a ser investigado no Instituto Federal do Amazonas Campus Manaus Centro (IFAM CMC) e o público a ser investigado serão os alunos surdos do ensino médio integrado seus professores, pedagogos e intérpretes de Libras. Os instrumentos de coleta de dados serão às entrevistas, observação e diário de campo. Para a análise dos dados, será

Endereço: Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus / AM
Bairro: CENTRO **CEP:** 69.025-010
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)9823-4114 **Fax:** (97)9810-1010 **E-mail:** cepsh.pggi@ifam.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO AMAZONAS -
IFAM**



Continuação do Parecer: 6.652.539

utilizado à ATD (Análise Textual Discursiva). O desdobramento desta pesquisa será o Produto Educacional - Manual de comunicação em Libras: olhos que veem, mãos que falam, cuja proposta será apresentar à comunidade escolar do sistema regular de ensino, um manual de Libras com as noções básicas e dicas de como se comunicar com alunos surdos, isto é, para facilitar a comunicação entre os discentes ouvintes, discentes surdos, professores dos alunos surdos e das pedagogas que mantêm o contato com todos. E ainda, ser usado como suporte para facilitar a inclusão escolar dos alunos surdos, pois, o P.E poderá ser utilizado nos mais variados setores da instituição, contribuindo com a acessibilidade comunicacional ao nível básico entre as pessoas do setor com o aluno surdo.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar de que maneira ocorre a comunicação em Libras entre alunos ouvintes e alunos surdos do ensino médio integrado do IFAM CMC.

Objetivo Secundário:

1. Entender a linguagem utilizada no dia a dia entre os discentes ouvintes e os discentes surdos;
2. Verificar se a comunicação entre os discentes ouvintes e os discentes surdos ajuda no ensino aprendizagem dos discentes surdos;
3. Descrever as dificuldades de comunicação que os discentes surdos têm com os discentes ouvintes, professores e pedagogos;
4. Desenvolver um manual de comunicação em Libras que permita a interação entre os discentes ouvintes e discentes surdos, professores e pedagogos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos que estão atrelados à participação nesta pesquisa, são de ordem moral ou intelectual, comumente associados às situações de constrangimento, vergonha ao ser entrevistado (a), ou até mesmo ao recordar de momentos difíceis ou tristes quando em sua participação nas etapas da pesquisa, e/ou temor por represália a algum relato seu relacionado a temática da pesquisa. Nesse sentido, a pesquisa atentará para o disposto na Resolução nº 466/2012, item II.6 que trata sobre dano associado ou decorrente da pesquisa agravo imediato ou posterior, direto ou indireto, ao

Endereço: Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus, AM
Bairro: CENTRO **CEP:** 69.025-010
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)9823-4114 **Fax:** (97)9810-1010 **E-mail:** cepsh.ppgji@ifam.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO AMAZONAS -
IFAM**



Continuação do Parecer: 6.652.539

indivíduo ou à coletividade, decorrente da pesquisa; assim como o que define no item II.7 sobre indenização - cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa ao participante da pesquisa. Dito isto, o pesquisador após identificar esses possíveis riscos, adotará estratégias colaborativas, com respeito mútuo, de forma a evitar ou mesmo amenizar essas possíveis situações, buscando levar em consideração os valores e aspectos morais, sociais, intelectuais, culturais, éticos, políticos, psicológicos, assim como no campo da religiosidade e espiritualidade dos (as) participantes.

Benefícios:

No que diz respeito aos benefícios, a pesquisa trará contribuições a nível científico e acadêmico, tanto para os participantes quanto para o IFAM como um todo. Ao desfecho da pesquisa, com a confecção de um Produto Educacional (manual de comunicação em Libras: olhos que veem e mãos que fala) de acordo com a proposta do PROFEPT. Os benefícios serão facilitar a comunicação em Libras entre os discentes ouvintes, discentes surdos, professores e pedagogas (os); melhoria dos processos inclusivos do aluno surdo nos cursos técnicos de nível médio na forma integrada do IFAM/CMC; contribuir com a acessibilidade comunicacional em nível básico entre as pessoas dos setores da instituição com o aluno surdo favorecendo uma ampliação do debate e reflexão da inclusão de Pessoas com Deficiência – PCDs no IFAM/CMC.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A proposta do Projeto de Mestrado do PROFEPT tem relevância e grande importância para a pesquisa na educação inclusiva. Na sua segunda versão, conforme carta resposta, foram atendidas todas as demandas necessárias para atender os requisitos da Resolução CNS no 466/12 e CNS No. 510/16. Além disso, forma estruturados os itens relacionados aos benefícios e riscos de forma que ficou claro para o envolvido na pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Acerca dos documentos necessários à avaliação ética da pesquisa, segundo Resoluções CNS n.º 466/12 e CNS n.º. 510/16, foi identificado que:

- a) Folha de rosto (APRESENTADO);
- b) Projeto Básico (APRESENTADO);
- c) Projeto detalhado com todos os elementos que compõem o gênero (APRESENTADO);

Endereço: Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus - AM
Bairro: CENTRO **CEP:** 69.025-010
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)9823-4114 **Fax:** (97)9810-1010 **E-mail:** cepsh.ppgi@ifam.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO AMAZONAS -
IFAM**



Continuação do Parecer: 6.652.539

- d) Carta de anuência (APRESENTADO);
- e) Declaração de uso de infraestrutura (APRESENTADA);
- f) Termo de Consentimento (TCLE)(APRESENTADO) e Termo de assentimento Livre Esclarecido (TALE) (APRESENTADO);
- g) Instrumentos de Pesquisa- ROTEIRO DA PESQUISA (APRESENTADO);
- h) Cronograma (APRESENTADO);
- i) Orçamento (APRESENTADO).

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O comitê diante da análise da carta resposta e dos autos com base nas resoluções CNS n.º 466/12 e CNS n.º. 510/16, decide pelo parecer de APROVADO o projeto de pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Cabe ao pesquisador responsável, após realização da pesquisa, apresentar a este colegiado o Relatório Final de Pesquisa, que será avaliado em reunião ordinária do comitê para verificação do cumprimento dos preceitos éticos na pesquisa com seres humanos.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2115508.pdf	25/11/2023 16:33:11		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PESQUISA_EDILSON_5.docx	25/11/2023 16:31:54	EDILSON GOMES ALVES	Aceito
Outros	carta_resposta.docx	25/11/2023 16:29:32	EDILSON GOMES ALVES	Aceito
Outros	roteiro_pesquisa.docx	25/11/2023 15:28:09	EDILSON GOMES ALVES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_tale.docx	25/11/2023 15:03:20	EDILSON GOMES ALVES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	institui.pdf	25/11/2023 14:51:37	EDILSON GOMES ALVES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	infraestrutura.pdf	25/11/2023 14:11:42	EDILSON GOMES ALVES	Aceito
Orçamento	edilson.pdf	25/11/2023	EDILSON GOMES	Aceito

Endereço: Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus / AM
Bairro: CENTRO **CEP:** 69.025-010
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)9823-4114 **Fax:** (97)9810-1010 **E-mail:** cepsh.pggi@ifam.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO AMAZONAS -
IFAM



Continuação do Parecer: 6.652.539

Orçamento	edilson.pdf	14:06:26	ALVES	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_ATUAL.pdf	18/10/2023 10:58:43	EDILSON GOMES ALVES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PESQUISA_EDILSON_3.doc	11/10/2023 19:37:42	EDILSON GOMES ALVES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 16 de Fevereiro de 2024

**Assinado por:
EDSON MAIA
(Coordenador(a))**

Endereço: Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus / AM
Bairro: CENTRO **CEP:** 69.025-010
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)9823-4114 **Fax:** (97)9810-1010 **E-mail:** cepsh.pggi@ifam.edu.br